



Aurora.

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.15, n.45, set.-dez.22

**DOSSIÊ:
CARTOGRAFIA DAS RUÍNAS
DO ANTROPOCENO BRASILEIRO**

Conselho Editorial

Aécio da Silva Amaral Jr., UFPB, Brasil
Ana Amélia da Silva, PUC-SP, Brasil
Ariel Jerez Navarra, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Bruno Carriço dos Reis, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal
Celso Fernando Favaretto, USP, Brasil
Claire Blencowe, University of Warwick, Reino Unido
Fernando Antonio de Azevedo, UFSCAR, Brasil
Gabriel Cohn, USP, Brasil
Jean Burgess, Queensland University of Technology, Austrália
José Luis Dader García, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Laurindo Lalo Leal, USP, Brasil
Maria do Socorro Braga, UFSCAR, Brasil
Maria Izilda Santos de Matos, PUC-SP, Brasil
Miguel Wady Chaia, PUC-SP, Brasil
Raquel Meneguelo, UNICAMP, Brasil
Regina Silveira
Rosemary Segurado, PUC-SP, Brasil
Silvana Maria Correa Tótora, PUC-SP, Brasil
Tathiana Senne Chicarino, FESPSP, Brasil
Yvone Dias Avelino, PUC-SP, Brasil
Venício Artur de Lima, UNB, Brasil
Vera Lucia Michalany Chaia, PUC-SP, Brasil
Victor Sampedro Blanco, Universidad Rey Juan Carlos, Espanha

Diretor Editorial

Rafael de Paula Aguiar Araújo, PUC-SP, Brasil

Editor

Luis Eduardo Tavares, FESPSP, Brasil

Editores Assistentes

Mércia Alves, UFPR, Brasil
Fabricio Augusto Antonio Amorim, PUC-SP, Brasil

Comitê Editorial

Claudio Luis de Camargo Penteadó, UFABC, Brasil
Eva Campos Domingues, Universidad de Valladolid, Espanha
Julian Brigstocke, Universidade de Cardiff, País de Gales
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil
Maria Laura Tagina, Universidad La Matanza, Argentina
Pedro Malina, FESPSP, Brasil
Rodrigo Estramanho de Almeida, FESPSP, Brasil
Silvana Gobbi Martinho, PUC-SP, Brasil

Revisão de texto

Rosa Couto, UNESP-SP, Brasil

Diagramação

Yasmin Mancini, FESPSP, Brasil

Aurora: revista de arte, mídia e política é uma publicação do NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Aurora

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.15, n.45, setembro - dezembro 2022

Sumário

Editorial 3-8

Entrevista

É preciso olhar para as montanhas: entrevista com Lucas Bambozzi sobre cinema, ruínas e mineração 9-27

Rosemary Segurado, Aécio Amaral, Leila Dawney e Natanael Alencar

Artigos dossiê: Cartografia das ruínas do antropoceno brasileiro

Desastres, ruínas e desafios do extrativismo mineral brasileiro: a regulação das barragens de rejeito de mineração 28-49

Bruno Milanez

O desastre de Mariana através do jornal A Sirene: a emergência de uma estrutura de sentimento entre os atingidos 51-76

Natanael de Alencar Santos

Ruínas, processos subjetivos de assujeitamentos e re-existências na experiência do projeto diálogos em Suape no nordeste brasileiro 77-94

Karla Galvão Adrião e Luis Felipe Rios

Musealizando a Natureza Barata: arte, ruína e antropoceno na Mata Sul de Pernambuco 95-116

Fabiano Lucena de Araujo

As múltiplas temporalidades da infraestrutura: cidades atômicas e a memória de futuros perdidos 117-134

Leila Dawney

Sendas para uma transversalidade no antropoceno 135-169

Oswaldo José da Silva

Artigos

Reflexos de Narciso: o cubo branco na obra de Grada Kilomba 170-186

Priscila Almeida Cunha Arantes e Camila Carvalho Moura

Planejamento educacional no Brasil: os planos de educação como forma de organizar a educação nacional 187-205

Luciene Amaral da Silva e Inalda Maria dos Santos

A crosta humana da Terra

Luis Eduardo Tavares¹

ORCID: 0000-0001-6005-6928

Já se tornou consenso nos meios científicos o fato de que vivemos no Antropoceno, a época geológica da história do planeta em que a totalidade de sua paisagem natural fora modificada pela ação humana. O termo proveniente das ciências naturais caiu como uma luva aos desafios das ciências sociais em lidar com os aspectos políticos e culturais das mudanças climáticas e outras catástrofes ambientais provocadas pela nossa sociedade. O conceito de Antropoceno agora percorre as reflexões e investigações dos cientistas sociais de diferentes áreas, sendo esmiuçado e revolido em variados campos de pesquisa que envolvem a relação entre humanos e mundo natural. A necessidade agora é de direcionar esforços para difundir o conceito a um público mais amplo para a melhor compreensão da sociedade sobre nossa situação no planeta.

Para termos uma dimensão do significado do Antropoceno, precisamos localizá-lo no calendário do planeta Terra, isto é, nos insignificantes últimos 240 anos de uma história de 4,54 bilhões de anos (Figura 1). O ser humano sempre impactou seu meio ambiente, por meio do trabalho e da tecnologia, transformando o mundo natural. Contudo, foi a partir da Revolução Industrial no fim do século XVIII que o poderio de impacto humano sobre o planeta atingiu uma tal magnitude que já na segunda metade do século XX a antropomorfização do globo se completou. O Antropoceno é a crosta humana da Terra, constituída num micronésimo de tempo da história do planeta. Se os 4,54 bilhões de anos da Terra fossem comprimidos no espaço de um ano (Figura 2), então o Homo Sapiens teria surgido às 23 horas e 36 minutos do dia 31 de dezembro, a agricultura às

¹ Editor da Revista Aurora, pesquisador do NEAMP e professor da pós-graduação da FESPSP. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/269735011113033>.

23 horas e 59 minutos e a Revolução Industrial apenas às 23 horas, 59 minutos e 58 segundos. O Antropoceno corresponderia, assim, apenas aos últimos 2 segundos do dia 31 de dezembro. Esta analogia costuma ser bastante usada para fins didáticos sobre esse assunto e nos mostra como relativamente em tão pouco tempo o ser humano surgiu e se tornou uma das mais poderosas forças geológicas do planeta.

Até poucos anos atrás, oficialmente, a época geológica em que nos encontrávamos era o chamado Holoceno (“Todo Recente”), uma época pós-glacial iniciada nos últimos 10 a 12 mil anos, proposta por Charles Lyell em 1833 e adotada pelo Congresso Geológico Internacional em Bolonha, em 1885. Mas em 2000, o climatologista Paul J. Crutzen e o biólogo Eugene F. Stoermer propuseram que as mudanças ambientais perpetradas pelo ser humano nos últimos dois séculos, como o acúmulo de emissões de gases na atmosfera, a derrubada de florestas e outras atividades antrópicas, já haviam transformado a face da Terra de forma que podemos afirmar estar numa nova época, o Antropoceno². O termo foi pouco a pouco se popularizando até que o 34º Congresso Geológico Internacional em Brisbane, em 2012, reconheceu oficialmente a nova época.

Esse entendimento nos convida a pensar sobre as características do Antropoceno no Brasil, país constituído historicamente por uma economia extrativista colonial de exploração predatória da natureza, incluindo a humana. Os distintos biomas desse território foram praticamente consumidos, restando ilhas de Mata Atlântica, algumas áreas de Cerrado e uma carcomida Floresta Amazônica, mas ainda gigante, que é um dos principais epicentros da luta ambiental global. A última década foi marcada pelas piores tragédias socioambientais de nossa história com o rompimentos de barragens de rejeitos de mineração sobre o rio Doce, Mariana e Brumadinho e nos últimos quatro anos estivemos sob a égide de uma necropolítica que, na questão do meio ambiente, atuou pela desorganização e sucateamento dos órgãos federais em benefício do crime ambiental.

O futuro desta encruzilhada agora encontra-se em aberto. Se as atuais condições da pegada humana no planeta nos remete à ideia de fim do mundo, muitos também estão empenhados na construção de consciências e possibilidades de reencontros com o mundo natural.

A presente edição, a de número 45 da Aurora, apresenta o dossiê “Cartografia

² CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”. *Global Change News Letter*, n. 41, may 2000.

das ruínas do Antropoceno brasileiro”, organizado por uma rede interdisciplinar e internacional de pesquisadores que tem como objetivo investigar as relações entre Antropoceno, ruína e trauma, a partir dos recentes casos que envolvem desastres e desequilíbrios socioambientais.

Abrimos a edição e o dossiê com uma entrevista com Lucas Bambozzi, artista multimídia e realizador audiovisual, autor do documentário *Lavra*, sobre os atingidos pelos impactos da mineração no Estado de Minas Gerais. Conduziram a entrevista os membros do grupo de pesquisa internacional, Rosemary Segurado, da PUC-SP, Aécio Amaral, da UFPB, Leila Dawney, da Universidade de Exeter e Natanael de Alencar Santos, doutorando da UFSCar.

Seguindo para os artigos, Bruno Milanez, da UFJF, em “Desastres, ruínas e desafios do extrativismo mineral brasileiro: a regulação das barragens de rejeito de mineração”, mostra a confluência perversa entre o contexto neoliberal e o perfil extrativista da economia brasileira que resulta numa frágil ação dos órgãos de regulação do Estado brasileiro para lidar com crimes ambientais, tais como os rompimentos de barragens de rejeito de mineração.

Tomando o viés das dimensões subjetivas associadas ao desastre, Natanael de Alencar Santos, em “O desastre de Mariana através do jornal *A Sirene*: a emergência de uma estrutura de sentimento entre os atingidos”, busca uma compreensão dos impactos sociais a partir das transformações no auto entendimento coletivo dos atingidos, identificando a emergência do que ele chama de uma “estrutura de sentimento” marcada pelo trauma cultural.

Karla Galvão Adrião e Luis Felipe Rios, da UFPE, em seu artigo “Ruínas, processos subjetivos de assujeitamentos e re-existências na experiência do projeto diálogos em Suape no antropoceno brasileiro”, refletem sobre a experiência cotidiana dos habitantes na região portuária e metropolitana de Recife em meio às ruínas de um grande projeto de desenvolvimento econômico nacional implementado nos anos 2006-2008, discutindo sobre os lugares das epistemologias feministas e suas práticas participativas e comunitárias no debate sobre ruínas e antropoceno no Brasil.

Fabiano Lucena de Araújo da UFPE, em “Musealizando a Natureza Barata: arte, ruína e antropoceno na Mata Sul de Pernambuco”, observa que tanto os processos da arte contemporânea quanto a dimensão da ruína estão alinhados com a problemática da desmaterialização e da degradação dos objetos, motivando

uma arte do Antropoceno. Tendo isso em vista, o autor analisa a experiência regional dos processos artísticos com a paisagem moldada pelas *plantations* em Pernambuco para pôr em relevo os procedimentos de musealização num contexto de revisão crítica da museologia tradicional.

O artigo “As múltiplas temporalidades da infraestrutura: cidades atômicas e a memória de futuros perdidos” de Leila Dawney, através de um estudo de caso da cidade atômica de Visaginas, na Lituânia, aborda a questão sobre como dar conta das formas de vida que surgem em um contexto de esgotamento da alta modernidade. Para tanto, utiliza o conceito de “memória de futuros perdidos” de Mark Fisher para descrever como os destroços materiais e discursivos da era atômica fornecem as condições para formas de vida emergentes “pós-progresso”.

Fechando o dossiê, o artigo-ensaio “Sendas para uma transversalidade no antropoceno”, de Osvaldo José da Silva, doutor pela PUC-SP, apresenta uma esperança no sentido de pensar novos recomeços acerca do Antropoceno, percorrendo poemas e músicas que, nas palavras do autor “reverberam o som e a fúria inaudíveis no silêncio do paradoxo no barulho catastrófico da sobrevivência cotidiana”.

A edição ainda contempla dois artigos de nosso fluxo contínuo. O primeiro deles “Reflexos de Narciso: o cubo branco na obra de Grada Kilomba”, de Priscila Almeida Cunha Arantes e Camila Carvalho Moura, da PUC-SP, investiga a forma como a artista interdisciplinar reflete sobre o cubo branco em sua obra, questionando acerca da suposta neutralidade do mesmo enquanto modalidade expositiva, diante da organização racial do mundo ocidental. O segundo e último, “Planejamento educacional no Brasil: os planos de educação como forma de organizar a educação nacional”, de Luciene Amaral da Silva, e Inalda Maria dos Santos, da UFAL, analisa a política pública materializada no Plano Nacional de Educação como forma de organização da educação no país, buscando as ligações entre o conceito de planejamento e o de participação enquanto elementos essenciais para contemplar as necessidades da população mais vulnerável.

Calendário da Terra

Eras Geológicas

Figura 1³

EON	ERA	PERÍODO	ÉPOCA
Fanerozóico (538,8 M)	Cenozóico (66 - 0 M)	Quaternário (2,58 M)	Antropoceno (0,242 K)
			Holoceno (11,558 K)
			Pleistoceno (2,568 M)
		Terciário (63,41 M)	Plioceno (2,74 M)
			Mioceno (17,67 M)
			Oligoceno (10,9 M)
	Mesozóico (251,9 - 66 M)	Cretáceo (79 M)	
			Jurássico (56 M)
			Triássico (51 M)
Paleozóico (538,8 - 251,9 M)	Permiano (47 M)		
		Carbonífero (60 M)	
		Devoniano (60 M)	
		Siluriano (25 M)	
		Ordoviciano (41 M)	
		Cambriano (54 M)	
Pré-cambriano (4,001,2 G)	Proterozóico (2,5 G - 539 M)		
		Arqueano (4 - 2,5 G)	
		Hadeano (4,54 - 4 G)	

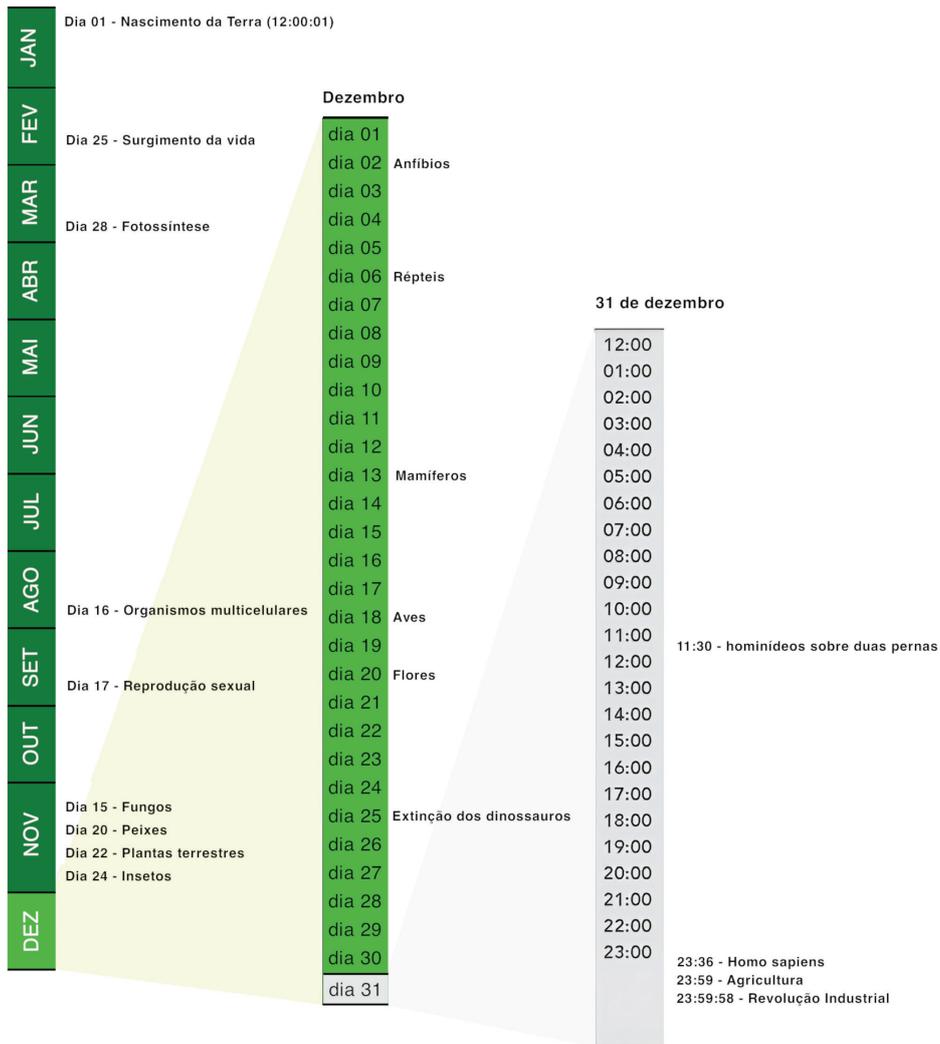
K = Mil
M = Milhão
G = Bilhão

³ Elaborado por Luis Eduardo Tavares a partir da convenção da IUGS - International Union of Geological Sciences: <https://www.iugs.org/>.

Calendário da Terra

Se os 4,54 bilhões de anos da idade da Terra fossem comprimidos no espaço de um ano

Figura 2⁴



⁴ Adaptado por Luis Eduardo Tavares a partir de: <https://biomimicry.net/earths-calendar-year/>

É preciso olhar para as montanhas: entrevista com Lucas Bambozzi sobre cinema, ruínas e mineração

Rosemary Segurado¹

ORCID: 0000-0002-3910-4603

Aécio Amaral²

ORCID: 0000-0002-7627-8469

Leila Dawney³

ORCID: 0000-0001-9432-7095

Natanael de Alencar Santos⁴

ORCID: 0000-0002-8607-5120

¹ Professora da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. É pesquisadora do NEAMP, possui doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP e pós-doutorado em Comunicação Política pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9397214841745174>.

² Professor de Sociologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Graduado em Ciências Sociais (1997) e mestre em Sociologia (2000) pela Universidade Federal de Pernambuco, e doutorando em Estudos Culturais pelo Goldsmiths College, Universidade de Londres. É co-coordenador do GETS - Grupo de Estudos em Estética, Técnica e Sociedade e membro do coletivo de pesquisa ARN - Authority Research Network. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1987602031663826>.

³ Atualmente é professora da Universidade de Exeter, trabalhou na Universidade de Brighton, no Departamento de Sociologia da Goldsmiths, Universidade de Londres, e no Departamento de Sociologia da Universidade de Warwick. Possui doutorado em Geografia Cultural na Universidade de Exeter, com bolsa da AHRC. É membro do coletivo de pesquisa Authority Research Network que publicou o livro *Power and the Commons: the promise of alternative futures*. Página profissional: https://geography.exeter.ac.uk/staff/index.php?web_id=Leila_Dawney.

⁴ Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2018) na Universidade Federal da Paraíba Licenciado em Ciências Sociais (2019) pela mesma universidade. Possui graduação em Comunicação Social pela Faculdade Santo Agostinho de Teresina (2012). É membro do grupo de pesquisa TRAMA - Terra, Trabalho, Migração e Memória (Cnpq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7528521103315148>.

Resumo: Entrevista com o artista multimídia, realizador audiovisual, professor e pesquisador acadêmico Lucas Bambozzi realizada por membros do grupo interdisciplinar e internacional de pesquisadores reunidos em torno da temática do Antropoceno brasileiro. O entrevistado fala de sua mais recente produção audiovisual, o documentário Lavras sobre os atingidos pelos impactos da mineração no Estado de Minas Gerais, refletindo sobre as relações entre o cinema e as ruínas do Antropoceno ou Capitaloceno como ele prefere chamar.

10

Palavras-chave: Antropoceno. desastre de Mariana. cinema. arte e política.

Abstract: Interview with the multimedia artist, audiovisual director, professor and academic researcher Lucas Bambozzi carried out by members of the interdisciplinary and international group of researchers gathered around the theme of the Brazilian Anthropocene. The interviewee talks about his most recent audiovisual production, the documentary Lavras about those affected by the impacts of mining in the State of Minas Gerais, reflecting on the relationship between cinema and the ruins of the Anthropocene or Capitalocene as he prefers to call it.

||

Keywords: Anthropocene. Mariana disaster. cinema. art and politics.

Resumen: Entrevista con el artista multimedia, director audiovisual, profesor e investigador académico Lucas Bambozzi realizada por miembros del grupo interdisciplinario e internacional de investigadores reunidos en torno al tema del Antropoceno brasileño. El entrevistado habla de su más reciente producción audiovisual, el documental Lavras sobre los afectados por los impactos de la minería en el Estado de Minas Gerais, reflexionando sobre la relación del cine con las ruinas del Antropoceno o Capitaloceno como él prefiere llamarlo.

12

Palabras clave: Antropoceno. desastre de Mariana. cine. arte y política.

Lucas Bambozzi é um artista multimídia e possui trabalhos em diferentes formatos, como instalações, vídeos de canal único, curta-metragens e projetos interativos. Participou de exposições individuais e coletivas em mais de 40 países. Nascido em Minas Gerais e graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1988, seguiu um percurso entre a comunicação e as artes. Desde 1993 se estabeleceu em São Paulo atuando como professor universitário na PUC-SP, no Centro Universitário Senac e, desde 2013, é professor do departamento de Artes Visuais e na pós-graduação do departamento de Comunicação.

É autor de vídeos e filmes e ganhador de prêmios nacionais e internacionais. Destacamos o documentário *Lavra*, considerado um híbrido no audiovisual que mostra uma personagem ficcional, a protagonista Camila Mota, atriz do Teatro Oficina que interage com situações reais que vivem os atingidos pelos impactos da mineração no Estado de Minas Gerais, nos municípios de Mariana, Paracatu de Baixo, Conceição do Mato Dentro, Brumadinho, Itabira e Macacos. Essas cidades foram fortemente atingidas após o rompimento de barragens da região, deixando diversos mortos e desabrigados, além de causar grande impacto ambiental e mudanças na paisagem da região. Com extrema sensibilidade, Bambozzi aborda um dos maiores crimes ambientais da história do país, além de oferecer reflexões importantes sobre a relação entre cinema, espaço e extrativismo mineral.

Os Autores: O cinema é obra de arte da modernidade, como Benjamin nos ensina, é uma arte eminentemente industrial. Diante disso, sabemos que o mundo industrial tem provocado mudanças geoclimáticas em larga escala, com consequências bastante sérias para a sobrevivência da vida na Terra. Como cineasta que é bastante sensível à questão dos impactos da indústria da mineração, como você vê a posição do cinema no Antropoceno?

Lucas Bambozzi: Agradeço a oportunidade de poder refletir sobre isso, porque não tenho essas questões muito prontas na minha cabeça. Muitas questões ligadas ao filme - desde que no ano passado o filme teve um percurso e isso me permitiu aprofundar algumas questões. Mas, é um privilégio ter a oportunidade de refletir sobre essas questões que são sobre o meu próprio fazer, não tanto quanto o filme representa no campo da mineração e das políticas de mineração, ou nessa situação atávica, dramática e trágica que a gente observa em Minas Gerais.

O cinema, nesse campo da arte, entre a arte e a indústria, é a minha própria condição, ao longo de, vamos dizer quase 30 anos. É transitar de alguma forma entre esse pensamento de um cinema, de um diálogo entre esses cinemas, entre os vários cinemas, entre esses cinemas que registrem ou que se desdobram a partir desse, vamos dizer, desse bloco de cinema que atravessa o século XX e que se cristaliza, sedimenta com um formato de exibição coletiva numa sala pré-definida. E eu venho fazendo uma espécie de discurso. Tenho publicações em torno disso, desses outros cinemas que sobrevivem a esse grande cinema. Muitas vezes com ênfase nesses outros cinemas, valorizando-os em detrimento da valorização dessa grande estrutura. Mas, quando surgiu a ideia de fazer um filme sobre a tragédia de Mariana em 2015, a gente não teve dúvida de que devia ir pelo caminho desse cinema mais estruturado, ou seja, chegar às salas de cinema, porque essa ideia de chegar às salas de cinema faria com que a gente tivesse um formato, um projeto, que anda por conta própria. O cinema tem uma estrutura sedimentada, é essa a questão, e esses outros cinemas demandam muito do artista, do produtor, para que ele continue acontecendo. Durante muito tempo na minha vida eu passei montando exposições, montando trabalhos que são exibidos uma única vez, instala-

ções que dependem da minha presença para acontecer. E para falar de uma tragédia como a de Mariana, existia a ideia de falar com um público maior, maior que o público das galerias de arte, ou mesmo dos museus, que dão pouco espaço pra isso. Claro, museus às vezes podem ser uma estrutura de massa, algumas exposições circulam museus pelo mundo afora, mas isso exige um esforço até maior do que o de fazer um filme para entrar na sala de cinema.

O cinema no Brasil custou muito para se estruturar de todo o sucateamento da produção cultural, ou a tentativa de fazer a Ancine existir. Pelo bem ou pelo mal, ela conseguiu uma estrutura de viabilização de filmes. A ideia era essa: vamos fazer para as salas de cinema. Ironicamente logo depois disso houve um sucateamento da cultura, novamente uma questão ligada ao desaparecimento do Ministério da Cultura, uma espécie de quase criminalização do agente cultural, como se ele vivesse de mamatas e de privilégios, depois ainda uma pandemia que tirou as pessoas das salas de cinema e ainda não aconteceu essa volta, de alguma maneira. Acabamos optando por um caminho que acabou sendo árduo. O Lavra, quando ele entrou nos festivais de cinema, e a princípio o principal festival de cinema documental do mundo, o IDFA, na Holanda, que dis-

puta entre os 3 mais importantes, não havia um público nesses cinemas. A Holanda, uma semana depois do festival, decretou novamente um lockdown. Quando ele entrou em Brasília, que é um grande festival de cinema, foi *on-line*. Em Tiradentes, uma semana antes do festival, em janeiro de 2022, quando o festival ia voltar a ser presencial, a direção do festival voltou atrás e optou pelo caminho mais seguro de fazer *on-line*. Em festivais como o Hot Docs, que eu estive presente, que é um festival um pouco mais pop do que o IDFA, é um festival pro grande público, em Toronto, as salas estavam vazias. Então isso foi uma fatalidade, como outras, e que hoje a gente ainda lida. O Lavra entrou em cartaz, acho que em 8 de outubro, e ficou 4 semanas em cartaz, é um grande feito para um documentário, mas ele acabou sendo prejudicado também por essa dificuldade das salas. Eu mesmo, eu entro numa sala, me sinto vulnerável, coloco máscara, assim como quando entro em um vôo, a gente ainda não tem uma segurança com relação a isso. Mas eu sei também que essa pergunta engendra questões mais filosóficas, que são as que mais me interessam, e menos ligadas a esse mercado, a essa confluência de casos entre um governo trágico, entre a tragédia da pandemia e entre essa reestruturação do cinema nas salas de cinema, que vem sendo afetada não só pela pandemia mas por

uma indústria do *streaming*, que é uma novidade, ainda é uma novidade, Netflix, Prime, Paramount ou Claro Vídeo, Vivo Play, isso são estruturas que jogam pesado e que acabam tirando as pessoas da sala de cinema, mas que também levam para um público que não ia ao cinema. Então de alguma forma o Lavra está sendo visto e está sendo discutido.

O Lavra está sendo discutido em âmbitos acadêmicos. Estive na semana passada em Campinas onde estavam se discutindo catástrofes, tragédias ligadas à mineração. Hoje participo de um curso sobre catástrofes, também, e como prevenir, como remediar. Mas na minha atuação que está um pouco menos alinhada ao grande cinema e mais alinhada a projetos alternativos, mais artísticos, em que se pode chamar mais de arte, porque para muitos chamar o cinema de arte é quase como um esticar da corda, como uma sétima arte, é uma arte da imagem em movimento, não é exatamente arte contemporânea.

Associar o cinema à arte contemporânea é quase que uma premissa, uma tese que tem que ser comprovada o tempo todo. Eu coordeno um curso de ensino à distância que é “Arte contemporânea e audiovisual”, e o tempo todo a gente tem que jogar com a ideia de que audiovisual estamos falando que

cabe dentro da arte contemporânea, porque a arte contemporânea não aceita qualquer visual. A arte contemporânea, o sistema da arte é bastante exclusivista, bastante restritivo por uma série de motivos que também posso discutir, gosto de provocar. Curadores que querem manter um certo estado da arte sobre o domínio da expertise deles e delas. Bom, mas eu venho pensando muito em expandir, estender as questões do Lavra ou a experiência do filme para outros campos, e isso vai acontecer, por exemplo, na instalação que eu montei, que está em cartaz hoje em Buenos Aires, já tem um mês, mas deve ir até o final de dezembro, que é uma instalação chamada Solastagia.

A Solastagia é um aspecto do filme, e essa instalação está dentro do Museu da Imigração, um museu de arte contemporânea. Isso acaba dialogando de outra forma e com outro público, acaba entrando nesses aspectos que são essas extensões do audiovisual. Para essa instalação tenho, inclusive, um apoio do Proac para apresentá-la no Brasil em 2023. E se o Lavra tem um aspecto um pouco mais narrativo, que envolve uma personagem, uma camada literária, envolve aspectos de um cinema pensado para a sala de cinema, que envolve a criação de uma personagem, a criação de um elã com o público, de uma estrutura de roteiro que é pensada para a sala de cinema,

eu acho que agora cumprida essa tarefa, acho que cabe pensar em outras formas de dialogar com o público, outras formas de falar dessas questões. E eu estou agora nesse momento.

Existe um consenso de que esse conceito do atingido ou atingida, da personagem como atingida, não deveria ser colocado de imediato, para que pudesse haver a possibilidade de pegar o público, o espectador pela mão e conduzi-lo diante de uma reflexão e que essa reflexão fosse levada a uma conscientização para evitar qualquer visão panfletária, porque a visão panfletária pode afastar essa empatia, essa identificação, esse acompanhamento.

Os Autores: Já que você trabalhou aqui esse conceito do Glenn Albrecht sobre a solastagia, gostaríamos que falasse como o documentário Lavra costura esse elemento ficcional com os aspectos reais, os efeitos concretos dos desastres da mineração, e que você vai de alguma forma pegando o público através de uma personagem, que é atingida por esse desastre. Gostaríamos que comentasse essa concepção, execução dessa narrativa, e qual a ressonância que você tem identificado tanto na recepção pelo público,

quanto pela crítica, e também pelo debate público sobre a mineração. Vivemos numa sociedade bastante imagética, e aquela imagem do rompimento de Brumadinho, que foi exaustivamente noticiada pelos telejornais e foi quase diminuindo o impacto do significado do que era aquilo. A Camila, moça que é uma espécie de “representante” dos atingidos, ela é real e ela ganhou um aspecto ficcional?

Lucas Bambozzi: Eu vou fazer um parêntese para colocar algo que estava na primeira pergunta que é essa relação com o antropoceno e que eu queria fazer essa conexão através do mineral, da mineração, e que é parte presente nas tecnologias de comunicação hoje, e que é parte tão intrínseca do mundo contemporâneo, do capitalismo contemporâneo que vale a pena a gente retomar com um aspecto mais amplo, porque também tenho um percurso ligado às tecnologias, ao uso de tecnologias para a arte e essa gradativa consciência que eu fui tendo em relação ao uso da tecnologia implicado na exploração mineral, eu acho que importa mencionar. E falar dessa ideia gradativa, ou progressiva, acho que é a chave para responder essa outra pergunta.

Quando você mencionou que essa personagem é uma atingida, nas primeiras conversas com a roteirista, a

gente criou esse projeto juntos, que é a Christiane Tassis. Ela é escritora, sobretudo, e é recente o percurso dela como roteirista, mas ela tem livros publicados e um deles virou um filme, mas a ideia era mais escrever do que fazer roteiros. Existe um consenso de que esse conceito do atingido ou atingida, da personagem como atingida, não deveria ser colocado de imediato, para que pudesse haver a possibilidade de pegar o público, o espectador pela mão e conduzi-lo diante de uma reflexão e que essa reflexão fosse levada a uma conscientização para evitar qualquer visão panfletária, porque a visão panfletária pode afastar essa empatia, essa identificação, esse acompanhamento. No momento em que a gente percebe, e é muito fácil nestes tempos de polarização, identificar um certo discurso que já afirma de imediato a premissa desse discurso, ou afirma de fato onde que é, qual esse lugar de fala e, às vezes, esse lugar de fala é colocado de uma forma tão dura, ou mesmo pesada, que ele evita algum tipo de compreensão dos meandros, da reflexão, do raciocínio que pode levar à uma conscientização mais profunda. Então, a personagem não se entende como atingida, ela vai se entendendo nesse percurso, e essa conscientização dela, de “olha, eu não me julgava atingida e agora eu entendo o que é ser atingida”. Eu via essa necessidade de percurso progressivo como parte dessa

identificação com o público, fazendo com que o público acompanhasse esse raciocínio.

Os Autores: Você está falando uma coisa muito preciosa, que é esse processo de reconhecimento, não vou nem usar o termo conscientização porque ele está tão ideologizado. Esse processo de reconhecimento e, muitas vezes, quando a gente entra em contato com essas populações atingidas, alguns que perderam família, casa, filho, tudo, e aí tem às vezes uma coisa entre, não sei se uma resignação, do tipo, “Deus quis”, aquelas coisas, que atrapalham ou impedem que esses próprios atingidos se vejam como vítimas de um crime ambiental. Para construir essa Camila, digamos assim, como que você viu esse processo nas pessoas, além dessa síntese que a Camila ocupa nesse lugar, porque imagino que tinha percepções muito diferentes do que aconteceu? Além disso, quero aproveitar para recuperar essa coisa que você fala no trabalho com a roteirista, você tem uma concepção da personagem que estabeleceu um arco para evitar uma simplificação e fazer um filme de tese. É exatamente isso que você está falando nos interessa: como que uma coisa é essa concepção que vocês tinham, a outra coisa já é o próprio

contato com as pessoas, com os atingidos. Uma coisa é essa figura pública, retórica, outra coisa é o que vocês encontraram nas experiências com essas pessoas. Como foi esse contato?

Lucas Bambozzi: Eu vou voltar no raciocínio anterior, porque a contraposição da palavra conscientização à palavra reconhecimento é muito valiosa nessa lida. Esse equilíbrio entre o reconhecimento, que eu troco, uso a palavra pertencimento. Por isso que é uma personagem que não se sente pertencente ao local, ela tenta recuperar essa noção de pertencimento, de pessoa que vem do exterior e tá entendendo a realidade social, e nessa conexão com a realidade social ela vai se conscientizando. De fato o reconhecimento é anterior. Mas vou abrir um parêntese para associar também isso à linguagem cinematográfica, porque foi muito difícil fazer o filme com uma câmera subjetiva e que fosse progressivamente revelando a personagem. Seria muito mais fácil, você consegue uma empatia com qualquer personagem, com a atriz, com o ator, mostrando o rosto de imediato, porque é através do rosto que as expressões se desencadeiam, e o cinema usa isso de forma exaustiva até e, às vezes, de forma apelativa, é vendo o outro chorar que a pessoa chora, é vendo o outro triste que você se identifica com

a tristeza. Mas é um momento que a gente tinha uma câmera subjetiva que vai mostrando sempre de costas, é muito mais difícil utilizar desses jargões do cinema. Mas eu insisti muito pra que isso acontecesse exatamente pra demarcar esse reconhecimento progressivo, de que a gente só vai vendo quem é essa pessoa na medida em que essa pessoa vai redescobrir quem é, a gente só a vê, a feição dela, o que ela é capaz de fazer, e como ela é capaz de se emocionar ou gerar empatia na medida em que ela demonstra uma empatia com relação às pessoas, aos atingidos. E aí eu entro na pergunta de fato, que é como equilibrar essa personagem criada laboratorialmente dentro da fantasia ficcional, ou dentro da liberdade da literatura, e trazê-la para a realidade social, para as pessoas atingidas ali. E eu acho que me cabe dizer que a gente se entusiasmou um momento com essa personagem criada ficcionalmente, e quando a gente foi aplicá-la na realidade ela foi se tornando menos importante do que as pessoas que a gente encontrava. Então ela foi se tornando, a gente foi eliminando essa premissa ficcional, essa ideia de qual é a construção associada a ela do seu passado, e sim colocá-la no presente, fazer com que ela potencializasse as pessoas que a gente ia encontrando. As pessoas que a personagem Camila ia encontrando são pessoas que a gente havia contactado

antes como parte da pesquisa. Claro, alguns foram surgindo nesse caminho, mas tudo que está no filme de alguma forma aconteceu, não foi forjado nenhum acontecimento.

Os acontecimentos foram se desdobrando ali, no processo de filmagem. É importante dizer, também, dentro desse entendimento da linguagem, para que houvesse essa progressão, esse reconhecimento, essa conscientização progressiva, que nós filmamos em ordem cronológica. Então, a ordem do que nós vemos no filme é a ordem que foi filmado. Muitas vezes o cinema mistura muito isso por uma questão de logística, operacionalidade, já que estamos em tal ambiente vamos fazer o começo e o fim do filme. Mas era importante que a própria Camila, pessoa, experienciasse essa progressão também, para que ela fosse cada vez mais entendendo da questão que ela estava tratando, ela fosse vivenciando e “sofrendo” essa realidade social, pra que isso fosse constituindo uma verdade emocional pra ela.

De fato, funcionou dessa forma, a Camila terminou o filme dizendo isso. Ela acabou aplicando em peças de teatro que dirige, em personagens que ela atua no teatro Oficina. Ela é uma militante cultural há 25 anos ligada ao Teatro Oficina, que é uma instituição brasileira da maior importância. É

diretora também de teatro e de filmes. Então, ela viver esse processo era importante para ela, não que ela não conseguisse essa fé cênica para conseguir viver as situações de forma dramática, mas foi importante para todos nós que vivêssemos conjuntamente esse processo cronológico.

O que eu ia dizendo é que quando terminou o filme, nos debates que participamos conjuntamente, ela passou a dizer “eu sou minério, hoje eu sou minério, eu sou Minas Gerais, mas mais que isso, sou minério, sou constituída de minerais, somos”. Ela se sente como uma explorada nesse processo também. É uma metáfora que tem um lastro na constituição biológica, científica, do nosso corpo, mas tem também uma situação que atravessa a metáfora, o poético e essa condição talvez um pouco trágica, de ser uma coisa objetificada pelo capitalismo. E ela passou a dizer isso: “eu sou minério”. Ela foi se entranhando desse minério, ela pegava o minério de ferro e ia criando uma relação, ela foi trazendo pedras, trouxe para casa pedras para ter, para ficar perto, pedras de matita. Essas pessoas foram se tornando mais importantes que o caráter ficcional. Em muitas das cenas, a maior parte, vamos dizer, de 50 cenas mais ficcionais a gente acabou absorvendo 10, 15, não sei que percentual, mas a gente foi eliminando o que pa-

recia ser importante dessa dramatização da personagem, e foi valorizando o trágico dos atingidos. Então a gente discutiu bastante isso também, de evitar o drama e focar na tragédia. Não precisou ser dramatizada, porque ela já é, porque esses 2 acidentes foram trágicos e é trágica essa condição das pessoas que estavam ali.

Essa retirada das pessoas dali é a lógica da topofilia que dialoga com a solastagia que a gente está dizendo, eles experenciam o drama da solastagia, mas retirá-los é uma afronta a esse conceito da topofilia. Se você tem afeto a esse lugar, esqueça esse afeto e recree de alguma forma esse afeto a esse novo lugar que a gente definiu para você e não que você definiu para si próprio. Então há uma violência ali.

Os Autores: O mundo da mineração está muito presente no antropoceno, e nos traz também uma ideia de que nós vivemos em ruínas ou que precisamos aprender a viver entre as ruínas. No capitalismo tem formatos diferentes, formas diferentes de ruínas, e aí os desastres da mineração são uma delas. Fale sobre a ideia de ruína, arruinamento, o quanto ela é importante para obra de um cineasta do

século XXI que trabalha com arte contemporânea, e se você percebe a diferença entre a ruína como espetáculo e a ruína como um espaço de vivência, até mesmo porque parte dessas pessoas continuam lá, continuam lá porque, enfim, é o lugar delas. Pensamos também que toda vez que elas se deparam com alguns daqueles espaços, traz de novo uma memória tanto do momento, do ocorrido, quanto das várias memórias que vão sendo acionadas. Então, a ruína também tem muito desse processamento de memória. Como é isso para o cineasta?

Lucas Bambozzi: Essa pergunta dá pra fazer um seminário inteiro. Eu acho que a minha formação em cinema está muito formada por um pensamento filosófico ligado à Tarkovsky, ao pensamento do Nelson Brissac Peixoto, com (o livro) “Cenários em ruínas”, e que tem de fato um flerte com a estética da ruína ou como traz esse aspecto da ruína como parte da nossa condição. O Lavra tem muito dessa condição dos destroços, da ruína, do anjo do Walter Benjamin, a pintura Anjos Novos do Paul Klee mencionada pelo Walter Benjamin como uma metáfora do progresso. Nós chegamos a ter um tratamento do roteiro em que havia essa fala do Walter Benjamin declarado ali, ela era citada pela personagem, e como isso soava um

pouco acadêmico, um pouco intelectual demais pra personagem que não teria essa formação filosófica ali, ou soaria um pouco pedante dentro do filme, acabamos tentando incorporar isso através da imagem ou através de um pensamento que nos pareceu mais pertinente, que é o encontro dessa fala do Benjamin com (o livro) “A Queda do Céu”, do Davi Kopenawa, que está ali no final como duas imagens que igualmente questionam o progresso, a gestão do progresso como é feito pelo capitalismo hoje. É mais a ideia do Angelus Novus caminhando em direção à história, no futuro, olhando para trás e só vendo ruína, só destroços, ela é parte intrínseca do conceito do filme. Porque quando a gente teve a ideia do filme já havia filmes sendo iniciados sobre Mariana, eu lembro do próprio Tadeu Jungle, ele foi imediatamente para lá, fez um registro em 360 graus daquilo. Então a gente já sabia que haveria outros projetos assim, então a ideia da ruína estava dada, e a ideia da ruína como ali em Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, ela é muito pujante, ela é uma imagem que vai durar na história.

Mas eu queria abordar, entrando nisso, um outro aspecto. Tem dentro do Lavra uma cena que foi inspirada diretamente em Tarkovsky, que é uma cena em que estão moradores de Paracatu de Baixo que continuavam ali,

alguns insistindo em ficar, houve uma solicitação do Ministério Público pra que as pessoas saíssem, fossem pra Mariana, coordenado pela Renova, a instituição criada pela Vale, até que houvesse a criação da Nova Paracatu há alguns quilômetros depois de Paracatu de Baixo, que seria essa nova cidade construída para os atingidos. Essa cena que eu estou mencionando é uma cena inspirada no Tarkovsky, não só Nostalgia, mas é um pensamento ali de uma cena posada, uma cena posada, quase que uma foto, em que tem as casas arruinadas e as pessoas paradas olhando pra câmera diante dessas ruínas. Ali estavam o senhor Pascoal, senhor João. São pessoas que são muito importantes para a reconstituição de Paracatu de Baixo. Essa cena poderia ser pensada como uma elegia da ruína? Eu acredito que não porque ela é a afirmação de que esse é o nosso lugar, nós preferimos ficar aqui no meio dessa ruína a nos rendermos à uma lógica de renovação da paisagem que despreza a nossa condição, despreza nosso modo de vida, despreza nosso apreço por essa paisagem, despreza o nosso apreço por onde a gente escolheu viver.

Essa retirada das pessoas dali é a lógica da topofilia que dialoga com a solastalgia que a gente tá dizendo, eles experienciam o drama da solastalgia, mas retirá-los é uma afronta a esse conceito da topofilia. Se você tem afeto a esse

lugar, esqueça esse afeto e recrie de alguma forma esse afeto a esse novo lugar que a gente definiu pra você, e não que você definiu pra si próprio. Então há uma violência ali.

Essa cena posada fala mais da violência do deslocamento, desse deslocamento forçado, do que da condição de uma estetização da ruína. Isso foi pensado, foi discutido, não precisamos estetizar a ruína, não vamos fazer isso. O senhor Zézinho faleceu no ano passado, no final do ano, e a gente acabou mudando os créditos finais do filme quando soubermos do falecimento dele. O filme já tinha circulado como “até a data de hoje o senhor Zézinho não viu sua casa nova”, e a gente mudou dizendo que senhor Zézinho faleceu e nunca viu sua casa pronta. Ou seja, sete anos depois da tragédia eles não foram capazes de proporcionar essa nova casa para ele. Mesmo que essa casa tivesse algo de trágico, é mais trágico ainda ele ter ficado nessa condição de sem lugar, estando no lugar de origem e falando: “por que não constrói a casa aqui, por que não podemos morar aqui?”. Ele fala isso no filme e é a condição da imagem que a gente recriou.

Os Autores: Legal. Estamos acompanhando, principalmente agora com a COP, o quanto a questão climática e ambiental ocupa um lugar muito importante nos deba-

tes da geopolítica global. No caso brasileiro, vivemos um desmonte da cultura e uma ação muito coordenada, para dizer o mínimo, de impacto na questão ambiental e climática. Como é que você observa esse momento em que o Brasil tá “voltando à moda”, vamos dizer assim, do ponto de vista da geopolítica global, muitas atenções voltadas para nós por toda a questão do nosso lugar ambiental e climático. Como você observa a produção audiovisual, cinematográfica, nesse momento tão importante para a cultura, para o audiovisual, e para a questão climática e ambiental?

Lucas Bambozzi: Bom, eu espero que o *Lavra* e outros filmes assim possam servir como instrumento de discussão, de aprofundamento dessas questões, e de fato isso vem funcionando. Quando fizemos um debate de lançamento do filme em Belo Horizonte nós conseguimos reunir grande parte das lideranças dos movimentos sociais que são retratados de alguma forma no filme, e que continuam essa luta, o MAB⁵, o MAM⁶, o MovSAM⁷, pessoas que são ativistas, que vão seguir nesse embate. Vão seguir inclusive nesse novo governo que tem um maior comprometimento com as questões climáticas,

com a questão ambiental, mas a gente sabe que esse destroçamento, essa danoção da paisagem, esse mega extrativismo não vem de agora, ele vem de tempos da colonização, ele vem da existência de um estado que se chama Minas Gerais, parece que a condição do estado é de se doar pra sempre como extrativismo. E o filme não fala tanto dessa questão macro ambiental.

Esses dias tinha alguém na Dinamarca, num debate que a gente fez, falando assim: “mas qual é o *climate change*, como isso é incorporado pelo filme, ou isso atrapalha o filme?”. Pensando um pouco, falar do *climate change* parece tão abstrato para os atingidos, é tão abstrato para as pessoas que têm um rio, dependem daquele rio e, aquele rio foi danado, foi destruído por uma mineradora que tem nome, não é uma coisa abstrata. Os países têm que mudar a emissão de gás carbônico etc. É muito objetivo, é muito prático, e o que a gente viu nesse governo foi uma desregulamentação, uma apologia da desregulamentação.

O que está por trás disso? A ideia da liberdade, do neoliberalismo, a ideia de que regras? Não, não temos que viver sob regras, o mercado se adapta, como se as mineradoras pudessem ter uma

⁵ MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens (<https://mab.org.br/>).

⁶ MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração (<https://www.mamnacional.org.br/>).

⁷ MovSAM – Movimento pelas Serras e Águas de Minas (<https://www.instagram.com/movpelas-serraseaguasdeminas>).

consciência com relação ao tamanho do buraco que elas tão fazendo. Elas não têm, não existe uma consciência da mineradora. A consciência é o capital, são os acionistas, é isso que move esse poder. Então a ideia até do Antropoceno soa um pouco abstrata, porque é intangível no universo dos atingidos pela mineração. Estudei geografia no ensino básico e secundário, e diziam que a mineração era restrita ao quadrilátero ferrífero em Minas (Gerais) e aquilo era como se fosse o motor do Brasil. Mas a mineração hoje está sendo feita muito além, ela chegou em regiões que tinham certa autonomia econômica a partir do ecoturismo, como Conceição do Mato Dentro e Serro, por exemplo, e hoje estão atingindo o Pará, que tem outras possibilidades de economia pujante.

Estou querendo reconstituir a ideia que essas tragédias têm nome, elas poderiam ser evitadas com fiscalização, com regulamentação, com um tipo de controle maior da mineração. Nenhum desses movimentos sociais que a gente abordou, e o próprio filme, não são anti-desenvolvimentistas, não querem acabar com a mineração, eles têm uma ideia de que nós vivemos em um mundo contemporâneo, onde o ferro, os minerais têm uma importância pra medicina, para educação, para a ciência de um modo geral, então não há um negacionismo, mas atribuir

tudo isso à algo tão abstrato é errar o foco da luta. Então, é melhor chamar de Capitoceno, não é o homem destruindo a natureza, é o lucro, o desejo desmesurado de fazer dinheiro, não é o homem, não é uma condição humana isso, talvez a condição humana seja essa da obsessão pela riqueza, mas eu vejo isso muito mais como uma distorção do que como uma natureza humana.

É melhor chamar de Capitoceno: não é o homem destruindo a natureza, é o lucro, o desejo desmesurado de fazer dinheiro, não é o homem, não é uma condição humana, talvez a condição humana seja essa da obsessão pela riqueza, mas eu vejo isso muito mais como uma distorção do que como uma natureza humana

Os Autores: Questão de política econômica.

Lucas Bambozzi: Sim, e desmedida, não há tanta necessidade de concentração de riqueza. Isso é uma questão que vai mais além e poderia se discutir, ter esse ponto, de que um rio, quando se constrói um mineroduto que percorre 500 km da região de Conceição do Mato Dentro, da Anglo American, que é essa mineradora que está ali, e autorizam que ela utilize um rio

pra bombear o minério por 500 km é nítido que vai haver um problema ambiental ali ligado àquele rio, então aquele rio, aquela regulamentação que deixou com que o rio, que é da União, é um benefício coletivo, seja utilizado, seja priorizado por uma companhia, isso tem que ser rediscutido. E é uma questão muito objetiva isso, que a mineradora encontre outras formas de minerar, mas ceder um rio inteiro pra mineradora, não é justo, não é razoável. Até o método anterior, no estabelecimento da Vale. Que se construa uma via férrea para escoar o minério para o porto, mas que sirva de transporte para pessoas e outras mercadorias. Essa via férrea que é praticamente a única existente no Brasil hoje em funcionamento, a via que sai do quadrilátero ferrífero e vai para o Espírito Santo tem uma utilidade pública. Agora o mineroduto não tem nenhuma utilidade pública, ou seja, é um retrocesso nessa concessão de benesses para as mineradoras, é um retrocesso, e não é exatamente desse governo, é uma questão histórica.

Os Autores: você situa muito bem a distinção entre não só a espetacularização, mas também uma estetização da ruína, ou uma visão meramente contemplativa, e que a linguagem do seu filme vai por outro caminho, o caminho do pertencimento, a cena que você narra

das pessoas resistindo a serem desalojadas é muito clara do que vocês estão propondo. E agora você faz um comentário bastante interessante em termos de: “vamos ter cuidado com certos conceitos que podem perder de vista coisas bem concretas em nome de uma certa abstração”. Porque percebemos que essa questão geoclimática hoje praticamente gerou um subgênero no cinema, nos festivais, a gente sabe que isso vai ter um apelo ainda maior. Como você situaria as principais tendências desse tipo de produção e o seu próprio trabalho? Porque acho que entram elementos de espetacularização, uma visão contemplativa da ruína, mas também questões conceituais, às vezes narrativas abstratas demais, que não descem ao concreto. Como você vê essa questão climática como um subgênero do cinema, como se situaria aí dentro?

Lucas Bambozzi: Nunca me imaginei fazendo um filme que estivesse dentro dessa categoria, entre aspas, desse rótulo ambiental, ecológico. E eu observei com certa desconfiança a migração, alguns artistas buscando isso como se fosse um nicho. Observei com certo pensamento crítico, mas também com interesse em ver o quanto isso passou a ser também importante, trazer para a arte essas questões. O meu filme,

dentro das sinopses possíveis do Lavra, existe a palavra paisagem, a ideia de discutir a paisagem como desencadeadora dessas questões mais existenciais, como a solastalgia, discutir as tragédias que são questões muito contemporâneas. Trazer a questão da tragédia como a definição de solastalgia, associada à tsunamis, terremotos, catástrofes naturais, nomeá-las. A solastalgia produzida pelo interesse econômico desmedido. A ideia da paisagem foi entrando um pouco no meu espectro de preocupações a partir do momento em que eu fiz um doutorado em arquitetura e urbanismo, na FAU-USP, que me levou à um pensamento de associar comunicação, que é minha formação - comunicação social na UFMG, a arte a partir da minha relação com o audiovisual, cinema e vídeo arte, e o espaço, ligado à arquitetura.

Essa confluência entre comunicação, arte e espaço, lugar, para mim já é uma questão filosófica muito interessante, na medida em que grande parte da minha obra é constituída de instalações, um pensamento do audiovisual em função do espaço, não exatamente em função do cinema, mas em função de um espaço, o que falávamos anteriormente ligada aos desdobramentos do Lavra. A questão da paisagem que me pareceu essa conexão mais direta e absolutamente honesta, não oportunista, com essa questão das monta-

nhas e da definição do filme. Por quê? Porque dentre as várias outras questões que me rondam nessa resposta eu cresci em Minas Gerais, rodeado por montanhas, e ouvindo poesias da melhor ou pior qualidade associadas às montanhas definidoras do ser mineiro. O ser mineiro informado, formado e afetado pelas montanhas. E isso parece um pouco abstrato quando a gente ouve, “o mineiro é assim por conta das montanhas”, mas a gente vai associando isso a outras ideias, os povos indígenas ancestrais que viviam em planícies são diferentes, têm práticas diferentes dos que vivem nas montanhas. A gente teve isso no cinema hollywoodiano, os *westerns* que mostram os índios das montanhas rochosas e os índios de planícies, eles têm táticas de sobrevivência diferentes, eles atacam os brancos de formas diferentes, e a gente viu isso na arquitetura modernista, Niemeyer fazendo arquiteturas, Corbusier fazendo arquiteturas em função do nosso bem-estar ou provocando a nossa passividade diante do espaço. Isso é um dado, a questão do espaço definindo o indivíduo é um dado comprovado que vem sendo discutido, vem sendo trazido para a superfície também por artistas. E foi por esse aspecto que eu passei a me ver fazendo trabalhos ligados ao ambiente, ao espaço. E eu queria, talvez pode ser uma boa forma de finalizar, que a gente foi vendo que o filme, eu e a Cris, roteirista, que o

filme foi se aproximando de uma frase, de um dizer que era muito comum nos nossos primeiros tempos de estudante em Belo Horizonte. Já existia antes da gente, é uma frase de um artista chamado Manfredo Souza Neto, em que ele criou uma série de adesivos que eram parte de uma exposição que ele fez em 1974, e que ele chamava a atenção para essa frase: “olhe bem as montanhas”. Esse “olhe bem as montanhas” é uma frase, um adesivo, muito comum nos carros, e era um plástico, não era um adesivo, um plástico a ser colocado por dentro, no vidro, e soava como soa talvez a ideia do Antropoceno hoje, como muito abstrata: “olhem bem as montanhas? estou olhando, e daí?”. Mas ele apontava que a Serra do Curral, ali em BH, já vinha sendo carcomida e que não era a mesma serra de 10 anos atrás, se colocássemos ali uma câmera, tirássemos uma foto em cada momento, o delineamento da serra tinha sido modificado. E essa frase fazia parte de uma exposição que ele levou para o Rio de Janeiro em 1975, e essa exposição foi visitada pelo Drummond, que escreveu no Globo um artigo de meia página sobre a importância dessa frase, por ele ter experienciado o Pico do Cauê se tornando de 200 metros para cima, 200 metros pra baixo. Então essa ideia de olhar as montanhas e ver que algo se passa nessas montanhas e que isso pode parecer “as montanhas vão estar

sempre ali, elas não se movem”, isso é hoje uma constatação. E o filme se aproximou dessa frase, que para mim era uma frase apócrifa, era uma frase do pensamento popular, não tinha noção de que aquilo era uma frase de um artista. Ou seja, eu fui entender isso agora, na finalização do filme, aí mantive contato com o Manfredo e ele autorizou a gente a refazer esse adesivo, essa frase, e ele retoma. Ou seja, acho que a minha postura, hoje, se modificou ao fazer o filme, houve um entendimento dessas questões ecológicas como parte de um entendimento associado à arte, à comunicação e ao estudo do espaço e do lugar. É diferente de forçar logo de entrada, como dar um remédio, “Olhe, é um filme sobre ecologia, veja”, é “pense sobre a ecologia”, sobre esses aspectos.

Os Autores: Na verdade não é só a Camila que se reconhece, é o Lucas que se reconhece e que capta o outro sentido do “Olhe as montanhas”, essa história é incrível, muito legal e emocionante. Muito obrigada!

DOSSIÊ: ■
**CARTOGRAFIA DAS RUÍNAS
DO ANTROPOCENO BRASILEIRO**

Desastres, ruínas e desafios do extrativismo mineral brasileiro: a regulação das barragens de rejeito de mineração

Bruno Milanez¹

ORCID: 0000-0002-5330-7407

Resumo: Neste artigo, argumento que o contexto neoliberal, aliado ao perfil extrativista da economia brasileira, levou a pseudo-respostas dos agentes econômicos e a iniciativas ambíguas dos órgãos de regulação no Brasil para lidar com os rompimentos de barragens de rejeito de mineração. O texto, com base em revisão bibliográfica, complementa resultados de pesquisas específicas adotando uma visão sintética. Ao longo do estudo descrevo a visão extrativista que se consolidou na política mineral brasileira, explicitando suas diferentes fases. Em seguida, apresento, em nível global, as tendências temporais e geopolíticas dos rompimentos de barragem. Depois, discuto as iniciativas de “mercado” para lidar com os rompimentos de barragens e explico suas limitações. Então, discorro sobre as tentativas de regulação estatal e os repetidos recuos das entidades governamentais. Por fim, aponto para o embate entre o setor mineral, que busca construir uma imagem positiva, e os movimentos sociais que questionam o atual modelo mineral brasileiro.

28

Palavras-chave: antropoceno. mineração. barragem de rejeito. política pública.

¹ Possui graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), mestrado em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (2002) e doutorado em Política Ambiental - Lincoln University (2006). Atualmente é professor no programa de Pós-graduação em Geografia e no Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7310974372819290>.

Abstract: In this article, I argue that the neoliberal context, allied to the extractive profile of the Brazilian economy, led to pseudo-responses from economic agents and ambiguous initiatives by regulatory agencies in Brazil to deal with the failure of tailings dams. Based on a literature review, the text complements specific research by adopting a synthetic view. Throughout the study, I describe the extractive vision consolidated in Brazilian mineral policy, explaining its different phases. Then, I present, at a global level, the temporal and geopolitical trends of dam failures. Afterwards, I discuss the “market” initiatives to deal with dam failures and explain their limitations. Then, I discuss the attempts and the repeated setbacks of government entities. Finally, I highlight the clash between the mineral sector, which seeks to build a positive image and social movements that question the current Brazilian mineral model.

Key-words: anthropocene. mining. tailings dams. public policy.

Resumen: En este artículo, argumento que el contexto neoliberal, aliado al perfil extractivo de la economía brasileña, condujo a pseudo-respuestas de los agentes económicos y a iniciativas ambiguas de los organismos reguladores en Brasil para hacer frente a las fallas de las presas de residuos mineros. El texto, basado en una revisión de la literatura, complementa los resultados de investigaciones específicas al adoptar una visión sintética. A lo largo del estudio, describo la visión extractiva que se consolidó en la política minera brasileña, explicando sus diferentes fases. A continuación, presento, a nivel global, las tendencias temporales y geopolíticas de las fallas de represas. Luego, analizo las iniciativas de “mercado” para hacer frente a las fallas de las represas y explico sus limitaciones. Luego, analizo los intentos de regulación estatal y los repetidos retrocesos de las entidades gubernamentales. Finalmente, señalo el choque entre el sector minero, que busca construir una imagen positiva, y los movimientos sociales, que cuestionan el actual modelo minero brasileño.

Palabras clave: antropoceno. minería. presas de residuos mineros. política pública.

Considerações iniciais

O objetivo deste artigo é avaliar a dinâmica das respostas de agentes econômicos e estatais aos rompimentos de barragens de rejeito de mineração que ocorreram no Brasil a partir de 2015. Dentro deste escopo, argumenta-se que o contexto neoliberal, bem como o perfil extrativista da economia brasileira, levou a uma série de pseudo-respostas das empresas e iniciativas ambíguas por parte dos órgãos de regulação, que ainda não se mostraram suficientes para evitar novos rompimentos de barragens.

Passados sete anos do rompimento da barragem de Fundão, no Rio Doce, e quase quatro anos desde o desastre causado pela Barragem I, no Rio Paraopeba, o artigo se propõe sistematizar algumas das iniciativas tomadas para aumentar a segurança das barragens de rejeito. Nesse sentido, a principal contribuição do estudo consiste em complementar resultados de uma série de pesquisas específicas, porém, adotando uma visão mais sintética. A argumentação é baseada primordialmente em revisão bibliográfica e análise documental.

Para tanto, o artigo é organizado em três seções principais, além desta introdução. A segunda seção caracteriza a visão extrativista que se consolidou na política mineral brasileira, particularmente a partir de 2010, descrevendo suas diferentes fases. A Seção 3 se divide em três subseções. Inicialmente são apresentadas, em nível global, as tendências temporais e geopolíticas dos rompimentos de barragem, e se busca explicitar seu caráter de injustiça ambiental e de vinculação a vulnerabilidades sociais. Em seguida, são descritas as iniciativas tomadas pelo “mercado” e explicitadas suas limitações. Então, discutem-se as tentativas de avanços e repetidos recuos das entidades estatais em seu esforço para regular a segurança de barragens no país. A última seção aponta para o embate que vem sendo construído entre as empresas mineradoras, que buscam, por meio de iniciativas discursivas e institucionais, construir uma imagem positiva do setor junto à opinião pública, e os movimentos de contestação social, que questionam o atual modelo mineral brasileiro.

Algumas reflexões sobre os extrativismos no Brasil

O debate sobre extrativismo, ou neoextrativismo, no Brasil apresentou um importante amadurecimento nos anos recentes (MILANEZ, SANTOS, 2015; GONÇALVES, 2016; WANDERLEY *et al.*, 2020). Partindo da produção elaborada com base na experiência da América Hispanófono (SVAMPA, 2013; GUDYNAS, 2015; ARÁOZ, 2020), propostas existentes foram sendo adaptadas para debater o contexto brasileiro.

O início das discussões sobre o tema no país remonta ao governo Lula (2003-2011). Naquele momento, do ponto de vista normativo, muito se falava sobre adoção de um modelo neodesenvolvimentista de crescimento. Essa concepção tentava, em grande parte, adaptar princípios do desenvolvimentismo do século XX (protagonismo do Estado, industrialização etc.) à realidade do século XXI (mercados globais, dificuldade da criação de barreiras protecionistas, relevância do setor financeiro etc.). Todavia, as políticas horizontais de estímulo propostas, entre outros fatores, acabaram estimulando desproporcionalmente os setores de base extrativista (mineração, agronegócio e petróleo) e se aproximando do que Gudynas (2015) veio a chamar de neoextrativismo progressista.

Assim, naquele momento, teria se formado uma aliança entre mercado e Estado, de forma que o Estado, por meio das políticas “corretas” criaria um mercado forte. Em teoria, essa dinâmica estaria associada ao surgimento de um “Estado compensador” (GUDYNAS, 2012), que utilizaria o aumento da renda extrativista para reduzir as desigualdades sociais. Assim, apesar do discurso neodesenvolvimentista, o modelo adotado naquele momento tinha muitos elementos do neoextrativismo que vinha sendo descrito em outros países e que veio a se configurar como um elemento estrutural da inserção internacional dos países da América Latina (MILANEZ, SANTOS, 2015).

O modelo teve certo grau de sucesso enquanto durou a bonança dos preços altos das matérias primas, o chamado boom das commodities (WANDERLEY, 2017). Todavia, ele não conseguiu se manter. Quando houve a redução de preços ele se mostrou insustentável tanto do ponto de vista econômico, quanto social (PETERS, 2016; AGUILERA, 2021).

Elementos desse modelo, porém, foram alterados com a mudança de governo e o início do governo de Michel Temer (2016-2017). Essa substituição

rompeu com os elementos que mantinham algum vínculo com a proposta de redução das desigualdades sociais. Ao contrário, o extrativismo brasileiro, nesse momento, adotou um caráter conservador e financista. Assim, houve uma particular atenção em aumentar a captura da renda mineral pelo Estado para, posteriormente, transferi-lo para o setor financeiro, por meio de pagamento de serviços da dívida pública (GONÇALVES *et al.*, 2018).

Esse foi um período particular da política mineral brasileira, uma vez que houve importantes reformas na regulação mineral exatamente quando as agências do Executivo Federal eram compostas por pessoas vinculadas às grandes corporações do setor. Entre as principais alterações realizadas, houve mudança nos valores e regras de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), os royalties da mineração. Além disso, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que possuía um caráter de autarquia, foi transformado em Agência Nacional de Mineração (ANM), nos moldes das outras agências reguladoras existentes sob o Ministério de Minas e Energia (GONÇALVES *et al.*, 2018).

Em 2018, a eleição de Bolsonaro definiu um novo período para o extrativismo brasileiro. Primeiramente, ocorreu o fortalecimento do setor da pequena mineração que, até então, ficava à margem dos principais debates setoriais. Esse sub-grupo incluía representantes do setor de agregados da construção civil e rochas ornamentais, bem como pessoas ligadas às cooperativas de garimpo de ouro. Ainda, o discurso do presidente contrário às comunidades indígenas e à proteção do meio ambiente, e o esvaziamento dos órgãos federais, como Funai, Ibama e ICMBio, fortaleceram e deram legitimidade a segmentos da mineração ilegal (ALMEIDA *et al.*, 2020; MOLINA, WANDERLEY, 2021).

Como consequência, esse foi um período em que se percebeu um crescimento da mineração informal e ilegal, especialmente na Amazônia. Isso contribuiu não apenas para a degradação ambiental, como também para a inefetividade do Estado em garantir sua participação na renda mineral (WANDERLEY *et al.*, 2021). Esse novo momento, ultra-liberal e marginal, foi também caracterizado pela aproximação da mineração ilegal com outras formas de crime organizado, como o narcotráfico e milícias do sudeste do país (BRITTO, 2021).

Portanto, mais do que pensar em um extrativismo brasileiro, parece ser necessário pensar em diferentes variedades de extrativismos. Como variáveis que os diferenciam podem ser mencionados o grau de protagonismo do Estado, o destino

da renda criada e a intensidade de combate a ilegalidades. Todavia, essas distintas modalidades possuem algumas características comuns, tais como a priorização da extração de grandes quantidades de minérios, em um curto intervalo de tempo, para ampliar a exportação desses minérios sem qualquer beneficiamento.

Tal modelo, independente da variedade, deu pouca atenção a questões operacionais das grandes mineradoras, incluindo as condições de segurança dos complexos minerários. Não por acaso, foi durante esse período que houve uma intensificação dos danos associados aos rompimentos de barragens. Foi, também, esse contexto que impediu a constituição de políticas que viessem a reduzir significativamente os riscos associados aos projetos minerais.

Rompimentos de barragens de mineração: tendências, pseudo-respostas e contradições

Tendências globais: injustiças e vulnerabilidades

Rompimentos de barragens são elementos estruturais da atividade de extração mineral. Como obras de engenharia, as barragens possuem considerável complexidade de projeto, construção, operação, manutenção e fechamento. Todavia, comumente são consideradas não prioritárias por empresas mineradoras, por se tratar de um passivo e não um ativo, ou seja, barragens apenas geram custo, nunca receita. Por esse motivo, historicamente elas eram passíveis de ter sua manutenção e segurança menosprezadas de forma a reduzir os custos operacionais das mineradoras (ARMSTRONG *et al.*, 2019).

Bowker (2019) elaborou um banco de dados global onde armazenou a maior quantidade possível de falhas de barragens, desde o início do século XX. Entre 1915 e 2019, ela registrou cerca de 355 ocorrências. Seus dados apontaram um aumento do número de rompimentos até início dos anos 1990, quando houve uma inversão de tendência. Todavia, Bowker e Chambers (2015) identificaram que essa redução se deveu principalmente à diminuição das falhas menores, identificando a continuidade do aumento das falhas graves e muito graves. Para os autores, tal fenômeno seria explicado pelo aumento do tamanho das barragens, que consistiam em projetos mais complexos e ainda seriam associadas a danos potenciais maiores.

Para além da avaliação temporal, os dados organizados por Bowker (2019) também permitem uma análise geopolítica. Considerando o período mais recente,

2000-2019, as informações compiladas permitem verificar, primeiramente, que a maior parte das falhas (60%) ocorreu em países do Sul Global. Mais do que isso, a quase totalidade (99,8%) dos óbitos associados a essas falhas se deu nesses países. Se o número de rompimentos poderia até ser associado à grande presença de projetos minerários nos países periféricos, a predominância de mortes se mostra desproporcionalmente maior. Esse resultado, portanto, pode ser associado a outros aspectos tais como problemas regulatórios, maior vulnerabilidade das instituições de fiscalização, elevado grau de precariedade das condições de trabalho etc.

Assim, a intensidade dos danos causados por tais rompimentos são permeados por aspectos sociais, culturais e econômicos. Por esse motivo, um desastre de barragem não deveria ser visto como um desastre natural. A possibilidade de nomear um desastre de barragem como sendo natural é desconstruída quando se traz à tona o contexto de vulnerabilidade no qual essas barragens são construídas. Por essa perspectiva, desastres de barragens deveriam ser vistos como uma expressão social da vulnerabilidade de determinado território.

A proposta de alinhar o conceito de desastres com o de vulnerabilidade possui forte vínculo com os debates desenvolvidos dentro da perspectiva da Ecologia Política. Ao adotar esse olhar, argumenta-se que os desastres não deveriam ser vistos como eventos discretos, mas sim como parte de padrões e práticas mais amplas da sociedade, compreendidos a partir de perspectivas geográficas e históricas (BOLIN, STANFORD, 1998).

Dessa forma, deixaria de se entender que os desastres seriam “distúrbios” de uma “condição normal” de vida. Ao contrário, os desastres explicitariam e ampliariam as desigualdades sociais existentes (TIERNEY, 2007). Sob esse prisma, os desastres seriam melhor descritos como manifestações extremas de um processo dinâmico, dialético e contínuo que “forma e reforma as sociedades e o espaço que elas ocupam” (BOLIN, STANFORD, 1998, p. 8).

Assim, a interpretação feita pela Ecologia Política partiria do princípio de que a estrutura social e econômica se manifesta de diversas formas e possui diferentes conexões com os desastres. Nessa visão, o atual modelo de produção, acumulação e consumo teria por base a degradação dos ecossistemas, a urbanização caótica, e a ocupação de áreas de risco. Também, ele implicaria no não cumprimento dos códigos ambientais e construtivos, ou na flexibilização dos mesmos (TIERNEY, 2007).

Portanto, ao se adotar essa perspectiva, não se deveria debater os desastres de barragem de rejeito como eventos isolados. Para tentar compreendê-los de fato, eles devem ser vistos como elementos inerentes à atividade mineral e ao contexto no qual tais atividades se desenvolvem nos territórios. Dessa forma, propostas para reduzir os riscos e danos de desastres deveriam debater a atividade mineral como um todo e não as barragens isoladamente. Todavia, como descrito nas próximas seções essa não é a estratégia que vem sendo adotada, seja pelos agentes econômicos, seja pelas agências estatais.

As pseudo-respostas dos agentes econômicos

O pensamento neoliberal que vem, em grande parte, dominando o discurso econômico, argumenta que as forças de mercado seriam as mais eficientes para garantir o adequado funcionamento das empresas. Dentro desse raciocínio, a intervenção do Estado, em teoria, não seria necessária (nem mesmo desejável), pois no caso de práticas inadequadas das empresas, o próprio “mercado” as penalizaria (cf. HARVEY, 2007). Esse pensamento tem orientado muitas das decisões políticas no Brasil nos últimos anos, com especial destaque para as políticas minerais (GONÇALVES *et al.*, 2018; WANDERLEY *et al.*, 2021).

Apesar dessa posição dogmática ser repetida diversas vezes em distintos contextos, ela ainda carece de evidências empíricas. No caso específico do rompimento de barragens de mineração, o que se identifica é exatamente o oposto. A avaliação da resposta de investidores, seja dos acionistas pulverizados, seja de suas organizações, têm indicado a preferência pela acomodação da situação e não de uma penalização de fato das empresas responsáveis por grandes desastres.

O acompanhamento da variação dos preços das ações da Vale após o rompimento da Barragem I, em Brumadinho, é bastante ilustrativo dessa situação. No dia 24 de janeiro, véspera do rompimento, as ações da Vale estavam cotadas a R\$ 41,21. O desastre ocorreu em uma sexta-feira, na segunda-feira seguinte, dia 28, as ações caíram para R\$ 31,10 (INFOMONEY, 2022), o que sugere uma queda modesta considerando o grau de destruição causado pelo rompimento. As ações se mantiveram em um patamar “baixo” pelos três meses seguintes, enquanto eram contabilizados os prejuízos da empresa e eram feitas as primeiras negociações com o estado de Minas Gerais. Já no início de abril, quando ainda havia 49 corpos

para serem encontrados (G1 MINAS, 2019), os preços das ações já voltavam aos patamares anteriores, atingindo o valor de R\$ 39,19 (INFOMONEY, 2022).

Em grande parte, esse aumento de preço de curto prazo era devido ao fato de que com o fechamento de várias minas de ferro, devido ao risco de novos rompimentos, esperava-se uma redução no abastecimento e, com isso, uma elevação de preços do minério de ferro (SEABRA, 2019). Em janeiro de 2020, cerca de um ano após o rompimento, as ações já superavam os valores anteriores ao rompimento, chegando a R\$ 42,78 (INFOMONEY, 2022).

Esse comportamento dos investidores pulverizados indica como as decisões do “mercado” se dão fundamentadas na expectativa de retorno financeiro. Assim, essa avaliação sugere que a “sensibilidade” dos investidores a questões ambientais e sociais teria pouco impacto nos investimentos. Ainda, considerando o contexto atual de financeirização da economia, muitos desses investimentos são feitos por fundos de investimento que utilizam algoritmos para tomar decisões (MILANEZ *et al.*, 2019). Tais processos automatizados dependem muito mais do comportamento do mercado do que de eventuais práticas de ESG das corporações.

Ainda sobre o posicionamento do “mercado”, porém do ponto de vista dos grandes investidores, um exemplo ilustrativo foi a elaboração do “Padrão Global da Indústria para Gestão de Rejeitos”. Essa norma voluntária foi resultado de uma iniciativa do grupo Principles for Responsible Investment (PRI), em conjunto com a International Council on Mining and Metals (ICMM) e com o United Nations Environment Programme (UNEP). O Padrão veio em resposta à “crise de credibilidade” (HOPKINS, KEMP, 2021) que o setor passou a vivenciar após os rompimentos da barragem de Mount Polley, na Colúmbia Britânica, Canadá (2014), Fundão, em Mariana (2015) e Barragem I, em Brumadinho (2019). Essa sequência de desastres obrigou o setor e os investidores a tomar alguma medida que desse a impressão de que algo estava sendo feito para evitar novos rompimentos.

Este Padrão, então, era composto por 15 princípios que deveriam orientar as empresas mineradoras na forma de gerenciar suas barragens. Esses princípios mostravam um certo viés em termos de prioridades, uma vez que cinco eram voltados para aspectos de governança interna, enquanto apenas um para relação com comunidades afetadas e outro para divulgação pública da informação. Do ponto de vista da governança, uma característica do Padrão é complexificação da

hierarquia de gestão de barragens, o que poderia vir a dificultar a identificação de responsabilidades no caso de desastres. Uma avaliação preliminar desse Padrão sugere uma série de fragilidades, como a dependência da “boa vontade” das mineradoras para implementá-los, a aceitação de qualquer tipo de tecnologia construtiva (inclusive barragens a montante), a não exigência da independência dos auditores ou de garantias financeiras para a construção de barragens. Além disso, apesar de, em teoria, ser um Padrão passível de certificação, os termos nos quais foi escrito se mostraram vagos e amplos, com o uso de expressões como “frequentemente”, “regularmente”, “conservador”; o que tende a dificultar uma real aferição por parte dos auditores (ICMM *et al.*, 2020; HOPKINS, KEMP, 2021).

Portanto, pode haver indícios de que as respostas do “mercado” seriam insuficientes para de fato penalizar empresas e obrigá-las a reduzir, de fato, os riscos associados às barragens de rejeito. Nesse sentido, as evidências indicam que agentes econômicos têm tratado a segurança de barragens de mineração como um aspecto isolado do *modus operandi* das mineradoras. Além disso, os investidores pulverizados teriam se mostrado orientados exclusivamente pelo retorno econômico dos investimentos. Ainda, mesmo os “investidores responsáveis” teriam se limitado a pequenos ajustes que, dificilmente, terão impactos significativos nas práticas das mineradoras.

Essa ausência de pressão por parte dos agentes econômicos, então, se une à fragilidade das agências governamentais de regulação. Como será discutido na próxima seção, ao menos no caso brasileiro, as mudanças no sistema regulatório têm se mostrado incapazes de gerar uma redução significativa dos riscos vinculados às barragens de rejeito.

As respostas contraditórias do Estado brasileiro

O perfil extrativista do Brasil que foi debatido na seção anterior tem um reflexo direto no posicionamento das instituições de Estado e na sua limitada capacidade de regular e fiscalizar as empresas do setor mineral. Do ponto de vista de segurança de barragens, a atuação estatal tem se mostrado aquém do necessário para reduzir, de fato, o risco ao qual a população está exposta. Além disso, as normas propostas para lidar com o tema têm mostrado avanços apenas marginais,

sem alterar efetivamente a forma de operação das empresas. Esses dois argumentos são discutidos em maiores detalhes ao longo desta seção.

Do ponto de vista da segurança de barragens, a ANM exige, desde 2019 que as mineradoras entreguem as Declarações de Condições de Estabilidade (DCEs). Esses laudos são emitidos por auditores escolhidos e contratados pelas mineradoras, que atestam – ou não – a estabilidade geotécnica das barragens.

Em primeiro lugar, é necessário ter em mente que existe um problema estrutural na emissão de tais laudos. O poder que as mineradoras têm sobre os auditores pode levar a situação de omissão de informações, como no caso de Fundão (SERRA, 2018), em Mariana, ou de conflito de interesses, como foi identificado no rompimento da Barragem I, em Brumadinho (MPMG, 2020). Meses antes dos rompimentos, ambas as barragens foram consideradas estáveis pelos auditores (ZONTA, TROCATE, 2016; MILANEZ, FELIPPE, 2021).

Para além desse problema, que já lança dúvidas sobre a validade dos laudos existentes, conforme apresentado na Tabela 1, deve ser levado em consideração que, ao longo dos últimos três anos, não houve uma redução significativa do número de barragens sem estabilidade garantida no Brasil.

Tabela 1: Evolução da condição de estabilidade das barragens de mineração no Brasil

Data	Total de barragens	Barragens com estabilidade atestada		Barragens com estabilidade não atestada ou que não enviaram DCEs	
	Número	Número	%	Número	%
Março/2020	431	384	89%	47	11%
Setembro/2020	436	391	90%	45	10%
Março/2021	438	395	90%	43	10%
Setembro/2021	447	404	90%	43	10%
Março/2022	451	409	91%	42	9%
Setembro/22	446	399	89%	47	11%

Fonte: ANM (2022a)

A manutenção de uma quantidade quase constante de barragens sem condição de estabilidade aponta para as limitações do atual modelo de monitoramento e controle por parte da agência reguladora. Em parte, essa limitação pode ser associada à baixa capacidade de fiscalização da ANM dado o grau de precarização e subfinanciamento de suas atividades. Por exemplo, considerando o período 2020 - 2022, o orçamento realizado da Agência não ultrapassou 30% do

total previsto no seu planejamento (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022). Em grande parte, o baixo investimento é fruto de contingenciamento de recursos para garantia de superávit primário e, conseqüentemente, pagamento de serviços da dívida pública (SECOM TCU, 2020). Essa gestão dos recursos da ANM indica a baixa prioridade que o governo federal deu, durante esse período, à segurança das populações que vivem a jusante das barragens de rejeito.

Ainda, há uma série de barragens cuja situação de não estabilidade ou de não envio de documentos se manteve por períodos de dois, ou mesmo, três anos (ANM, 2021; 2022a). Esse comportamento sugere que, para as empresas responsáveis por essas barragens, a continuidade de tal situação se mostra menos prejudicial do que a correção dos problemas de estabilidade identificados. Dessa forma, há indícios de que as penalidades adotadas pela ANM não têm se mostrado suficientemente rigorosas para alterar o comportamento das empresas. Uma possível explicação para essa complacência pode estar na lógica extrativista que orienta as agências do governo federal.

Para além da questão da fiscalização, a ANM também tem mostrado uma certa permeabilidade à pressão das mineradoras em relação à regulação da segurança das barragens de rejeito. Em primeiro lugar, apesar da Agência ter sido criada em 2017, dois anos após o rompimento da barragem de Fundão, a primeira medida que tentou fazer alterações significativas nos padrões de segurança das barragens somente foi publicada em 2019, após o rompimento da Barragem I, em Brumadinho. Esse atraso reforça o argumento de que, até esse grande desastre, o setor regulador ainda tratava os desastres de barragem como eventos pontuais e excepcionais.

A primeira medida da ANM nesse sentido foi a Resolução 04/2019. Ela trouxe algumas mudanças bastante assertivas. Por exemplo, criou um Fator de Segurança mínimo para ser adotado como padrão. Embora ele fosse inferior ao recomendado internacionalmente, era um avanço em relação ao fato de não existir, até então, um padrão mínimo na norma brasileira. A Agência também proibiu a existência de infraestrutura nas Zonas de Autossalvamento (ZAS). Além disso, a Resolução impediu a construção de novas barragens com alteamento a montante e obrigou a descaracterização destas barragens. Nesta norma, a descaracterização foi definida como a retirada do material depositado nas barragens (ANM, 2019a).

Poucos meses depois, foi publicada a Resolução 13/2019 que modificou muitos dos avanços previstos na Resolução anterior. Uma mudança importante

foi a mudança na definição de descaracterização das barragens a montante, que passou a permitir a permanência dos rejeitos dentro da barragem. Além disso, a nova norma adiou, até 2027, o prazo para que o descomissionamento das barragens a montante de grande porte ocorresse (ANM, 2019b).

Este prazo para descomissionamento das barragens a montante foi redefinido pela Lei 14.066/2020 como fevereiro de 2022 (BRASIL, 2020). Porém, entre as suas muitas brechas, essa lei estabeleceu que o prazo poderia ser prorrogado pela ANM. Posição que foi reforçada pela própria Agência na Resolução 95/2022 (ANM, 2022c). Essa possibilidade foi devidamente aproveitada pelas empresas mineradoras: das 74 barragens cadastradas como tendo alteamento a montante em 2019, apenas 14 haviam sido descaracterizadas em 2022, seis alteraram seu método construtivo e as demais conseguiram que a ANM adiasse o prazo para descomissionamento. De acordo com as previsões da Agência, 14 barragens seriam descaracterizadas após 2027, dentre as quais três somente em 2035 (ANM, 2022b).

A flexibilização dos prazos para a descomissionamento das barragens a montante serve como indicador da influência das mineradoras sobre a ANM. Além dessa questão, outro elemento que demonstra esse poder é a limitação da discussão às barragens com alteamento a montante. As normas da ANM, bem como a legislação federal, proibiram apenas este tipo de alteamento. O foco limitado nas barragens a montante sugeriu que barragens que usassem outras técnicas construtivas seriam seguras. Porém, em setembro de 2022, dentre as barragens que não entregaram a DCE à Agência, apenas 34% eram a montante. Ainda, o maior grupo de barragens que foram embargadas pela ANM naquela ocasião consistia em barragens de construção em etapa única (36%). Portanto, aspectos relativos à insegurança de barragens de rejeito seriam mais complexos do que apenas uma questão do método construtivo.

Essa complexidade pode ser identificada, por exemplo, no debate sobre definição de fatores de segurança das barragens. A Resolução 95/2022 da ANM adotou uma lógica bastante complicada para, a partir dos Fatores de Segurança, determinar os níveis de emergência das barragens (ANM, 2022c). Apesar dos novos parâmetros apresentarem avanços em relação às normas anteriores, eles ainda parecem insuficientes. Em oposição a tal prática, Morgenstern (2018) alertou para o fato de que a prescrição de Fatores de Segurança, apesar de atrativa para os reguladores, não seria o modo adequado de evitar falhas de barragens.

Segundo o autor, outros fatores, como propriedades do material, condições do subsolo e aspectos da operação, também deveriam ser considerados.

Outra limitação do modelo de regulação adotado pela ANM está relacionada à ausência de participação social no debate sobre os planos de emergência. A mesma Resolução 95/2022 arbitra que a elaboração do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) é uma atribuição exclusiva das mineradoras. Ela ainda define que as empresas devem disponibilizar tais planos para a Defesa Civil e apresentá-los para as comunidades (ANM, 2022c). Tal postura, porém, se mostra não alinhada com as melhores práticas internacionais. Por exemplo, a UNEP (2001) estabelece que os planos integrados de emergência devem ser aprovados pelas comunidades. De forma semelhante, o Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos construiu uma matriz de pontuação de 1 a 5 para o grau de maturidade do sistema de segurança de comunidades que vivem próximas a barragens. Dentro dessa matriz, o nível 2 é aplicado quando o plano é elaborado exclusivamente pela empresa e o nível 5, quando os planos de emergência são elaborados de forma colaborativa entre empresas e comunidades (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2012). Portanto, a norma brasileira estaria em uma fase consideravelmente atrasada do ponto de vista de segurança das comunidades.

Além das limitações identificadas na atuação da ANM, o legislativo federal também mostrou um considerável grau de conivência com os interesses das mineradoras na elaboração da Lei 14.066/2020, que alterou a Política Nacional de Segurança de Barragens. De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração, durante a elaboração dessa lei, “o Instituto se pautou em todos os seus contatos junto a parlamentares e outros atores pela defesa dos interesses legítimos da indústria mineral” (IBRAM, 2020). Assim, ao longo de sua tramitação, o projeto de lei concebido pelo Senado foi significativamente alterado pela Câmara dos Deputados, tornando-se consideravelmente menos rigoroso. Um debate mais detalhado sobre as fragilidades dessa lei já foi realizado por Milanez e Wanderley (2020), sendo alguns pontos brevemente descritos a seguir.

A proposta elaborada pelo Senado tinha entre seus avanços a maior responsabilização da alta gerência das empresas. O texto original responsabilizava “na medida da sua culpabilidade, [...] o diretor, o administrador, o membro de conselho ou de órgão técnico, o auditor, o gerente e o preposto ou mandatário do empreendedor”. Todavia, esta atribuição de responsabilidade foi removida pelos deputados (SENADO FEDERAL, 2019; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

As alterações feitas pela Câmara também limitaram o direito à participação e à informação das comunidades. Por exemplo, o PL do Senado estabelecia que as comunidades das áreas afetadas deveriam ser ouvidas durante a elaboração dos Planos de Ação de Emergência (PAE), mas a versão da Câmara reduziu isso a “representantes da população”. Da mesma forma, a Câmara transformou as audiências públicas para discussão do PAE em “reuniões com a Comunidade”. Nenhuma das versões, todavia, previa que as empresas seriam obrigadas a incorporar as reivindicações e as demandas das comunidades aos PAEs (SENADO FEDERAL, 2019; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Outro tema que sofreu alterações dizia respeito às Zonas de Autossalvamento (ZAS). A Lei não parece lidar de forma adequada com o problema relacionado às comunidades que vivem nas ZAS. Segundo o texto, barragens que atualmente tenham populações vivendo nas ZAS devem ser descaracterizadas ou a população deverá ser reassentada. Todavia, qualquer uma das ações seria condicionada à “viabilidade técnico-financeira” da medida, podendo ser substituídas, por exemplo, por “obras de reforço que garantam a estabilidade efetiva da estrutura”. Essa decisão caberá ao poder público após ouvir as mineradoras, mas não exige que as comunidades também sejam consultadas (BRASIL, 2020). A brecha deixada pelos legisladores não estava contida na versão original do projeto no Senado, que previa que no caso de barragens classificadas “na categoria de alto risco [...] o empreendedor fica obrigado a remover e a realocar, às suas expensas, em prazo e condições fixados pelo órgão fiscalizador, os ocupantes, moradores ou não, das áreas potencialmente afetadas em situação de emergência, garantindo as condições para a continuidade das atividades desenvolvidas nos seus locais de origem” (SENADO FEDERAL, 2019).

Por fim, deve ser destacado o papel de Jair Bolsonaro nas alterações da norma. Lançando mão do seu poder de veto, ele retirou o artigo que obrigava que os valores das multas resultantes de infração à PNSB fossem revertidos para melhoria operacional dos órgãos fiscalizadores (BRASIL, 2020; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020). Assim, o presidente da república, deliberadamente, impediu que a ANM pudesse receber recursos que poderiam aumentar sua precária capacidade de fiscalização e, conseqüentemente, elevar a segurança de barragens no país.

Em resumo, a análise do papel do Estado brasileiro na regulação da segurança de barragens de mineração indica que sua atuação tem se mostrado,

no mínimo, contraditória. Embora tenham ocorrido alguns avanços, eles foram seguidos de recuos regulatórios que resultaram em medidas aquém do necessário para reduzir o real o risco ao qual estão expostas as comunidades. A avaliação das medidas da ANM e do Legislativo Federal sugere que algumas das tentativas iniciais de aumentar o rigor do controle público foram, em um segundo momento, enfraquecidas ou neutralizadas, refletindo a influência que o setor possui sobre as instituições estatais.

Considerações finais

Ao longo deste texto, minha proposta foi analisar a evolução do debate sobre barragens de rejeito dentro do contexto dinâmico dos modelos de extrativismo identificados no Brasil. Dessa forma, descrever o poder político e discursivo que o setor possui, independentemente de sua parca contribuição econômica para o país, parece ser essencial para compreender a dinâmica de avanços e retrocessos que pode ser identificada na evolução das normas de segurança de barragens de rejeito.

Assim, um elemento que parece ser crucial é reconhecer que os rompimentos de barragens de rejeitos são um elemento estrutural da atividade mineral, e que não devem ser tratados como eventos fortuitos, como parece ser sugerido por alguns agentes. Ao mesmo tempo, é necessário identificar que os rompimentos não são eventos discretos, que desestabilizam momentaneamente a vida das pessoas. As falhas nas barragens têm impactos de longo prazo, quando não perpétuas. Enquanto o rejeito permanece nos leitos dos rios, o ambiente e as pessoas continuam expostos à contaminação. Por exemplo, anos após o rompimento de Fundão, na área impactada pelo desastre, havia indicativos de aumento de adoecimento da população (SOUZA *et al.*, 2021), da contaminação dos peixes (ONISHI, 2021) e da redução da pesca (PROJETO RIO DOCE, 2021).

Mais do que isso, uma interpretação baseada nas premissas da Ecologia Política indica que o desastre das barragens se inicia antes do rompimento. Portanto, não se deve aceitar, nem naturalizar, o fato de pessoas viverem a jusante de barragem, seja em Zonas de Autossalvamento, seja em Zona de Salvamento Secundário. Neste sentido, os exemplos de Barra Longa e Governador Valadares explicitam como tal divisão seria essencialmente arbitrária. Se essa categorização faz sentido na perspectiva das mineradoras, por reduzir sua responsabilidade, ela não parece ter significado real do ponto de vista das comunidades atingidas.

Ainda, os recentes rompimentos de barragens de rejeito tiveram um efeito pedagógico para a sociedade brasileira compreender o real significado de ser um país minerado. Isso fez com que houvesse um aumento da resistência popular e da contestação social a projetos minerários. Ao mesmo tempo, a resposta das mineradoras a esse movimento veio em duas instâncias.

Por um lado, existe um grande investimento do setor por uma dominação simbólica. Em resposta aos danos de credibilidade que os rompimentos causaram, empresas e associações do setor vêm fazendo grandes esforços para reconstrução de sua reputação. Portanto, há adoção de pesquisas de reputação, discursos de ESG, propostas de sistemas como o *Towards Sustainable Mining* ou a apropriação de debates como o da transição energética (IBRAM, 2021). Tais iniciativas se mostram como tentativas de legitimação narrativa, experimentos para alterar o imaginário nacional sobre os riscos do setor.

Todavia, como tal mudança ainda enfrenta muita resistência, a opção tem sido construir essa validação por meios institucionais. Assim, lançando mão do acesso privilegiado que possui junto a segmentos específicos dentro do Estado, o setor tenta criar novas categorias de legitimidade, como “interesse nacional”, “essencialidade” ou “estratégico”. Aliado a esse movimento, há todo um esforço pela influência sobre os órgãos reguladores. Assim a persuasão que as empresas e as associações do setor têm sobre a ANM se reflete nos constantes recuos da Agência na formulação de suas normas.

Porém, esse ainda é um campo em disputa (mesmo que desigual), como demonstra a atuação de grupos como o Gabinete de Crise da Sociedade Civil, em Minas Gerais, ou do Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração e o Movimento dos Atingidos por Barragem, em nível nacional. Esses movimentos vêm rompendo com a dimensão cultural e política da minero-dependência (COELHO, 2017). Assim, eles fazem não apenas a resistência a projetos extrativos, como também apresentam novas perspectivas para além da mineração. Dentro desse debate, surgem propostas como os Territórios Livres de Mineração (MALERBA, WANDERLEY, 2022) que buscam, entre outras coisas, criar um horizonte de desejabilidade e construir uma agenda de transição ao “pós-extrativismo” (SVAMPA, 2013). Esse, então, parece ser o caminho mais promissor para a superação dos desafios e a reconstrução das ruínas criadas pelo atual modelo extrativo no Brasil.

Referências

AGUILERA, F. J. M. Continuidades y rupturas en los estallidos sociales de 2018 y 2019 en América Latina. *Sociología Histórica*, v. 11, n. 2, p. 424-456, 2021.

ALMEIDA, A. et al. **Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas**. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2020.

ANM. **Resolução nº 4 de 15 de fevereiro de 2019**. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2019a.

_____. **Resolução nº 13 de 8 de agosto de 2019**. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2019b.

_____. **Relatório sintético da campanha de entrega de DCE - Setembro**. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2021.

_____. **Relatório sintético da campanha de entrega de DCE - Setembro**. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2022a.

_____. **Report trimestral: descaracterização de barragens a montante: agosto**. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2022b.

_____. **Resolução nº 95 de 7 de fevereiro de 2022**. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2022c.

ARÁOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ARMSTRONG, M.; PETTER, R.; PETTER, C. Why have so many tailings dams failed in recent years? *Resources Policy*, v. 63, p. 101412, 2019.

BOLIN, R.; STANFORD, L. **The Northridge earthquake: vulnerability and disaster**. New York: Routledge, 1998.

BOWKER, L. N. World mine tailings failures, current as of march 1, 2019. **World Mine Tailings Failures**, 2019. Disponível em: <<https://www.resolutionmineeis.us/sites/default/files/references/bowker-2019.pdf>>. Acesso em: 23 Out 2022.

BOWKER, L. N.; CHAMBERS, D. M. **The risk, public liability, & economics of tailings storage facility failures**. Stonington, ME: 2015. 56.

BRASIL. **Lei nº 14.066 de 30 de setembro de 2020**. Brasília: 2020.

BRITTO, C. PCC se aproxima de garimpeiros para lavagem de recursos. **Repórter Brasil**, 24 Jun 2021. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2021/06/pcc-se-aproxima-de-garimpeiros-para-lavagem-de-recursos/>>. Acesso em: 21 Jul 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 550 de 2019 do Senado Federal. 20 Mai 2020. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8113845&ts=160152>>

7297550&disposition=inline >. Acesso em: 05 Out 2020.

COELHO, T. P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017.

G1 MINAS. Chega a 228 o número de mortos em rompimento de barragem da Vale em Brumadinho **G1 Minas**, 14 Abr 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/04/14/chega-a-228-o-numero-de-mortos-em-rompimento-de-barragem-da-vale-em-brumadinho.ghtml> >. Acesso em: 26 Out 2022.

GONÇALVES, R. J. D. A. F. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 15, n. 29, p. 38-55, 2016.

GONÇALVES, R. J. D. A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. Neoextrativismo Liberal-Conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva sociedad**, n. 237, p. 128-146, 2012.

_____. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HOPKINS, A.; KEMP, D. **Credibility crisis: Brumadinho and the politics of industry reform**. Melbourne: Wolters Kluwer, 2021.

IBRAM. Após receber e debater argumentações do IBRAM, deputados aprovam PL 550. **Instituto Brasileiro de Mineração**, 19 Mai 2020. Disponível em: <<https://ibram.org.br/noticia/apos-receber-e-debater-argumentacoes-do-ibram-deputados-aprovam-pl-550/>>. Acesso em: 26 Out 2022.

_____. The coming of age of sustainability **Instituto Brasileiro de Mineração**, 10 Mar 2021. Disponível em: <<https://ibram.org.br/en/noticia/the-coming-of-age-of-sustainability/>>. Acesso em: 28 Out 2022.

ICMM; UNEP; PRI. **Global Industry Standard on Tailings Management**. International Council on Mining and Metals; United Nations Environment Programme; Principles for Responsible Investment, 2020.

INFOMONEY. Vale (VALE3). **InfoMoney**, 26 Out 2022. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/cotacoes/b3/acao/vale-vale3/grafico/>>. Acesso em: 26 Out 2022.

MALERBA, J.; WANDERLEY, L. J., (Orgs.) **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. 2022.

MILANEZ, B.; FELIPPE, M. F., (Orgs.) **Minas esgotada: antecedentes e impactos do desastre da Vale na Bacia do Paraopeba**. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2021.

MILANEZ, B.; MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L. J. Financeirização e o mercado de commodities: uma avaliação a partir do setor de mineral. *Revista Tamoios*, v. 15, n. 1, p. 104-125, 2019.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Topsy-turvy neo-developmentalism: an analysis of the current Brazilian model of development. *Revista de Estudos Sociais*, n. 53, p. 12-28, 2015.

MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. O número de barragens sem estabilidade dobrou, “e daí?”: uma avaliação da (não-)fiscalização e da nova Lei de (in)Segurança de Barragens. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, v. 4, n. 4, p. 1-14, 2020.

MINISTÉRIODAECONOMIA. PaineldoOrçamentoFederal. **Sistema Integrado de Orçamento e Planejamentos**, 2022. Disponível em: <https://www1.sioop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true>. Acesso em: 27 Out 2022.

MOLINA, L.; WANDERLEY, L. J. M., (Orgs.) **O cerco do ouro: garimpo ilegal, destruição e lutas em terras Munduruku**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. 2021.

MORGENSTERN, N. R. Geotechnical risk, regulation, and public policy. *Soils and Rocks*, v. 41, n. 2, p. 107-129, 2018.

MPMG. **Procedimento Investigatório Criminal n.º MPMG-0090.19.000013-4**. Brumadinho: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2020.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Dam and levee safety and community resilience: a vision for the future**. Washington, DC: The National Academic Press, 2012.

ONISHI, K. **Avaliação da hepatotoxicidade dos poluentes do Rio Doce através das análises histopatológicas no fígado dos peixes**. 2021. (Bacharel). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, São Vicente.

PETERS, S. Fin del ciclo: el neo-extractivismo en suramérica frente a la caída de los precios de las materias primas. Un análisis desde una perspectiva de la teoría rentista. In: BURCHARDT, H.-J.; DOMÍNGUEZ, R., *et al.* (Ed.). **Nada dura para siempre: neo-extractivismo tras el boom de las materias primas**. Toledo; Kassel: Universidad Andina Simón Bolívar; International Center for Development and Decent Work, 2016. p.21-53.

PROJETO RIO DOCE. **Região estuarina, costeira e marinha do Espírito Santo: reconhecimento, responsabilidade e danos socioeconômicos decorrentes do desastre da Samarco**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

SEABRA, L. BofA mantém indicação de compra para Vale: tragédia é revés, mas não tem escala de Samarco e pode elevar preço do minério. **SeuDinheiro**, 25 jan 2019. Disponível em: <<https://www.seudinheiro.com/bank-of-america-mantem-indicacao-de-comprapara-vale-tragedia-e-reves-mas-nao-tem-escala-de-samarco-e-pode-elevarpreco-do-minerio/>>. Acesso em: 18 Fev 2019.

SECOM TCU. TCU aponta falta de estrutura na Agência Nacional de Mineração. **Tribunal de Contas da União**, 05 Nov 2020. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-aponta-falta-de-estrutura-na-agencia-nacional-de-mineracao.htm>>. Acesso em: 27 Out 2022.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 550, de 2019. 2019. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7911402&ts=1601563882451&disposition=inline>>. Acesso em: 05 Out 2020.

SERRA, C. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

SOUZA, I. B. S. et al. Poluição hídrica e seu potencial genotóxico: Uma análise da bacia do rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e17010716374-e17010716374, 2021.

SVAMPA, M. N. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.

TIERNEY, K. J. From the margins to the mainstream? Disaster research at the crossroads. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 33, p. 503-525, 2007.

49

UNEP. **Apell for mining. Guidance for the Mining Industry in Raising Awareness and Preparedness for Emergencies at Local Level**. United Nations Environmental Programme, 2001.

WANDERLEY, L. J. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

WANDERLEY, L. J.; GONÇALVES, R. J.; MILANEZ, B. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 549-593, 2020.

WANDERLEY, L. J.; MILANEZ, B.; GONÇALVES, R. J. D. A. F. Política mineral brasileira e neoextrativismo ultraneoliberal. In: LIMONAD, E.; MANSILLA, J. C., et al (Ed.). **Planejamento territorial: reflexões críticas e práticas alternativas**. Rio de Janeiro: Max Limonad, v.2, 2021. p.245-286.

ZONTA, M.; TROCATE, C., (Orgs.) **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton**. Marabá: Editorial Iguana. 2016.

O desastre de Mariana através do Jornal a Sirene: a emergência de uma estrutura de sentimento entre os atingidos¹

Natanael de Alencar Santos²

ORCID: 0000-0002-8607-5120

Resumo: Entendendo o desastre de Mariana como um processo ainda em curso, o artigo busca enfatizar e tensionar camadas de investigação às investidas da Sociologia dos Desastres no terreno das dimensões subjetivas associadas a tais processos disruptivos. Isso significa que exercita um tipo de análise que se implica na compreensão dos impactos sociais, mais especificamente as transformações no auto entendimento coletivo, a elaboração e construção de sentidos para os desastres e as disputas destes, uma vez que abertos à negociação em uma esfera pública. Na impossibilidade do trabalho de campo por causa da crise sanitária da Covid-19, é a partir da análise documental de edições do jornal A Sirene, veículo comunitário realizado centralmente por atingidos da região rural de

50

¹ Agradecimentos: Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no 46º Encontro anual da Anpocs no Simpósio de Pesquisas Pós-Graduadas intitulado Ciências Sociais e Desastres Socioambientais: diálogos urgentes, coordenado por Fábio Bacchiegga (IEA/USP (Cidades Globais) e Maryanne Rizzo Correa da Costa Galvão (UFPI). Agradeço a ambos e aos outros pesquisadores presentes pelas contribuições. Agradeço imensamente à professora Maria Morais, orientadora responsável pelas provocações iniciais deste artigo e aos professores Victor Marchezini e Bruno Milanez por ricas interlocuções ao longo das aulas ministradas nos programas de pós-graduação de Desastres Naturais (UNESP) e Geografia (UFJF) e no Seminário Cartografia das Ruínas do Antropoceno Brasileiro.

² Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2018) na Universidade Federal da Paraíba. Licenciado em Ciências Sociais (2019) pela mesma universidade. Possui graduação em Comunicação Social pela Faculdade Santo Agostinho de Teresina (2012). É membro do grupo de pesquisa TRAMA - Terra, Trabalho, Migração e Memória (Cnpq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7528521103315148>.

Mariana desde 2016, que o artigo busca identificar a emergência e a sedimentação de uma “estrutura de sentimento”: um processo de assemblage emocional, de arranjo afetivo processual e de produção de uma nova consciência a partir do desastre que a ideia de estrutura de sentimento busca lidar. Isso se torna viável a partir de fragmentos com tonalidade testemunhal que possibilitam remontar uma dinâmica de sofrimento social e de instâncias de empoderamento, bem como perceber dimensões de uma política de memória. No horizonte, essa estrutura de sentimento é articulada tanto por uma ampliação da solidariedade quanto por uma luta por reconhecimento (e por reparação). Essa estrutura de sentimento, por fim, traz para o primeiro plano uma outra história da mineração que, sugiro, está submergida em um contexto de trauma cultural.

Palavras chave: Antropoceno. desastre de Mariana. extrativismo mineral brasileiro. sociologia dos desastres.

Abstract: Understanding the Mariana disaster as an ongoing process, the article seeks to emphasize and tension layers of investigation to the attacks of Sociology of Disasters in the field of subjective dimensions associated with such disruptive processes. This means that it exercises a type of analysis that involves the understanding of social impacts, more specifically the transformations in collective self-understanding, the elaboration and construction of meanings for disasters and their disputes, once they are open to negotiation in a public sphere. In view of the impossibility of fieldwork due to the health crisis of Covid-19, it is based on the analysis of editions of the newspaper *A Sirene*, a community vehicle carried out centrally by those affected in the rural region of Mariana since 2016, that the article seeks to identify the emergency and the sedimentation of a “structure of feeling”: a process of emotional assemblage, of procedural affective arrangement and the production of a new conscience from the disaster that the idea of structure of feeling seeks to deal with. This becomes feasible from fragments with a testimonial tone that make it possible to reassemble a dynamic of social suffering and instances of empowerment, as well as to perceive dimensions of a memory policy. On the horizon, this structure of feeling is articulated both by an expansion of solidarity and by a struggle for recognition (and reparation). This structure of feeling finally brings to the fore another mining story that, I suggest, is submerged in a context of cultural trauma.

Keywords: Anthropocene. Mariana disaster. Brazilian mineral extractivism. sociology of disasters.

Resumen: Entendiendo el desastre de Mariana como un proceso en curso, el artículo busca enfatizar y tensionar capas de investigación a los ataques de la Sociología de los Desastres en el campo de las dimensiones subjetivas asociadas a tales procesos disruptivos. Esto significa que ejerce un tipo de análisis que involucra la comprensión de los impactos sociales, más específicamente las transformaciones en la autocomprensión colectiva, la elaboración y construcción de sentidos para los desastres y sus disputas, una vez abiertos a negociación en un espacio público. Ante la imposibilidad del trabajo de campo por la crisis sanitaria del Covid-19, se parte del análisis documental de ediciones del periódico A Sirene, vehículo comunitario que realizan de forma centralizada los afectados de la zona rural de Mariana desde 2016, que el artículo busca identificar la emergencia y la sedimentación de una “estructura de sentir”: un proceso de ensamblaje emocional, de arreglo afectivo procedimental y de producción de una nueva conciencia a partir del desastre que la idea de estructura de sentir pretende tratar. Esto se hace factible a partir de fragmentos con tono testimonial que permiten reensamblar una dinámica de sufrimiento social e instancias de empoderamiento, así como percibir dimensiones de una política de memoria. En el horizonte, esta estructura de sentimiento se articula tanto por una expansión de la solidaridad como por una lucha por el reconocimiento (y la reparación). Esta estructura de sentimiento trae finalmente a primer plano otra historia minera que, sugiero, está sumergida en un contexto de trauma cultural.

Palabras clave: Antropoceno. desastre de Mariana. extractivismo mineral brasileño. sociología de los desastres.

Uma contribuição à Sociologia dos Desastres

Sugiro ser relevante adicionar e tensionar uma camada de investigação às investidas no campo da Sociologia dos Desastres, no terreno das dimensões subjetivas associadas a tais processos disruptivos. Isso significa que endosso um tipo de análise que implica na compreensão dos impactos sociais, mais especificamente nas transformações no auto entendimento coletivo, a elaboração e construção de sentidos para os desastres e as disputas desses sentidos, uma vez que abertos à negociação em uma esfera pública. Este trabalho, entre outras coisas, intenta uma contribuição dessa natureza.

O rompimento (e as consequências associadas) da barragem do Córrego do Fundão, na zona rural de Mariana, no estado de Minas Gerais, em novembro de 2015, possibilita por um lado a construção de importantes chaves de leitura sobre as condições estruturais de sua ocorrência (ZONTA e TROCATE, 2016) e, por outro, lega importantes contribuições para expedientes mais pragmáticos, seja no embasamento de ações da Defesa Civil, seja no efetivo trabalho de atores engajados no processo de reparação dos atingidos. Nesse sentido, diante de uma sinistra pedagogia, visto que o desastre possibilita um aprendizado interpretativo para as ciências sociais, questiono sobre o que o extrativismo mineral contemporâneo é capaz de fazer com sujeitos. Farei isso com base em fragmentos colhidos em um jornal comunitário construído por atingidos pelo rompimento do desastre da Samarco Mineração — uma *joint venture* gerida pela Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton³. Por isso, gostaria de, em um primeiro momento e de forma sintética, comentar sobre esse tipo particular de aproximação no interior da zona de interesse mais ampla da Sociologia dos Desastres para depois fazê-la incidir sobre o desastre de Mariana.

Colocar o pensamento e o instrumental científico à serviço desse tipo de fenômeno foi, hegemonicamente, uma tarefa que pesquisadores ligados ao campo geofísico e das engenharias se dedicaram com mais intensidade, engajados na modelização, parametrização, na possibilidade de gerenciamento, predição de riscos, bem como estratégias recuperação frente a eles (HEWITT, 1983, p.6). Havia uma íntima correlação com riscos provenientes da natureza, cristalizando-se uma aproximação tecnocrática e com ênfase na dimensão institucional burocrática

³ Samarco — Quem somos? <https://www.samarco.com/quem-somos/>

ligados aos, assim compreendidos, desastres “naturais”. Contudo, mudanças paradigmáticas tensionaram cada vez mais a ausência do componente social da moldura de compreensão dos desastres, que passaram a ser desnaturalizados tanto no que diz respeito às suas causas de fundo quanto ao escopo dos efeitos desencadeados.

Segundo revisão bibliográfica de Marchezini (2009; 2018) os estudos sociais ligados aos desastres podem ser rastreados até seu início mais ou menos consensual, em 1917, com o trabalho do sociólogo Samuel Prince sobre a colisão de dois navios em uma cidade do Canadá e como a vida das pessoas foi impactada e rearranjada por causa disso. Desde então, expandiram-se noções que implicam uma maior preponderância de dimensões estruturais históricas, culturais, políticas, econômicas, seja em discussões orientadas à exposição diferencial aos riscos devido a marcadores sociais da diferença, à maior ou menor capacidade de resiliência, às dimensões de vulnerabilidade de coletividades, seja em discussões centradas em elementos mais subjetivos como a percepção dos desastres, nos impactos nos vínculos e relações de sujeitos ou nas identidades de grupos. Nesse sentido, gostaria de destacar uma seleção de estudos nacionais relativamente recentes, com o objetivo de ilustrar o tipo de contribuição particular da Sociologia dos Desastres como um todo e também indica componentes valiosos para a interpretação proposta neste trabalho.

As cientistas sociais Cristiana Losekann, Andrea Zhouri, Norma Valêncio e Telma Camargo Silva têm se dedicado, cada uma de maneira específica, ao tema dos desastres no Brasil. Vejo no trabalho delas um convite a compor o pensamento a partir da danificada paisagem imaterial, vivencial, repleta de histórias, memórias e pontos de ancoragem de pertencimento e vínculos. Destaco, no interior da vasta obras delas, como a atenção a aspectos sociais subjetivos tem sido desenvolvida. A começar por Losekann (2018), quando investiga como emergiu a mobilização política dos atingidos pelo desastre da mineradora Samarco, atenta para o papel crucial das emoções, do enquadramento simbólico, dos valores dispostos em cena, na articulação de narrativas e como elas dimensionam o conflito. Em Zhouri et al. (2016; 2018) a discussão sobre os atingidos por desastres ligados ao setor extrativo mineral engloba camadas subjetivas ao sugerir regiões de sofrimento não numérico, o que denomina, ecoando Veena Das (1995), de “sofrimento social”; além disso, empreende investigação sobre modos de objetivação e de subjetivação

dos sujeitos afetados, algo de crucial relevância no processo de reparação: ser um “atingido” do ponto de vista institucional nem sempre encontra correspondência ou nem sempre reconhece diferentes camadas das experiências de violência. Até aqui podemos perceber no trabalho de ambas uma valorização das formas que as pessoas sentem ou incorporam uma condição de mundo danificado, o que são capazes de fazer com ela para além do lugar de vítima, mas como agentes políticos em conflitos extremamente assimétricos.

A consolidação do campo da Sociologia dos Desastres no Brasil passa, incontornavelmente, pela produção de Norma Valêncio. Desde o alargamento das noções que o conceito implica, às diferentes variáveis que podem ser acionadas, seja expandindo a abordagem temporal para enxergar desastres tanto como eventos quanto como processos, ou identificando diversas e diferenciais capacidades institucionais e causas de fundo estruturais, Valêncio também dedica atenção aos atributos psicossociais e morais, buscando igualmente ampliar a relevância dada aos danos e dados subjetivos, tomando-os não por si mesmos, mas sempre situando-os em esferas mais coletivas. É desta maneira, também, que a antropóloga Telma Camargo Silva desenvolve, há mais de três décadas, algumas interrogações sobre o desastre de Césio 137, na década de 1980 em Goiânia. Silva (2017) questiona-se sobre os motivos da ausência de protagonismo político ao longo do eixo geracional, manifesto em forma de retração do engajamento ou mesmo silêncio das pessoas mais jovens do lugar, que já haviam nascido na época do desastre ou eram descendentes que nasceram posteriormente. Tornando a longa história curta, para ela estão em jogo questões como pertencimento, condições de agência, representação, identidade ou, nas palavras da autora, uma “dramaturgia social”, bem como uma política de memória.

As autoras acima pavimentam e subsidiam o tipo de análise que este artigo tenta delinear e elas serão oportunamente retomadas, bastando por hora indicar que elas sinalizam uma transição no campo da ciência do desastre para uma orientação qualitativa cuja ênfase está no “campo dos sujeitos, concebendo a natureza dos desastres no plano da organização social” (MARCHEZINI, 2018, p. 50) de forma contextualizada, situada, sem contudo ignorar a dimensão estrutural nem institucional.

Apresentação do Jornal A Sirene

No dia 5 de novembro de 2015, o sistema de alarme que deveria soar na região de Bento Rodrigues, onde estava instalada a barragem do Fundão, permaneceu inativo. Por causa disso, o rompimento da barragem da Samarco não foi antecedido por nenhum aviso de precaução. Três meses depois, a primeira edição do Jornal A Sirene (doravante JAS) é publicada e parte de sua função é ecoar um alerta perene. O veículo comunitário foi viabilizado coletivamente, contando com atingidos — principalmente dos territórios de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Campinas, Borba e Camargos⁴ — o grupo de apoio #UmMinutoDeSirene, a agência produtora de conteúdo NITRO, membros do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da UFOP e a arquidiocese de Mariana. As edições são mensais, com cerca de 16 páginas cada e a tiragem mensal, no período analisado, é normalmente de dois mil exemplares. Um dos objetivos patentes, manifesto pelos produtores, é além de informar sobre o complexo processo de reparação, também engajar a opinião pública em nível regional. Mas, antes disso, projeta-se como um substrato onde a versão dos atingidos possa ser vocalizada, funcionando como um dispositivo de comunicação estratégica.

57

Meu objetivo principal, a partir do JAS, é ampliar a discussão acerca dos desastres embasada sobre dimensões subjetivas, mobilizando o teor testemunhal em suas publicações ao longo de quatro anos (de fevereiro de 2016 a dezembro de 2019 — totalizando 44 edições), tentando detectar uma estrutura de sentimento (WILLIAMS, 1979) em emergência e em trânsito. O recorte diz respeito ao início das edições até o período anterior ao surto da pandemia de Covid-19, visto que é um momento que exige discussões e análises mais pormenorizadas, com feitura ainda em andamento.

Quando refleti sobre o desastre de Mariana, especificamente nos impactos sofridos pela população e nas dimensões subjetivas ligadas a eles, decidi que o JAS seria uma valiosa base documental para aferir uma série de fenômenos, pois trata-se de um jornal comunitário, de autoria compartilhada, que me fez pensar nos moldes da “nova autoridade etnográfica” (CLIFFORD, 1994), na qual os atingidos possuem um protagonismo narrativo. O elemento auto-reflexivo contido na auto

⁴ Portanto, esse recorte geográfico deve ser levado em conta quando o termo “atingido” e equivalentes for acionado.

responsabilidade editorial é marcante, pois são os atingidos das comunidades mencionadas acima que escolhem, aprovam e realizam colaborativamente boa parte do material publicado.

Para os objetivos deste texto, o JAS ajuda a entender como aquele grupo de atingidos se reorganizou (tanto simbólica quanto empiricamente) em mobilizações e atos políticos, a partir de um terricídio (e a notar o desafio de articulá-lo). O desastre de Mariana pode ser contado de várias formas, mediante vários dados, como notas técnicas de órgãos ambientais, da defesa civil, peças jurídicas, peças jornalísticas, laudos especializados, etc. No caso do JAS, centro a análise nos relatos, testemunhos, memórias e sentimentos postos em visibilidade em suas publicações.

O debate conceitual ativado pelo presente trabalho gira em torno principalmente das dimensões subjetivas de um desastre e suas consequências de longa duração; da estrutura de sentimentos que emerge a partir dos atingidos; da política de memória realizada no JAS; e, finalmente, de como é possível pensar, num horizonte, o desastre em termos de um trauma cultural. A partir de diversos relatos, narrativas e testemunhos, o jornal traz à tona, para uma visibilidade coletiva mais ampla, uma série de questões que se apresentam na cotidianidade dos atingidos, permite perceber ao longo do tempo como as vozes se engajam com os eventos, como negociam controvérsias através da escrita.

Jornal A Sirene e a emergência de estruturas de sentimentos

Proponho verificar de que maneira o desastre de Mariana teve um efeito subjetivo peculiar: a emergência de uma estrutura de sentimento dos atingidos da região – fortemente associada ao território e à mineração, ou seja, à nova forma que eles passaram a apreender suas vidas e sua conexão com o território, a enxergar os múltiplos riscos e danos associados com o empreendimento minerador e como demandar reparações. A lama de rejeitos revolveu algo mais do que o mundo físico. Isso significa dizer que a experiência de vida dos atingidos mudou qualitativamente e que isso pode ser visto em processo na medida em que eles expressaram ou tentaram articular como o desastre os afetou de diversas formas. A noção de estruturas de sentimento diz respeito a

elementos especificamente afetivos da consciência e das relações, e não de sentimento em contraposição ao pensamento, mas de pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado:

a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada. Estamos então definindo esses elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão (WILLIAMS, 1979, p. 134).

É algo como um processo de *assemblage emocional*, de arranjo afetivo processual e de produção de uma nova consciência a partir do desastre que a ideia de estrutura de sentimento busca lidar. É um componente afetivo e efetivo da realidade (SHARMA e TYGSTRUP, 2015), visto que esse movimento interno faz parte da ignição das instâncias pragmáticas, são o motor íntimo das ações concretas. Nesse sentido, os atingidos passaram a empenhar novas chaves de leitura para a sua relação com o território e as relações nele a partir da perda (indo da *topofilia* à *solastalgia*⁵), ou, em termos mais ou menos geográficos, houve uma brusca alteração na paisagem vivencial. Há uma nova ênfase sobre o lugar que a atividade mineradora e seus riscos passou a ocupar nela. Nesta seção, portanto, beneficiei-me da construção teórica de Raymond Williams sobre a emergência de uma “estrutura de sentimento” pós desastre, enxergando-a em trânsito no Jornal A Sirene, na medida em que indica o nível de desestabilização coletiva causada pelo rompimento da barragem de rejeitos. Dessa maneira, utilizo o JAS como um acesso à estrutura de sentimento dos atingidos nascida da destruição.

Para Williams (1979, p. 133), “o que estamos definindo é uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferente de outras qualidades particulares que dá o senso de uma geração ou de um período”. Embora o autor tenha criado a noção de estrutura de sentimento para lidar com processos de longa duração observáveis em mudanças principalmente na arte ou na cultura, em suas próprias palavras:

The term I would suggest to describe it is structure of feeling: it is as firm and definite as ‘structure’ suggests, yet it operates in the most delicate and least tangible parts of our activity. In one sense, this structure of feeling is the culture of a period: it is the particular living result of all the elements in the general organization. And it is in this respect that the arts of a period, taking these to include characteristic approaches and tones in argument, are of major importance. (WILLIAMS, 1965, pp 64-65)

⁵ Conceitos desenvolvidos pelo geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan.

Pretendo usar o conceito de forma específica, pensando-o como metodologia (PESCHEL, 2012), ou seja, uma forma de identificar e isolar certas características da experiência afetiva emergente em Mariana. O primeiro passo para operacionalizar essa análise é dissociativo: destacar blocos de sentimentos a partir de seus elementos de impulso, contenção e tonalidade. O segundo passo é associativo, ou seja, busca identificar a configuração desses elementos, defini-los como estrutura, como conjunto específico de relações internas.

Sigo o entendimento de Williams (1979) quando rastreia a emergência de novos padrões de experiência numa estrutura de sentimento, ou seja, uma modificação geral na experiência e na presença relacionados a formas como o mundo é sentido e vivido. No caso de Mariana isso acontece de maneira forçada, como consequência pós-desastre. As pessoas começam a pensar diferente, surgiram novas sensibilidades, criaram-se novos hábitos, estabeleceram-se novos valores, novos vocabulários passaram a fazer parte do cotidiano, novos circuitos (jurídico, midiático, burocrático, médico, por exemplo) passaram a produzir atravessamentos na vida delas. O que não quer dizer que todo desastre afete ou cause a emergência de uma nova estrutura de sentimento – não é algo automático, nem significa que todos os atingidos, de maneira homogênea, sejam determinados por elas.

Sou capaz de afirmar isso no caso de Mariana a partir dos registros no JAS, na medida em que essa estrutura de sentimento emergente deixou traços em materiais culturais. O JAS — que se coloca como uma certa autoridade discursiva coletiva, capaz de ser um dispositivo narrativo agenciado pelos atingidos, representar e apresentar sua situação — é uma arena de exercício de expressão, tensionando e oferecendo próprias chaves de leitura do desastre, Tateando por uma disponibilidade semântica na variedade de relatos e narrativas.

Em termos espaciais, me refiro e restrinjo à emergência de uma estrutura de sentimento entre os atingidos de localidades de Bento Rodrigues, Barra Longa, Paracatu, Ponte do Gama, Camargos, Borba, Gesteira e proximidades, na medida em que o JAS é um documento dispositivo de expressão comunitária dessa região. A variável temporal é interessante, pois constantemente os atingidos articulam sobre o que eram antes e o que se tornaram, o que possuíam e o que perderam, como eram suas relações antes e depois do desastre, enfim, sendo possível considerar o desastre também como uma ruptura biográfica.

Adiante, me concentro em textos que valorizam depoimentos, relatos, opiniões e análises dos próprios atingidos e montarei, com esse tipo de dado, dois arcos

temáticos a partir dos testemunhos. Não compõe a amostragem textos editoriais, textos ficcionais ou institucionais informativos, como, por exemplo, os relacionados aos direitos dos atingidos, de autoria de membros do Ministério Público, nem informes sobre agenda de eventos e de mobilizações. Também não realizo recorte específico por marcadores sociais da diferença (gênero, raça e classe).

Dinâmica de sofrimento e instâncias de empoderamento

O primeiro ano do JAS é marcado por um olhar reflexivo: uma visão de dentro para dentro, do familiar que precisa deter-se sobre si mesmo e nesse percurso ganha mais detalhes sobre sua própria consistência, o que gera, em algum nível, um ganho em protagonismo. Os atingidos participam de “todo o processo, desde a escolha das pautas até a finalização do que foi proposto, acompanhado e validado” (Jornal A Sirene, ed. 0⁶). Nesse sentido, é interessante inicialmente perceber os critérios de noticiabilidade do JAS, distintos dos critérios canônicos do campo do jornalismo hegemônico. Há um objetivo de gerar aproximação, de expandir a sensibilidade do leitor, de tornar a audiência parte dos acontecimentos e dos sentimentos que atravessam a experiência dos atingidos para com isso alcançar apoio e empatia em suas empreitadas e desafios como, por exemplo, lidar com o sentimento de desençaixe, a ruptura biográfica, elaborar as condições de pertença, com o enfrentamento à hostilidade, à estigmatização. Logo abaixo, uma seleção de fragmentos recolhidos das primeiras nove edições que auxiliam a navegar por algumas tonalidades de sentimentos que passam a ser vocalizados:

TEXTO 1: Quando me disseram “a casa caiu, temos que ir pra Mariana”, eu sabia que era só o começo, que eu ia sofrer mais. Já sofri muitos anos, passei fome, criei cinco filhos sozinha, mas aquele dia 5 novembro foi uma coisa que eu nunca mais vou esquecer na minha vida (Jornal A Sirene, ed. 0, p. 3).

TEXTO 2: Minha mãe morreu de susto. Caiu na lama morta. Não consegui salvar. Não consegui salvar ninguém (Jornal A Sirene, ed. 0, p. 5).

TEXTO 3: Tem hora que cê fica assim, triste! Porque aqui era o cantinho da minha mãe, da gente. Ela morava aqui há 75 anos.

⁶ Todas as edições consultadas para elaboração deste trabalho estão disponíveis no site <https://issuu.com/jornalasurene>

Ela nasceu naquela casa lá. A vida dela foi toda aqui, teve 7 filhos (Jornal A Sirene, ed.2, p. 10).

TEXTO 4: Bento Rodrigues é minha terra natal, meu domicílio eleitoral e local onde possuo estreitos laços afetivos, já que meus antepassados vivem há gerações nesse distrito. Mas esses fatos parecem irrelevantes para a Samarco, que mais uma vez utiliza critérios como lhe convém (Jornal A Sirene, ed. 3, p. 4)

TEXTO 5: Me sinto atingida por não saber ser atingido. Perdi lar, objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento, conquistas. Não sei, como atingida, contabilizar minhas perdas ou o que ainda posso perder. Como calcular a extensão de tudo que aconteceu? (Jornal A Sirene, ed. 5, p. 7).

TEXTO 6: Vidas se perderam. Transformaram nossos sonhos em pesadelos, mataram nossa alegria, roubaram nossas esperanças, nosso futuro (Jornal A Sirene, ed. 7, p. 16).

Perdas, trauma, luto, confusão, vulnerabilidades, desorientação, impotência, exaustão, invisibilidade, ameaça, medo, desconfiança e nostalgia são alguns dos sentimentos articulados pelas matérias durante esse período: é um amplo levantamento e registro de vidas perdidas, da perda das relações comunitárias, de vizinhança e de conexão com o território, das perdas econômicas, da destruição de planos para o futuro, de locais de lazer urbanos e na natureza, da morte de animais, de danos visíveis e invisíveis. O primeiro ano é, sobretudo, um período onde se explicitam os contornos de uma **dinâmica de sofrimento**.

Contudo, fragmentos adicionais indicam que emergir como potência de enunciação, com capacidade de efetivamente dizer algo sobre o que aconteceu e escolher que histórias contar, figura como uma manifestação de agência positiva. Há, nesse esteio, uma outra nuance de sentimentos. Os atingidos do JAS criticam e recusam certas categorias midiáticas e corporativas (a própria ideia de “atingido” é desafiada, os limites formais dela são criticados — pensado não apenas o indivíduo, mas a coletividade atingida), tensionam versões, detectam aliados e atribuem responsabilidades sobre o desastre e sobre o processo de reparação, reivindicam atenção para questões específicas e reclamam uma dignidade adequada para problemas que enfrentam, bem como estimulam a esperança, a mobilização coletiva (desde em eventos como festividades, cerimônias religiosas, jogos esportivos a reuniões em comissões) e engendram um senso de justiça.

TEXTO 7: O que incomoda é ser celebridade da desgraça (Jornal A Sirene, ed. 1, p. 14).

TEXTO 8: Pela memória de tudo que essa comunidade sempre me ofertou de melhor - garanto que não foram poucas coisas — me sinto no dever de me empenhar ao máximo por sua preservação (Jornal A Sirene, ed. 4, p.3).

TEXTO 9: Não queremos chorar, queremos nosso direito de decidir sobre os rumos das nossas vidas (Jornal A Sirene, ed. 4, p. 7).

TEXTO 10: O MAB apareceu em nossas vidas como um professor e nos ensinou o bê-á-bá. Não sabíamos nada desse negócio de ser atingido e o MAB não só nos mostrou o que é ser atingido, nos dando um norte, como também nos fez entender os nossos direitos, nos organizando como grupo e, conseqüentemente, nos fortalecendo (Jornal A Sirene, ed. 6, p. 6).

TEXTO 11: É necessário assumir o lugar de protagonista, de sujeito de direitos. Mas não sozinha e sim com minha gente, gente que sente e passa pelo mesmo conflito. Vou aprender, pois estou no caminho! (Jornal A Sirene, ed. 6, p. 7).

TEXTO 12: Cada peça, cada pedaço, nos lembra quem somos. Mesmo com nossas vidas mutiladas ainda estamos aqui. O rejeito não soterrou nossas memórias (Jornal A Sirene, ed. 9, p. 19).

Os fragmentos acima denotam um outro aspecto da experiência dos atingidos, conectado à **instâncias de empoderamento**: implicam conteúdos associados à esperança, fé, mobilização, coragem, perseverança, indignação, denúncias, reivindicação, enfrentamento, vigor, força, capacidade (sentir-se capaz), bem como apelos à um espírito de coletividade. Adiante, tomo essa dupla expressão, de dinâmica de sofrimento e de instâncias de empoderamento, como modalidades de estruturas de sentimento, expostas acima separadamente por razões de exposição didática. As ênfases ou pontos de ancoragem se alteraram ao longo dos outros anos, na medida em que outras questões passam a fazer parte da moldura geral, conforme discutiremos a seguir.

Detenho-me rapidamente no argumento da temporalidade do desastre do rompimento da barragem da Samarco. Isso implica que, ao longo dos anos, são acentuadas ou surgem novas fontes de problemas ou de sofrimento social, como, por exemplo, questões ligadas ao mundo burocrático e aos ritmos do

circuito jurídico. Se há continuidade na dinâmica de sofrimento e nas instâncias de empoderamento, novas situações e desdobramentos serão encarados. Os fragmentos das edições do segundo ano, ilustram esse cenário:

TEXTO 13: É lamentável sermos condicionados a essas violações, mesmo sabendo que foi a negligência da empresa que causou toda essa tragédia. O tempo passa e nos sentimos impotentes para mudar esse panorama. A construção do dique S4, em Bento Rodrigues, é retrato da imposição a que fomos submetidos. Sua construção se deu através de um decreto estadual e sem o consentimento da comunidade (Jornal A Sirene, ed. 10, p. 19).

TEXTO 14: A Fundação Renova foi criada e nada mudou, pois, na sua maioria, os funcionários da empresa são remanescentes da própria Samarco. Como confiar naquele que fez vítimas e hoje está querendo cuidar dessas vítimas? (Jornal A Sirene, ed. 16 p. 2).

TEXTO 15: Ser atingido é você perder tudo. É você ser julgado e não ter os direitos reconhecidos. A cada audiência, a cada dia você se humilha para tentar ter seus direitos reconhecidos. Ser atingido é a pior coisa que pode acontecer com o ser humano no mundo (Jornal A Sirene, ed. 20, p. 16).

TEXTO 16: Nós, atingidos, temos que nos unir e lutar sempre. Não podemos cruzar os braços diante do primeiro que falar “não”. Muitos desistem no meio do caminho, porque, com a Renova/Samarco, só funciona através da pressão e da insistência. É muito importante que os atingidos vistam a camisa da luta e partam para a busca de seus direitos. É através dela que conseguiremos a vitória (Jornal A Sirene, ed. 17, p. 2).

TEXTO 17: Eu não escreveria no jornal da Renova porque seria mais uma maneira de levar a mentira ao povo. Falar que ela está fazendo, mas na realidade, não acontece. Além disso, seria mais uma forma de promover injustiças. Eu, como atingida, jamais poderia compactuar com a Renova, por vivenciar todos os dias as injustiças e a crueldade da qual eles fazem com os atingidos, tanto por mim quanto por minha filha (Jornal A Sirene, ed. 18, p.2).

TEXTO 18: A fé nos sustenta. É ela que nos faz lutar pelos nossos objetivos. Desde quando era criança, ela tem um significado muito forte pra mim. Algumas pessoas nos criticam por estar indo à igreja, participando das nossas festas na comunidade depois que tudo aconteceu. Mas nós temos sempre que manter nossas tradições e agradecer para nos fortalecermos (Jornal A Sirene, ed. 20, p. 10).

Um dos pontos de ancoragem dos dois arcos temáticos, no segundo ano de publicação, relaciona-se com a construção de um dique para contenção de rejeitos, o Dique S4, que submergiria parte do município de Bento Rodrigues: questões relacionadas à preservação física de patrimônio e memória coletiva ganham fôlego no JAS. Camadas de perda são adicionadas e outras de indignação ficam mais explícitas. Os embates entre comunidades atingidas e a organização gestora do processo de reparação e de reconstrução das comunidades atingidas, a Fundação Renova, escalam, em especial por causa do início da circulação de uma publicação chamada “Jornal da Renova”, em julho de 2017, cuja legitimidade é imediatamente contestada pelos atingidos da zona rural de Mariana. Novos atores são anunciados como aliados, tais como as assessorias técnicas independentes. Antigos aliados passam a ocupar espaços no JAS, chegando a assinar matérias como entidade, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ou como membros de equipes de assistência da região, como trabalhadores de saúde.

No terceiro ano, três elementos ganham maior centralidade. A judicialização da dor perpassa todos eles. O fluxo de reuniões, audiências e de todo o circuito burocrático já é naturalizado, mas não sem rugas. O desejo de participação ocasionalmente se concretiza, mas a qualidade da participação e a efetividade das propostas feitas pelos atingidos é posta em questão. A linguagem e os instrumentos do mundo jurídico colocam-se como desafio, é um terreno que eles precisam entender como navegar. O primeiro elemento é justamente a morosidade, o tempo que decorre dos acordos às ações operacionais que, para os atingidos, não é compatível com a urgência que demandam.

As controvérsias sociotécnicas que acompanham a crise desencadeada pelo desastre, configuram um estado particular de irresolução, experimentado pelos afetados através da espera: espera por mais testes, pelas avaliações, pelo monitoramento, pelas decisões judiciais. A espera, então, constitui sentidos de sujeição e crescente frustração, que afligem as vítimas (ZHOURI et. al, 2017).

É algo que ganha sensível relevo nos pontos de ancoragem associados à dinâmica de sofrimento nesse período.

TEXTO 19: Não existe nenhuma relação de confiança entre os atingidos e a Fundação Renova. Todos nós sabemos que ela vem como um fantoche para tomar pedrada no lugar das empresas. Ela não resolve nada. Ao invés de resolver, ela burocratiza os problemas (Jornal A Sirene, ed. 22, p. 2).

TEXTO 20: Não só no nosso caso, mas o que mais se vê não é justiça e sim o oposto. A sensação que temos é que, a cada dia que passa, vamos nos sentindo mais acuados. A pressão é muito grande, pois a nossa briga é com os grandes, empresas, governo, ou seja, ela é muito difícil e requer muita persistência. E sabemos que, para eles, qualquer dinheiro vale mais do que justiça (Jornal A Sirene, ed. 28, p. 5).

O segundo elemento, diz respeito ao processo de reassentamento das famílias, questões que envolvem deliberações sobre a área a ser ocupada, os tipos de construções, bem como sobre as percepções de precariedade da vida em remoção forçada. O último elemento centra-se na transposição da ideia de atingido para um dispositivo de mensuração objetiva, o cadastro de danos: o conflito orbita os critérios que tornam alguém legalmente reconhecido como digno de direitos de reparação ou não. Estes dois últimos estão mais conectados às instâncias de empoderamento. Os fragmentos abaixo exemplificam tais dimensões:

TEXTO 21: Em uma das assembleias, a Renova/Samarco não quis estipular prazo. Se não vão estipular prazo é porque já estão prevendo que vão atrasar. Podemos até pensar que, como a empresa é grande, podem ter muitas empreiteiras e pode dar o tempo de fazer, mas isso também pode tumultuar muito a situação. Nem o registro do terreno eles têm e, sem o registro, eles não conseguem fazer nada. Se eles quisessem fazer mesmo, já tinham feito nesse tempo todo que já passou. Vejo que eles não estão correndo atrás mesmo (Jornal A Sirene, ed 25, p 9).

TEXTO 22: Depois de tudo, posso dizer que, se tem uma coisa que aprendi, é que quem cala, consente. Então, a minha função na Comissão dos(as) Atingidos(as), hoje, é a de questionar tudo (Jornal A Sirene, ed 28, p 3).

TEXTO 23: A Renova/Samarco não mostra todos os danos que foram causados, porque ela foi contratada para excluir direitos, e o menor número de prejuízos que ela puder reconhecer, pra ela, é melhor. A fundação/empresas assumiu 19 danos na Matriz dela, mas, quando fizemos a nossa, foram levantados mais de 900, mas que, quando você para pra pensar, parecem ser milhões na cabeça da gente. Se existe dano, a Renova/Samarco não teria que reconhecer não, teria que ser obrigada a pagar por eles. E o reconhecimento dos nossos danos não deveria estar sendo negociado (Jornal A Sirene, ed. 30, p. 4).

TEXTO 24: Esses três anos foram de muita luta e de muita incerteza. Tive que aprender muito, porque não estava acostumado

a reuniões e audiências [...] Antes, eu me sentia uma pessoa livre, hoje, mudou. Minha liberdade... Me sinto como um passarinho que estava solto e você prende ele na gaiola, depois o solta e ele nunca será o mesmo. Fica sem rumo (Jornal A Sirene, ed. 32, p. 7).

Destaco deste último ponto como o JAS intenta vocalizar uma pluralidade de repertórios e de valores (LOSEKANN, 2018; MARTINEZ ALIER, 2018) que vão além da mera equivalência financeira. O conflito é também sobre definições, sobre que termos devem ser utilizados a respeito da especificidade e abrangência de danos materiais individuais ou familiares, danos referentes às atividades econômicas, danos materiais e morais coletivos, danos extrapatrimoniais. Nesse sentido, é evidente a assimetria política entre os atores ligados à Samarco e os atingidos, bem como a forma como o campo jurídico, mais próximo da linguagem corporativa, representa uma arena onde os primeiros possuem considerável vantagem de manobra.

O quarto ano, analisado das edições 34 à 44⁷, é marcado pelo desastre de Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Irmanadas pela tragédia, a solidariedade é a tônica e transparece mais de uma vez ao longo das edições. Por um lado, esse segundo acidente de grandes proporções reforça o discurso de responsabilização das empresas mineradoras; por outro, converteu Mariana em um acervo ainda mais importante de aprendizado – uma pedagogia das ruínas na qual o JAS tem algum lugar de destaque. Além disso, inovações políticas na luta dos atingidos nesse período, como a denúncia ao Conselho de Direitos Humanos na ONU e a ocupação da sede do escritório da Renova em Mariana, são efeitos do acúmulo da articulação ao longo dos anos anteriores e do acirramento de antagonismos. As negociações emaranhadas em torno das indenizações, a retomada de eventos-chave e um tom avaliativo são outros componentes notórios desse arco temporal.

TEXTO 25: Eu vejo o Jornal A SIRENE com uma importância muito grande a favor dos(as) atingidos(as). As grandes mídias, hoje, não são fiéis às nossas falas, na íntegra. Quando o(a) atingido(a) é entrevistado(a), a sua fala não é publicada totalmente. Essas mídias têm dado muito mais ênfase para a Samarco, que é a causadora do crime, do que para os(as) atingidos(as) (Jornal A Sirene, ed 35, p 8).

TEXTO 26: Eu já nem sei mais o que me dá força, sei que ela tá

⁷ A edição de agosto não foi realizada pelo fim do acordo original que possibilitou o financiamento do JAS até então.

aqui. Acho que é a sede por justiça. É toda a injustiça que acontece há três anos aqui, em Mariana, e que provavelmente vai acontecer em Brumadinho agora. Não sei expressar o que me dá força, mas sei que ela tá aqui (Jornal A Sirene, ed 36, p 8).

TEXTO 27: O nosso esforço é não deixar a Renova desmobilizar a nossa luta. Só assim vamos conseguir o nosso direito, que foi roubado. A melhor e única saída que nós, atingidos, temos é a luta coletiva para conquista de direitos (Jornal A Sirene, ed 37, p5).

TEXTO 28: Vivi quase 50 anos em Paracatu. Eu nasci e fui criada na roça. Tenho uma saudade da minha casa, lá eu vivia muito bem. Aqui não tem lugar de plantar nada. É tudo cimento e a casa não é nossa. Lá eu tinha horta na porta de casa, era uma senhora horta. [...] Quando deito na cama, eu perco o sono. Penso no tanto que quero voltar para minha casa. Vai fazer quatro anos que estamos nessa peleja. Quando eu voltar para casa, a primeira coisa que vou fazer é passar um caféquentinho. Eu ainda tenho esperança (Jornal A Sirene, ed 37, p 11).

TEXTO 29: O jornal é um lugar muito importante para nós, atingidos, contarmos nossas histórias. É uma maneira de protestar. Sempre digo: “temos que contar mesmo, não pedimos para entrar na história, mas já que entramos, temos que contar para as pessoas saberem”. Daqui a 50, 100 anos, isso vai estar escrito, não estaremos aqui, mas as pessoas vão saber. As pessoas vão lembrar, nós vamos lembrar (Jornal A Sirene, ed 40, p 9).

As ênfases de cada ano não excluem que questões anteriores continuem a ser abordadas, mas o objetivo foi destacar aquilo que desencadeia alguma saliência momentânea no relevo dos sentimentos expressos pelos atingidos. O que essa observação pormenorizada permitiu até aqui, é a percepção de uma estrutura de sentimento bimodal. No horizonte, ela é articulada tanto por uma ampliação da solidariedade aos atingidos quanto por uma luta por reconhecimento (e por reparação). Essa estrutura de sentimento, por fim, traz para o primeiro plano uma outra história da mineração que, sugerimos, está submergida em um contexto de trauma cultural. Essa afirmação necessita, antes de ser melhor elaborada, de um breve excuro sobre como o JAS agencia a memória coletiva.

Trabalho de memória, sofrimento social e trauma cultural

Selecionei os fragmentos do JAS a partir de uma lógica testemunhal seguindo de perto algumas indicações sugeridas por Michael Pollak e Nathalie Heinich quando escrevem sobre experiências em condições extremas (em específico, no caso deles, os sobreviventes de campos de campos de concentração nazistas). De certa forma e com certa cautela, os afetados pelo colapso da barragem de rejeitos de Mariana parecem passar por situação análoga no que diz respeito à ruptura traumática de identidade, algo que altera tanto o auto entendimento quanto à forma como se é visto pelos outros.

O JAS é um substrato onde esse processo de gestão da identidade se monta. É nele que se torna visível um esforço coletivo de dizer, de apresentar sentidos, de disputar definições: é nele, e isso é central neste trabalho, que se verifica a existência de uma “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 1990) a partir da qual emerge uma nova estrutura de sentimento entre os ex-moradores dos subdistritos mais impactados de Mariana e onde é problematizada e desconstruída a “tradição seletiva” da mineração.

Me aproximo da noção de testemunho como um instrumento de reconstrução da identidade, não apenas quando transmite narrativas factuais limitadas à função informativa, visto que ele coloca em jogo a tensão entre a memória e a autorreflexão (*quem era, quem sou, o que me tornei*). Entendo o JAS como estímulo à expressão, uma iniciativa contra a repressão discursiva. Os relatos ali presentes, enxergados aqui como testemunhos, tem duas faces: uma individual, na qual os sujeitos apresentam suas queixas, narram suas perdas; e outra coletiva, pois considerada digna de ser relatada apenas na medida em que é objeto de uma experiência compartilhada – neste caso, fala-se da própria vida em nome de um valor geral, como a justiça ou a verdade. Nessa chave, o JAS parece ser um tipo de organizador desses diversos testemunhos em nome de valores gerais, o que por sua vez, conforme Michael Pollak e Nathalie Heinich, implica um trabalho de memória.

O trabalho de memória, dentro do que Maurice Halbwachs chama de a “comunidade afetiva”, pode atenuar tudo o que, nas memórias individuais, remeteria ao isolamento e também aos dolorosos conflitos, bem como aos traumas que podem ter e que subsequentemente provocam processos de repressão, angústia

em relação aos outros e recusa de contato. Este trabalho seletivo desemboca na formação de uma memória coletiva (POLLAK, 1989; 1992) . Num contexto de ruptura brusca de modos de vida, tal trabalho parece ter ajudado os atingidos a lidarem com a experiência traumática, uma vez que participa da manobra de contorno do silêncio – em não conformar-se com as visões dominantes que possam circular sobre os eventos, mas tomar uma certa instância ativa e produzir entendimento e dispô-los na arena pública. O falar é político.

A antropóloga indiana Veena Das interpõe algumas questões adicionais no que se refere à aproximação aos testemunhos e memórias dos atingidos. Ela auxilia a compreender como o neoextrativismo se transforma em e é sentido como sofrimento social. Leva a refletir por quais poros a tragédia se comunica, em que dados ela se pulveriza, se sedimenta e que peças podem ser dispostas para recompor sua complexidade, construir sentidos. Indica raciocínios para compreender o que é uma dinâmica de sofrimento social e como situá-la.

Danos devastadores que forças sociais podem infligir à experiência humana. O sofrimento social resulta do que os poderes político, econômico e institucional fazem com as pessoas e, reciprocamente, de como essas formas de poder influenciam as respostas a problemas sociais (KLEINMAN, DAS, LOCK, 1997, p 9).

70

É nesse sentido que contribui para a investigação sobre os eixos em que giram e doem um terricídio, uma perda de relações de altíssima amplitude como a ocasionada pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana. A partir da experiência social de sofrimento Das (1996) nota, entre outras coisas, como certos eventos dissolvem padrões da vida corriqueira, questiona como o sofrimento social é produzido, distribuído (por uma sociedade injusta) e incorporado pelas pessoas da coletividade, bem como de que forma é absorvido pelas instituições.

Nos contornos deste trabalho, Veena Das estimula a atenção para aquilo que as pessoas afetadas pelo desastre de Mariana (um *evento crítico*, conforme conceitua a autora) fizeram, coletivamente, em especial para a forma que modulam suas narrativas ou realizam uma expansão da dimensão individual de sofrimento rumo à negociação pública de sentidos. É dizer, em outras palavras, que sugere refletir sobre como violências estruturais associadas à lógica do neoextrativismo mineral (ARAOZ, 2020) , produtora de altos níveis de injustiça ambiental (KEUCHEYAN, 2014; ACSELRAD et. al., 2019), passa a fazer parte do cotidiano danificado dos atingidos.

Um exemplo de afetação nesses moldes está na lama. Ela é um elemento pervasivo e seguirá presente, narrada em todos os anos do JAS. Ela está não apenas na superfície geográfica ou suspensa no ar, em forma de poeira tóxica comumente mencionada como causadora de problemas de saúde, mas invade simbolicamente o universo dos atingidos de Mariana. Tomo de empréstimo a formulação que Telma Camargo Silva (2017) desenvolveu em etnografia junto aos rádio-atingidos por césio 137 em Goiânia, na década de 1980: ela enxerga que manifesta-se uma “*persona césio*” a partir da percepção cindida de si mesmas que as vítimas desenvolviam — a ruptura biográfica que engendra uma identidade também radioativa. No caso de Mariana, de forma análoga, há uma “*persona lama*”, dano que se desenrola no campo subjetivo para além do dia do desastre através, por exemplo, de preconceito, estigma e auto desvalorização.

Os quatro anos de publicações analisados neste trabalho me permitem ainda verificar o trânsito de uma modalidade específica de associação entre testemunho, memória e sofrimento social. É a possibilidade de apreender o que Jeffrey Alexander (2012) denomina “trauma cultural”. Esta noção diz respeito ao processo de trabalho cultural de fabricação de significados e representações a partir da qual o sofrimento social causado por eventos críticos alcança um status de entranhamento incontornável nas identidades do grupo afetado no qual está em questão a articulação da experiência em diferentes arenas, o apelo ao descentramento moral da audiência, o agenciamento da memória coletiva, a mobilização de uma gramática de valores

[...] o trauma cultural ocorre quando membros da coletividade sentem que foram sujeitos a eventos horríveis, que deixam marcas profundas em suas consciências, transformando suas identidades fortemente, impregnando memórias para sempre. [...] Ao construir traumas culturais é que os grupos sociais, sociedades nacionais e, às vezes, civilizações inteiras, não só identificam cognitivamente a existência de fontes de sofrimento humano, mas também viabilizam a aferição de responsabilidade por eles (ALEXANDER, 2012, p. 6 - tradução livre).⁸

Disso decorre afirmar que o JAS é um agente ativo na modulação da experiência do desastre como trauma cultural. Ele proporciona arranjos de

⁸ Desenvolvo mais atentamente sobre os componentes desse tipo de trabalho cultural (a demanda/injúria fundamental; o grupo de transmissão; a audiência e situação; a classificação cultural; as arenas institucionais) em outro trabalho (SANTOS e REGO, 2021, p. 103).

memória e propõe um regime de atenção para a catástrofe e suas consequências em diferentes esferas da vida individual e coletiva. Seu mote (“Para não esquecer”) é justamente uma afirmação da dignidade de suas experiências para além das lentes espetacularizadas da mídia hegemônica ou da transmutação de seus sofrimentos em documentos jurídicos anexados a processos que demoram a ser concluídos. É a partir desse enlace conceitual proposto neste tópico que me habilito a afirmar que o JAS permite o acesso a uma versão diferente das narrativas e promessas da mineração brasileira.

Considerações finais: uma outra história do neoextrativismo minerador

Djanira da Motta e Silva, pintora paulista, retrata em seus quadros o avanço da mineração na década de 1960, representando uma nova forma de dispor dos territórios, indicando uma nova relação com a natureza, mais industrial, matematizada e exaustora. Carlos Drummond de Andrade, poeta mineiro, também teve na questão mineral um pólo de atração irresistível. Sua cidade natal, Itabira, que viu o pico do Cauê desaparecer e ser comido por picaretas e máquinas gigantescas, transportado em milhares de vagões para os portos rumo ao outro lado do planeta, se irmana com Mariana e Brumadinho, nossas catástrofes mais recentes e superlativas no setor. Isso tudo nos diz algo e também deixa um sabor amargo, pois é uma irmandade que se estabelece na dor e numa semelhante dinâmica de sofrimento.

Há muito que as une, de fato. O poeta e a pintora anteviram a liturgia fúnebre de devastação na qual a Companhia Vale do Rio Doce, que hoje suprime o rio de seu nome, acabaria enredada. A mineração brasileira, filtrada também pelos artistas, permite trazer à tona uma importante discussão sobre justiça ambiental, ou seja, a partilha ou acesso desigual de recursos e o impacto assimétrico de externalidades aos grupos humanos e não-humanos, ecossistêmicos, colocando em evidência um fluxo ou intercâmbio ecologicamente desigual: aos importadores, matéria-prima para refino e beneficiamento industrial; às cidades exportadoras e seus moradores, sobretudo os pobres e racializados, destruição e ruínas. Brumadinho e Mariana como pontos de encontro de escalas: articula com lugares longínquos e processos complexos, alvos da cobiça dos empresários estrangeiros e exportadoras de minérios para regiões mais prósperas.

Questionar Mariana e seu desastre é pensar nessas nossas relações com pedras e na vida que elas nos legaram e que permitem nos manter seguindo (a que custo?). Do rejeito de minério e da lama tóxica acumulada ao modelo e lógica de desenvolvimento minerodependente brasileiro (ACOSTA e BRANDT; 2018), da reprimarização da economia nacional à vulnerabilização de comunidades racializadas e étnicas (SVAMPA, 2019); da maldição da abundância à mentalidade mesquinha, instrumental e monetizada dos mais violentos defensores do projeto de exploração mineral. Mariana conta uma outra história da mineração: não a das narrativas de progresso, desenvolvimento, solução econômica e prosperidade, mas questionamentos sobre o seu lugar na base ecológica da sociedade nacional, sobre como ela rege intensamente biocapacidades da materialidade biofísica do território – uma história de destruição de mundos. Conta também uma história de habitar, de resistir às expulsões (SASSEN, 2016) e persistir em mundos danificados (DAWNEY, 2019), onde o sofrimento alterou as paisagens da geografia interior de seus habitantes.

O JAS convida e promove um olhar sobre o cotidiano coletivo de comunidades no epicentro de um desastre. Colabora com o entendimento do sofrimento social e do trauma coletivo que emanam dali. Ajudam a situar o efeito traumático que se insinua por toda a região. Um exemplo do campo dos movimentos sociais torna isso mais nítido. Questionado em exposição durante aula, no segundo semestre de 2021, ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFJF, o ativista do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) Luiz Paulo Guimarães de Siqueira destacou que tais desastres vultosos são marcos no imaginário público da região, visto que ampliaram visibilidade e a sensibilidade dos riscos associados ao ponto de uma questão ser recorrente em comunidades em processo de instalação de projetos de extração: “Nós vamos ser uma nova Mariana? Nós vamos ser uma nova Brumadinho?”.

A análise demonstrou viável encarar o JAS como um substrato no qual sedimentam avaliações específicas dos acontecimentos e efeitos subjetivos coletivos ligados ao desastre. Portanto os temas, a tonalidade e todas as estratégias expressivas denotam como os atingidos continuamente formularam e seguem atribuindo sentido ao desastre. É ali, por exemplo e não exclusivamente, que elaboram articulações, definem aliados e antagonistas, ressaltam a variedade e intensidade de suas perdas e toda uma dinâmica de sofrimento, bem como

estimulam coesão interna, engajamento e empoderamento a partir da qual se consolida uma estrutura de sentimento. E isso é feito, percebo, colocando em cena a dimensão política dos testemunhos e relatos de perdas. Compreendo ainda que o jornal possui a insígnia de um depositário da memória coletiva do movimento dos atingidos da bacia do Rio Doce.

Quando Rachel Carson (2010) criticou os agrotóxicos em sua época, falou de uma primavera silenciosa, sem pássaros ou cigarras, pois mortos envenenados pela revolução verde. Quando Carolyn Merchant (1980) falou da morte da natureza, encontra o giz ao redor do cadáver na passagem da antiguidade para a modernidade, sobretudo no ideário mecanicista. Mas elas desejavam com isso justamente o contrário: primaveras ruidosas e vida abundante, reencantada. Desejo encontrar na aparente fantasmagoria das ruínas, as concretas e as subjetivas, não o mesmo eco mórbido do feitiço que as ocasionaram, mas centelhas de energia na espessura dos vínculos, em formas de criatividade e de cuidado, em solidariedades políticas e estratégias de transformação e resistência. Não a ansiedade pelo fim de tudo, mas examinar rotas que o evite.

Referências

ACOSTA, Aberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ALEXANDER, Jeffrey C. **Trauma: A social theory**. Cambridge: Polity, 2012.

ARAOZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010,

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Editora UFRJ, 1994.

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Oxford University Press, 1996.

DAWNEY, Leila. Decommissioned places: Ruins, endurance and care at the end of the first nuclear age. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.45, n. 1, 2019.

FONTES, Roberta Neves. **Crime, desastre ou acidente?** Disputas narrativas sobre o rompimento da barragem da Samarco. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Viçosa, MG, 2018.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffer. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HEWITT, K. The idea of calamity in a technocratic age, in Hewitt, K. (Ed), **Interpretations of calamity**, Allen and Unwin, Boston, pp. 3–32, 1983.

KEUCHEYAN, Razmig. **Racismo Ambiental** (Trad. Nancy Meneghini). In: La nature est un champ de bataille: essai d'écologie politique. Paris: La Découverte, 2014.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Org.). **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.

LOSEKANN, C. “Não foi acidente!” - O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et al. (2018). **Mineração: violências e resistências** [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

LOSEKANN, C. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 20. Brasília, maio - agosto, 2016.

MARCHEZINI, V. As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção. **BIB — Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, (83), 43–72, 2017.

MARTINEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradutor: Maurício Waldman. 2 Edição. São Paulo, editora Contexto, 2018.

MENDES, João Francisco Alves. **Representações sociais e complexidade: a identidade dos atingidos pela lama na barragem de Fundão (Mariana-MG)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

MERCHANT, Carolyn . **The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution** . San Francisco: Harper and Row, 1980 .

PESCHEL, Lisa. ““Structures of Feeling” as Methodology and the Re-emergence of Holocaust Survivor Testimony in 1960s Czechoslovakia.” **Journal of Dramatic Theory and Criticism**, vol. 26 no. 2, p. 161-172, 2012.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992;

POLLAK, M.; HEINICH, N. “Le témoignage”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62/63, p. 13, 1986.

SANTOS, Natanael de Alencar; REGO, Natasha Karenina de Sousa. Para ler as ruínas do Antropoceno mineiro: catástrofe-crime e trauma cultural em Mariana. In: CASTANHEIRA, Nuno Pereira; TAUCHEN, Jair; SCARSO, Davide; BAVARESCO, Agemir. (Orgs). **Questões Ecológicas em Perspectiva Interdisciplinar: Natureza e Sociedade no Antropoceno – Superando a Separação?** Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** Tradução de Angélica Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SHARMA, Devika e TYGSTRUP, Frederik. **Structures of Feeling: Affectivity and the Study of Culture**, Berlin, München, Boston: De Gruyter, 2015.

SILVA, T.C. Silêncios da dor: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil. Iberoamericana: **Nordic Journal of Latin America and Caribbean Studies**, Estocolmo, v. 46, n. 1, p. 17-29, 2017.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

VALENCIO, Norma (Org). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa Editora, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **The Long Revolution.** Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1965

_____, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. ; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M.(2018). O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et al. (2018). **Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.** Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZHOURI, A. BOLADOS, P. CASTRO, E.(Orgs). **Mineração na América do Sul: neoeextrativismo e lutas territoriais (1a ed.).** Coleção Cidadania e Meio Ambiente. São Paulo: Annablume, 2016.

ZONTA, Márcio. e TROCATE, Charles. (Ed.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.** Marabá: Editorial iGuana, 2016.

Ruínas, processos subjetivos de assujeitamentos e re-existências na experiência do projeto diálogos em Suape no nordeste brasileiro.

Karla Galvão Adrião¹
ORCID: 0000-0002-7411-425X

Luis Felipe Rios²
ORCID: 0000-0002-0767-7845

Resumo: Este artigo reflete sobre a experiência do projeto Diálogos em Suape, a partir de seus subprojetos: o Ação Juvenil e o Chá com Damas. O mesmo atuou em um solo de ruínas, produzidas no antropoceno do nordeste brasileiro, na região portuária e metropolitana de Recife, a partir de um grande projeto de desenvolvimento econômico nacional que havia sido implementado nos anos 2006-2008. Esta experiência buscou dialogar e atuar nesse território no qual as ruínas sociais e econômicas eram evidenciadas a partir de categorias de raça, classe, gênero, sexualidade e geração; particularmente entre as populações de jovens e de prostitutas. Discute sobre os lugares das epistemologias feministas pós estruturais e decoloniais, e suas práticas participativas e comunitárias no debate sobre ruínas e antropoceno no Brasil, a partir dos dispositivos da memória e dos processos subjetivos de assujeitamento. E estes, por sua vez, são percebidos no contexto dos processos grupais do projeto Diálogos, que tomou as artes enquanto mecanismos metodológicos participativos.

Palavras-chave: Antropoceno. Recife. desenvolvimento econômico.feminismo.

Abstract: This article reflects on the experience of the Dialogues in Suape project, based on its subprojects: Ação Juvenil and Chá com Damas. The same acted in a soil of ruins, produced in the anthropocene of the Brazilian northeast, in the port and metropolitan region of Recife, from a great national economic development project that had been implemented in the years 2006-2008. This experience sought to dialogue and act in this territory in which the social and economic ruins were evidenced from categories of race, class, gender, sexuality and generation; particularly among youth and prostitute populations. It discusses the places of post-structural and decolonial feminist epistemologies, and their participatory and community practices in the debate about ruins and Anthropocene in Brazil, from the devices of memory and the subjective processes of subjection. And these, in turn, are perceived in the context of the group processes of the Diálogos project, which took the arts as participatory methodological mechanisms.

Keywords: Anthropocene. Recife. economic development. feminism.

Resumen: Este artículo reflexiona sobre la experiencia del proyecto Diálogos en Suape, a partir de sus subproyectos: Ação Juvenil y Chá com Damas. El mismo actuó en un suelo de ruinas, producido en el antropoceno del nordeste brasileño, en la región portuaria y metropolitana de Recife, a partir de un gran proyecto de desarrollo económico nacional que había sido implementado en los años 2006-2008. Esta experiencia buscó dialogar y actuar en este territorio en el que se evidenciaron las ruinas sociales y económicas desde categorías de raza, clase, género, sexualidad y generación; particularmente entre las poblaciones de jóvenes y prostitutas. Discute los lugares de las epistemologías feministas posestructurales y decoloniales, y sus prácticas participativas y comunitarias en el debate sobre las ruinas y el Antropoceno en Brasil, a partir de los dispositivos de memoria y los procesos subjetivos de sujeción. Y estos, a su vez, se perciben en el contexto de los procesos grupales del proyecto Diálogos, que tomó las artes como mecanismos metodológicos participativos.

Palavras clave: Antropoceno. Recife. desarrollo económico. feminismo.

Introdução

Este artigo traz reflexões sobre uma experiência de pesquisa-intervenção-pesquisa (ADRIÃO, 2014), que atuou em um solo de ruínas, produzidas no antropoceno do nordeste brasileiro, na região portuária e metropolitana de Recife-PE, Brasil. Ruínas estas produzidas a partir de um grande projeto de desenvolvimento econômico nacional que havia sido implementado nos anos 2006-2008. Chamada de “Diálogos em Suape” (RIOS et al, 2015)³, esta experiência buscou dialogar e atuar com/em um território no qual as ruínas sociais e econômicas eram evidenciadas a partir de categorias de raça, classe, gênero, sexualidade e geração; particularmente entre as populações de jovens e de prostitutas, a partir de seus dois subprojetos: O “Ação Juvenil” e o “Chá de Damas” (MENEZES, ADRIÃO, RIOS, 2015; MENEZES, ADRIÃO, CAVALCANTI et al, 2015). Estas foram experiências que buscaram, a partir da noção de Paulo Freire de “realidade concreta” (1981), tomar o saber das próprias comunidades afetadas como centro de qualquer ação de busca de transformação social. Para tanto, utilizamos bastante de processos grupais e comunitários (RIOS, TEÓFILO, 2015; MENEZES, ADRIÃO, CAVALCANTI et al, 2015), metodologias participativas (ADRIÃO, 2014; MACCARTHY & GALVÃO ADRIÃO, 2001) e processos artísticos como ativadores de saúde e cidadania. Apresentaremos em detalhes o contexto no qual os projetos “Ação Juvenil” e “Chá de Damas” vieram a se instalar; trataremos informações sobre ambos os projetos, suas tensões, provocações e realizações; e discutiremos sobre os lugares das epistemologias feministas pós estruturais e decoloniais, e suas práticas participativas e comunitárias no debate sobre ruínas e antropoceno no Brasil, a partir dos dispositivos da memória e dos processos de assujeitamentos. Tomaremos como aporte para o debate os processos grupais vivenciados nos dois subprojetos e seus aportes nas artes – através da produção de vídeos - enquanto metodologias participativas de transformação das desigualdades macro e micro estruturais.

O contexto de implementação do Projeto nacional de desenvolvimento econômico na região de Suape-PE

O Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, implementado em várias regiões do Brasil, definidas como centrais e primordiais para um bom desenvolvimento nacional e regional, teve como uma de suas versões nordestinas a constituição de um pólo industrial, uma refinaria e um porto com capacidade para navegação e distribuição de grande porte na região de Suape, em Pernambuco, situada a 60 km da capital do estado, Recife. Considerando um raio dentro da região metropolitana, este projeto atingiu oito cidades de pequeno porte. Dentre elas, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca receberam o maior impacto em forma de construções e alteração em seu meio ambiente. Vivendo do turismo como maior fonte de renda anual, estes municípios (em Ipojuca está Porto de Galinhas, que é uma das praias que são mais procuradas pelo turismo de massa, nacionalmente) assistiram a fortes mudanças em sua forma de conviver em/com suas cidades, do ponto de vista urbanístico e sócio-ambiental. A primeira transformação se deu quando iniciaram as obras do complexo. No contexto da Construção do Complexo Suape, com portos, estaleiros, refinarias de petróleo, petroquímica e outros empreendimentos, houve um incremento das ofertas de postos de trabalho na construção civil, o que provocou a migração de milhares de homens para a região. A população local participou pouco do acesso a esses cargos, que necessitavam de uma expertise específica, embora alguns jovens locais tenham passado por formação básica para atuarem no manejo de máquinas. Entretanto, a população e o comércio informal local começaram a se adaptar a esta chegada de “pessoas de fora” também chamados de “baianos”, ofertando serviços que se fizeram necessários: lazer, alimentação e dormitórios. Assistiu-se a um crescimento desordenado, principalmente na cidade do Cabo de Santo Agostinho, tendo Gaibu como epicentro. A população, vulnerável a um conjunto de agravos à saúde e violações de direitos, grosso modo marcadas em suas emergências por gênero, sexualidade, classe e idade/geração, começou a ser vista como uma preocupação para o conjunto governamental do complexo SUAPE, tendo a indústria PETROBRÁS como sua maior representante (RIOS et al, 2015).

No ano de 2009, a refinaria Abreu e Lima, da Petrobrás, que se constituía no espaço territorial de Suape (Cabo de Santo Agostinho-PE), apresentou à

Universidade Federal de Pernambuco um diagnóstico apontando possíveis perturbações nas condições de saúde da população das cidades de Cabo de Santo Agostinho, com população de cerca de 185 mil habitantes, e Ipojuca com cerca de 80 mil habitantes. Este encontro instalou o início de um processo de negociações no que viria a ser o projeto “Diálogos em Suape”.

A demanda de construção de um projeto de intervenção social local

Como resposta da UFPE, os departamentos de Psicologia e Serviço Social através de alguns núcleos de pesquisa vinculados às suas respectivas Pós-Graduações, construíram uma grande pesquisa-intervenção-pesquisa (ADRIÃO, 2014), com sete sub ações.

O termo pesquisa-intervenção-pesquisa é aqui utilizado porque toma uma perspectiva na qual toda pesquisa é entendida como intervenção e vice-versa, entendendo o processo de pesquisar e de intervir como contínuos, ou seja, questões vão surgindo na pesquisa-intervenção que levam a novas pesquisas-intervenções e assim sucessivamente. Além disso, tinha como bases epistemológica e metodológica trabalhar com metodologias participativas de educação comunitária (FREIRE, 1989), fundadas numa epistemologia feminista pós-estrutural (HARAWAY, 2009), e no modelo da etnografia densa (GEERTZ, 2008).

Essa pesquisa-intervenção-pesquisa buscou, portanto, atuar nas condições de vida, vulnerabilidade, agravos, violações da população, bem como daqueles trabalhadores que se deslocaram para a microrregião de Suape em busca de oportunidades de trabalho. Inicialmente seriam 24 meses de pesquisa-intervenção que foram ampliados para 33 meses, nos quais foram mobilizados jovens, mulheres, trabalhadores do complexo Suape, profissionais do sexo, profissionais em geral, ativistas dos direitos humanos e, mais amplamente, a população dos municípios. Refletia-se em conjunto, numa perspectiva freiriana de pedagogia e intervenção (FREIRE, 1989), sobre o enfrentamento das condições de vulnerabilidade em um diálogo dialógico entre conscientização, conhecimento e politização (RIOS et al, 2015).

Sobre os processos de execução e finalização do “Diálogos em Suape” e seus subprojetos: “Ação Juvenil” e o “Chá de Damas”

O Diálogos em Suape teve como subprojetos o “Ação juvenil”, que trabalhou com a população jovem; a “Caravana da Cidadania” com profissionais de educação, ação social e saúde, e com a população em geral. O “Chá de Damas” atuou com prostitutas e o “mulheres e educação para a cidadania” com mulheres adultas. O “Diálogos com os Homens das Terceirizadas” que, como o nome já informa, trabalhou com os profissionais que construíam o complexo industrial de SUAPE; a pesquisa “Conhecer o Território” e a ação “Observatório Suape”, que tinha como objetivo disseminar informações e recursos no âmbito do projeto Diálogos para o desenvolvimento social em Suape. O Observatório produzia um boletim, uma mala direta para profissionais, autoridades e redes.

Os indicadores de êxito e eficácia geral do Diálogos em SUAPE apontaram que foram acessados 90% dos sujeitos que eram esperados, trabalhando conhecimentos, atitudes e práticas, como um aumento em 50% dos níveis de informação e conscientização sobre os agravos trabalhados e medidas protetivas aos mesmos. Fizemos pesquisas de conhecimento em 2 ondas: antes de iniciarmos as intervenções e após, sobre atitudes e práticas (chamada de PCAP - Diálogos, dentro da sub ação “Conhecer o Território”). Ou seja, como consequência desse processo, mas também como momento anterior à própria entrada em campo, foi identificado o território, as políticas, os programas e os equipamentos sociais existentes nos municípios para podermos desenvolver aquelas ações anteriores, a partir das pesquisas Pcap (RIOS et al, 2015).

Um dos relatos da segunda onda da pesquisa Pcap tratava de uso de preservativos nas relações casuais. Foi identificado aumento em 30%. Outro importante relato tratava do uso de camisinha em parcerias fixas na última relação com aumento de 6,16% (RIOS, TEÓFILO, 2015).

□ Ação Juvenil: arte e metodologias participativas entre jovens

O objetivo central desta sub ação era o de instrumentalizar jovens de 16 a 19 anos, de ambos os sexos e não binários, como lideranças capazes de atuar na produção e disseminação de informações qualificadas nos campos dos direitos da criança e do adolescente, da saúde sexual e reprodutiva, do uso abusivo de álcool e outras drogas e no enfrentamento a agravos de saúde e violações de direitos. Para atingir este

objetivo, foram construídas algumas etapas. Iniciamos com uma sensibilização e conhecimento do território, através do “Curso de Mídias Móveis”, para em seguida entrarmos no processo de formação continuado de lideranças juvenis.

O Curso de Mídias Móveis foi todo pensado tendo como base de trabalho as metodologias participativas nos processos grupais e o uso de recursos artísticos como técnicas e jogos teatrais além da fotografia e do vídeo (MENEZES, ADRIÃO, RIOS, 2015). Além disso, havia uma questão epistemológica de fundo, que era a de trabalharmos com uma perspectiva crítica na qual deveríamos ir ao território, conhecer o território, compreender o que as pessoas do território entendem como questão, o que pulsa mais fortemente, e entender que essas pessoas são as maiores conhecedoras das possibilidades de mudança, de transformação visando justiça social (FREIRE, 1981; FINE et al, 2010; ADRIÃO e MENEZES, 2015). Entretanto, ao mesmo tempo, o projeto precisou ser montando anteriormente a esse encontro com a população alvo, pois havia vindo de uma demanda das instituições proponentes. Então, inserimos o curso de mídias móveis juntamente com a pesquisa “Conhecendo o Território”, através de sua primeira onda, como duas maneiras de acessarmos os desejos e conhecimentos locais, ao mesmo tempo em que sensibilizávamos a mesma para nossa proposta de ação.

O segundo momento do sub projeto “Ação Juvenil”, de capacitação e formação de lideranças juvenis, viria após esse processo e nele poderíamos realizar ajustes às estratégias de ação, conforme a perspectiva de conhecimento e compreensão local.

O curso de mídias móveis propunha uma formação em mídias e no debate sobre saúde e direitos, tendo como público jovens matriculados nas 14 escolas estaduais de ensino médio das cidades do Cabo e de Ipojuca. Houve uma divulgação da proposta, feita por nossa equipe em cada uma das escolas. Os alunos interessados se inscreviam em uma urna. Caso as inscrições fossem maiores que o número de vagas ofertados, faríamos um sorteio. E foi o que aconteceu. O sorteio foi realizado no departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com as secretarias municipal e estadual de educação.

O curso foi realizado em uma escola de referência de Nossa Senhora do Ó, distrito de Ipojuca, no período de férias de julho, com duração de 10 encontros. Durante duas semanas inteiras nossa equipe morou na região. Havia um ônibus que ia buscar, diariamente, os alunos em cada um dos municípios, pequenas

vilas que faziam parte do grande território. No curso trabalhávamos com os dispositivos das câmeras de celular dos alunos, e, a partir daí, eles construíam pequenos vídeos em um processo no qual primeiro traziam o conhecimento prévio sobre o território e, após, iriam reconhecer esse território, estranhando-o (GEERTZ,2008). Dessa forma, pouco a pouco íamos trabalhando os temas dos agravos e violações de direitos, juntamente com o reconhecimento, pelos próprios jovens, dessas questões, no cotidiano e da maneira como eles compreendiam que as questões estavam sendo abordadas no território.

Durante duas semanas a nossa equipe viveu na região. Ela era composta por 10 estudantes de graduação dos cursos de psicologia e ciências sociais, todos bolsistas; 2 estudantes de mestrado em psicologia, bolsistas; 2 profissionais psicólogas bolsistas; e as 2 professoras coordenadoras do projeto. A equipe havia passado, anteriormente, por uma formação de duas semanas em metodologias participativas, nas epistemes feministas pós-estruturais e nas discussões sobre usos das categorias de raça, classe, gênero, sexualidade e geração.

Após o curso de mídias móveis, 20 alunos foram selecionados, a partir dos critérios de engajamento e dedicação, seguindo critério equitativo de território (ambas as cidades), raça e gênero. Foram convidados a participar da segunda etapa formativa e contratação para início das atividades. Por problemas burocráticos, os 20 selecionados não puderam ser contratados enquanto bolsistas. Quando finalmente o processo de contratação foi resolvido, os jovens já haviam se formado no ensino médio e não podiam ser contratados. Um outro grupo foi selecionado e formado, visando aquisição de conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos, através de encontros dialógicos semanais com a equipe que aconteciam tanto no território, nas cidades do Cabo e de Ipojuca, quanto na universidade, de forma a propiciar ações no território, bem como uma vivência no campus e no cotidiano do departamento de Psicologia, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Os jovens construíram, no processo formativo, alguns produtos que fizeram parte e foram base para outros subprojetos ligados ao “Diálogos em Suape”, como o “Caravana da cidadania”. A intenção aqui era a de atingir a população em geral, tendo os jovens como protagonistas das ações. Os mesmos chegariam “em caravana” no território, numa metáfora alusiva a encontros festivos e grupais. Antecipadamente, eram identificados os espaços interessantes, em cada pequeno vilarejo, nos quais a população circularia durante um dia da semana,

como feiras públicas por exemplo. Então, os jovens, junto com nossa equipe, iam a esses espaços. Era montada uma tenda na qual realizavam atividades lúdicas e interativas, atividades artístico-terapêuticas, e também entrega de materiais de insumos, como panfletos e folders informativos sobre as problemáticas existentes no território após a inserção do complexo industrial e de seus derivados. Acompanhemos a fala de um dos jovens, sobre esse processo:

A gente trabalha com o público juvenil, sai às ruas, distribuindo cartazes, entrega camisinha. A gente pesquisa as pessoas no meio da rua para saber as opiniões delas sobre o mundo, entendessee? Sobre o que é o sexo, o que é o sexo masculino, o que é o sexo feminino. E tudo isso, só para você entender, elas – se referiu às duas mestrandas da equipe do projeto - são quem perguntam. A gente é quem responde! Mas quando a gente pergunta, elas também respondem! O nome do grupo que a gente trabalha é o Ação Juvenil. A gente trabalha se a gente mesmo pode mudar o Brasil que a gente tem, tá ligado? Menos discriminação, menos homofobia. Elas vão perguntando o que a gente acha do Brasil, o que a gente acha das pessoas, aí a gente vai trabalhar com a opinião que a gente tem, entendessee? Se um homem pode dar numa mulher, se um gay, um homossexual, pode ser discriminado. Tudo isso a gente procura achar uma resposta. A gente procura da gente mesmo dentro do curso trabalhar para fora para ver se a gente pelo menos muda essa teoria com essas pessoas, o jeito de ser, para a gente acabar com isso. Sem preconceito, sem discriminação, se você é preto, branco”. (CHARLII, jovem integrante do Ação Juvenil).

Chá de Damas

O Chá de damas tinha como proposta engajar prostitutas adultas dos dois municípios no enfrentamento das DST/AIDS e da exploração comercial de crianças e adolescentes. O mesmo possuía uma equipe interna de quatro estudantes de graduação em Psicologia e em pedagogia, uma técnica representante da associação de prostitutas de Pernambuco e duas coordenadoras, professoras da Universidade, do curso de (MENEZES, ADRIÃO, CAVALCANTI et al, 2015).

Dentre as suas etapas tínhamos: primeiro a realização de uma articulação com gestores e profissionais da região metropolitana para compreender quem já atuava com essas questões e poder, dessa forma, ter mais acesso ao que já vinha sendo desenvolvido para então podermos atuar no território. Além disso, esta

mesma articulação foi feita com algumas profissionais do sexo, que faziam parte da associação de profissionais do sexo do estado de Pernambuco.

Para conhecer as prostitutas e entender como acontecia o comércio, a propagação e as formas de prostituição nesses territórios, a equipe se deslocava no período da noite aos locais do território onde as mesmas atuavam, e distribuía materiais de insumo sobre DST/Aids. Estes materiais haviam sido produzidos tendo como base os dados coletados na primeira parte da pesquisa “Conhecendo o Território”. Nesse momento, a equipe conversava com as prostitutas para compreender como esse território ia se compondo, a partir de suas narrativas. Nesse processo, conhecemos e nos aproximamos também de donos de bares que faziam parte do território de prostituição.

No momento subsequente dessa intervenção, desenvolvemos e realizamos uma série de oficinas com prostitutas travestis e mulheres cis e trans, em um dos espaços onde elas desenvolviam atividade de prostituição. Nestas oficinas elas demandaram que discutíssemos e vivenciássemos temas e questões que eram de seu interesse. Dentre eles estavam questões de saúde e prevenção cotidiana de IST/Aids, de direitos e também questões intersubjetivas sobre a valorização e os preconceitos em torno dessa profissão.

Produções e efeitos nas duas experiências

Tanto na experiência do Chá de damas, quanto na do Ação Juvenil, foram produzidos materiais, mas também livros e capítulos de livros, voltados a diferentes públicos: público em geral, profissionais de saúde e educação, e pesquisadores e acadêmicos. Os mesmos foram publicados pelo Laboratório de Estudos das Sexualidades (Labeshu/UFPE) em parceria com a editora Universitária/UFPE, em duas séries, com distintos volumes. A coleção “*Direitos sexuais: recursos para ações comunitárias*”, agrega materiais voltados para a população em geral (cartilhas) e para os profissionais (manual). Destacamos o “*Temas para o diálogo com agentes de saúde, educação e cidadania*” (RIOS, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2015), que pode ser usado como referência para, ao folheá-lo rapidamente, encontrar conceitos e informações qualificadas. Os textos que apresentam reflexão sobre o trabalho nas diferentes ações do Diálogos Suape e de projetos correlatos de parceiros/as no Brasil foram publicados em 6 volumes da série “*Gênero, sexualidade e direitos*”

humanos”. Além do relatório final, foram publicados volumes sobre crescimento econômico, desenvolvimento social e gênero, questões relacionadas à população LGBTQI+, HIV/AIDS; uso abusivo de drogas e finalmente um que falava especificamente de como trabalhamos com as metodologias participativas e a mobilização psicossocial⁴.

Finalmente, a população total acessada com os dois subprojetos foi de 265 mil pessoas. A meta era de atingir 90% de 187 mil pessoas. De uma população de 1.260.912 pessoas, estima-se que cada pessoa foi acessada cerca de 7 vezes. No caso do Ação Juvenil, foram acessados 1.564 jovens, indiretamente. Já no “Chá com Damas”, 10.768 pessoas foram acessadas indiretamente.

Algumas notas finais sobre ruínas, memória e assujeitamentos

Nossa pretensão, ao apresentar dois subprojetos ligados a um projeto maior que finalizou em 2016, estando há seis anos de distanciamento do mesmo, foi a de colocar em evidência algumas questões que continuaram a ecoar em nós. À época, tivemos como bases epistemológicas teorias da antropologia sobre a etnografia densa (GEERTZ, 2008), das sexualidades como construções e subjetivações contínuas (FOUCAULT, 1995; PARKER, 2000) e teorias feministas pós-estruturais, que tomavam o discurso e as relações de poder micro e macro políticas como centro. A partir destas prerrogativas, buscamos caminhos metodológicos participativos, artísticos e comunitários. As ruínas existentes já se faziam presentes naquele momento, mesmo estando a implantação do complexo Suape ainda em processo.

Pudemos retornar ao local no ano de 2022, por duas semanas, acompanhando um outro projeto de pesquisa-intervenção sobre os efeitos de derramamento de petróleo no oceano brasileiro e nos impactos do complexo SUAPE no nordeste brasileiro, junto a uma equipe de profs. pesquisadores e cineastas das Universidades Federal da Paraíba e da Universidade de Exeter-Reino Unido. Neste momento, conversamos e entrevistamos diversos atores e atrizes, a partir de suas memórias sobre os acontecimentos da época. Através do dispositivo da memória pudemos constatar como as ruínas se instalaram e ouvir um pouco sobre como pequenos projetos como os que coordenamos podem, a despeito da imensa locomotiva capitalista que não cessa de se mover, fazer pequenos furos no sistema opressor. Consideramos que, como a literatura do campo já aponta

(DAWNEY, 2019), os projetos de desenvolvimento econômico ao redor do globo tendem a deixar para trás um rastro de dificuldades para as comunidades nas quais os mesmos foram instalados, aprofundando desigualdades sociais.

Neste sentido, entendemos que nossa escolha por trabalhar com metodologias participativas abriu possibilidades para a expressão das pessoas das comunidades, deslocando processos de silenciamento cristalizados por hierarquias nas relações de poder.

Continuando nessa linha argumentativa, gostaríamos de nos ater a duas questões aqui: a da memória, e a dos processos de subjetivações, ambos como dispositivos de (r)e(s/x)istência, ou seja, de resistência a uma lógica colonial que persiste e que recria situações de ruína, e de existência intersubjetiva à despeito dessas lógicas.

Sobre as questões de memória, sabemos que este é um conceito central no debate decolonial e pós colonial. Particularmente, a busca de seu resgate, de sua recomposição a partir de um lugar fraturado pela ferida colonial. Um lugar que é tensionado desde sua captura pela linguagem colonizadora (JESUS, 2019). Ou seja, quais as possibilidades de acesso e reconstrução de resistência e de existência, se a própria lógica binária da linguagem traduziu a memória para algo que a destituiu da força de nome próprio, sendo transferida para apelido, gagueira? Uma tese de doutorado traz importantes questões a este debate. Defendida no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisou o que aconteceu nessa região em questão, durante o processo do projeto “Diálogos em Suape”, chamada *Memória e Identidade no contexto do complexo Suape* (OLIVEIRA, 2016). Uma delas foi justamente a questão da desterritorialização dos lugares tradicionais, e como esses grupos que foram desterritorializados continuaram lutando na justiça por reconquista. O autor acompanhou esse processo de como a memória e a tradição foram sendo destruídas, colocadas em ruínas e o que foi repostado nesse processo.

No projeto Diálogos em Suape não trabalhamos diretamente com as populações expulsas, mas com as que ficaram no território. Muitas delas tinham a expectativa de que teriam uma melhoria de vida, com a vinda do grande projeto econômico, com a instalação do complexo, de distintas empresas etc. Os jovens falavam muito que tinham uma expectativa de geração de empregos e isso não aconteceu. Na verdade, o que aconteceu foi o contrário. Particularmente a

migração de homens, de pessoas de outros estados e outras regiões do país para ocupar o território e ocupar as empresas já foi um primeiro grande impacto na época, e causou uma mudança territorial muito grande.

Nesta relação, nossas ações tendo como mediação as metodologias participativas e artísticas, partem da noção de corpo como território, o corpo como primeiro lócus de invasão e territorialização por um Estado, pelas políticas, pelos mecanismos de controle (GRAUPEN & ADRIÃO, 2020; HAESBAERT, 2020). Este corpo-indivíduo é atravessado por uma territorialização mais ampla, em uma relação espiralar, micro e macro política, através de suas ações em espaços de constituição intersubjetivas. A algumas destas ações nos remetíamos para trabalhar processos de hierarquização desiguais entre os jovens em suas distintas narrativas.

Um exemplo desses processos eram as tensões entre espaços rurais “mais rurais ainda”, onde o desenvolvimento econômico na forma tomada na região não havia chegado a acontecer. Os mesmos pareciam estar mais “protegidos”, mas ao mesmo tempo sofriam uma hierarquização na qual o fato de serem “menos desenvolvidos” colocava os jovens reconhecidos como pertencentes a estes locais, em um lugar de exclusão, por não poderem acessar os mesmos dispositivos que os jovens que estavam em epicentros das transformações do processo de desenvolvimento econômico. Neste caso, havia uma revisita às lógicas já constituídas de desigualdades entre o urbano e o rural, que já existiam e que vinham a ser potencializadas a partir das noções de ruína e de antropoceno (DAWNEY, 2019).

Entramos, então, na segunda questão trazida mais acima, a saber, a dos processos de subjetivação. Nossa pergunta foi como percebíamos processos de assujeitamento dos jovens e das trabalhadoras do sexo pelo Estado, pelas empresas do polo Suape e pela própria universidade que chegou no território propondo ações e reflexões. Estávamos cientes dos diferentes tipos e níveis de assujeitamento aqui.

Em nossas ações, durante o curso de mídias móveis, juntos aos jovens, estes níveis se entrecruzavam. Tínhamos questões como a que já trouxemos aqui, entre jovens urbanos e rurais; mas também questões sobre acesso aos dispositivos de saúde, como os preservativos e questões de relações de saber-poder entre os jovens e parte da equipe de execução do projeto, também jovem, com pequena diferença de

idade, mas com grandes diferenças de classe e acesso à educação formal.

Sobre o acesso à saúde e a ida aos postos de saúde das comunidades, um dos vídeos produzidos pelos jovens durante o curso de mídias móveis tratava do acesso deles aos insumos de camisinha nos postos de saúde. Os jovens, entre 16 e 17 anos, diziam que se eles fossem ao posto e pedissem camisinha não receberiam sem que tivessem que preencher algum tipo de formulário. Ocorre que eles não queriam se identificar. As profissionais de saúde, por outro lado, diziam que não havia essa tensão. Nesse relato percebemos como as compreensões sobre juventude e sobre livre exercício da sexualidade, que são *tabus* em nossa sociedade, se reatualizam nessas comunidades. Os jovens puderam, nesse caso específico, interrogar diretamente as profissionais de saúde, tomando o lugar de legitimidade de execução de um vídeo, parte de um curso organizado por membros da universidade federal daquele estado.

No caso dos jovens que participaram da segunda etapa de formação do Ação Juvenil, estes circulavam na universidade pública, ao mesmo tempo em que passavam a ter contato de grande proximidade com os jovens da equipe de execução. Percebemos que as questões de assujeitamento eram complexas e com distintos entrecruzamentos. Ao mesmo tempo em que a diferença poderia gerar separação e recusa de envolvimento e troca, posto que trabalhávamos com metodologias que convidavam à proximidade e ao companheirismo grupal, jovens que nunca tinham pensado em acessar a universidade ou o ensino superior começavam a se deslocar em diferentes níveis até este território específico. Recebiam e trocavam informações, passavam por formação teórico-metodológica, visitavam os espaços do campus. Alguns desses jovens começaram a pensar também na possibilidade de tentar fazer uma carreira superior, um caminho que eles não tinham refletido sobre até então. Soubemos, anos mais tarde, que três jovens estavam na universidade e outros dois em Institutos Federais de ensino superior.

Com relação às prostitutas, identificamos como as políticas de migração, que fazem parte dos estudos da literatura sobre a prostituição (BARRETO et al, 2017) faziam sentido naquele território. Essas migrações tendem a seguir um circuito que, naquele caso, partia de outras grandes cidades do interior da região do nordeste brasileiro, chegando às localidades onde há grande concentração de mudanças urbanas, com circulação de pessoas e da economia local. Algumas das mulheres que participaram do “Chá de Damas” relataram as tensões entre assumir

ou não que eram prostitutas fora do espaço de trabalho, ou seja, para suas famílias e grupos de amigos. Durante as oficinas que realizamos, comentavam que tinham orgulho de serem prostitutas, mas que trocavam a roupa antes de voltarem para casa, de forma a ocultar onde estavam. Uma delas contava que saía vestida como funcionária de uma das grandes empresas do complexo Suape, indicando como se servia do próprio dispositivo para, em certa medida, subvertê-lo.

Finalmente, se há um elo, uma linha que costura as ações vivenciadas nos dois subprojetos trazidos aqui neste artigo, é a do trabalho com grupos, através de oficinas. Privilegiando o uso de outros dispositivos que não sejam necessariamente a fala, ou seja, o corpo, o teatro e outros recursos artísticos como fotografia e a construção de vídeos, abrimos espaço para escuta atenta e densa, para construção com deslocamento de hierarquias pré-estabelecidas, para uma “dança das cadeiras” onde giravam memórias, práticas de assujeitamentos e modos de (r)e(s/x)istência e resistência às lógicas opressoras instituídas de classe, raça, gênero, sexualidade e geração. Seguimos acreditando que projetos que partam de bases nas quais a comunidade é senhora de suas alternativas e reconstruções, e que nós, pesquisadores-interventores somos facilitadores do processo de acesso ao conhecimento e às ferramentas teórico-metodológicas que podem auxiliar nesses processos. Autoras como Gayatri Spivak (2010), Gloria Anzáldua (2000) e Paulo Freire (1981), seguem nos inspirando a construirmos juntos, com arte e respiros (GRAUPEN, ADRIÃO, 2020), permitindo que outras possibilidades de expressão possam ser ouvidas, tratadas e reconhecidas: falando em outras e possíveis línguas, permitindo que experiências subalternas possam ser ouvidas, exercendo uma pedagogia de autonomia e liberdade local.

Referências

ADRIÃO, Karla Galvão; MENEZES, Jaileila. Perspectivas teórico-metodológicas do curso de formação em mídias móveis: o recurso audiovisual como dispositivo para participação política juvenil. IN: MENEZES, J.; ADRIÃO, K. G.; Rios, L.F. (Orgs.) **Jovens, câmara, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social**. 1. ed. Recife: EdUFPE, 2015. v. 1. Pgs. 16-41.

ADRIÃO, Karla Galvão. Perspectiva feministas na interface com o processo de pesquisa-intervenção-pesquisa com grupos no campo psi. **Revista Labrys**. jul/dez, Brasília:UNB, 2014.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista de Estudos Feministas**. Santa Catarina, CFH/UFSC, vol 8, n. 1, 2000.

BARRETO, Letícia Cardoso; MAYORGA, Cláudia; GROSSI, Míriam. Vadias, putas e feministas: diálogos em Belo Horizonte. **Psicologia e Sociedade**. 29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i159528>, Acesso em 28/11/2022

DAWNEY, Leila. **Decommissioned places: Ruins, endurance and care at the end of the first nuclear age**. Trans Inst Br Geogr., 2019; pgs. 1–17.

FINE, Michelle; WEIS, Lois; WESEEN, Susan; WONG, Loonmung. Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, Norman & LINCOLN, Yvonna (orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**, São Paulo: Artmed editora/ Bookman, 2ª edição, 2010.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: Brandão, CR (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981. p.34-41.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. 1 ed., 13 reimpr., Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.3-21.

GRAUPEN, Andrea; ADRIÃO, Karla Galvão. Arteterapia promovendo respiros em tempos de incertezas. **Revista Científica de Arteterapia Cores da Vida**, v. 27, p. 119-129, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, vol: 22, n.48, 2020.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do sec XX in: TADEU, T (org) *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

JESUS, Alexandre de. *Mau encontro, tradução e dívida colonial*. Recife: Editora Titivillus, 1ª ed. 2019.

MACCARTHY, Julie; GALVÃO ADRIÃO, Karla. *ARTPAD. Um recurso para teatro, participação e desenvolvimento*. DiFID, UK, Brasil e Peru, 2001.

MENEZES, Jaileila; ADRIÃO, Karla Galvão; CAVALCANTI, Amanda et al, Chá de Damas: intervenção psicossocial com prostitutas em contextos de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento In: RIOS, Luís Felipe... [et al.] (orgs) *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras : a experiência do Programa Diálogos Suape*. Recife: Editora UFPE, 2015, pgs, 99-110.

MENEZES, J. (Org.); ADRIÃO, K. G. (Org.); Rios, L.F. (Org.). *Jovens, câmara, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social*. 1. ed. Recife: EdUFPE, 2015. v. 1. 278p.

OLIVEIRA, Eniel Sabino de. *Memória e identidade no contexto do Complexo de Suape / Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2016.*

PARKER, Richard. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Editora 34, 2000. 160 p.

RIOS, L. F.; Teófilo, I. Lições aprendidas: notas avaliativas sobre um programa populacional de promoção à saúde e cidadania em contexto de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento em Pernambuco. In: RIOS, L. F., LINS, M. B., QUEIROZ, T., TEÓFILO, I.. (Org.). *Diálogos para o Desenvolvimento Social em Contextos de Grandes Obras: A experiência do Programa Diálogos Suape*. 1ed. Recife: EdUFPE, 2015, v. 1, p. 175-193.

RIOS, L. F.; OLIVEIRA, C. (Org.); OLIVEIRA, E. (Org.). *Temas para o diálogo: com agentes de saúde, educação e cidadania*. 1. ed. Recife: EdUFPE, 2015. v. 1. 82p.

RIOS, L. F.; LINS, M. B. (Org.); QUEIROZ, T. N. (Org.); TEÓFILO, M. I. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. 1. ed. Recife: EdUFPE, 2015. v. 1. 209p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: ed UFMG, 2010. 133 p.

Musealizando a Natureza Barata: arte, ruína e antropoceno na Mata Sul de Pernambuco

Fabiano Lucena de Araujo¹

ORCID: 0000-0003-0643-1031

Resumo: Este trabalho almeja investigar a operação de musealização na relação com os processos tributários da arte contemporânea e da dimensão da ruína, que estão alinhados à problemática da desmaterialização e da degradação dos objetos, convergindo com a recente ênfase de interesses multidisciplinares no conceito de Antropoceno. Chamando atenção para a crise ambiental como emergência política e um contexto de dano material e ecológico para além das obras de arte e espaços de exibição já descartados como objeto durável, segundo o contraponto atual à perspectiva da arte antropocêntrica vigente na experiência moderna. Ao longo do estudo, serão exploradas algumas poéticas de interlocutores da cena contemporânea das artes visuais, com trabalhos selecionados que dialogam com a paisagem rural conformada pela plantation tradicional, expostos no Parque Artístico Botânico da Usina de Arte, que pode ser encarado como um Museu Paisagem de Arte Contemporânea (MPAC). Partindo do geral (a desmaterialização conceitual da arte contemporânea, a ruína como poética, o apelo do antropoceno) para o particular (a experiência regional dos processos artísticos com a paisagem da plantation na Mata Sul pernambucana), a pesquisa adota como objetivo específico analisar como se comportam os procedimentos de musealização dentro das especificidades temporais (históricas) e regionais que situam esta fração do circuito das artes visuais num contexto de revisão crítica da museologia tradicional e da modernidade.

95

Palavras chave: antropoceno. capitaloceno. arte contemporânea. museus.

¹ Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2022). Desenvolve atividades de pesquisa e curadoria relacionadas aos campos da antropologia, da museologia social, da arte contemporânea e do audiovisual (cineclubismo, filme etnográfico e cinema independente). Em sua trajetória profissional, atuou nas seguintes linhas de pesquisa durante o Mestrado: antropologia ritual, da saúde e das religiões (ênfase nas religiosidades de matriz africana); no Doutorado: antropologia visual, do patrimônio e antropologia urbana (ênfase no ativismo e no direito à cidade). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9903085823147348>.

Abstract: This paper aims to investigate the operation of musealization in relation to the tributary processes of contemporary art and the dimension of ruin, which are aligned with the problematic of dematerialization and degradation of objects, converging with the recent emphasis of multidisciplinary interests in the concept of Anthropocene. Drawing attention to the environmental crisis as a political emergency and a context of material and ecological damage beyond the artworks and exhibition spaces already discarded as durable objects, according to the current counterpoint to the perspective of anthropocentric art prevailing in the modern experience. Throughout the study, some poetics of interlocutors of the contemporary visual arts scene will be explored, with selected works that dialogue with the rural landscape conformed by the traditional plantation, exhibited in the Art Plant Botanical Art Park, which can be seen as a Contemporary Art Landscape Museum (MPAC). Starting from the general (the conceptual dematerialization of contemporary art, the ruin as poetics, the appeal of the Anthropocene) to the particular (the regional experience of artistic processes with the plantation landscape in Mata Sul, Pernambuco, Brazil), the research adopts as specific objective to analyze how musealization procedures behave within the temporal (historical) and regional specificities that situate this fraction of the visual arts circuit in a context of critical review of traditional museology and modernity.

Key Words: anthropocene. capitalocene. contemporary art. museums.

Resumen: Este trabajo pretende investigar el funcionamiento de la musealización en relación con los procesos tributarios del arte contemporáneo y la dimensión de la ruina, que se alinean con la problemática de la desmaterialización y la degradación de los objetos, convergiendo con el reciente énfasis de los intereses multidisciplinares en el concepto de Antropoceno. Llamar la atención sobre la crisis ambiental como emergencia política y contexto de daño material y ecológico más allá de las obras de arte y espacios expositivos ya descartados como objetos duraderos, según el contrapunto actual a la perspectiva del arte antropocéntrico imperante en la experiencia moderna (ZANINI, 2018). A lo largo del estudio, se explorarán algunas poéticas de los interlocutores de la escena de las artes visuales contemporáneas, con obras seleccionadas que dialogan con el paisaje rural conformado por la plantación tradicional, expuestas en el Parque Artístico Botánico, que puede ser visto como un Museo del Paisaje de Arte Contemporáneo (MPAC). Partiendo de lo general (la desmaterialización conceptual del arte contemporáneo, la ruina como poética, el atractivo del Antropoceno) a lo particular (la experiencia regional de los procesos artísticos con el paisaje de plantación en la región de la Mata Sul de Pernambuco, Brasil), la investigación adopta como objetivo específico el análisis de cómo se comportan los procedimientos de musealización dentro de las especificidades temporales (históricas) y regionales que sitúan a esta fracción del circuito de las artes visuales en un contexto de revisión crítica de la museología tradicional y de la modernidad.

Palabras Clave: Antropoceno. Capitaloceno. arte contemporáneo. museos.

Reflexões iniciais

Este trabalho almeja investigar a operação de musealização na relação com os processos tributários da arte contemporânea e da dimensão da ruína, que estão alinhados à problemática da desmaterialização e da degradação dos objetos, convergindo com a recente ênfase de interesses multidisciplinares no conceito de Antropoceno. Chamando atenção para a crise ambiental como emergência política e um contexto de dano material e ecológico para além das obras de arte e espaços de exibição já descartados como objeto durável, segundo o contraponto atual à perspectiva da arte antropocêntrica vigente na experiência moderna (ZANINI, 2018). Ao longo do estudo, serão exploradas algumas poéticas de interlocutores da cena contemporânea das artes visuais, com trabalhos selecionados que dialogam com a paisagem² rural conformada pela *plantation* tradicional, expostos no Parque Artístico Botânico da Usina de Arte, que pode ser encarado como um Museu Paisagem de Arte Contemporânea (MPAC)³. Partindo do geral (a desmaterialização conceitual da arte contemporânea, a ruína como poética, o apelo do antropoceno) para o particular (a experiência regional dos processos artísticos com a paisagem da *plantation* na Mata Sul pernambucana), a pesquisa adota como objetivo específico analisar como se comportam os procedimentos de musealização dentro das especificidades temporais (históricas) e regionais que situam esta fração do circuito das artes visuais num contexto de revisão crítica da museologia tradicional e da modernidade.

² É no cruzamento entre a noção geográfica de paisagem e o contexto da arte ambiental que se desdobram as inquietações surgidas por aqui, enquanto ordens espaciais aplicadas ao ambiente natural e construído. Essa denominação, proposta pela socióloga Sharon Zukin (2000), destaca uma tensão evocada pelo geógrafo J.B. Jackson, entre uma paisagem política construída segundo as convenções eruditas de uma elite e uma paisagem vernacular, autoconstruída ou habitada pela população geral, mais ou menos identificada com o planejamento urbano oficial. Paisagem enquanto “ordem espacial imposta ao ambiente construído ou natural” que repercute usos distintos conferidos à dimensão espacial, que podem se inserir numa leitura marxiana entre valor de troca e valor de uso que, respectivamente, evocam uma dominação política espacial e uma apropriação espacial, conforme sugere Henri Lefebvre (2006).

³ Termo proposto por Costa (2014, p. 04) para descrever a experiência museológica da galeria a céu aberto, identificada no Instituto de Arte Contemporânea do Inhotim, Minas Gerais, Brasil e no Museu de Arte Contemporânea da Fundação Serralves, Porto, Portugal que aquele pesquisador define como “instituições culturais dedicadas à arte contemporânea que abrigam um parque/jardim significativo e que tem como meta a interrelação constante entre percurso galerístico e a paisagem”.

Tal contexto está inserido num paradigma gerencialista da cultura⁴, onde argumentamos, a partir de Mignolo (2017), que a outra face obscura da modernidade é a colonialidade, noção extraída do pensamento de Aníbal Quijano que reflete a condição colonial para além de uma relação direta com a política histórica de colonialismo, mas como consequências culturais, políticas e econômicas fortes o suficientes para sustentar um paradigma de pensamento e uma divisão de trabalho global (intelectual, econômica, política) após a extinção do regime colonial e a independência das nações exploradas. Além da colonialidade como consequência da modernização e da modernidade, Huyssen (1994) chama atenção para a musealização como processo derivado da condição moderna, que superou as vanguardas modernistas, incorporando como “valor documental específico/musealidade” as disposições contemporâneas da arte, do consumo cultural e, ao mesmo tempo, consolidando as tendências espetaculares do mercado de turismo global, o apelo às modas, interesses efêmeros, novidades tecnológicas e identidades provisórias de um público massificado. A musealização, neste enquadramento, organizou uma “perda da tradição combinada ao desejo profundo de (re)construção”, analisando três interpretações para a musealização a partir da teoria neoconservadora da “compensação”, do pós-estruturalismo apocalíptico e da teoria crítica (HUYSSSEN, 1994, p. 36).

Douglas Crimp (2005, p. 28) enuncia que a instituição do museu tanto absorveu, quanto legitimou o programa moderno de autoria e subjetividade artísticas, que as vanguardas modernistas e pós-modernas tentaram subverter, chamando atenção para “as condições institucionais de formulação” das obras e a

⁴ Segundo George Yúdice (2006) e Glauber de Lima (2014), o discurso progressista da Nova Museologia apesar de estar baseado na pedagogia libertadora de Paulo Freire, de inspiração marxista e cristã ao mesmo tempo, assumiu um enfoque tributário às leis de mercado e à atribuição gerencial que visa a inclusão da diversidade na ordem hegemônica conservadora da classe dominante. A Mesa Redonda do Chile de 1972, responsável por parte do programa da Nova Museologia e comungando das ideias de Paulo Freire a respeito da tríade Transformação Social, Desenvolvimento e Emancipação, representa um andamento das ideias progressistas latinoamericanas criadas a partir da década de 50 na vigência do ISEB e do CEPAL, e de um humanismo com base marxista e anticolonialista. A cultura como recurso, subordina a dimensão espiritual, moral e estético-expressiva da cultura e mesmo o envolvimento de seus participantes ao consumo e valor de troca desmaterializados das operações de mercado. A cultura é relegada à instrumentalidade geradora de renda, principalmente do lucro desproporcional vinculado a uma propriedade intelectual monopolizada por uma rede composta de conglomerados de comunicação, empresas e bancos transnacionais que financiam, por exemplo, projetos culturais ou de revitalização urbana, a despeito de alguma compensação pela autoria ou uso das comunidades promovidas pelas ações do turismo global. Os sujeitos da cultura nessa perspectiva, convertem-se em meros provedores de conteúdo ou fontes para interesses particulares de uma razão instrumental e calculista.

natureza discursiva do museu, ao mesmo tempo indicando que “a instituição não exerce seu poder apenas de modo negativo - retirando a obra da práxis da vida -, mas também de modo positivo - produzindo uma relação social específica entre a obra de arte e espectador”.

Sobre a especificidade regional dos processos analisados, é preciso delimitar a dimensão da continuidade espacial e histórica da *plantation* açucareira como característica predominante da faixa litorânea que corresponde à sub-região da zona da mata nordestina, com implicação direta sobre a Região de Desenvolvimento Mata Sul⁵, fato amplamente discutido na literatura por autores como José Marcelo Marques Ferreira Filho (2020) e que abrange a propriedade da antiga Usina Santa Terezinha, hoje Usina de Arte (município de Água Preta-PE).

A *plantation* corresponde a um sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação, latifúndios e emprego de mão de obra escrava, a qual, Boris Fausto (2006, p. 59) considera como o modelo definidor da colonização portuguesa que produziu marcas na história brasileira após a independência do país, “a grande propriedade, a vinculação com o exterior através de uns poucos produtos primários de exportação, a escravidão e suas consequências”. Como marca histórica e política da paisagem rural da zona da mata pernambucana, a *plantation* canavieira provoca ainda em período recente impactos ambientais significativos como o desmatamento previsto à implantação da monocultura, interferindo diretamente sobre a biodiversidade, a contaminação hídrica pelos fertilizantes e agrotóxicos (JOHAS, 2018, p. 142).

No tocante à relação entre o conceito de antropoceno e a cena artística contemporânea, podemos salientar a preocupação ambiental que orienta as poéticas pós-modernas remontam ao início das proposições das chamadas neovanguardas dos anos 60, quando a crítica institucional dos suportes e espaços tradicionais deslocou o trabalho artístico da academia e dos museus e galerias para a cidade e a paisagem natural (BÜRGER, 2017; ZANINI, 2018). Hoje, Heather Davis e Etienne Turpin (2015, p. 04) argumentam que o antropoceno provoca uma “estética não intencional” e favorece uma especulação dialógica com a arte, por ela ser “uma forma não moral de discurso que oferece uma gama de estratégias discursivas, visuais e sensuais que não estão confinados pelos regimes de objetividade

⁵ Segundo a divisão territorial da base de dados estatal http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=798&Cod=1

científica, moralismo político ou depressão psicológica”. A confluência permitida pela discussão do antropoceno entre artes, ciências humanas e naturais partiu de um grupo de estudos multidisciplinar, o *Anthropocene Working Group* (AWG), incumbido de formalizar este conceito proposto por Paul Crutzen e Eugene Stoermer, o qual sugere que o tempo geológico e da biosfera foi radicalmente modificado pela intervenção humana, fundando uma nova era que sucede a anterior, Holoceno, como uma subunidade oficial da tabela cronoestratigráfica internacional (LORIMER, 2016). Distanciando-se da perspectiva do antropoceno - era geológica, assumimos aqui a interpretação que acompanha as formulações de Jason Moore (2022) e Donna Haraway (2016), assinalando o capitalismo como fator das alterações associadas ao conceito revisado pelo AWG, para além da espécie humana genericamente. Neste enquadramento, o antropoceno é encarado como *capitaloceno*, a “Era do capital” — do capitalismo como uma ecologia-mundo de poder, capital e natureza, ultrapassando o sistema econômico e social e referindo-se a uma maneira de organizar a natureza, uma ecologia-mundo multiespécie, situada e capitalista (MOORE, 2022). Como extensão, Donna Haraway (2016, p. 143-144) considera tanto o *capitaloceno* quanto o *plantionoceno* como formas de alerta climático ou eventos-limite, e não uma era geológica, especificando a dimensão colonial subjacente à gestão da ecologia-mundo capitalista.

Esta perspectiva remete às reflexões da antropóloga estadunidense Anna Tsing (2019) a partir da consideração das agências não humanas em resposta a este tipo de intervenção como forma de destacar adaptações de sobrevivência de espécies biológicas. Tais práticas, também empregadas largamente pelos humanos, são objeto de uma grande quantidade de estudos hoje, no design⁶ e na antropologia da técnica, encaradas como “desvios conscientes ou não dos princípios econômicos e técnicos que norteiam a produção industrial, desta forma colocam em xeque os fundamentos éticos e históricos do modo de produção capitalista” (MALHÃO, 2015, p. 01), a partir das noções de gambiarra, desvio de uso, desobediência tecnológica, design não intencional. É, justamente, esse trabalho de resistência ou de “compostagem” segundo os termos de Donna Haraway (2016), de reaproveitamento ou reciclagem da matéria descartada, que configura o que chamamos aqui de *poética da ruína*. Essa poética da reciclagem dos resíduos

⁶ Ver Corrêa (2019).

industriais e dos detritos ambientais pode ser vislumbrada em muitos processos artísticos da Usina de Arte: nas esculturas mobiliárias de Hugo França (Fig. 05), em *Brasil 2017* de Paulo Bruscky (Fig. 04), caçamba de lixo revestida em ouro e elevada à monumento circundado por cactos, que foi desenvolvida a partir do Projeto de Residências Artísticas em parceria com o Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães, no ano de 2017, na obra *Unclassified*, da escultora Frida Baranek (Fig. 03), concebida para a Latin American Artists of the XX Century no Museu de Arte Moderna de Nova York, MOMA, em 1993, sendo “composta de peças de aviões excedentes da indústria militar americana, incrustadas numa malha de aço inox”.⁷ Na obra *Ligas* (2015-2016) de José Rufino (Fig. 01), presente no antigo hangar, é uma composição de antigos facões usados para cortar cana, unidos por solda e dispostos em várias posições, cujo movimento simula a coreografia de trabalhadores rurais da Bahia na dança maculelê e o movimento social das Ligas Camponesas durante os anos 1950 e 1960. Foi realizada em parceria com um antigo trabalhador da Usina, Ronaldo Tavares da Silva, que hoje é um dos artistas expositores do Jardim Botânico com a escultura em forma de árvore, composta de metralha e sucata, chamada *Renascer* (Fig. 02). Outro trabalhador local que ganhou destaque no contexto da produção artística do Parque Artístico Botânico foi o marceneiro Seu Bau (Manoel Miguel) com suas peças de decoração em madeira, esculturas, gamelas, pé de mesa e lustres, com uma poética similar às esculturas de Hugo França.⁸

Nesse contexto de gambiarras, sucatas e compostagem, argumentamos que a musealização dos resíduos reconhece um “valor documental específico” ou musealidade em objetos ou processos artísticos dotados de uma “estética não intencional” ou de um poder de denúncia crítica/política, estimulados pelo antropoceno. São provenientes dos detritos, resultado da atividade de exploração do sistema capitalista ou do sistema agrícola *plantation*, o que atende ao que Jason Moore (2022) intitula como *lei da Natureza Barata*, processos que subjagam a real capacidade de oferta dos recursos existentes (alimento, energia, matéria-prima e vida humana). Tendo-se em vista o contexto analisado, vamos tentar

⁷ <https://www.facebook.com/usinadearte.usinadearte/posts/unclassifiedfrida-baranekunclassified-1992-foi-produzida-para-a-latin-american-a/1770103696473515/>

⁸ <http://usinadearte.org/blog/artesaos-recebem-apoio-e-participam-da-fenearte/>
<https://catracalivre.com.br/viagem-livre/usina-de-arte-parque-arte-moderna-pernambuco/>

responder aos seguintes questionamentos: i) Como a Usina de Arte atua como sujeito histórico na paisagem da *plantation*? ii) Quais narrativas podem ser identificadas dos processos artísticos apresentados, da disposição da coleção e do programa apresentado pela instituição museológica? iii) Como esses processos interrelacionados e o espaço da exposição evocam a ruína e o antropoceno?



Fig. 01: *Ligas*, José Rufino. Foto: Felipe Ribeiro



Fig. 02: *Renascer*, Ronaldo Tavares (Letícia Lins)



Fig. 03: *Unclassified*, Frida Baranek. (Divulgação/Usina de Arte)



Fig. 04: *Brasil 2017*, Paulo Bruscky (Patrícia Graf)

Paisagem e Plantationoceno: contextualizando a pesquisa e o espaço museológico da Usina de Arte

A partir de agora, vamos apresentar a relação deste museu a céu aberto com a cultura regional pernambucana, sua posição histórica em relação à paisagem da *plantation* e ao circuito das artes visuais local. Vale ressaltar que, problematizando e aprofundando as questões enunciadas anteriormente, podemos trazer subsídios para discutir o papel social assumido pela instituição museológica e como se constrói o discurso sobre os processos artísticos, se estes escancaram ou não as relações de poder, a colonialidade, o impacto ambiental e a poética da ruína do antropoceno. Ou seja, ecoando as formulações de Luiz Carlos Borges (2015) a respeito do Instituto Inhotim, a relação entre o sujeito do discurso histórico (museu e seu entorno, exohistória) e o sujeito da narrativa museal (autorrepresentação, endohistória) exposta. Nossa proposta não é apontar culpados, nem avaliar a responsabilidade dos dirigentes do museu sobre formas de reprodução da *plantation*, mas apresentar as contradições estruturais do sistema econômico e filosófico desta ecologia-mundo capitalista, consequência dos rendimentos e dos investimentos relacionados à *plantation*.

104

Em relação à história da arte em Pernambuco, é necessário tecer algumas considerações sobre o fato de algumas gerações da família Pessoa de Queiroz investirem no colecionismo de arte e também nos meios de divulgação das atividades artísticas. A família Pessoa de Queiroz, foi proprietária do *Jornal do Comercio*, tendo sua primeira edição lançada em 3 de abril de 1919.⁹ Até o ano de 1987, o jornal pertenceu ao grupo dos Pessoa de Queiroz, quando foi adquirido pelo empresário João Carlos Paes Mendonça. No Estado de Pernambuco, a relação entre os interesses em conflito das elites locais, compostas até um passado recente por herdeiros de usineiros e senhores de engenhos, constitui um programa que é refletido nos meios de comunicação de massa. É conhecida na literatura a oposição entre as duas correntes de movimentos culturais sobre a dicotomia moderno-tradicional, entre a defesa do modernismo e a defesa do regionalismo, veiculada na imprensa a partir dos anos 20 e que se difundiu, posteriormente em outros contextos, como na oposição entre o tropicalismo e o movimento armorial no final da década de 60 e entre o armorial e o manguebeat nos anos 90. O jornal *Diário*

⁹ Gaspar, 2003.

de Pernambuco estava associado à defesa do regionalismo, veículo dos artigos de Gilberto Freyre e dos de Aníbal Fernandes, enquanto que o *Jornal do Comércio* editava a revista *Mauricéa*, de Joaquim Inojosa, porta-voz do modernismo futurista e nacionalista. Nos anos 60 e 70, novamente, ocorre a tensão entre a vanguarda do tropicalismo e o movimento armorial de Ariano Suassuna presente nos artigos de Celso Marconi, utilizando o *Jornal do Comercio* como plataforma¹⁰. Durante os anos 70, destacaram-se o colecionismo, a atividade de *marchand* e o patrocínio de artistas promovido pelos irmãos Edgard Pessoa de Queiroz, industrial e proprietário da extinta Galeria Picasso, e Helena Pessoa de Queiroz, colunista social do *Diário de Pernambuco* (tios-avós do atual proprietário da Usina de Arte), conforme evoca Clarissa Diniz (2008). Segundo esta autora, a articulação de um mercado de arte em Pernambuco mostrou-se incipiente e tardia, acompanhando a situação brasileira que, ao contrário da europeia, o reconhecimento de artistas iniciantes e de propostas mais ousadas, portanto, passava primeiro pela instância oficial institucional.

No início dos anos 80, a Usina Santa Terezinha começou a enfrentar um período de crise financeira, resultando na falta de pagamento dos trabalhadores e dos fornecedores da unidade industrial. No final da década, a empresa estava sob administração da justiça trabalhista, visando garantir os direitos de 400 operários e 3.000 trabalhadores rurais e, para reativar a usina, foi criado em 1989 um condomínio para administrar o patrimônio¹¹. Essa situação arrasta-se ainda hoje com outros investimentos do setor sucroalcooleiro dos dirigentes da Usina de Arte. A Una Açúcar e Energia LTDA¹², consta na lista das cinco empresas que mais devem verbas trabalhistas em Pernambuco, das quais quatro são da área sucroalcooleira: 1ª. Massa Falida da Cia. Industrial do Nordeste Brasileiro; 2ª. Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool S.A (em recuperação judicial); 4ª. Usina Pumaty S/A (em recuperação judicial) e 5ª. Una Açúcar e Energia Ltda. (em recuperação judicial).¹³ A mesma empresa também está na lista da Procuradoria-

¹⁰ Azevedo, 1984; Rezende, 1997; Oliveira & Bezerra, 2012.

¹¹ *Operários fazem usina funcionar*. *Diário de Pernambuco*. Economia. p. A-21 Recife, terça-feira, 26 de setembro de 1989. Consultar <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>

¹² <http://www.grupouna.com.br/Arquivos/PlanoDeRecuperacao.pdf>

¹³ *Leilões são destaque da Semana de Execução em Pernambuco* (13/09/2019) https://www.tst.jus.br/web/execucao-trabalhista/execucao/-/asset_publisher/N4xW/content/leiloes-sao-destaque-da-semana-de-execucao-em-pernambuco

Geral da Fazenda Nacional, com as 80 maiores devedoras do governo no setor do agronegócio que somam juntas R\$40 bilhões em dívidas¹⁴. Segundo Panta (2015, p. 79 e 88), as propriedades pertencentes ao Grupo Una S/A, presentes no Estado vizinho (PB) “representam o capital incorporador agroindustrial canavieiro na Paraíba” e:

No bojo das transformações, ocorridas com a expansão da atividade canavieira, podemos mencionar entre outros fatores a ampliação da indústria a partir da instalação das destilarias de álcool do Grupo Una S/A, e da destilaria anexa na Usina Santa Helena. Esse processo trouxe mudanças estruturais na organização do trabalho e na dinâmica populacional. Nesse sentido, as relações de uso e ocupação do solo pela cana-de-açúcar tiveram rebatimento direto no contingente populacional. No que se refere às mudanças nas relações de trabalho, as transformações decorreram do processo de expropriação de suas terras, o que resultou em um forte decréscimo da população rural e a expansão da população urbana (p.79).

Dessa maneira, percebemos que o capital mesmo em período de fechamento de algumas das tradicionais agroindústrias do setor canavieiro, continua a se reproduzir via reincorporação e exploração das áreas arrendadas, tanto dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, quanto das fazendas que se encontram precarizadas no tocante a sua produção. Este momento, que é caracterizado pelo processo em que o capital se alarga e incorpora novos e antigos territórios ao seu circuito de acumulação, é ratificado pelo pseudo-discurso da necessidade de produção de energia renovável. Discurso este utilizado para justificar a expansão das áreas canavieira na Paraíba, ocultando assim as reais intenções que convergem para a reestruturação do setor do agronegócio canavieiro (p.88).

Outra empresa do agronegócio do proprietário da Usina de Arte está envolvida em conflitos agrários, segundo os relatórios de 2019 e 2022 disponibilizados no Portal da Lei de Acesso a Informação do Governo de Pernambuco¹⁵: os engenhos Queimadas e Roncadorzinho da Agroindustrial Javari Ltda. Situação similar aconteceu com o Instituto Cultural Inhotim, como revela

¹⁴ Consultar <https://contraosagrotoxicos.org/o-agronegocio-sonega/> <https://www2.pgfn.fazenda.gov.br/ecac/contribuinte/devedores/listaDevedores.jsf/> Reforma trabalhista propõe aumentar multa a empresas. Quem vai cobrá-las? Por André Campos e Piero Locatelli | 07/03/17 <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/100-maiores-devedores-Multas-Trabalhistas-Dezembro-de-2016.xlsx>

¹⁵ <https://www.lai.pe.gov.br/iterpe/conflitos-agrarios/>

Luiz Carlos Borges (2015, p. 05), uma vez que a questão da contradição fundiária também esteve envolvida na formação da propriedade do museu que, assim como a Usina de Arte, abriga uma coleção botânica e desenvolve atividades educativas para públicos diversos e busca interlocução com a comunidade do entorno:

A Comunidade de Inhotim localizava-se na zona rural do distrito de Conceição do Itaguá, município de Brumadinho-MG, a cerca de 50 quilômetros de Belo Horizonte, foi fundada em 1870 e abrigava, entre 1995 e 2005, cerca de 300 moradores com cerca de 70 moradias, e que, a partir de 2002, com a implantação, em terreno ao lado da Comunidade, do Museu do Inhotim, e mais ainda com a expansão latifundiária da área expositiva do Museu, mediante a sistemática compra e ocupação de terrenos em seu entorno, aos poucos foram sendo levados a abandonar a região, após cerca de 140 anos de existência. Essa comunidade rural, originalmente formada principalmente por ex-escravos, cuja atividade de subsistência centrava-se em roçados e pequena criação, bem como na pesca e na caça para subsistência, era também atravessada por empreendimentos econômicos em escala industrial, seja os advindos da extração de minério (ouro, ferro, bauxita, malacacheta), seja aqueles relativos à existência de latifúndios (propriedade de empresa mineradora e, posteriormente, de empreendedores não ligados à mineração). Com a saída dos últimos moradores, a Comunidade do Inhotim extinguiu-se. Essa extinção está intrinsecamente ligada à existência do Museu do Inhotim. (BORGES, 2015, p. 05)

Com projeto inspirado no Instituto Inhotim¹⁶, as obras apresentam uma relação *site-specific* com o local da Usina, isto é, foram concebidas ou situadas para interagir com o espaço e a paisagem do museu a céu aberto. No *release* e no site do empreendimento¹⁷, a narrativa que descreve o museu prevê uma “nova forma de ocupação ambiental, econômica e cultural da região”, mediante a reativação do parque industrial e sua conversão em parque artístico botânico, destacando

¹⁶ O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, com sede em Brumadinho (MG), região metropolitana de Belo Horizonte, cujo acervo vem sendo formado desde os anos 1980, com foco na arte produzida internacionalmente dos anos 1960 até os nossos dias, exposto em galerias distribuídas espacialmente em Parque Ambiental próprio. Idealizado pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz para ocupar uma fazenda da região onde nasceu, foi apresentado pela primeira vez ao público em setembro de 2004 e, no ano seguinte, iniciou uma agenda de visitas para atender à rede escolar da região de Brumadinho e a grupos específicos; logo depois foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo de Minas Gerais em 2008. Ver o site da instituição <https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/>

¹⁷ <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/musica/festival-arte-na-usina-movimenta-a-mata-sul-do-estado-2/> <http://usinadearte.org/quem-somos/>

seu papel social pelo compromisso com um futuro sustentável a partir de um “trabalho de reflorestamento e recuperação do habitat de animais silvestres da região, com o objetivo de reverter o desgaste sofrido por décadas de uso da terra para pasto e lavoura de cana” e do incentivo de atividades educativas para inclusão e desenvolvimento local como “a criação de estruturas para geração de renda e valor para a comunidade de 6 mil moradores no entorno do projeto” e de “escola de música, biblioteca e centro de conhecimento público, FabLab, com terminais de computadores conectados à internet, impressoras em 3D e cortadora a laser para projetos da comunidade, além de parceria com as unidades escolares no apoio de novas práticas pedagógicas.”

Especificidades da relação entre arte contemporânea e museu paisagem na Usina de Arte

Tendo-se em vista essas relações espaciais derivadas de um cenário e contexto de “decadência patriarcal rural” presente no MPAC Usina de Arte, vamos explorar as relações derivadas das formas de proposição artística baseadas no contexto de imersão da paisagem rural canavieira, desde as suas implicações de colonialidade ou de uma *ferida colonial*¹⁸. O parque industrial da Usina, criado pelo bisavô do atual proprietário do empreendimento, José Pessoa de Queiroz, sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa, encontra-se em ruínas (ver fig. 06 e 07) evocando a figura tradicional freyreana da “decadência do patriarcado rural brasileiro”¹⁹. A já mencionada poética da ruína, articulada na paisagem rural e na arte ambiental, traduz uma síntese entre natureza e cultura, segundo a acepção de Simmel (2016) que destaca a ruína como uma confluência das agências discerníveis humana e natural sobre um mesmo suporte material: a obra em processo. Algumas obras são originadas a partir do convite para residência e imersão local, que começaram em 2015, de modo a se inserir na programação do Festival Arte na Usina que deu continuidade às pesquisas, residências artísticas e exposições realizadas nos jardins, arredores e antigo hangar da sede da Usina Santa Terezinha, que ocorrem desde 2013 com o artista plástico e designer Hugo França, responsável pelas “esculturas mobiliárias” (Fig. 05) executadas a partir de resíduos florestais e urbanos – árvores condenadas naturalmente, por ação das intempéries ou pela ação do homem e

¹⁸ Segundo a acepção do Professor Dr. Alexandre Silva de Jesus (2019) do Departamento de Antropologia e Museologia que pesquisa a musealização sob a perspectiva decolonial

¹⁹ Conforme Gilberto Freyre (1977).

com matéria prima e mão de obra da comunidade local.²⁰ Essas esculturas são cruciais para o início do projeto de MPAC, pois remetem ao deslumbramento dos dirigentes da Usina da Arte em visita (2011) ao Instituto Inhotim, onde acessaram esta série de obras: “contratamos o biólogo Eduardo Gomes Gonçalves, da Yamandu Soluções Ambientais, professor universitário e autor do livro *Se Não Correr é Planta*, que também está projetando o jardim botânico do Estado do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, e criou o de Inhotim, anos atrás.”²¹



Fig. 05: Árvore Geometrizada (2018), Hugo França (Facebook da Usina de Arte).



Fig. 06: Vista da usina desativada e em ruínas (Márion Strecker)

²⁰ *ibid.*

²¹ <http://blog.fbfe.com.br/gentequefaz/familia-empresaria-converte-usina-desativada-de-acucar-e-alcool-em-usina-de-arte/>



Fig. 07: Vista panorâmica do Parque Artístico-Botânico com as obras Átrio e Eremitério Tropical, a Casa Grande (à direita) e a Usina ao fundo. (Rafael Dantas)

Uma obra que nasceu como ruína é a escultura em bronze *Tinha que Acontecer* (*Cabeça de Bandeirante*) do artista natural de São Paulo-SP Flávio Cerqueira. Foi concebida em 2016²² e, portanto, não por uma imersão ou residência no contexto da usina, mas a partir da questão étnico-racial, experimentada pelo artista, que sempre realizou esculturas em massa epóxi²³ de forma descontraída, até descobrir Auguste Rodin no espaço do museu, aos 18 anos. O artista assume uma técnica escultórica tradicional (a mesma de Rodin), deslocando os sentidos convencionais sobre o tipo de obras de bronze que comumente homenageiam figuras heróicas da história oficial, segundo uma visão dos vencedores da história vista como triunfo progressista do ocidente.²⁴ A cabeça decapitada do Bandeirante (fig. 08), de grandes proporções (800 kg e 2,5 m de diâmetro), poderia ser algum monumento dedicado aos sertanistas, como qualquer um dos vários que estão comumente no espaço público, no entanto, é um monumento danificado a uma história colonial cujas feridas não cicatrizaram e estão presentes na própria configuração espacial da Usina de Arte (a Casa Grande em terreno elevado, a vila operária próxima aos canaviais).

²² <http://flaviocerqueira.com/trabalhos/tinha-que-acontecer-2016/>

²³ <https://domigaleria.com.br/artigo/entrevistas/3>

²⁴ ver o restante da matéria em <https://revistacontinente.com.br/edicoes/245/flavio-cerqueira>



Fig. 08: *Tinha que acontecer/Cabeça de Bandeirante*, Flávio Cerqueira, fotografia do autor

Recentemente, em dezembro de 2020, a Usina de Arte foi palco de uma polêmica que viralizou mundialmente na internet, a respeito da obra *Diva* da artista pernambucana Juliana Notari. Trata-se de uma escultura em concreto e resina de cor vermelha fogo, de 33 metros de altura, com 16 de largura e 6 de profundidade sobre uma colina do Parque Artístico-Botânico (fig. 09) que representa uma “*ferida vulva*”, motivo recorrente na obra da artista e derivado de um processo de pesquisa de mais de 20 anos²⁵.



Fig. 09: Obra *Diva* em primeiro plano e plano geral do parque artístico-botânico.
Fonte: Juliana Notari

Em seu processo criativo, a artista chama atenção para a dimensão do sagrado ritual feminino e para violência histórica sofrida pelo corpo feminino²⁶, conforme explica em matéria do jornal Estado de Minas²⁷. Outras obras trazem

²⁵ Disponível em <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/artesvisuais/em-live-da-secult-pe-juliana-notari-debate-sobre-a-criacao-de-diva-e-a-relacao-entre-arte-e-liberdade/>

²⁶ <https://www.dw.com/pt-br/minha-obra-trata-da-viol%C3%Aancia-hist%C3%B3rica-no-corpo-da-mulher/a-56162904>

²⁷ A artista explica o seguinte: “A vulva tem uma questão sexual sagrada. Sempre despertou o medo (**grifo da matéria**). Quando se junta essa coisa sexual, do sagrado, um tabu na sociedade, com a terra, que é a morte, por ser para onde vamos quando morremos, se torna um trabalho que lida com traumas, medos e feridas. Quando a ferida sai de um ambiente urbano e vai para a terra, aquela proporção toma uma dimensão que mexe com placas tectônicas do ser humano”. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2021/01/05/interna_cultura,1225912/artista-que-criou-a-escultura-ferida-vulva-explica-sua-obra.shtml

consigo o já mencionado paradigma da colonialidade sobre os corpos subalternos, para além da encenação de traumas históricos, como o exercido pelo patriarcado sobre o corpo das mulheres em *Diva*; as memórias da aristocracia rural na obra *Átrio*, de Marcelo Silveira, que reconstitui o pátio interno da Casa Grande; a memórias de outros sujeitos historicamente marginalizados, como a classe operária camponesa na série de monotipias de mãos de ex-funcionários da Usina sobre folhas de pagamento coletivas, *Opera hominum*, de José Rufino; a performance *Berlinda* de Carlos Mélo que, segundo o site da Usina de Arte, desdobrou-se da residência do artista onde se propôs a refletir “as torturas sofridas por escravos no instrumento que dá nome à obra. O trabalho explora essa *ferida* (grifo meu) a partir da perspectiva de liberdade e se desdobra em uma fotografia: Mélo sinaliza um tratado de paz a partir de um varal de lençóis brancos da casa-grande, fncado em uma das colinas da usina”.²⁸



Fig.10: Detalhe de *Átrio*, Marcelo Silveira, (Fotografia do autor.)



Fig.11: *Opera Hominum* (2016), José Rufino, (André Reima)



Fig. 12: *Berlinda*, Carlos Mélo (Site da Usina de Arte /Divulgação)

²⁸ <http://usinadearte.org/artistas/>

Considerações Finais

A coleção apresentada no MPAC Usina de Arte, foge à lógica espacial dos museus tradicionais, porém é organizada por sujeitos provenientes de uma elite econômica, portanto, o museu também não pode ser enquadrado como um museu comunitário, ecomuseu ou de território de populações tradicionais, apesar de haver um diálogo intensivo com a comunidade local dos remanescentes de operários da Usina. A Usina desenvolve diversas atividades de incentivo econômico, artístico-cultural e educativo dos moradores como pode ser conferido com a promoção de hospedagem e estabelecimentos comerciais em parceria com estes sujeitos, assim como a oferta de uma rádio comunitária, escola de música, oficinas de arte, laboratório de tecnologia e biblioteca e um atelier coletivo, onde muitos “nativos” puderam desenvolver suas poéticas, como os já citados Seu Bau e Ronaldo Tavares, tendo, inclusive suas obras incorporadas ao acervo e expostas. Apesar das atividades inclusivas e a intenção voltada à sustentabilidade, com alguma preocupação de reparação histórica e ambiental, como o reflorestamento e práticas educativas, o legado da *plantation* persiste como fonte de rendimentos, conjuntura estrutural econômica e da própria conformação da paisagem no espaço da Usina de Arte e em toda a zona da Mata Sul. Como indica Glauber Lima (2016), o paradoxo do desenvolvimento e da emancipação na Nova Museologia não consegue fugir ao arranjo da inclusão na ordem hegemônica sob controle das classes dominantes, principalmente pelo aporte financeiro que sustenta o museu-espetáculo-instragramável como atrativo turístico e do entretenimento para as massas, em detrimento do museu educativo ou comunitário. Como sugerem os artistas Yiftah Peled e Elaine de Azevedo (2021, p. 18), responsáveis pelo projeto “*Deslizes Monumentais e Sonhos Intranquilos...*” a proposição de trabalhos mais ousados que problematizam a fonte de recursos da *plantation* geralmente não é aceita nas instituições museológicas privadas, mesmo com o discurso decolonial e de reparação do passado elitista e mentor da formação dos Estados Nacionais e da narrativa dos vencedores da história oficial: “apesar de estarem abertas para abrigar temáticas políticas como o feminismo, identidade de gênero e projetos artísticos que problematizam os direitos sociais de minorias, como negro e indígenas, ainda relutam diante de propostas que criticam as estruturas econômicas que perpassem o sistema da arte”. O que também pode ser traduzido na constatação de Clarissa Diniz (2008) de que o pensamento conservador das elites restringe o campo da atividade artística e a formação do mercado nacional de arte, o reconhecimento de artistas brasileiros iniciantes e de propostas mais ousadas, portanto, passa primeiro pela instância oficial institucional.

Referências

AZEVEDO, Elaine de; PELED, Yiftah. Deslizes monumentais e sonhos intranquilos: A estética do antropoceno. **Porto Arte Revista de Artes Visuais** v.26 n.45 Jan/Jun 2021.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: Os anos 20 em Pernambuco**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1984.

BORGES, Luiz Carlos. “O Inhotim que o Outro Inhotim Engoliu”: Museu, Silêncio e Transfiguração de Memórias In: **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)**. João Pessoa, 26 a 30 de outubro de 2015. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2734/1202>.

CORRÊA, Pamela Cordeiro Marques. **Desobediência tecnológica e gambiarra: o design espontâneo periférico como caminho para outros futuros**. 2019. 131 f., il. Dissertação (Mestrado em Design)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

COSTA, Robson Xavier da. **Percepção Ambiental em Museus Paisagens de Arte Contemporânea: a legibilidade dos museus Inhotim/Brasil e em Serralves/Portugal avaliada pelo público/visitante**. Tese (Doutorado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

CRIMP, Douglas. **Sobre as ruínas do museu**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DAVIS, Heather; TURPIN, Etienne (ed.). **Art in the Anthropocene – Encounters Among Aesthetics, Politics, Environments and Epistemologies**. Londres: Open Humanities Press, 2015.

DINIZ, Clarissa (org.). **Crachá: aspectos da legitimação artística**. Recife: Fundaj/ Editora Massangana, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século xx)**, Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GASPAR, Lúcia. Usina Santa Terezinha. In: **Pesquisa Escolar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/usina-santa-terezinha> Acesso em Novembro de 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo. O Patrimônio como Categoria do Pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte**. Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016.

HUYSSSEN, Andreas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 23, p. 35–57, 1994.

JESUS, Alexandro Silva de. **Corupira: mau encontro, tradução e dívida colonial**. Recife, Titivillus, 2019.

JOHAS, Regina. Arte na Era do Antropoceno. **Revista Arteriais (PPGARTES-UFGA)**, Pará, v. 4, n. 6, p. 142-149, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**.(do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006. Disponível em https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf Acesso em Novembro de 2022

LIMA, Glauber Guedes Ferreira. Museus, Desenvolvimento e Emancipação: O Paradoxo do Discurso Emancipatório e Desenvolvimentista na (Nova) Museologia. **Museologia e Patrimônio. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio/MAST**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 85-106, 2014. Disponível em <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/330>> Acesso em Novembro de 2022

LORIMER, Jamie *The Anthro-po-scene: A guide for the perplexed Social Studies of Science*. **Social Studies of Science**. Sage Publications V..47, N1, fevereiro de 2017. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306312716671039> Acesso em Novembro de 2022.

MALHÃO, Rafael da Silva. Práticas desviantes: da gambiarra a desobediência tecnológica, quebrando a sócio-lógica do capital. **Seminários Temáticos da V Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. Seção ST 6 – Técnicas, artefatos e controvérsias. v. 2 n. 2 (2015), Disponível em <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1372> Acesso em Novembro de 2022.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32 n° 94 junho/2017.

MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**, organizado. São Paulo: Elefante, 2022.

OLIVEIRA, Aristides; BEZERRA, Amílcar. Nos trópicos de Pernambucâncer: intelectuais sobre a cultura brasileira em trânsito nos anos 60/70 em Recife. *Desenredos*, ano IV, n. 15, Teresina, p. 01-16, nov.-dez. 2012.

PANTA, Rômulo Luiz Silva **O Processo De Monopolização Do Território Pelo Capital Financeiro Nos Assentamentos Rurais Da Reforma Agrária Em Sapé-Pb** Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)Encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na década de vinte**. Recife: Fundarpe, 1997.

SIMMEL, Georg. A Ruína. In: Ana Luiza Andrade et al. (org.). **RUINOLOGIAS: ensaios sobre destroços do presente**. Florianópolis: Edufsc, 2016.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB/Mil Folhas, 2019.;

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papiros, 2000, pp.80- 103.

As múltiplas temporalidades da infraestrutura: cidades atômicas e a memória de futuros perdidos

A obra inacabada de Fausto é o terreno vibrante e instável sobre o qual todos nós temos que vigiar e construir nossas vidas (BERMAN, 1983, p. 86).

Leila Dawney¹

ORCID: 0000-0001-9432-7095

Resumo: As usinas nucleares, com sua promessa de energia a baixo custo e sem limites, são arquetípicas do progresso da modernidade. Ao reconhecermos os limites do progresso industrial e do capital baseado no crescimento, lugares onde o sonho acabou, cujos habitantes estão encontrando modos de vida em meio à transição oferecerem ontologias práticas emergentes baseadas em manutenção, bricolagem e necessidade. Através de um estudo de caso da cidade atômica de Visaginas, na Lituânia, este artigo aborda a questão sobre como dar conta das formas de vida que surgem em um contexto de esgotamento da alta modernidade. Aqui, infraestruturas operam como recursos culturais e materiais residuais para ontologias práticas e para a construção do mundo pós-progresso. Com base em uma discussão sobre a estética política da infraestrutura, sugiro que sua transição ontológica envolve o que Mark Fisher descreve como a “memória de futuros perdidos”, um futuro anterior que, através dos restos de conexões materiais, de tecnoculturas e de memória cultural fornece limites e condições para formas de vida emergentes “pós-progresso”.

Palavras-chave: Antropoceno. usinas nucleares. cidade atômica. mito do progresso.

¹ Atualmente é professora da Universidade de Exeter, trabalhou na Universidade de Brighton, no Departamento de Sociologia da Goldsmiths, Universidade de Londres, e no Departamento de Sociologia da Universidade de Warwick. Possui doutorado em Geografia Cultural na Universidade de Exeter, com bolsa da AHRC. É membro do coletivo de pesquisa Authority Research Network que publicou o livro “Power and the Commons: the promise of alternative futures”. Página profissional: https://geography.exeter.ac.uk/staff/index.php?web_id=Leila_Dawney.

Abstract: Nuclear power plants, with their promise of boundless cheap energy, are archetypal figures of progress in modernity. As we acknowledge the limits of industrial progress and growth-based capital, places for where the dream is now over, and whose inhabitants are finding ways of living through its transition, offer emergent practical ontologies based on maintenance, bricolage and necessity. Through the case of the atomic city of Visaginas, Lithuania, this paper addresses the question of how to deal with forms of life that emerge in the aftermath of high modernity. Here, infrastructures operate as residual cultural and material resources for practical ontologies and world building after progress. Building on emerging scholarship on the political aesthetics of infrastructure, I suggest that their ontological transition involves what Fisher describes as the ‘memory of lost futures’, a future anterior that, through the remains of material connections, technocultures and cultural memory, provide limits and conditions for emergent ways of living ‘after progress.

118

Keywords: Anthropocene. nuclear power plants. atomic city. myth of progress.

Resumen: Las plantas de energía nuclear, con su promesa de energía ilimitada y de bajo costo, son el arquetipo del progreso moderno. A medida que reconocemos los límites del progreso industrial y del capital basado en el crecimiento, los lugares donde el sueño se acabó, cuyos habitantes encuentran formas de vida en medio de la transición, ofrecen ontologías prácticas emergentes basadas en el mantenimiento, el bricolaje y la necesidad. A través de un estudio de caso de la ciudad atómica de Visaginas, en Lituania, este artículo aborda la cuestión de cómo hacer frente a las formas de vida que surgen en un contexto de agotamiento de la alta modernidad. Aquí, las infraestructuras operan como recursos culturales y materiales residuales para ontologías prácticas y para la construcción del mundo post progreso. Con base en una discusión sobre la estética política de la infraestructura, sugiero que su transición ontológica implica lo que Mark Fisher describe como la “memoria de los futuros perdidos”, un futuro anterior que, a través de los restos de conexiones materiales, tecnoculturas y memoria cultural, establece límites. y condiciones para formas de vida emergentes “post progreso”.

119

Palabras clave: Antropoceno. plantas de energía nuclear. ciudad atómica. mito del progreso.

Introdução

Visaginas, na Lituânia, era uma cidade atômica, uma *atomgrad*: sua monoindústria se faz perceber nos playgrounds onde as crianças sobem em estruturas com formato de partículas subatômicas, nas enormes tubulações que levavam água quente da usina nuclear para a cidade e através dos radiadores em cada apartamento que nunca podiam ser desligados. O rastro da indústria é evidente na reunião de corpos para lembrar colegas e amigos perdidos no desastre de Chernobyl, nas memórias de infância dos exercícios de emergência e nas sirenes dos edifícios.

A energia nuclear está enredada na cidade. Como a cidade satélite da usina nuclear Ignalina II, Visaginas está inscrita no espaço e nos corpos dos que lá vivem. A usina foi construída entre o final dos anos 1970 e 1980. Seu descomissionamento foi demandado como condição de entrada da Lituânia na União Europeia. O Estado lituano concordou em fechar a usina em 2000, sendo o primeiro reator desativado em 2004 e o segundo em 2009. O processo de desativação continuará pelos próximos trinta anos. Enquanto um grande número de habitantes deixou a cidade para explorar as oportunidades oferecidas pela livre circulação de mão de obra na União Europeia, muitos ficaram para trabalhar no descomissionamento ou vivem do dinheiro da aposentadoria ou do trabalho alternativo e fragmentado disponível.

As usinas nucleares, com sua promessa de energia de baixo custo e sem limites, são arquetípicas do progresso da modernidade². Marshall Berman descreve como o impulso faustiano de uma grande infraestrutura se materializou nos sonhos utópicos da economia planejada socialista (BERMAN, 1983, p. 393). Como ciclos de criação e destruição caracterizam o impulso modernista, assim Berman mapeia o seu apagamento da vida, do amor e do trabalho através das personagens Filemon e Baucis no *Fausto*, um casal de idosos que viviam felizes em um bosque antes de Fausto ordenar a apreensão de sua propriedade, levando ao assassinato do casal. Os dois se tornariam “as primeiras encarnações na literatura de um grupo de pessoas que se tornaria muito numeroso na história moderna: pessoas que estão no caminho - no caminho da história, do progresso, do desenvolvimento; pessoas que são classificadas e descartadas como obsoletas” (BERMAN, 1983, p. 67).

Visaginas é uma prova dos grandes esquemas da modernidade socialista, mas também de sua morte. Estas pessoas escolhidas da União Soviética, técnicos, físicos e instrutores que asseguraram a expansão ocidental da URSS, são agora

vistas como colonos e abjetos pela Lituânia independente, e se aposentaram, tornaram-se redundantes ou estão fazendo o lento trabalho de desativar a usina que eles e suas famílias construíram.

Porém, apesar da obsolescência planejada de um lugar e de seus habitantes, aqueles que ficam estão encontrando maneiras de construir vidas significativas após as promessas fracassadas do progresso da modernidade. Ao invés de estarem “no caminho” do progresso, eles são responsáveis por seu desmantelamento ativo e executam o sepultamento de suas promessas não cumpridas. E apesar do desmantelamento, do desgaste e da destruição material do telos infraestrutural da cidade, esta se mantém unida. Isto sugere que a temporalidade do progresso e sua posterioridade pode ser mais complexa que a destruição criativa e o abandono característico das personagens de Berman. Ao evitarmos temporalidades de progresso e declínio (ver DAWNEY, 2020a), podemos abordar as geografias específicas de contextos de pós-progresso da modernidade, e como narrativas e imaginários do passado se desdobram através das formas complexas e múltiplas através das quais lugares são refeitos.

O artigo a seguir trata de um exemplo material e experiencial da vida após a morte da modernidade. O que resta quando os megaprojetos de infraestrutura do Estado se retraem, a tecnologia é gradualmente interrompida e as transições políticas abandonam lugares em seu rastro? A discussão recente sobre infraestrutura nas Ciências Sociais é aqui refratada através da etnografia para argumentar que o fim do projeto de infraestrutura da promessa nuclear soviética dispõe as condições para formas emergentes e frequentemente abundantes de sobrevivência. Ao fazer isso, o artigo aborda a questão sobre como darmos conta das formas de vida que surgem após o declínio da alta modernidade sem relacioná-las a narrativas de redenção ou a estruturas de esperança e desespero. Ao reconhecermos os limites do progresso industrial e do capital baseado no crescimento, lugares onde o sonho acabou e cujos habitantes estão encontrando formas de viver através de sua transformação oferecem “ontologias práticas” emergentes baseadas em manutenção, bricolagem e necessidade (PAPADOPOULOS, 2018).

Quando nos confrontamos com uma situação como esta, é convidativo contarmos uma história de declínio, perda, nostalgia, ou vemos formas de vida pós-industriais como narrativas de redenção, buscando casos emblemáticos de pós-capitalismo que floresceriam nas ruínas (cf., p. ex., JONES, 2019; TSING et al., 2017). Em Visaginas, como em outros lugares, a história não é nem uma narrativa

de perda e desespero, nem de redenção e esperança. Ao contrário, é um relato sobre como construir sentido, como fazer e usar os recursos disponíveis para forjar vidas e futuros. A vida após a crise da infraestrutura resiste tanto em seus restos materiais quanto nos modos pelos quais as vidas que foram moldadas por sua promessa dão sentido ao, e constroem significado no presente. Como um encontro de humanos e não-humanos na construção de um lugar, as infraestruturas organizam mundos através da materialidade, do afeto e da imaginação. Elas oferecem recursos para o que o antropólogo Felix Ringel (2014) chamou de práticas de resiliência: uma política prática que opera contra a narrativa de progresso, contra o ordenamento biopolítico da vida que torna algumas populações anacrônicas e descartáveis, mantendo condições de vida apesar das forças que tentam impedi-la. Estas práticas de resiliência se manifestam como um compromisso com o lugar.

Eu visitei Visaginas pela primeira vez quinze anos após o anúncio do fechamento da usina nuclear. Durante este tempo, seus habitantes sofreram um choque, um pesar, uma sensação de desorientação e a experiência de “perder uma mãe”. A cidade tem testemunhado ondas de emigração, à medida que as pessoas se beneficiam do livre-comércio com a adesão à União Europeia à qual o descomissionamento da usina foi atrelado. Logo que o fechamento da usina foi anunciado, uma geração inteira de jovens partiu. Agora, poucos crescem com a ideia de que permanecerão na cidade. O aprendizado de idiomas é encorajado como preparação para estudar e trabalhar em outros lugares. Recentemente, alguns voltaram para trazer suas crianças ou para desfrutar do ritmo relaxante de vida. Outros migram entre Visaginas e centros urbanos na Alemanha e outras partes da Europa. Este artigo testemunha uma conjuntura temporal particular em processos de desindustrialização, de transição pós-soviética e de europeização, acompanhando a vida após a modernidade nuclear tal como experimentada e sentida por aqueles que sobrevivem em meio ao fracasso de sua promessa.

Esta pesquisa foi realizada em quatro visitas de campo à cidade ao longo de dois anos, durante os quais realizei trabalho etnográfico e entrevistas e colaborei com dois fotógrafos, Laurie Griffiths e Jonty Tacon e, também, com um projeto de teatro, chamado “Green Meadow”, que foi produzido com o Teatro Nacional da Lituânia³. Eu realizei entrevistas com vinte residentes e três ex-residentes de

³ Para mais informações sobre o projeto de teatro, ver Dawney (2020b) e acessar https://www.teatras.lt/en/productions/a_green_meadow_a_play_based_on_stories_told_by_workers_of_ignalina_nuclear_power_plant_and_residents_of_visaginas/

Visaginas e acompanhei os participantes da pesquisa em suas atividades diárias.

A estética política da infraestrutura

Uma discussão recente em Geografia Humana, Estudos de Ciência e Tecnologia e, particularmente, na Antropologia Social tem prestado atenção não apenas às articulações materiais, técnicas e sistêmicas da infraestrutura, mas também às formas culturais e políticas de vida que elas geram. Como tecnologias políticas que fazem um trabalho poderoso na formação de coletividades e comunidades políticas, as políticas de infraestrutura são tanto simbólicas e afetivas quanto técnicas. Conforme Brian Larkin deixa claro, a estética infraestrutural produz experiência, e nossa relação afetiva com infraestruturas é sempre parte de seu efeito político (LARKIN, 2013, p. 334). Sua “insuportável modernidade” é tão generativa quanto os fluxos materiais que ela facilita: infraestrutura significa progresso, poder e responsabilidade (LARKIN, 2013).

Como objetos materiais-semióticos, formas infraestruturais podem funcionar como representações, objetos em torno dos quais afetos, ideias e formas de vida coalescem e remetem para além de si (LARKIN, 2018; DAWNEY, 2018; SCHWENKEL, 2018). As visibilidades e palpabilidades de grandes obras de infraestrutura atuam como formas estéticas poderosas, referindo-se a ideias de progresso, poder, modernidade, esperança ou desespero. As infraestruturas material e humana em Visaginas encarnavam o sonho nuclear soviético: elas proporcionaram prestígio, qualidade de vida e orgulho com o trabalho. Diante da expropriação das condições de vida, prestígio e identidade, o pertencimento e o compromisso em relação a estas infraestruturas se baseia nos legados de sua promessa.

Além desta virada analítica na direção da estética política da infraestrutura, o seu funcionamento como um conceito heurístico também surgiu, e com ele uma expansão do conceito, particularmente a partir das contribuições de Berlant (2016) e McCormack (2017). Lauren Berlant descreve a infraestrutura como “aquilo que nos liga a um mundo em movimento e mantém o mundo praticamente ligado a si mesmo” (BERLANT, 2016, p. 394). Ela expande o conceito de infraestrutura em resposta à pergunta sobre o que mantém um lugar coeso diante do declínio da infraestrutura, da desindustrialização e do encolhimento do Estado de bem-

estar social. As infraestruturas discutidas por Berlant são improvisadas e muito humanas, elas representam maneiras de “administrar o provisório” (BERLANT, 2016, p. 394), encontrando formas de se permanecer “vinculado ao ordinário”.

Estes entendimentos ampliados de infraestrutura certamente nos fornecem profundidade e riqueza conceitual. Porém, a redefinição de infraestrutura como um campo generativo corre o risco de expandir o conceito de tal forma que ele pode se tornar demasiado amplo e perder em precisão. Há um perigo em operar a partir de tantos registros, pois pode-se nivelar as topologias políticas das infraestruturas em meio à capa de emaranhados e conexões, perdendo-se assim a apreensão das densidades relativas de poder e as temporalidades pelas quais elas operam. Decerto, este conceito ampliado permite um enfoque sobre aquilo que mantém os lugares coesos, mas somente se trouxermos à tona as histórias e políticas específicas dos espaços que eles abordam. A história e a política nucleares específicas de Visaginas, sua identidade pós-soviética e o status de “outsider” na Lituânia dispõem as condições para uma recalibragem de suas infraestruturas, moldando formas sociais, materiais e práticas de vida. Enquanto o sonho análogo de Larkin da “insuportável modernidade” pode estar se esvaindo à medida em que os residentes da cidade estão se conformando ao descomissionamento da usina nuclear, as formas de vida que o sonho propicia permanecem como ajuntamentos infraestruturais que dão forma a modos de vida e ação.

Ecoando o chamado de Jensen e Morita para pensar infraestruturas como “sistemas experimentais abertos que geram ontologias práticas emergentes”, o caso de Visaginas pode nos ajudar a pensar sobre as múltiplas temporalidades das infraestruturas. Se as infraestruturas forem vistas como objetos processuais em vez de fixos, podemos fazer jus à sua dinâmica mutante, apontando para a duração de algumas formas e o declínio de outras. Assim, no espaço deixado para trás pelo declínio das infraestruturas instituídas através das quais a modernidade soviética moldou vidas e mundos, modos de fazer de fato emergem e respondem a uma necessidade de continuar vivendo através da destruição do progresso da modernidade, baseando-se nas suas promessas perdidas de uma boa vida.

Atentar para as múltiplas temporalidades da infraestrutura e suas ontologias mutantes pode revelar o papel que elas exercem como condição, reunião e terreno para formas de vida pós-progresso. Hetherington (2016) aponta para o funcionamento das promessas de infraestrutura que posicionam

os tempos presentes como futuros perfeitos. Em Visaginas, onde as promessas infraestruturais nunca serão usufruídas, e a própria fonte da promessa não existe mais, a invocação do futuro perfeito é invertida, pois que o futuro anterior, ou a “memória de futuros perdidos” para usar a expressão de Mark Fisher, se torna um meio pelo qual a promessa futura da infraestrutura permanece (FISHER, 2014). Em outras palavras, os restos da promessa perdida, que é a pedra-de-toque da utopia soviética evanescente, fornecem fundamentos para a construção prática de novas ontologias infraestruturais.

Em *Fantasma da minha vida*, Fisher retoma a espectrologia derridiana como um gênero cultural que reivindica e se reapropria das memórias dos futuros perdidos do pós-guerra. O sonho analógico assombra o presente, reaparecendo e performando esta perda e fornecendo recursos para novas formas que podem nos ajudar a recompor o que importa. O mundo de Fisher é assombrado pelo “ainda não do futuro que o modernismo nos ensinou a esperar, mas que nunca se concretizou” (2014, p. 27). No meu trabalho de campo, as memórias dos futuros perdidos são centrais à recomposição prática das infraestruturas de Visaginas. Os traços materiais, afetivos e práticos da promessa nuclear soviética são reformulados para permitir articulações emergentes da vida e da matéria e a orientação prática para o presente, o que é posto em prática forjando projetos alternativos de vida pós-progresso.

Vínculos atômicos

Enquanto a usina é desativada, ela e a cidade permanecem como legados não apenas do sonho atômico soviético, mas também do compromisso com o lugar daqueles que ficaram lá: A vontade deles de resistir e encontrar formas de continuar a vida. Esta ligação com a cidade pode ser compreendida ao se considerar algumas das especificidades de sua construção. A cidade, assim como a usina, foi construída por seus residentes ou pelos pais deles; o sonho era deles, inscrito em seus corpos por anos de trabalho e dedicação ao projeto. Como uma nova cidade, construída entre anos 1970 e 1980, muitas pessoas ou seus pais estavam morando em Visaginas durante a sua construção e da usina nuclear. Muitas delas estavam envolvidas no processo de construção, pois pessoas foram alocadas na cidade para construí-la e trabalhar na usina depois. A cidade e a usina estavam ainda passando por uma

rápida construção e expansão até o colapso da União Soviética.

As ruas de Visaginas ofereciam uma lembrança concreta do trabalho pesado, das esperanças e do investimento na construção de um lugar e um senso de proteção e nostalgia pelas culturas nucleares transnacionais que atualizavam o sonho da utopia socialista. Além disso, a sua comunidade relativamente insular reforça ligações globais e conexões com o lugar. Emigrantes morando em outras partes da Europa e dos Estados Unidos se encontram através das mídias sociais.

Há grupos de Facebook, mobilizações massivas de grupos em rede e confraternizações de fim de ano em que as pessoas se encontram onde quer que estejam. As pessoas amam isso; elas têm essa ideia de que é melhor gastar dinheiro em Visaginas do que em Vilnius; quando elas vêm como turistas, elas preferem se divertir aqui ao invés de outros lugares.

Meus amigos em Munique têm bons empregos. O marido da minha amiga trabalha para a Google, mas eles estão voltando para cá e estão planejando construir uma casa e retornar. É sempre 'Visaginas, Visaginas'.

(Nina, uma profissional que retornou do Reino Unido para Visaginas quando estava na casa dos 30 anos).

Como um enclave de falantes de russo na Lituânia, os habitantes de Visaginas tendem a permanecer juntos. A cidade é vista como estranha por muitos lituanos por causa de sua composição étnica e de sua nuclearidade.

Nós somos uma comunidade muito insular – não somos russos para a Rússia, não somos lituanos para a Lituânia; nós somos um tipo de lugar muito especial. Quanto às últimas questões, mesmo quando a usina nuclear ainda estava funcionando as pessoas de Vilnius e Kaunas pensavam que nós éramos pessoas verdes, radiantes, radioativas

(Katya, mulher, na casa dos 20 anos, retornou à Visaginas para formar família após fazer universidade no Reino Unido).

Uma mulher com quem conversei, que agora mora em Vilnius, capital da Lituânia, descreveu como ela baixava a voz quando dizia às pessoas de onde era – ela sentia vergonha, o que a deixava tímida em falar sobre o assunto. Mas esta insularidade e esta suspeita dos que são “de fora” criam laços afetivos fortes entre aqueles que vêm da cidade, fornecendo apoio e capital social quando eles estão fora e um poderoso senso de terra-natal que alimenta o investimento na, e o cuidado pela cidade.

Culturas de nuclearidade

Sonhos de progresso habitam as visibilidades das infraestruturas de energia e o desenho urbano de Visaginas. De fato, andar na Usina de Energia Nuclear de Ignalina é encontrar o sublime tecnológico em primeira mão. O lugar é imenso, com cerca de quatro quilômetros quadrados e suas icônicas hélices de ventilação, que alcançam cinquenta metros de altura, são visíveis na cidade, a oito quilômetros de distância. Descrita como um “grande dragão morto” por um dos meus interlocutores, sua presença pervasiva assombra o cotidiano, um fundo ubíquo para a vida cotidiana.

Há canais altamente visíveis entre a usina e a cidade - dutos subterrâneos, cabos de energia e estradas tornam visível a indivisibilidade de pessoas e instalações. Essas rotas de infraestrutura seguem percursos de atividade humana e material, à medida que corpos se moviam entre lugares e a água quente do sistema de aquecimento da usina fornecia o aquecimento dos apartamentos. Atualmente os moradores têm que pagar por água quente e aquecedor, mas estes tubos permanecem como reminiscências da abundância e da estabilidade de outrora.

Nomes de ruas também ecoam esse telos nuclear: Energetikų gatvė, ou Rua da Energia, é uma das principais vias públicas. Há sinais ao lado dos prédios e as estradas são largas para o caso da necessidade de evacuação rápida. As crianças brincam em escorregos que se assemelham a nêutrons se separando de um átomo. As pessoas se reúnem todo ano para lembrar o aniversário do desastre de Chernobyl. Gabriele Hecht (2012) entende a nuclearidade como a inscrição tecnopolítica do excepcionalismo nuclear em espaços particulares. Mas essas articulações de nuclearidade também produzem uma nuclearidade cultural onde as indústrias nucleares e suas formações de segurança, energia e prática conduzem a formas de vida. Vitrine para formas de vida socialistas, Visaginas foi construída com base na promessa da boa vida assegurada pela energia nuclear. Como tal, seus moradores foram corporificações do sonho do progresso. Suas vidas testemunham a promessa da energia nuclear e da abundância da República Soviética.

A alta proporção de engenheiros, físicos e técnicos vivendo em Visaginas significa que as culturas de ciência e tecnologia são evidentes em toda a cidade, nas competições que ocorrem semanalmente no café, no instituto de robótica da faculdade de tecnologia e nas conversas nas ruas. A escola local é uma das mais

bem conceituadas da Lituânia e seus alunos ganham regularmente olimpíadas de matemática e de ciências. Kristina, administradora e mãe solo, descreve sua própria ambição e a da escola assim:

Nós sempre tivemos essa ideia de que nossa escola é a melhor, talvez pelo fato de que quando eles fazem essas olimpíadas, por exemplo de matemática, olimpíadas de física ou química, e quando as crianças de nossa escola vão para as competições nacionais elas algumas vezes alcançam posições avançadas, então a gente meio que pensa, pois é, nós somos bons porque quando você compara com as escolas de Vilnius, você vê que Visaginas não está assim tão abaixo. Nós estamos indo bem.

A prefeitura local aderiu a esta disposição, mantendo recursos para serviços e pessoal excelentes, um legado das abordagens soviéticas ao cuidado das crianças e com educação, às tecnoculturas da cidade. Muitos daqueles que cresceram em Visaginas lembram de uma infância idílica que propiciava oportunidades excepcionais para o desenvolvimento intelectual, pessoal e criativo. Como resultado, muitos dos que se mudaram inicialmente voltaram para educar suas crianças na cidade, a fim de que elas se beneficiem dessas infraestruturas espaciais, culturais e educacionais. Inclusive, a educação infantil se tornou um projeto de vida alternativo para aqueles cuja garantia de trabalho na usina ou a promessa de fazer a vida alhures não se realizou. Como uma incubadora para a excelência criativa, em atividades esportivas e intelectuais, as escolas, os clubes e os serviços culturais e de lazer em Visaginas fornecem infraestruturas duradouras para a reprodução social e cultural, capacitando os jovens com habilidades e conhecimentos para a vida móvel da modernidade tardia.

Resiliência infraestrutural

A comunidade unida e as redes de emigrantes em Visaginas propiciam as condições para a mobilidade. Como uma informante comentou, o fechamento da usina nuclear durante sua primeira infância significou que, diferente das gerações anteriores cujos futuros foram mapeados pela existência da usina, os futuros dela e de seus pares foram excluídos e substituídos pela necessidade de olhar para as oportunidades abertas pela expansão europeia. Uma escola de línguas foi aberta na cidade, e os jovens são encorajados a se planejarem para trabalhos além da indústria nuclear.

Aqueles que retornaram a Visaginas discutiram como a vida aqui era

diferente em relação à vida de trabalho nas grandes cidades europeias, nas quais aluguéis caros e trabalho precário significam longas e lentas horas de deslocamentos diários e tempo longe da família e dos amigos. Com seu custo de vida mínimo e um ritmo de vida calmo, Visaginas era um lugar onde eles poderiam investir seu tempo em estudo, criatividade e lazer com outras pessoas, ao invés de uma vida de trabalho pesado e precário. Visaginas tem pouco valor de gentrificação e a moradia barata é com certeza um fator que contribui para as formas de vida projetadas aqui. Algumas pessoas encontraram formas de trabalhar remotamente na cidade. Isto foi facilitado pela instalação de uma incubadora de negócios. Outros se movem entre trabalhos de meio expediente, deslocando-se a outras cidades para contratos de curta duração, ou pegam qualquer trabalho local disponível. O baixo custo de vida significa que há tempo para os tipos de atividade que constituem aquilo que Papadopoulos chama “mais que movimentos sociais”, ou seja, práticas que “criam as condições para a articulação de imaginários e práticas alternativas que substituem o poder instituído e geram modos alternativos de existência” (Papadopoulos, 2018, p.198). Estas práticas constroem a vida em comum por meio de um compromisso compartilhado com a criação e a prática material. O espaço de arte e para a juventude Tochka, onde eu foquei minha quarta estadia em Visaginas, é um exemplo disso. Trata-se de um prédio de cinco pavimentos no centro da cidade, doado pela prefeitura. O espaço é uma espécie de *hub* para algumas *startups* e pequenos negócios, um ponto de encontro, um espaço para ensaio de música e arte, e a sede de um clube. Sobretudo, as pessoas usam o espaço para tocar música e jogar *games*, para conversar e tomar chá.

Os jovens que frequentam a Tochka sentem que há algo especial na cultura da cidade. Tanto a familiaridade, quanto o que eles sentem como sendo a especificidade e o ‘status especial’ da cidade fazem com que eles queiram ficar. Os baixos custos de moradia e a falta de uma cultura de consumo implica que há pouca pressão para trabalhar duro ou gastar dinheiro. Porém, por causa da densidade populacional relativamente alta, da abundância de espaços públicos e da manutenção de clubes e de espaços comunitários, ainda há lugares para se divertir.

Visaginas forma um *locus* em torno do qual práticas de compromisso e resistência coalescem. Os recursos sociais que o seu passado soviético oferece são possíveis em parte por causa do compromisso dos residentes com a manutenção de uma comunidade vital. Diferente das infraestruturas decadentes de Berlant,

as de Visaginas estão prosperando, particularmente por causa do investimento contínuo das autoridades locais nesses espaços, por não haver incentivo para que se venda tudo e por conta do tempo e da dedicação devotadas a essas práticas de duração. Uma proporção alta de pessoas aposentadas ou semi-aposentadas, assim como de pessoas que trabalham meio expediente, combinada com um ethos de dever e com a disponibilidade de prédios modernistas práticos, cívicos, tudo isso proporciona essa prosperidade. Jelena, uma mulher em seus cinquenta anos e que trabalhou na usina nuclear, assim resume o desejo de criar esses espaços para “formas alternativas de existência cotidiana”:

Quando uma pessoa considera esse lugar sua casa e não é indiferente ao que acontece no entorno, ela agirá, graças ou apesar de algo, pois como nós vemos, nossas autoridades, quaisquer autoridades, qualquer governo, em qualquer país, nunca dará apoio total. Assim, quando as pessoas agem, se movem, se juntam, se unem mesmo fora das estruturas do Estado em grupos de pintores, em teatros, isso também é muito bom. Isso é bom para a cidade, cria uma outra aura e ativa outra vida. Esta é uma questão de patriotismo. Quando você vive em uma terra que você considera sua segunda pátria mãe, você se esforçará por ela.

Práticas de resiliência são uma forma de agência temporal, uma “reapropriação prática do futuro próximo” (Ringel, 2014, p.54) que resiste ativamente à erosão de estruturas de vivência. De fato, Ringel (2018) sugere que a indeterminação do presente pode encorajar ativamente este tipo de agência. Maria coloca a questão assim:

Eu não vou desistir. Como eu posso largar isso tudo que eu criei? Quando você conhece e sente cada objeto fica pensando: se eu for, haverá alguém interessado nessas coisas e cuidará delas, ou tudo será destruído? Então, enquanto eu estiver aqui, tudo isso continua aqui.

Mas o fato, que foi trazido com valores sólidos, eu acho, nos deu uma possibilidade, nos ajudou a encarar o desafio, a não desistir; estávamos todos tentando encontrar uma forma de viver, de existir.

Mais que apenas o trabalho que mantém os prédios em sua funcionalidade, as ruas limpas e os espaços públicos úteis, isto inclui trabalho voluntário e comunitário despendido para manter a vida vivível, ou práticas de cuidado que mantêm a socialidade e a interdependência e afasta a solidão e a depressão. Infraestruturas culturais, materiais e imaginativas persistem através de sua manutenção, de relações em andamento com as promessas do passado de um processo de valorização, de se apegar e de se adaptar ao que veio antes contra o

porvir do futuro. Esta política da resiliência é muito mais viva em Visaginas, na dedicação à manutenção da cidade e às infraestruturas social e material no contexto de seu desmanche como cidade atômica. Isto é feito não tanto preservando-se um passado glorioso, mas em termos da identificação do valor, da especificidade e do bem de um lugar, esforçando-se para manter aquelas infraestruturas no lugar. As memórias de futuros perdidos que assombram estas práticas mantêm vivo o sonho utópico da socialidade e da boa vida, orientando práticas de resiliência. As infraestruturas generosas de Visaginas – sua articulação espacial, sua forte coesão social e serviços locais – tanto ensejam essas memórias quanto fornecem fundamentos para mundos pós-progresso.

Conclusão

A ubiquidade da nuclearidade cotidiana em Visaginas, suas culturas de conhecimento, ciência e tecnologia, seus bairros planejados fornecem recursos poderosos para uma política de resiliência. A memória cultural também é fundamental: em comparação com outras partes da União Soviética, a vida em Sniečkus, como era formalmente conhecida, foi boa para a maioria das pessoas. Os sonhos de uma boa vida - de igualdade, sociabilidade, espaço público comum, trabalho significativo e dotado de propósito, acomodações habitáveis e excelente educação – estão representados nas reminiscências de infraestrutura da *atomgrad* sobre as quais os residentes contemporâneos de Visaginas investem suas vidas.

Ainda há nostalgia pela *atomgrad*, mas já se passaram anos. A perda e o choque se transformaram em uma orientação prática para o valor do lugar e sua especificidade. A infraestrutura funciona aqui como uma reunião afetiva, material, atmosférica e corpórea. Ela se agrupa a uma ideia que é mais que a soma de seu povo e esta ideia é materializada através de edifícios, objetos, árvores e lagos. Infraestruturas mediam e geram formas de vida e experiência que mantêm um mundo contra o colapso, dando substância aos meios para se continuar vivendo.

Para Berlant, infraestruturas mediam a organização da vida, já que são as estruturas material, social e afetivas que nos movem em direção ao suportável. Elas sustentam um público, ou encontram uma nova maneira de preencher a aporia de sua erosão. Em seu próprio exemplo, o capitalismo de austeridade dos EUA abre uma perda no presente que precisa ser conectada ou corrigida para ser habitável, e infraestruturas afetivas apontam não para o que está por vir, mas oferecem meios

para perseverar em um mundo danificado. As infraestruturas de Berlant emergem no desarranjo daqueles antigos sistemas de solidariedade, como arranjos frágeis de corpos que tentam sobreviver em um mundo neoliberal precário e danificado. Em Visaginas, porém, o quadro é diferente. Uma confluência da história corporificada, arranjos espaciais, formas soviéticas residuais de sociabilidade e culturas de nuclearidade fornecem formações infraestruturais generosas que apontam para modos de vida emergentes no “canteiro de obras inacabado de Fausto” (BERMAN, 1983)⁴. A promessa de infraestrutura materializada através dos projetos esperançosos de construção do socialismo soviético de Estado durante os anos 1970 e 1980 deixa um rastro, tanto na memória cultural dos habitantes de Visaginas, quanto nas infraestruturas que sobrevivem ao descomissionamento da usina nuclear.

Com o declínio de narrativas do progresso e o recuo de projetos estatais de construção, na fase de eliminação tecnológica gradativa que é característica tanto dos ciclos de criação/destruição da modernidade quanto da retirada de formas de bem-estar lideradas pelo Estado e do planejamento centralizado, esses restos de infraestrutura geram condições para um tipo de agência de baixo para cima. Eles se baseiam nos sonhos utópicos e nas fantasias modernistas que lhes deram origem, mas as reorientam para novas ontologias de infraestrutura. Os restos de megaplanos excessivos sobrevivem. Sua destruição material não apaga sua promessa. Os restos de infraestrutura, tanto arquitetônicos quanto humanos, materiais e imaginários, são reorientados para práticas de dever, cuidado e dedicação ao lugar. Eles participam de uma política de resiliência, uma política que permite àqueles que residem nas ruínas dessas fantasias praticarem uma espécie de bricolagem, adotar um processo de reconhecimento coletivo do que fez e pode manter um lugar coeso e lutar pela manutenção de uma vida vivível em face de sua lenta decadência. O antropoceno nuclear existe não apenas em partículas radioativas, radiação e mutação, mas também nas formas como os participantes de seu projeto esculpem vidas em mundos formados pela divisão do átomo.

Referências

ANAND, N. A public matter: Water, hydraulics, biopolitics. In: ANAND, N.; GUPTA, A. and APPEL, H. (eds). **The Promise of Infrastructure**. Durham and London, Duke University Press, 2018, p. 155–172.

⁴.Ver Dawney (2020a) para mais elaborações sobre essas condições.

BALOCKAITE, R. **Coping with the unwanted past in planned socialist towns: Visaginas, Tychy, and Nowa Huta.** *Slovo*, 2012, 24: 41–60.

BAUBINAS, R. and BURNEIKA, D. Social Consequences of Closing the Ignalina NPP. *Geografija*, 2001, 37: 69–75.

BERLANT, L. (2016) The commons: Infrastructures for troubling times. *Environment and Planning D: Society and Space*, 2016, 34: 393–419.

BERMAN, M. **All That is Solid Melts into Air: The Experience of Modernity.** Brooklyn, NY, Verso, 1983. [Tudo que é sólido desmancha no ar, trad. bras. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Companhia de Bolso, 2007.]

BROWN, K. L. **Plutopia: Nuclear Families, Atomic Cities, and the Great Soviet and American Plutonium Disasters.** New York, Oxford University Press, 2013.

DAWNEY, L. Figurationing. In: UPRICHARD, E.; LURY, C; FENSHAM, R. et al. (eds). **Routledge Handbook of Interdisciplinary Research Methods.** London, Routledge, 2018.

DAWNEY, L. Decommissioned places: Ruins, endurance and care at the end of the first nuclear age. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 2020a.

DAWNEY, L. Dramatising deindustrialisation. In: PRICE, W.; Rhodes, M. and WALKER, A. (eds). **Geographies of Post-Industrial Memory, Place, and Heritage.** London, Routledge, 2020b.

FISHER, M. **Ghosts of my Life: Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures.** Winchester, UK, John Hunt Publishing, 2014. [Fantasmas da minha vida: Escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos, trad. bras. Guilherme Ziggy. São Paulo, Autonomia Literária, 2022].

HARVEY, P. and KNOX, H. The enchantments of infrastructure. *Mobilities*, 2012, 7: 521–536.

HECHT, G. **Being Nuclear: Africans and the Global Uranium Trade.** Cambridge, MA, MIT Press, 2012.

HETHERINGTON, K. Surveying the future perfect: Anthropology, development and the promise of infrastructure. In: **Infrastructures and Social Complexity.** London: Routledge, 2016, p. 58–68.

JENSEN, C. B. and MORITA, A. Introduction: Infrastructures as Ontological Experiments. *Ethnos*, 2017, 82: 615–626.

JONES, B. M. (Com)Post-capitalism: Cultivating a more-than-human economy in the Appalachian Anthropocene. *Environmental Humanities*, 2019, 11: 3–26.

KIRKSEY, S. E.; SHAPIRO, N. and BRODINE, M. Hope in blasted landscapes. *Social Science Information*, 2013, 52: 228–256.

KOHN, M. Dreamworlds of deindustrialization. *Theory & Event*, 2009, 12.

LARKIN, B. The politics and poetics of infrastructure. *Annual Review of*

Anthropology, 2013, 42: 327–343.

LARKIN, B. Promising forms: the political aesthetics of infrastructure. In: ANAND, N.; GUPTA, A. and APPEL, H. (eds). **The Promise of Infrastructure**. Durham, Duke University Press, 2018, p. 175–202.

MASCO, J. **The Theater of Operations: National Security Affect from the Cold War to the War on Terror**. Durham, Duke University Press, 2014.

PAPADOPOULOS, D. **Experimental Practice: Technoscience, Alterontologies, and More-than-Social Movements**. Durham, NC, Duke University Press, 2018.

PITKANEN, L. and FARISH, M. Nuclear landscapes. **Progress in Human Geography**, 2018, 42: 862–880.

RINGEL, F. Post-industrial times and the unexpected: Endurance and sustainability in Germany's fastest-shrinking city. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, 2014, 20: 52–70.

RINGEL, F. The production of indeterminacy: On the unforeseeable futures of postindustrial excess. In: ALEXANDER, C. and SANCHEZ, A. (eds). **Indeterminacy: Waste, Value, and the Imagination**. Oxford, Berghahn, 2018, p. 68–88.

ROBBINS, J. Beyond the suffering subject: Toward an anthropology of the good. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, 2013, 19: 447–462.

SCHWENKEL, C. (2018) The current never stops: Intimacies of energy infrastructure in Vietnam. In: ANAND, N.; GUPTA, A. and APPEL, H. (eds). **The Promise of Infrastructure**. Durham and London, Duke University Press, 2018, p. 102–129.

ŠLIAVAITE, K. 'Homeland is where everything is for the people': The rationale of belonging and citizenship in the context of social uncertainty. In: KNUDSEN, I. H. and FREDERIKSEN, M. D. (eds). **Ethnographies of Grey Zones in Eastern Europe: Relations, Borders and Invisibilities**. New York, Anthem Press, 2015, p. 107–122.

TSING, A. L.; BUBANDT, N.; GAN, E. et al. **Arts of Living on a Damaged Planet: Ghosts and Monsters of the Anthropocene**. Minneapolis, MN, University of Minnesota Press, 2017.

WAGNER, P. **Progress: A Reconstruction**. Cambridge: Polity, 2016.

WENDLAND, A. V. Inventing the Atomograd. Nuclear urbanism as a way of life in Eastern Europe, 1970-2011. In: BOHN, Thomas et al. (eds). **The Impact of Disaster: Social and Cultural Approaches to Fukushima and Chernobyl**. Berlin: EB Publishers, 2015, p. 261–287.

Sendas para uma transversalidade no antropoceno

Oswaldo José da Silva¹

ORCID: 0000-0002-7682-8491

Resumo: O presente ensaio é apresentado como uma esperança despertada nas reflexões a partir do curso *Antropoceno – Abordagens Transdisciplinares* (IEB/USP), no sentido de pensar “novos recomeços e não ficar chafurdando na lama do fim” acerca da nova era geológica denominada Antropoceno no planeta Terra, no século XXI. O Antropoceno é pensado como um problema político de magnitude global acerca das experiências de extinções das espécies, seres, plantas e animais e do debate teórico sobre o destino do planeta, sobretudo, a partir do aquecimento do clima. Entre letras de poemas de músicas, reverberam o som e a fúria inaudíveis no silêncio do paradoxo no barulho catastrófico da sobrevivência cotidiana. Vamos precisar de todo mundo para pensar, agir e mudar as cosmologias organizacionais que resultaram nas tragédias que ora nos deparamos e que são criadas por nós mesmos.

135

Palavras-chave: Antropoceno. ciência moderna. arte política. transdisciplinaridade.

¹ Doutorando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP (2019). Mestre em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Araraquara (2018). Possui graduação em Economia e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Bacharel em Economia pela PUC-SP, com licenciatura plena em Filosofia (UNIFAI-PUC-SP), Pós-graduado, Lato-Sensu, em Ciências Políticas pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP (1989). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5926461359177630>.

Abstract: This essay is presented as a hope awakened in the reflections from the course Anthropocene - Transdisciplinary Approaches (IEB / USP) in the sense of thinking “new beginnings and not be wallowing in the mud of the end” about the new geological era called Anthropocene on planet Earth in the 21st century. The Anthropocene is thought of as a political problem of global magnitude regarding the experiences of extinctions of species, beings, plants and animals and the theoretical debate about the fate of the planet, especially from the warming of the climate. Among lyrics of song poems, the inaudible sound and fury reverberate in the silence of the paradox in the catastrophic noise of everyday survival. We will need everyone to think, act and change the organizational cosmologies that resulted in the tragedies that we face now and that are created by ourselves.

136

Keywords: Anthropocene. modern science. art and politics. transdisciplinarity.

Resumen: El presente ensayo se presenta como una esperanza despertada en las reflexiones del curso Antropoceno – Enfoques Transdisciplinarios (IEB/USP) en el sentido de pensar “nuevos comienzos y no revolcarse en el lodo del final” sobre la nueva era geológica denominada Antropoceno en el planeta Tierra, en el siglo XXI. Se piensa el Antropoceno como un problema político de magnitud global sobre las experiencias de extinción de especies, seres, plantas y animales y el debate teórico sobre el destino del planeta, sobre todo, a partir del calentamiento del clima. Entre letras de poemas de canciones, resuena el sonido inaudible y la furia en el silencio de la paradoja en el ruido catastrófico de la supervivencia cotidiana. Vamos a necesitar que todos piensen, actúen y cambien las cosmologías organizacionales que resultaron en las tragedias que ahora enfrentamos y que son de nuestra propia creación.

137

Palavras-clave: Antropoceno.ciencia moderna. arte y política. transdisciplinariedad.

Introdução

“De uma coisa sabemos: a Terra não pertence ao homem. É o homem que pertence à Terra. Todas as coisas estão interligadas como o sangue que une uma família; tudo está relacionado entre si. O que fere a Terra fere também os filhos e filhas da Terra. Não foi o homem que teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que fizer à trama, a si mesmo fará”.
Cacique Seattle, 1856.

O ubuntu, da África, descreve o entendimento de uma pessoa como um relacionamento. Nega o dualismo de si / outro. Foi traduzido para o inglês por Drucilla Cornell como “eu sou porque você é”. A palavra você nesta tradução deve ser entendida como comunidade. O uBuntu muda: “Eu penso, logo existo”; em “Penso na minha comunidade, logo existo”.

Considerando que estamos frente a fatos autoevidentes quanto ao aumento da inviabilização da vida no planeta Terra, sobretudo, pelo aumento da temperatura, pode-se afirmar também que estamos frente a um novo desafio na escala do tempo geológico, por sendas denominadas pelos agentes inseridos no debate acerca destas vivências de era do Antropoceno. O Antropoceno pode ser compreendido como uma narrativa política sobre a vulnerabilidade do futuro da humanidade, em decorrência de seu passado recente a partir das questões geológicas do tempo presente. É resultado da grande aceleração da produção e consumo na economia que provoca a extinção de espécies e que coloca a própria humanidade em risco também de extinção.

Vivenciamos no século XXI um momento distinto de encruzilhada civilizatória no qual o fundamentalismo, o irracionalismo, o negacionismo e o antropocentrismo nos torna reféns e prisioneiros do pensamento mágico e apolítico, onde a presença nas redes sociais nos imola do compromisso na manutenção do bem comum no mundo real. É uma falsa sensação de viver. Como chegamos a este ponto? É o que pergunta Arendt (1991) na ampla discussão sobre *A Condição Humana* uma de suas obras mais paradigmáticas:

“O que estamos fazendo”. Por outro lado, a finalidade da análise histórica é pesquisar as origens da alienação no mundo moderno, o seu duplo vôo da Terra para o universo e do mundo para dentro do homem, a fim de que possamos chegar a uma compreensão da natureza da sociedade, tal como estas evoluíram e se apresentavam no instante em que foi suplantada pelo advento de uma era nova e desconhecida. (ARENDR, 1991: 13,14).

O Antropoceno difere da era anterior, o Holoceno. Holoceno é considerado a era da estabilidade climática e geológica do planeta Terra e como fator do processo civilizador humano, tendo como referência a formação do planeta Terra nos últimos doze mil anos, até a explosão atômica. O Antropoceno é caracterizado como a nova época de instabilidade geológica e de migração para uma nova era geológica, principalmente a partir dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a grande aceleração e intensificação da produção e do consumo. O Antropoceno se configura como uma era de destruição ambiental e de genocídios contra grupos étnicos humanos e outros seres vulneráveis. No Brasil, sobretudo, há exemplos de comunidades indígenas, quilombolas, florestas, plantas, ecossistemas e da destruição de seres não humanos e de grandes colapsos climáticos pelo uso intensivo de combustíveis fósseis com emissão acelerada de gás carbônico, uso intensivo de venenos tóxicos na agricultura e de ações e usos predatórios globais na produção e no consumo de bens e serviços. Não há consenso sobre o conceito de Antropoceno como categoria científica do sistema Terra ainda por parte dos cientistas, ambientalistas e agentes do campo deste conhecimento.

O Antropoceno, quando compreendido como sendo a busca de equidade no desenvolvimento sustentável, pode se tratar de uma redundância, visto que crescimento, desenvolvimento e progresso já são anti-sustentáveis, insustentáveis, principalmente, quando aplicados aos modelos econômicos. Há uma ilusão protelatória e peremptória sobre a sustentabilidade que aparece nos quadros da Economia Ecológica, quando se pensa em ações econômicas sustentáveis, distribuição justa e eficiência econômica, de modo a criar um equilíbrio entre bem-estar social, prosperidade econômica e proteção ambiental que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Economia Ecológica é concebida como uma caixa de ferramentas e expansão da consciência para um novo sistema. Um exemplo desse debate aparece também nas análises sobre “*DIP trade-off*” (método de exploração de matérias primas por substituição) que funciona como uma gangorra: quanto mais se aumenta os custos, mais diminui os benefícios, o que é resíduo para uma empresa pode ser insumos para outras empresas.

Usamos o termo ilusório para sustentabilidade econômica, entretanto, é justamente a concepção da forma de organização econômica capitalista que está colapsado. Não se sustenta mais a aceleração de produção e consumo de supérfluos

para algumas pessoas, como mecanismo de expansão do capital, ao passo que a grande maioria da população é excluída do modelo de organização econômico. Superar o paradoxo de Herman Dayle: *mundo cheio – barco pesqueiro industrial; mundo vazio – barco pesca subsistência*. O cenário pandêmico atual, nesse aspecto, só exacerba as ações de produção e consumo contrárias a uma economia solidária, frente à vulnerabilidade do ser humano: o planeta fica e o ser humano desaparece.

As interações complexas do Antropoceno possuem o objetivo de que as novas experiências frente aos múltiplos interesses entre os homens, e entre os homens e a natureza, com as tensões onipresentes nas decisões micro diárias que tomamos no manejo ambiental possam ajustar os interesses privados ao benefício coletivo na esfera pública, disseminando o equilíbrio sustentável.

As epígrafes acima citadas na abertura deste trabalho indicam que existe nestes tempos hodiernos uma incompreensão por parte das sociedades e das pessoas massificadas nestas sociedades, e a não compreensão acerca das consequências das estruturas econômicas estabelecidas pelo modelo capitalista. Há, também, um senso comum viral, por via das redes sociais, com ilusões, fantasias, erros e ignorâncias relacionadas ao vigor, legitimidade e legalidade contra as explicações das ciências em desenvolvimento, que procuram refletir, esclarecer pela racionalidade e pelas verdades factuais os acontecimentos acerca da complexidade das relações dos homens entre si e dos homens com o meio ambiente.

Entretanto, há o despertar de outro senso comum, por exemplo: *Ubuntu* (sou, porque somos - negros), ou *Burum* (humanidade, sem etnias - indígenas) visões comum de mundo conscientemente e coletivamente construída por agentes nas comunidades, academias, nos grupos sociais e instituições globais e não globais, na defesa do meio ambiente; pessoas e diferentes espécies de seres e, sobretudo, o sentido de redescoberta de convivências visando estabelecer um cuidado com a Terra - casa comum de todos nós. Somos envolvidos por redes intrincadas de relações em todas as direções, segundo Boff (2020), de sorte que nada existe fora da relação. Esta é também a tese básica da física quântica de Werner Heisenberg e de Niels Bohr, o destino da terra e da humanidade é indissociavelmente comum. A voracidade do modo de acumulação de riqueza é tão devastadora que inauguramos uma nova era geológica, a do Antropoceno, que está em marcha, aflorada nas ações de quem ameaça a vida e acelera as extinções em massa, dentro da qual está o próprio ser humano.

Estas ações são relacionadas à Necropolítica. Segundo Mbembe (2018), Necropolítica são políticas da morte desenvolvidas por ações do Estado e políticas das sociedades que se configuram em agressões violentas, enquanto política de exclusão e extermínio do humano e dos demais seres vivos, visto que muitas espécies de seres já desapareceram e continuam a desaparecer cotidianamente, inaugurando algo pior do que o previsto pela era do Antropoceno, que poderíamos denominar de Necroceno: a era da produção em massa da morte. O sistema econômico e a humanidade estão interligados à produção de morte em massa que se reproduzem permanentemente não só na natureza, mas também nas cidades onde há pessoas que morrem de fome, de sede, vítimas da violência bélica ou social em todas as partes do mundo consolidando o Necroceno da Necropolítica.

As epidemias e as pandemias, as doenças provocadas tais como a Dengue, Chikungunya, Zika Vírus, N1H1, SARS, Ebola, Sarampo, a atual Coronavírus (Covid 19) e a generalizada degradação nas relações humanas e do ecossistema marcadas pela profunda desigualdade, estão interligadas pela degenerescência do desequilíbrio ambiental na busca a qualquer preço pelo lucro. E mais, há a falta de investimentos nas pesquisas científicas acompanhadas do esgarçamento do tecido social, entre outros mecanismos de estupidez e ignorância. Não obstante as constantes mutações virais (microbiológicas, parasitas e de *fake news*), sem que as causas e origens sejam analisadas não se poderão evitar desastres sociais, ambientais, econômicos e humanitários de proporções inimagináveis e inusitadas para toda a humanidade, com um incalculável número de vítimas desse processo.

Paliativos não resolvem os desafios de mudanças nas atitudes pessoais e institucionais se não forem incorporadas às agendas de coabitação da casa comum, denominada Terra. Nosso destino está ligado ao espírito com o qual nos relacionamos conosco e com o planeta. A convocação para o pensar, o querer e o julgar, conforme Arendt (1993), pode ser contemplada na poesia musical de Marvin Gaye (1971), que pode ser um dos desafios a repovoar o deserto cognitivo da nossa imaginação.

Mercy Mercy Me (the Ecology).

Marvin Gaye (1971)

Misericórdia, Misericórdia de Mim (a Ecologia) – (tradução nossa)

Ah, misericórdia, misericórdia de mim

Ah, as coisas não são o que costumavam ser, não, não

Para onde foram todos os céus azuis?

Veneno é o vento que sopra do norte e do sul e leste

Misericórdia, misericórdia de mim

Ah, as coisas não são o que costumavam ser, não, não

Óleo desperdiçado no oceano e em cima

Nossos mares, peixes cheios de mercúrio

Oh, misericórdia, misericórdia de mim

Ah, as coisas não são o que costumavam ser, não, não, não

Radiação subterrânea e no céu

Animais e pássaros que vivem perto estão morrendo

Oh, misericórdia, misericórdia de mim

Ah, as coisas não são o que costumavam ser

E esta terra superpovoada?

Quanto mais abuso do homem ela pode suportar?

O limite da população e o bem viver se dão pela competição dentro da própria espécie. Eis, a questão política na luta pela existência na variação quantitativa no tempo e no espaço como consistência da existência de plantas e animais, em Darwin (2018), se encontra a seguinte passagem, que pode corroborar com esta perspectiva:

Vimos que a espécie que mais varia é a mais comum, a mais amplamente difundida e a que pertence ao maior gênero, e ela tende a transmitir à sua prole modificada a superioridade que a torna dominante na região em que habita. A seleção natural, como foi observado, leva à divergência de caráter e à extinção de boa parte das formas de vida menos aprimoradas, bem como das intermediárias. Penso que esses princípios permitem explicar a natureza das afinidades entre os seres orgânicos como um todo (DARWIN, 2018: 199).

Há que se encontrar o justo equilíbrio de equidade para todos, nenhum a menos. Se a racionalidade é característica humana para a organização política, os seis sentidos, incluindo aí o senso comum, Arendt (1993), pode despertar para uma nova cosmologia não predatória e que promova a não extinção no planeta.

Alguns desafios do Antropoceno

O cenário de irrupção do Antropoceno se relaciona com as muitas questões existenciais globais que ameaçam a humanidade e o modo como esta se organizou, principalmente, como se vive agora. Mudanças climáticas, extinção de espécies, modificação oceânica, alteração atmosférica, aquecimento global, entre outros, são consequências dos “maus” hábitos da cultura humana. Há muitas propostas de soluções articuladas por nossos políticos profissionais e por meios de correlação ambiental como a “Economia Verde”, ou “Crescimento Sustentável”, ou “O Novo Acordo Verde”. Entretanto, estas propostas ainda ignoram antigos saberes da humanidade e ficam nas superfícies das demandas.

Uma antiga história de sabedoria ainda contada pelos povos indígenas da América do Norte, como já faz mais de mil anos. Aconteceu que em um dia específico, como na maioria dos outros dias, os caçadores retornaram à vila sem um único cervo para comer. Eles não apenas foram incapazes de matar um cervo, como também não viram um único cervo durante o dia inteiro. Isso era altamente incomum porque os cervos eram geralmente abundantes. A mesma coisa ocorreu no dia seguinte e durante toda a semana e muitas semanas depois. O cervo havia desaparecido. A vila sobreviveu, mas havia fome, escassez de peles significava que as roupas não podiam ser reformadas ou substituídas e a ausência de outros subprodutos de veados criava uma grande crise na vida da tribo. A vila havia se transformado de felicidade em miséria. Não havia solução em mãos. Então, um dia, um cervo entrou silenciosamente no complexo da vila. Os anciãos foram rapidamente reunidos. Sentaram-se com o cervo e perguntaram: “Onde você esteve”? Precisamos de você para o nosso bem-estar, se não a nossa sobrevivência. O cervo respondeu. “Reconhecemos que parte de nossa comunidade deve ser sacrificada para que ambas possam compartilhar esta Ilha das Tartarugas (um dos nomes indígenas da terra), mas você nos abusou e matou ou feriu muito mais de nós do que realmente precisa. Os anciãos viram imediatamente a verdade nas palavras do cervo e, nas próximas horas, foi alcançado um acordo entre o cervo e a tribo por interdependência sustentável. A partir daquele momento, como a tribo considerava fielmente a população de veados em sua caça, sempre havia o suficiente para o bem-estar da tribo e de seu povo. O cervo nunca desapareceu novamente (GOLDSON, 2020).

Dessa forma, segundo Goldson (2020), para a compreensão da metáfora da citação acima não há na perspectiva corrente nos estudos das ciências sociais a sensibilidade para que o Antropoceno seja relacionado à extinção e indique que

nossas crises foram causadas não por todos os seres humanos e que na verdade é um resultado direto do sistema capitalista, como é praticado no *Norte Global* e em outros países dominados pela financeirização do *Norte Global*.

No final do século XX a demanda por constante crescimento econômico foi uma contradição básica do capitalismo que entrou para a ideologia ocidental logo após o final da Segunda Guerra Mundial, quando o Produto Interno Bruto (PIB) foi adotado como a única medida do desenvolvimento econômico e do sucesso social, desencadeando a corrida suicida por ganhos econômicos e financeiros. O fim da guerra fria e o colapso da União Soviética cimentaram esse padrão em todo o mundo à medida que os Estados Unidos tentavam dominar o mundo em desenvolvimento. O mantra dos EUA foi e é: “aumentar o PIB é igual à prosperidade, felicidade e bem-estar”.

A discussão desses elementos assume diretamente o capitalismo, desafiando sua demanda por crescimento econômico perpétuo e sua falsa alegação de que esse crescimento produz sociedades de sucesso. Naquela, a discussão exige crescimento e argumenta que o custo ambiental do crescimento econômico perpétuo excede em muito seus benefícios; que além de um certo ponto, que nós no Norte Global há muito tempo superamos, não há correlação entre crescimento econômico e felicidade ou bem-estar e, por último, que o crescimento perpétuo é um paradoxo na medida em que os recursos físicos do planeta são limitados e não inesgotáveis. O cientista, estudioso e ativista que defende a inclusão desse elemento desaparecido escolheu o nome *Degrowth* (*decrecimento*) para identificar seu projeto. Esse nome cria um problema que deve ser tratado inicialmente. Tivemos decrecimento em 2008 e muitas vezes em nossa história econômica. Chamamos justamente de recessão e infligiu tremendo dano e dor a muitas pessoas. Consequentemente, existe um vínculo necessário entre decrecimento e justiça social. Os dois são inseparáveis. Além disso, essa justiça social deve ressoar em todo o planeta. Esse vínculo planetário exige que devemos mudar quase tudo sobre a maneira como vivemos, a fim de obter crescimento econômico e, simultaneamente, felicidade e bem-estar humanos globais. Em áreas que experimentam profunda pobreza como sua vida cotidiana, *Degrowth*, por causa de sua relação inseparável com a justiça social, na verdade exige crescimento econômico. O resultado é que o *Degrowth*, como solução para as questões do Antropoceno, não se trata de fazer menos, trata-se de fazer tudo de maneira diferente e a universalidade dessa diferença se traduz em um mundo não-conforme plural. Então, que tipo de diferenças em nossas vidas

Degrowth está falando? Primeiro, para ficar claro, existem muitas diferenças fundamentais entre os estudiosos do *Degrowth*. Não existe uma grande teoria pela qual a transição para um mundo sustentável que inclua o bem-estar humano possa ser obtida. As diferentes abordagens contêm contradições e vastas áreas para estudos adicionais. Argumento que é exatamente essa incerteza que torna o estudo do movimento *Degrowth* atraente para os estudiosos. Como uma necessidade, as idéias de *Degrowth* devem ser entendidas como experimentos com as conclusões finais vinculadas ao resultado da experiência social real (GOLDSON, 2020).

Quanto à concepção de *Degrowth* (decrecimento), é exatamente a incerteza desse conceito que torna o estudo do movimento atraente para os estudiosos da redistribuição global da riqueza. A criação da democracia participativa local/global, o reconhecimento dos limites dos recursos da Terra e a inclusão desses limites em nossas muitas determinações e decisões inflam o debate sobre “outro mundo” possível.

O desenvolvimento de modos de vida comunitários, bem como a propriedade comunitária dos meios de produção e distribuição, a propriedade comunitária de “propriedade intelectual” pode gerar mudanças na governança das nações para as localidades, visando o compartilhamento horizontal de processos governamentais em todo o mundo.

Com os processos de decisão e escolhas decolonial e não-patriarcal, temos a ação da transformação econômica, política e social que devem ser incluídas em nosso exercício político, como Arendt (1993) define em termos de: pensar, querer e julgar no espaço público e usá-los como diretrizes para construir nosso próprio novo e diferente modo de viver.

Segundo Goldson (2020), uma das primeiras ações é que as lições de vida do sul global são muitas e diversas e as pessoas do *Sul Global* se transformam a partir da experiência de vida de muitos povos diferentes e plurais, que não são homogêneos. Esses modos de vida são baseados em valores identitários e esses valores são condicionados pelo que significa viver uma vida numa comunidade de sentido específico às suas estruturas sociais. É importante ressaltar que essas pessoas estão usando ativamente nossa era de comunicação eletrônica. Elas estão conversando entre si, com a sua diáspora em que vivem em todo o mundo, dialogam com ativistas, cientistas, pesquisadores e estudiosos do *Global North* em todo o mundo. O *Sul Global*, especificamente as instituições alternativas, procura agir em conjunto para advogar mudanças sociais, políticas e econômicas e está

fazendo isso respeitando cada uma das suas muitas diferenças, a demanda que o *Sul Global* faz do *Norte Global* é simplesmente a de participar da conversa, falar e ser escutado a partir de experiências concretas.

O *ubuntu* presente em muitas regiões do continente africano, bem como nas comunidades negras da diáspora fora do continente africano, descreve o auto entendimento de uma pessoa e o seu relacionamento mútuo. Nega o dualismo de si/outro. Foi traduzido para o inglês por Drucilla Cornell como “eu sou porque você é”. A palavra você nesta tradução deve ser entendida como comunidade. O *uBuntu* muda o “*Eu penso, logo existo*”, tornando-o “*Penso junto em comunidade, logo existo*”.

Bien Vivir, de Abya Yala, o nome pré-colonial da América Latina, pede uma vida boa e é entendida como viver em harmonia, ou *Burum* viver bem com os outros (no sentido de alteridade). Séculos antes do movimento pelos direitos civis no norte global (EUA) entendeu-se que há mais de uma maneira em que a harmonia social é essencial. *Pacha-mama*, dos Andes latino-americanos, entende a natureza como um ser vivo, com a consequência de que a natureza, como os humanos, possui direitos que devem ser reconhecidos e respeitados.

Essas cosmovisões de mundo sugerem que os agentes privados e públicos, acadêmicos, religiosos, pesquisadores, pessoas comuns e todos os cidadãos reservem um tempo para explorar a literatura sobre o *Degrowth* (decrecimento) e, ao fazê-lo, pergunte como se pode criar um diálogo no qual suas ideias aparentemente “incompletas” na era moderna possam ser tornadas de maneira mais “completas”, e se tornar uma abordagem razoável para as comunidades, em particular a partir de uma compreensão com a mentalidade alargada, e possibilitar mudanças futuras nas relações entre os seres no planeta, visto que sem transformar relações, o racismo permanece.

Transversalidade no Antropoceno

Navegar pela transversalidade do Antropoceno remete para as ciências sociais perpassar por distinções e desafios, a começar pelo Holoceno enquanto época mais recente do período quaternário e da era cenozóica, datada de dez mil anos atrás. Ao chegar ao Antropoceno, cenário em que não há consensos sobre quando este teria começado, para alguns cientistas depois da Segunda Grande Guerra Mundial, momento em que bilhões de pessoas passaram a ter mais acesso aos combustíveis fósseis, tecnologias agrícolas (“revolução verde”), avanços na saúde básica etc. O Antropoceno embora ainda não seja um consenso universal é considerado uma nova era em que a ação humana tem alterado drasticamente o funcionamento

e os fluxos naturais do planeta ao promover intensas mudanças globais, tais como a poluição de rios e oceanos por microplásticos e diferentes substâncias químicas, a alteração nos níveis de nitrogênio pelo uso extensivo de fertilizantes na agricultura, o aumento da dispersão de substâncias radioativas no planeta, após muitos testes com bombas nucleares e, principalmente, as mudanças climáticas por diferentes tipos de emissão de gases na atmosfera, sobretudo CO₂, percebido pelos indicadores da grande aceleração.

Dentre as alternativas, há a economia verde que se apoia em dois pilares básicos: a realocação de investimentos para setores considerados “mais verdes”; e as eco inovações, cujo objetivo é aumentar a eficiência ecológica de um determinado processo para que haja o *decoupling* (desacoplamento) da ligação intrínseca dos indicadores da destruição planetária. Não há dúvida quanto a estas ações, e parece haver consenso entre os pesquisadores no sentido de que a busca de soluções deve passar por dois eixos de ação simultâneos: aumento da conscientização ecológica e aumento da eficiência de infraestruturas para a manutenção da vida. Nenhum eixo de ação por si só é suficiente. Temos que avançar em ambas as frentes. A importância do aumento da conscientização ecológica poderá se desdobrar em avanços políticos importantes, fazendo com que o que é visto como politicamente inviável hoje, se torne politicamente viável e necessário amanhã. Alguns caminhos transversais são apontados a seguir.

Por ser transdisciplinar e transversal por conceitos conjunturais, a Economia Ecológica também possui contribuições convergentes com o princípio basilar da mudança de paradigmas econômicos, que é o de que crescimento econômico infinito não é possível biofisicamente, nem moralmente desejável. As Engenharias de maneira geral são essenciais para a busca de soluções para um futuro mais sustentável, os profissionais de maneira geral representam os agentes portadores de inovações e novas tecnologias de produção. As disciplinas interligadas à ecologia não desprezam o progresso tecnológico, mas têm uma posição de ceticismo prudente com relação à sua capacidade de resolver todos os nossos problemas. Formar profissionais como agentes do desenvolvimento sustentável a partir do momento em que ele tem capacidade de avaliar criticamente as tecnologias que programam, com capacidade de avaliar os impactos sociais e ambientais das diversas tecnologias, é uma ação transversal do conhecimento.

Outro ponto importante a se destacar - e isso vale para qualquer profissão - é a capacidade de diálogo interdisciplinar ou transdisciplinar. Contribuir para a aplicação de programas ecológicos significa estar aberto a este diálogo.

Trabalha-se neste texto a concepção de transversalidade que propõe que frente às questões/problemas universais, particulares ou temas específicos em determinados momentos apreciados pelas ciências, estes possam ser investigados transversalmente por diferentes conceitos, ideias e pensamentos de ciências específicas, em cenários específicos para que possam ser mais bem compreendidos e esclarecidos.

Então, as concepções teórico metodológicas singulares e específicas podem irromper compreensões alinhavadas, permitindo enxergar a realidade estudada como um caleidoscópio na busca de resultados inusitados aos padrões estabelecidos.

O Antropoceno pode ser compreendido de maneira transversal. Conforme Chakrabarty (2009), a proposta de compreensão da realidade planetária hodierna denominada Antropoceno foi apresentada pela primeira vez pelo químico e Prêmio Nobel Paul J. Crutzen e seu colaborador, um especialista em ciência marinha, Eugene F. Stoermer. Em uma curta declaração publicada em 2000, eles afirmaram:

Considerando [...] [os] extensos e ainda crescentes impactos das atividades humanas na terra, na atmosfera e em todas as escalas, inclusive a global, nos parece mais que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e na ecologia através da proposta do uso do termo 'antropoceno' para a época geológica atual.

148

Crutzen detalhou a proposta em um breve artigo publicado na revista *Nature*, em 2002:

Nos três últimos séculos, os efeitos dos humanos no ambiente global se intensificaram. Por causa dessas emissões antropogênicas de dióxido de carbono, o clima global poderá distanciar-se significativamente do comportamento natural por muitos milênios. Parece apropriado aplicar o termo "Antropoceno" à [...] época geológica presente, dominada por humanos, que complementa o Holoceno – o período quente dos últimos dez a doze milênios. Poder-se-ia considerar que o Antropoceno começou na parte final do século XVIII, quando análises do ar preso em gelo polar evidenciaram o início das crescentes concentrações globais de dióxido de carbono e metano. Essa data também coincide com o projeto do motor a vapor de James Watt, de 1784. (CHAKRABARTY, 2009, p. 209. Tradução nossa).

É verdade, por certo, que somente o fato de Crutzen ter feito tal afirmação não garante que o Antropoceno seja um período geológico oficialmente aceito.

Ainda em Chakrabarty (2009) citando Paul J. Crutzen e Eugene F. Stoermer, “*The Anthropocene*”, *IGBP {International Geosphere-Biosphere Programme} Newsletter*” (2000), como comenta Mike Davis, “em geologia, assim como na biologia ou história, a periodização é uma arte complexa e controversa”, que sempre envolve debates vigorosos e contestação. O nome Holoceno para a época geológica pós-glacial dos últimos dez a doze mil anos, por exemplo, não foi imediatamente aceito quando de sua proposta – manifestada por Sir Charles Lyell – em 1833. O Congresso Geológico Internacional oficialmente adotou o nome em sua reunião de Bolonha, cerca de 50 anos mais tarde, em 1885. O mesmo vale para o Antropoceno. Cientistas envolveram Crutzen e seus colegas na questão de quando exatamente o Antropoceno teria começado. Mas o informativo da *Geological Society of America* (Sociedade Geológica da América), GSA, datado de fevereiro de 2008, abre com uma declaração assinada pelos membros da Comissão de Estratigrafia da Sociedade Geológica de Londres, aceitando a definição e a datação do Antropoceno oferecidas por Crutzen. Adotando uma abordagem conservadora, eles concluem:

Surgiram indícios suficientes de uma mudança estratigraficamente significativa (tanto decorrida, quanto iminente) para o reconhecimento do Antropoceno – atualmente uma metáfora vívida, mas informal da mudança ambiental global – como uma nova época geológica a ser considerada para a formalização por meio de discussões internacionais.

149

Segundo Chakrabarty (2009), há crescentes indícios de que o termo também está ganhando aceitação gradual entre os cientistas sociais.

Outra vertente da transdisciplinaridade do Antropoceno pode ser encontrada na bioarqueologia. Um exemplo é a pesquisa desenvolvida por Clark Larsen, da Universidade do Estado de Ohio (EUA), junto ao sítio arqueológico do Neolítico de Çatalhöyük, na região de Konya na Ásia, (Anatólia) na Turquia.

O estudo altamente contextualizado de vestígios humanos do Neolítico de Çatalhöyük contribui para uma imagem emergente de transições fundamentais nas primeiras sociedades complexas durante o Holoceno, especialmente para aquelas comunidades que adotaram a agricultura. A mudança de um modo de vida baseado exclusivamente em alimentos caçados ou coletados para um modo de vida envolvendo alimentos domesticados, plantas e animais, é um piscar de olhos na escala de tempo relativa de 6 a 7 milhões de anos de evolução dos hominídeos ou mesmo de nossa espécie, *H. sapiens*, nos últimos 200.000 anos. No entanto, a domesticação resultou em mudanças fundamentais na dieta, condições de vida e sociedade

nos cerca de mil anos da vida deste Neolítico comunidade, que em última instância formou o social, o comportamental e características da população que se desenvolveu no moderno mundo. Em conjunto com sua rica biocultural, social, comportamental, e contextos ambientais, o estudo de restos mortais de Çatalhöyük fornece pistas importantes para o desenvolvimento de estratégias de exploração durante o Neolítico no Oriente Próximo e em outros lugares, e mudanças na saúde, bem-estar, estilo de vida e comportamento que contribuem para o mundo moderno. Importantes descobertas de Çatalhöyük permitem uma perspectiva alternativa de que considerar os desafios de saúde que caracterizam muitas comunidades hoje, onde a dependência excessiva de uma gama limitada de alimentos (especialmente carboidratos), exposição elevada a patógenos, origem e evolução rápida de novos patógenos e expansão populacional sem precedentes causam reduções na saúde e aumentos na mortalidade. O contexto detalhado de Çatalhöyük e o foco de pesquisa integrativa aplicada a este site fornece a oportunidade de testar hipóteses e fazer inferências sobre o ajustes biológicos, sociais, culturais e comportamentais ao sedentismo em humanos modernos e dependência de recursos domesticados, saúde e estilo de vida. A variação temporal Çatalhöyük discutida aqui mostra adaptações e custos do aumento da população, sedentismo e aglomeração - fatores que promovem o crescimento, parada, infecção elevada e desenvolvimento comprometido. O padrão é consistente com as adaptações comportamentais globais e compromissos nutricionais na transição do forrageamento para a agricultura e intensificação da agricultura, nomeadamente, um sistema adaptativo que promove a fertilidade e o crescimento populacional, ao mesmo tempo que contribui para a redução da qualidade de vida e dos seus resultados na saúde e bem-estar. (LARSEN ET. AL, 2019, 12621-12622 tradução nossa).

Segundo Larsen (2019) o sítio arqueológico de Çatalhöyük é um enigma que revela não um, mas vários eventos acerca do *habitus* daquela comunidade, de seu início e de seu fim no Neolítico que, por sua vez, nos leva a pensar no fim de uma era e caminhos incertos para início de outras. A falta de sensibilidade auto engendrada na vida das pessoas ao longo da era moderna, e que neste início de século XXI revela uma total falta de percepção e interesse acerca dos destinos da humanidade e do planeta Terra, é uma reflexão que deve ser provocada, como na música Borzeguim de Tom Jobim (1987).

*Borzeguim**Tom Jobim*

É fruta do mato
 Borzeguim, deixa as fraldas ao vento
 E vem dançar
 E vem dançar
 Hoje é sexta-feira de manhã
 Hoje é sexta-feira
 Deixa o mato crescer em paz
 Deixa o mato crescer
 Deixa o mato
 Não quero fogo, quero água
 (deixa o mato crescer em paz)
 Não quero fogo, quero água
 (deixa o mato crescer em paz)
 Hoje é sexta-feira da paixão
 Sexta-feira santa
 Todo dia é dia de perdão
 Todo dia é dia santo
 Todo santo dia
 Ah, e vem João e aí vem Maria
 Todo dia é dia de folia
 Ah, e vem João e aí vem Maria
 Todo dia é dia
 O chão no chão
 O pé na pedra
 O pé no céu
 Deixa o tatu-bola no lugar
 Deixa a capivara atravessar
 Deixa a anta cruzar o ribeirão
 Deixa o índio vivo no sertão
 Deixa o índio vivo nu
 Deixa o índio vivo
 Deixa o índio
 Deixa (É fruta do mato) (Deixa)
 Escuta o mato crescendo em paz (É fruta
 do mato)
 Escuta o mato crescendo
 Escuta o mato
 Escuta
 Escuta o vento cantando no arvoredado

Passarim, passarão no passaredo
 Deixa a índia criar seu curumim
 Vá embora daqui coisa ruim
 Some logo
 Vá embora
 Em nome de Deus
 É fruta do mato
 Borzeguim, deixa as fraldas ao vento
 E vem dançar
 E vem dançar
 O jacu já tá velho na fruteira
 O lagarto teiú tá na soleira
 Uirassu foi rever a cordilheira
 Gavião grande é bicho sem fronteira
 Cutucurim
 Gavião-zão
 Gavião-ão

 Caapora do mato é capitão
 Ele é dono da mata e do sertão
 Caapora do mato é guardião
 É vigia da mata e do sertão
 (Yauaretê, Jaguaretê)
 Deixa a onça viva na floresta
 Deixa o peixe n'água que é uma festa
 Deixa o índio vivo
 Deixa o índio
 Deixa
 Deixa
 Dizem que o sertão vai virar mar
 Diz que o mar vai virar sertão
 Deixa o índio
 Dizem que o mar vai virar sertão
 Diz que o sertão vai virar mar
 Deixa o índio
 Deixa
 Deixa

A compreensão do Antropoceno a partir da transversalidade da poesia musical também é um caminho que soa como uma agradável melodia para o entendimento em tempos sombrios e propícios a transformações efetivas.

Enfoques do Antropoceno a partir do cenário no Brasil

Por possuir a maior floresta tropical do planeta, a Amazônia, bem como um ecossistema e o bioma rico em diversidade plural para o equilíbrio do clima na Terra, o Brasil deveria ser um país que poderia estar à frente do debate global. Entretanto, não está, e a causa é principalmente em função do precário investimento em educação, ciência, cultura e pesquisa, fazendo com que a ignorância estrutural e institucional agrave em todos os sentidos o problema humano-ecológico e sistêmico ambiental para todos os seres.

Existem diversas iniciativas locais no Brasil de produção de alimentos que são socialmente justas e ambientalmente “sustentáveis”. Entretanto, se olharmos o padrão mundial de produção e comércio de alimentos poderá se ver que as cadeias produtivas globais de alimentos são controladas por algumas poucas corporações multinacionais que além de explorarem o produtor e o consumidor não estão nem um pouco preocupadas com as questões ambientais e as questões éticas envolvidas na produção industrial de animais. O desafio a nós estabelecido como consumidores é que devemos procurar conhecer a origem dos nossos alimentos e comprar de produtores locais produtos agroecológicos e orgânicos, sempre que possível. Nessa perspectiva, uma iniciativa individual, ou grupal que poderá influenciar segmentos maiores da população e provocar as mudanças necessárias.

A narrativa de Krenak (2019) se insere na dinâmica do momento vulcânico e incerto que experienciamos no Brasil.

Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair? Quem disse que a gente já não caiu? Houve um tempo em que o planeta que chamamos Terra juntava os continentes todos numa grande Pangeia. Se olhássemos lá de cima do céu, tiraríamos uma fotografia completamente diferente do globo. Quem sabe se, quando o astronauta Iúri Gagárin disse “a Terra é azul”, ele não fez um retrato ideal daquele momento para essa humanidade que nós pensamos

ser. Ele olhou com o nosso olho, viu o que a gente queria ver. Existe muita coisa que se aproxima mais daquilo que pretendemos ver do que se podia constatar se juntássemos as duas imagens: a que você pensa e a que você tem. Se já houve outras transfigurações da Terra, inclusive sem a gente aqui, por que é que nos apegamos tanto a esse retrato com a gente aqui? O Antropoceno tem um sentido incisivo sobre a nossa existência, a nossa experiência comum, a ideia do que é humano. O nosso apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno. (KRENAK, 2019, 57-58).

Outro aspecto a ser acrescentado, poderia ser o de dar preferência ao consumo de produtos de origem animal de produtores que adotem boas práticas de criação animal para reduzir ao máximo o sofrimento dos mesmos e o impacto ambiental da produção animal.

Pensar em alternativas possíveis poderá ser o vegetarianismo, retirando da dieta carnes e outros produtos de origem animal. Assim, do ponto de vista de eficiência energética e proteica é muito mais eficiente e menos impactante para o meio ambiente alimentar a população humana com uma dieta vegetariana ou vegana do que com uma dieta carnívora ou onívora. Mas isso é uma escolha pessoal e, num país como o nosso, onde a pressão cultural e social para o consumo de produtos alimentares de origem animal é muito grande e o conflito fica evidenciado, as mudanças alimentares se tornam cada vez mais difíceis, mas são possíveis e desejáveis.

Essa configuração mental é mais do que uma ideologia, é uma construção do imaginário coletivo – várias gerações se sucedendo, camadas de desejos, projeções, visões, períodos inteiros de ciclos de vida dos nossos ancestrais que herdamos e fomos burilando, retocando, até chegar a imagem com a qual nos sentimos identificados. É como se tivéssemos feito um *photoshop* na memória coletiva planetária, entre a tripulação e a nave, onde a nave se cola ao organismo da tripulação e fica parecendo uma coisa indissociável. É como parar numa memória confortável, agradável, de nós próprios, por exemplo, mamando no colo da nossa mãe farta, próspera, amorosa, carinhosa, nos alimentando *forever*. Um dia ele se move e traz o peito da nossa boca. Aí, a gente dá uma babada, olha em volta, reclama porque não está vendo o seio da mãe, não está vendo aquele organismo materno alimentando toda a nossa gana de vida, e a gente começa a estremecer, a achar que aquilo não é o mesmo o melhor dos mundos, que o mundo está acabando e a gente vai

cair em algum lugar. Mas a gente não vai cair em lugar nenhum, de repente o que a mãe fez foi dar uma viradinha para pegar um sol, mas como estávamos tão acostumados, a gente só quer mamar (KRENAK, 2019, 58-60).

A metáfora e a ironia de Krenak (2019) podem servir de consolo quanto à tragédia de um fim, contudo, sedimenta a percepção da inevitabilidade da necessidade para a mudança de *habitus*, ou a simples existência se torna insuportável para todos à beira do precipício do inferno do aquecimento do clima e da destruição do meio ambiente.

O fim do mundo talvez seja uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder. Parece que todos os artifícios que foram buscados pelos nossos ancestrais e por nós têm a ver com essa sensação. Quando se transfere isso para a mercadoria, para os objetos, para as coisas exteriores, se materializa no que a técnica desenvolveu, no aparato todo que se foi sobrepondo ao corpo da mãe Terra. Todas as histórias antigas chamam a Terra de Mãe, Pacha Mama, Gaia. Uma deusa perfeita e infindável, fluxo de graça, beleza e fartura. Veja-se a imagem grega da deusa da prosperidade, que tem uma cornucópia que fica o tempo todo jorrando riqueza sobre o mundo... Noutras tradições, na China e na Índia, nas Américas, em todas as culturas mais antigas, a referência é de uma provedora maternal. Não tem nada a ver com a imagem masculina ou do pai. Todas as vezes que a imagem do pai rompe nessa paisagem é sempre para depredar, detonar e dominar (KRENAK, 2019, 60-61).

154

A fúria louca do fim do mundo (KRENAK, 2019) do grande capital financeiro especulativo, ensandecido pelo lucro, destrói povos, comunidades e ecossistemas culturais-naturais. A ganância desses homens supérfluos, movidos pelo vazio do sistema genocida, nada acrescenta à vida das pessoas estarecidas e paralisadas pela fome, miséria, ignorância, falta de renda e estrutura básica mínima de dignidade.

Já que se pretende olhar aqui o Antropoceno como o evento que pôs em contato mundos capturados para esse núcleo preexistente de civilizados – no ciclo das navegações, quando se deram as saídas daqui para a Ásia, a África e a América -, é importante lembrar que grande parte daqueles mundos desapareceu sem que fosse pensada uma ação de eliminar aqueles povos. O simples contágio do encontro entre humanos daqui e de lá fez com que essa parte da população desaparecesse por um fenômeno que depois se chamou

epidemia, uma mortandade de milhares de seres. Um sujeito que saía da Europa e descia numa praia tropical largava um rastro de morte por onde passava. O indivíduo não sabia que era uma peste ambulante, uma guerra bacteriológica em movimento, um fim de mundo; tampouco o sabiam as vítimas que eram contaminadas. Para os povos que receberam aquela visita e morreram, o fim do mundo foi no século XVI. Não estou liberando a responsabilidade e a gravidade de toda a máquina que moveu as conquistas coloniais, estou chamando a atenção para o fato de que muitos eventos que aconteceram foram o desastre daquele tempo. Assim como nós estamos vivendo o desastre do nosso tempo, ao qual algumas seletas pessoas chamam Antropoceno. A grande maioria está chamando de caos social, desgoverno geral, perda de qualidade no cotidiano, nas relações, e estamos todos jogados nesse abismo (KRENAK, 2019, 70-72).

O sistema Terra na sua especificidade “território brasileiro” foi cultivado, manejado pelos humanos durante milênios. As florestas sofreram alterações, tornou-se outras, sem deixarem de ser florestas; mantiveram a sua autonomia de sujeito – sujeito da sua própria renovação e reprodução. As florestas tornaram-se, segundo Pardini (2020) antropogênica – a um só tempo cultural e natural, fruto de uma relação de mão dupla entre sujeitos: o Homem e as Florestas, na qual a ação de um não anula a do outro. Sabe-se que as sociedades indígenas das florestas conferem dignidade de pessoa ou sujeito aos não humanos. A relação entre sujeitos (simétrica, de troca e reciprocidade) é uma relação ética e também poética.

Também, segundo Pardini (2020), o que prevalece na civilização ocidental é a relação sujeito-objeto (assimétrica, autoritária, de poder e dominação), da qual se origina a natureza-objeto, em oposição ao homem-sujeito, único “detentor” de cultura. Ora, entender o outro como objeto é a negação do outro e a negação da ética. Na simetria reside a alteridade radical dos modos de ser e pensar indígenas com relação ao que devemos conceber como sistema Terra e o território brasileiro. A alteridade indígena deveria ter, para nós, valor de tesouro em sabedoria recebida sem testamentos.

Sem uma *Agenda* mínima de “sustentabilidade” seguimos vagando como cegos, tateando no escuro na longa noite enfumaçada pela aceleração rumo a lugar nenhum, com lapsos de esperança como na canção de Beto Guedes (1981).

*Canção do novo mundo**Beto Guedes*

Quem sonhou	Foi mais um covarde a se esconder
Só vale se já sonhou demais	Diante de um novo mundo
Vertente de muitas gerações	Quem souber dizer a exata explicação
Gravado em nosso corações	Me diz como pode acontecer
Um nome se escreve fundo	Um simples canalha mata um rei
As canções em nossa memória	Em menos de um segundo
Vão ficar	Oh! Minha estrela amiga
Profundas raízes vão crescer	Porque você não fez a bala parar
A luz das pessoas	Oh! Nem o tempo amigo
Me faz crer	Nem a força bruta
E eu sinto que vamos juntos	Pode um sonho apagar
Oh! Nem o tempo amigo	Quem perdeu o trem da história por
Nem a força bruta	querer
Pode um sonho apagar	Saiu do juízo sem saber
Quem perdeu o trem da história por	Foi mais um covarde a se esconder
querer	Diante de um novo mundo
Saiu do juízo sem saber	

A canção de um novo mundo imbrica no Antropoceno que é percebido em dimensões planetárias. A partir do cenário brasileiro o debate ultrapassa o ambiente acadêmico e se empodera num amplo leque de ações e instituições não governamentais, com iniciativas de cidadania que suscitam mudanças de *habitus* a partir da compreensão do fenômeno do Antropoceno e desafiam a um posicionamento frente às tragédias anunciadas.

156

Diálogos modernos com o Antropoceno

É providencial que possamos colocar, frente ao debate científico filosófico acerca do Antropoceno, a Agenda 2030 da Organizações das Nações Unidas (ONU), que proclama como o documento tensionado do risco quanto ao cenário global de desenvolvimento:

Nós, chefes de Estado e de Governo e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York de 25 a 27 de setembro de 2015 no momento em que a Organização comemora seu septuagésimo aniversário, decidimos hoje sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais.²

² Ver: <https://www.nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> consultado em 07/04/2020.

Na continuidade dos argumentos sobre a Agenda: “*Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, onde se delineia 17 indicadores a serem avaliados, periodicamente, como mecanismo e esforços para diminuição em 1,5 graus o aquecimento global até o ano de 2030, colocado também como objetivo do milênio, conforme preâmbulo:

Preâmbulo

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementaram este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Os Objetivos e metas estimulam a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.³

Por tratar-se de uma Agenda Global dos países membros da ONU, organização multilateral global, entende-se que algum tipo de consenso mínimo só se obtém após uma série de concessões entre as partes. O conteúdo das propostas é um avanço quando propõe a busca de sustentabilidade da biodiversidade, a redução da pobreza e a inclusão social. Entretanto, não avança no sentido de

³ Ver: <https://www.nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>, consultado em 07/04/2020.

superação do modo de produção econômico capitalista vigente, que estrutura a tragédia do Antropoceno. Considerando que é uma discussão que está em processo de denúncias e anúncios de intenções para melhorar o clima do planeta há que se valorizar um primeiro passo no diálogo moderno quanto ao Antropoceno. É um *Sol de Primavera*, Guedes (1979) que a cada ano renasce como um sopro de esperança para nos lembrar Krenak (2020), que a “vida não é útil” e renovar nossas ações na perspectiva do bem comum.

Sol de Primavera

Beto Guedes

Quando entrar setembro	Já choramos muito
E a boa nova andar nos campos	Muitos se perderam no caminho
Quero ver brotar o perdão	Mesmo assim não custa inventar
Onde a gente plantou	Uma nova canção
Juntos outra vez	Que venha nos trazer
Já sonhamos juntos	Sol de primavera
Semeando as canções no vento	Abre as janelas do meu peito
Quero ver crescer nossa voz	A lição sabemos de cor
No que falta sonhar	Só nos resta aprender

159

Nos cenários dos diálogos modernos com o Antropoceno se pode destacar as atividades de reflexão sobre as mudanças climáticas promovida pela *Universidad de Chile: Vulnerabilidades ante desastres socionaturales VI*, Universidad_de_Chile - UCH_43, UAbierta (Universidade Aberta – OnLine). A imagem da chamada de capa desta atividade é representativa do diálogo, denúncia e anúncio:



Fig. 01: Materiais gráficos de divulgação do curso “Vulnerabilidades aos desastres sócio-naturais” da Universidad de Chile

Os materiais gráficos para a divulgação do curso “Vulnerabilidades aos desastres sócio-naturais” são ilustrados com uma reprodução da pintura “O encierro de los pillanes” do artista mapuche Eduardo Rapiman (1975). Nascido em Santiago do Chile e criado em Freire, região da Araucanía, Rapiman realizou uma trajetória artística onde os elementos da cosmovisão indígena são revisitados, não apenas como a conexão com os ancestrais, mas também como uma busca de identidade atual e desafiadora no contexto de uma sociedade mestiça.

Em particular, na obra “*O confinamento dos pillanes*”, Rapiman alude à visão de mundo *mapuche* do vulcão, um espaço onde vivem espíritos poderosos chamados *pillanes*. Cada erupção - assim como outros fenômenos como inundações e terremotos - é considerada expressões da Mãe Terra, que devem ser interpretadas em comunidade. Após cada episódio, são realizadas cerimônias onde as lideranças religiosas junto às comunidades compartilham o que pensam, sentem e sonham sobre a causa e o futuro deste fenômeno.

Un desastre socionatural no es un evento, sino un proceso. Por lo tanto, la gestión del riesgo también debe ser visto como un proceso. El desastre es un proceso temporal, es decir, se pueden identificar diferentes temporalidades, diferentes momentos, diferentes etapas que demandan objetivos y acciones diferentes. Estas etapas forman el ciclo del desastre. Entonces, la gestión del riesgo debe abordar cada una de las etapas del ciclo, distinguiendo diferentes tipos de acciones, y los recursos que cada una de estas acciones requiere, tales como conocimientos, recursos financieros, etc. Sólo atendiendo de forma sistemática a cada una de estas etapas se puede resguardar y apoyar de forma debida a las poblaciones en situaciones de desastre. Si bien existen diferentes formas de clasificar las temporalidades, la CEPAL ha propuesto 4 etapas en el ciclo del desastre: Preparación, Reacción, Emergencia y Reconstrucción (IMILAN OJEDA, 2015: 1).

Quanto aos ciclos das catástrofes, a preparação ou prevenção é a etapa mais importante, pois são a base das demais etapas. Preparar, prevenir requer despertar a consciência social para os riscos e ameaças a que estamos mais vulneráveis e expostos. As sociedades devem institucionalizar esses riscos para que sejam implantadas políticas públicas de prevenção e ações frente às tragédias provocadas pelas ações humanas. Reação é uma segunda etapa do ciclo de intervenções frente ao caos instalado, cujo objetivo principal da reação é prover segurança para os atingidos e vulneráveis, com protocolos previamente definidos e ações coordenadas. Emergência é o terceiro momento do ciclo de intervenções, tendo como eixo é fundamental proteger as pessoas, atender as necessidades básicas de abrigo, alimentação e segurança; a gestão das emergências deve proporcionar que as pessoas possam retornar às atividades da existência, deve-se estabelecer responsabilidade, transparência, duração e recursos necessários. A Reconstrução dos cenários atingidos deve ser protegida por leis emergenciais que garantam a infraestrutura dos espaços, territórios das biodiversidades e dos ecossistemas para gerar habitabilidade e o mínimo de “normalidade” nos cenários atingidos pelo caos da destruição nas diversas regiões.

Antropoceno, ainda um desafio

Algumas ações nos convidam a refletir sobre como o evento do Antropoceno é percebido, vivido e concebido no planeta Terra, em suas diferentes formas, por diferentes povos. Entretanto, não é percebido, vivido e concebido e nem sofre intervenções da mesma forma, isto é, não é homogêneo, nem hegemônico. Os diagnósticos e as intervenções realizadas para a minimização dos efeitos trágicos das ações humanas na Terra são diversas.

Nessa perspectiva, o professor Berkowitz (2020), do *Bard College*, narra uma ação ocorrida na década de 1950:

Os holandeses drenam uma área úmida e uma nova província chamada Flevoland surgiu do mar. Parte dessa província testemunhou o surgimento de um ecossistema de pântanos e o ecologista Frans Vera procurou transformar os quase 15.000 acres em um experimento para trazer de volta um mundo selvagem. Ele introduziu animais antigos e deixou a terra crescer (BERKOWITZ, 2020).

“A ideia era permitir que as forças naturais restaurassem a biodiversidade sem intervir.” Esta área é chamada de *Oostvaardersplassen*, ou OVP, e é o centro de uma batalha sobre a ideia de “*rewilding*”, um termo que também significa “limitar o império humano” no chamado Antropoceno à época geológica proposta que começa com os primeiros impactos significativos da atividade humana no planeta.

Questiona ainda Berkowitz (2020) o que significa deixar uma área ficar “selvagem”. No *Oostvaardersplassen*, um reflorestamento que traduz uma área cercada, decorrendo que os animais estão morrendo de fome e o sofrimento é galopante. Alguns proponentes do OVP argumentam que isso é o que a natureza acarreta. Outros ativistas argumentam que é uma espécie de experimento humano fascista envolvendo tortura de animais.

Foi assim que, há dez anos, em uma conferência do Arendt Center sobre o ser humano em uma era desumana, Marianne Constable argumentou que o movimento pela sustentabilidade sempre foi paradoxal, que exigia uma intervenção humana pesada na natureza para preservar o mundo natural em seu estado selvagem. Agora Valentine Faura explora os paradoxos e controvérsias sobre os esforços para fazer do *Oostvaardersplassen* um exemplo de *rewilding* (área da terra). Entretanto, há que se ponderar sobre o grande equívoco colocado aqui sobre a separação entre cultura e natureza. É necessário resgatar o fundamento do conceito de cultura a partir da vivência, como explica Arendt (1972).

A cultura – palavra e conceito – é de origem romana. A palavra “cultura” origina-se de *colere* – cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar – e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, no sentido do amanho e da preservação da natureza até que ela se torne adequada à habitação humana. Como tal, a palavra indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem. Em decorrência, não se aplica apenas ao amanho do solo, mas pode designar outrossim o “culto” aos deuses, o cuidado com aquilo que lhes pertence. Creio ter sido Cícero quem primeiro usou a palavra para questões do espírito e da alma. Ele fala de *excolere animum*, cultivar o espírito, e de *cultura animi* no mesmo sentido em que falamos ainda hoje de um espírito cultivado, só que não mais estamos cômnicos do pleno conteúdo metafórico de tal emprego. No que concerne ao emprego romano, o ponto essencial era sempre a conexão da cultura com a natureza; a cultura significava, originalmente, a agricultura, tida em alta conta em Roma em

oposição às artes poéticas e de fabrico. Mesmo a *cultura animi* de Cícero, resultado da educação em Filosofia e, portanto talvez, como se tem sugerido, cunhada para traduzir o grego *paideia*, significava exatamente o oposto de ser um fabricante ou criador de obras de arte. (ARENDR, 1972: 265).

A compreensão de Arendt (1972) coaduna com a análise de Berkowitz (2020) que aponta as contradições do modelo experimental quanto ao cultivo da biodiversidade (cultura) por ela mesma, na agricultura, assim como quanto às espécies animais, já que muitas criaturas morrem de doenças, feridas, fome ou predação com muito mais frequência do que de velhice. Às vezes, a natureza dá golpes massivos. Em 2015, por exemplo, uma bactéria eliminou 200.000 *antílopes saiga* no Cazaquistão em questão de semanas. À medida que as imagens horripilantes da disseminação da morte de animais se espalharam, a oposição ao OVP começou a criar raízes. Em 2005, o presidente do Conselho Holandês de Assuntos Animais comparou a situação a um campo de concentração, a uma forma de experimentação animal que deve ser abandonada. Alguns anos depois, grupos organizados de resistência se mobilizaram para salvar os animais que restaram. Frans Vera começou a receber ameaças online. Naquele ano, o governo holandês encomendou um comitê internacional de especialistas para descobrir se era possível para o OVP, ICMO (2006) “manter um ecossistema resiliente e auto sustentável, incluindo grandes herbívoros” que fosse aceitável em termos de bem-estar animal. Para compensar a falta de carnívoros na reserva, o comitê determinou que os animais mais fracos deveriam ser mortos para evitar mortes naturais dolorosas.

Segundo narra Berkowitz (2020) também foi recomendado a criação de abrigos para proteger os animais do vento. Nesse espaço natural, os humanos - seus sonhos, suas batalhas, sua miopia e, acima de tudo, suas motivações financeiras - permanecem inevitáveis. Mesmo os proponentes do *rewilding* usaram o argumento econômico, adotando um léxico emprestado do mercado, de uma economia baseada na natureza ou uma economia de contemplação. Portanto, não causou surpresa que em Oostvaardersplassen o turismo esteja na ordem do dia. Trata-se de imagem, financiamento, compromisso. Logo, haverá casas de férias, ciclovias e cabanas de observação de pássaros. Afinal, de que adianta esse deserto se não pode ser admirado pelos humanos?

A ironia metafórica do professor Berkowitz (2020), a partir do modelo experimental, reflete o alerta que nos faz Chakrabarti (2009) na Terceira Tese, quando argumenta que os cientistas como Wilson ou Crutzen podem ser politicamente ingênuos ao não reconhecer que a razão talvez não seja a única guia de nossas escolhas coletivas efetivas – em outras palavras, podemos coletivamente acabar fazendo escolhas poucos racionais, mas parece interessante e sintomático que esses cientistas se expressem na linguagem do Iluminismo. Não são necessariamente acadêmicos anticapitalistas (CHAKRABARTI, 2009), mas tampouco defendem o capitalismo como tal. Eles acreditam que o conhecimento e a razão nos oferecerão não apenas uma saída para a presente crise, mas também formas de evitarmos problemas no futuro. Mas o conhecimento em questão é o conhecimento dos humanos como espécie, uma espécie dependente de outras para sua própria existência, uma parte da história geral da vida.

Aponta Chakrabarti (2009) que o comportamento ao destruir as cadeias alimentares, alterar o clima e aumentar não só a temperatura média do planeta, mas também a acidez e o nível dos oceanos são ações que “não são” do interesse de nossas vidas. Essas condições paramétricas se mantêm a despeito de nossas escolhas políticas. É, portanto, impossível compreender o aquecimento global como crise sem dialogar com as premissas das ciências. Ao mesmo tempo, a história do capital, a história contingente de nossa entrada no Antropoceno, não pode ser negada pelo recurso à ideia de espécie, pois o Antropoceno não teria sido possível, mesmo como teoria, sem a história da industrialização.

O desafio apontado por Chakrabarti (2009) seria de como concatenar ao pensarmos a história do mundo desde a Ilustração. Assim, Chakrabarti (2009) *indica que ao referirmos a uma história universal da vida, isto é, ao pensamento universal, sem perder aquilo que tem óbvio valor em nossa suspeita pós-colonial do universal. A “crise das mudanças climáticas exige que pensemos simultaneamente nos dois registros, mesclando as imiscíveis cronologias do capital e da história das espécies”*. Tal combinação, não obstante, alarga de forma kantiana, a própria ideia de compreensão histórica.

Onde começa, ou onde termina as relações e as consequências da história e do capital, questão paradoxal pois se pode pensar também que no fim está o começo (ARENDDT, 2008).

E, tão logo aquele estado de mudo espanto sem palavras, não começará por afirmações, mas formulará, em infinitas variações, o que chamamos de perguntas finais – o que é ser? Quem é o homem? Qual o sentido da vida? etc. -, todas as quais têm em comum a impossibilidade de ser respondidas cientificamente. A afirmação de Sócrates “Sei que nada sei” expressa em termos de conhecimento essa ausência de respostas científicas. Mas, em estado de espanto, essa afirmação perde sua árida negatividade, pois o resultado deixado no espírito da pessoa que padeceu o *pathos* do espanto só pode ser expresso como, agora sei o que significa não saber; agora sei que nada sei. É da experiência concreta de não-saber, na qual se revela um dos aspectos básicos da condição humana na Terra, que surgem as perguntas finais – não do fato racionalizado e demonstrável de que existem coisas que o homem não sabe – algo que os crentes no progresso esperam ver totalmente corrigido um dia e que ao positivistas talvez descartem como irrelevante. Ao fazer as perguntas finais, as perguntas irrespondíveis, o homem se estabelece como um ser fazedor-de-perguntas. Esta é a razão pela qual a ciência, que faz perguntas respondíveis, deve sua origem à filosofia, origem que continua sendo a sua fonte permanente no transcurso das gerações. Se um dia perdesse a sua faculdade de fazer perguntas finais, o homem perderia, por essa mesma razão, a sua faculdade de fazer perguntas respondíveis. Deixaria de ser um fazedor-de-perguntas, o que seria o fim não apenas da filosofia, mas também da ciência. No que toca à filosofia, se é verdade que ela começa com a *thaumazein* e termina sem palavras, então ela termina exatamente onde começou. Aqui, começo e fim são o mesmo, o que constitui o mais fundamental dos círculos ditos viciosos que se podem encontrar em tantos argumentos estritamente filosóficos (ARENDETT, 2008: 77-79).

Toma-se por princípio que em Arendt (2008), se o principal objeto de preocupação fosse o homem, esta resposta seria profundamente política. Visto que, é na pluralidade do mundo o espaço no qual os homens se manifestam politicamente estabelecendo ações e acordos acerca de suas organizações e destino, o mundo une e separa os homens, espécies e seres nas experiências de vida, no tempo e no espaço de um devir.

A filosofia vem a somar junto com as demais ciências a transversalidade do pensar e das ações frente ao espanto das vulnerabilidades que o Antropoceno nos coloca como desafio acerca do mundo comum.

Considerações Finais

A ementa do curso *O Antropoceno – Abordagens Transdisciplinares* evoca a partir das ciências humanas e da filosofia, e para além destas, uma aproximação do tema Antropoceno para uma melhor compreensão deste evento que se desdobra a partir da segunda metade do século XX e adentra ao século XXI.

As pluralidades do nome de Gaia, ou Terra, por diversos povos, tempos e territórios aponta para a necessidade de uma nova narrativa, *do que já não é mais, mas que ainda não é*, como nomear resíduos etnográficos de era geológica intitulada “provisoriamente” de Antropoceno. Refletir sobre o novo “Antropos” requer configurações do humano e do não humano, a partir de um discurso a ser elaborado, contudo, sem moldar ou demarcar previamente com prenoções restritivas, eis o desafio que nos foi colocado. Frente a este desafio tão instigante, despertamos com mais dúvidas do que certezas, mas a consciência de que estamos no caminho da construção do pensar nos move para novas fronteiras, que não só delimitam o fim, mas que apontam novos começos. E é melhor “*ter a esperança de novos começos, do que chafurdar na lama do fim*”.

Frente aos desafios do Antropoceno, sobretudo, pelas experiências das múltiplas espacialidades de temporalidade, se põe a seguinte questão: será que estamos retornando ao Antropocentrismo Renascentista? É necessário elevar a crítica nas academias para que não haja manipulações pelo discurso anti científico que vem de fora da academia, visto que o Antropoceno carrega em si o bem e o mal de construção de narrativas. Assim, segue-se que não haverá repetição do passado; a incerteza do mundo por vir nos impulsiona para outro mundo ainda não revelado. Estamos entre o passado e o futuro, (ARENDDT, 1972) como na parábola/metáfora “E” (*Ele*) da obra de Franz Kafka (1883-1924), o passado vem como uma força por trás de nossas costas e nos impulsiona para frente, o futuro vem pela frente e nos impulsiona pelo nosso peito para trás; estamos na angústia de duas forças entre o passado e o futuro, com o sonho de nos livrarmos dessa opressão, para que tenhamos o mínimo de tempo, liberdade e poder respirar livremente. Entretanto, a contrapelo da história não podemos implodir a realidade sem o risco da aniquilação total da espécie, resta o pensar, o querer e o julgar (ARENDDT, 1993) para restabelecer o sentido da vida. Talvez, Beto Guedes possa nos inspirar a respirar novos ares.

*O Sal da Terra (1981)**Beto Guedes**Anda!**Quero te dizer nenhum segredo**Falo desse chão, da nossa casa**Vem que tá na hora de arrumar**Tempo!**Quero viver mais duzentos anos**Quero não ferir meu semelhante**Nem por isso quero me ferir**Vamos precisar de todo mundo**Pra banir do mundo a opressão**Para construir a vida nova**Vamos precisar de muito amor**A felicidade mora ao lado**E quem não é tolo pode ver**A paz na Terra, amor**O pé na terra**A paz na Terra, amor**O sal da**Terra!**És o mais bonito dos planetas**Tão te maltratando por dinheiro**Tu que és a nave nossa irmã**Canta!**Leva tua vida em harmonia**E nos alimenta com seus frutos**Tu que és do homem, a maçã**Vamos precisar de todo mundo**Um mais um é sempre mais que dois**Pra melhor juntar as nossas forças**É só repartir melhor o pão**Recriar o paraíso agora**Para merecer quem vem depois**Deixa nascer, o amor**Deixa fluir, o amor**Deixa crescer, o amor**Deixa viver, o amor**O sal da terra*

Com a ciência também se poderia ser o sal da terra. Ora, se o sal perde o gosto, com o que poderemos salgá-lo? Não serve para mais nada; serve só para ser jogado fora e ser pisado pelos homens.

Axé! Ubuntu!

Referências

AGENDA 2030 da ONU (Organizações das Nações Unidas). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais**. <https://www.nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> consultado em 07 de Abril de 2020.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 5.ed. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 1991.

ARENDDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. - 2.ed. Rio de Janeiro (RJ): DIFEL, 2008.

ARENDDT, Hannah. **A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Tradução de Antônio Abranches e outros. 2.ed. Rio de Janeiro (RJ): Relume Dumará, 1993.

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro W. B. de Almeida. 2.ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 1972.

BERKOWITZ, Roger. O chamado da natureza. <http://www.bard.org>. Tradução nossa. Consultado em 12 de Agosto de 2020.

BOFF, Leonardo. **As origens do coronavírus - Brasil 247**. www.brasil247.com > blog > as-origens-do-coronavirus. Consultado em 15 de mar. de 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. **O clima da história: quatro teses**. Publicado originalmente em *Critical Inquiry* (2009). Tradução: Denise Bottmann, Fernanda Ligocky, Diego Ambrosini, Pedro Novaes, Cristiano Rodrigues, Lucas Santos, Regina Félix e Leandro Durazzo | Coordenação e Revisão: Idelber Avelar. Citando: Paul J. Crutzen e Eugene F. Stoermer, "The Anthropocene", *IGBP [International Geosphere-Biosphere Programme] Newsletter* " (2000): 2009, 11-12.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies por meio de seleção natural**. Tradução de Pedro Paulo Pimenta, São Paulo (SP): Ubu Editora, [1859] 2018.

GAYE, Marvin (1939-1984). **Mercy Mercy Me (the Ecology)**, Tamia-Motown. Columbia: USA. 1971.

GOLDSON, Howard. **Um Elemento Necessário na Solução de Nossos Problemas Existencias**. HAC Bard College: Annandale-on-Hudson, NY.

GUEDES/BASTOS. **Canção do Novo Mundo (Beto Guedes/Ronaldo Bastos)**, 1981.

GUEDES, Beto. **Sol de Primavera**. 1979.

GUEDES, Beto. **O Sal da Terra**. Álbum: Contos da Lua Vaga, 1981.

ICMO, 2006. **Reconciling Nature and human interests**. Report of the International Committee on the Management of large herbivores in the Oostvaardersplassen (ICMO). The Hague/Wageningen, Netherlands. Wageningen UR - WING rapport 018. June 2006.

IMILAN OJEDA, Walter (2015) “**Prevención, reacción y emergencia**”. Material del curso “Vulnerabilidades ante desastres sicionaturales”, impartido en UAbierta, Universidad de Chile. LECCIÓN 3.1 Prevención, reacción y emergência, 2020.

JOBIM, Tom. Álbum “**Passarim**” de 1987. Música: **Borzeguim** Autor: Antônio Carlos Jobim. (1927-1994). 1987.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª edição. São Paulo (SP): Cia das Letras, 2009.

KRENAK, Ailton. **A Vida não é Útil**. 1ª edição. São Paulo (SP): Cia das Letras, 2020.

LARSEN, Clark et al. **Bioarchaeology of Neolithic Çatalhöyük reveals fundamental transitions in health, mobility, and lifestyle in early farmers**. Proceedings of the National Academy of Sciences 116 (26) 12615-12623; 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. 3ª edição. N-1edições, 2018.

PARDINI, P. **Amazônia indígena: a floresta como sujeito**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 15(1), e20190009, 2020.

RAPIMAN, Eduardo. **O encierro de los pillanes**. Chile, 1975.

Reflexos de narciso: o cubo branco na obra de Grada Kilomba

Priscila Almeida Cunha Arantes¹
ORCID: 0000-0002-0500-0849

Camila Carvalho Moura²
ORCID: 0000-0002-7083-1729

Resumo: Reflexos de Narciso se propõe a investigar a forma como a artista portuguesa interdisciplinar Grada Kilomba reflete sobre o cubo branco expositivo no Volume I de sua trilogia “Illusions”: “Narcissus and Echo”. Dialogando com teóricos como bell hooks, Brian O’Doherty, Frantz Fanon, Maria Aparecida Bento e Mirtes Oliveira, a análise dessa obra se concentra no questionamento acerca da suposta neutralidade do cubo branco e na analogia que a artista trava entre essa modalidade expositiva e a organização racial do mundo ocidental.

Palavras-chave: Arte e política; decolonialismo; feminismo; museus.

¹ É pesquisadora, crítica e curadora no campo da arte e estética contemporânea. Formada em filosofia pela USP, com pós-doutorado pela UNICAMP e Penn State University (USA), coordenadora do grupo de pesquisa “Arte, Memória e Mídia” (PUC-SP). É professora e coordenadora do curso de Arte: História, Crítica e Curadoria da PUC/SP, da Pós-Graduação em Arte: História, Crítica e Curadoria da PUC/SP e professora do PPG de Design da Universidade Anhembi Morumbi e Pesquisadora Colaboradora do MAC USP (Museu de Arte Contemporânea da USP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9220155250600700>.

² É editora de vídeo e pesquisadora da diáspora africana com ênfase na produção artística preta. Formada em Rádio, TV e Internet pela Anhembi Morumbi e especialista em Arte: Crítica e Curadoria pela PUC/SP. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3024504129022161>.

Abstract: Narcissus' reflections aims to investigate the way in which Portuguese interdisciplinary artist Grada Kilomba reflects upon the white cube on the first volume of her "Illusions" trilogy: Narcissus and Echo. In dialogue with theorists such as bell hooks, Brian O'Doherty, Frantz Fanon, Maria Aparecida Bento and Mirtes Oliveira, the analysis of the artwork focuses on its questioning around the alleged neutrality of the white cube and on the analogy the artist establishes between this gallery style and the racial organization of the Western world.

171

Keywords: Art and politics; decolonialism; feminism; museums.

Resumen: Reflejos de Narciso propone investigar la forma en que la artista interdisciplinar portuguesa Grada Kilomba reflexiona sobre el cubo blanco de exposición en el Volumen I de su trilogía “Ilusiones”: “Narciso y Eco”. En diálogo con teóricos como bell hooks, Brian O’Doherty, Frantz Fanon, Maria Aparecida Bento y Mirtes Oliveira, el análisis de esta obra se centra en cuestionar la supuesta neutralidad del cubo blanco y en la analogía del artista entre este modo de exhibición y el organización racial del mundo occidental.

172

Palabras clave: Arte y política; decolonialismo; feminismo; museos.

Introdução

O cubo branco é parte essencial da história da arte, sobretudo do modernismo. Com sua forma supostamente neutra e austera esteve presente em galerias e museus ao redor do mundo. Sua hegemonia foi cuidadosamente construída a partir das ações do “Modern Art Museum of New York (MoMA), desde o final dos anos 1920, com a sua fundação, consolidando-se como um modelo técnico disseminado (...) por sua objetividade visual” (OLIVEIRA, 2016, p. 40).

Este texto se concentra no desafio ao cubo branco feito pela artista portuguesa Grada Kilomba em sua obra *Illusions vol.1. Narcissus and Echo* de 2016, onde ela traça um paralelo entre o modelo expositivo e a estrutura racial do mundo ocidental estabelecida pelo colonialismo. Através de revisão bibliográfica e de uma análise da obra focada no questionamento da branquitude, partiremos do desafio à neutralidade do cubo branco, navegaremos pelo mar de suposta normalidade que o patriarcado branco cavou para si e desembocaremos na importância de tomar posição diante de um mundo que herdou e coloca o sujeito negro no lugar de “outro”.

Para falar sobre a paixão da branquitude por si mesma, será evocado o mito grego de Narciso. Kilomba atualiza as reflexões psicanalíticas acerca do mito fazendo dele uma metáfora para o *modus operandi* do patriarcado branco. Essa obra de caráter interdisciplinar se passa inteiramente em um cenário construído para emular um cubo branco levantando questões sobre a linguagem e a temática do mundo concebido e operado por pessoas brancas.

Um grito no cubo branco

O ano de 2016 foi palco de eventos que desafiaram a organização do mundo ocidental como se conhecia. Assistiu-se, entre tantos outros fatos, a aprovação do *Brexit* pela população (retirada do Reino Unido da União Europeia), uma tentativa de golpe militar na Turquia e o *impeachment* da então presidente do Brasil Dilma Rousseff. Um evento em particular chamou a atenção da artista portuguesa Grada Kilomba: a eleição de Donald J. Trump para a presidência dos Estados Unidos da América. Isso porque a ligação entre a obra que ela estava apresentando na Bienal de São Paulo daquele ano dava uma possível explicação para o motivo de tantas mulheres terem votado em Trump.

Kilomba nasceu em 1968, último ano do ditador António Salazar no comando de Portugal. De ascendência angolana e santomense, cresceu na

periferia de Lisboa e era a única aluna negra da instituição de ensino superior na qual estudou psicologia e psicanálise. Uma de suas professoras lhe apresentou à obra de Frantz Fanon, psiquiatra e psicanalista da Martinica, que se dedicou a estudar os efeitos do racismo na psique do sujeito negro. No seu período de atendimento clínico, Kilomba trabalhou com refugiados das guerras de Angola e Moçambique. Posteriormente teve a oportunidade de realizar seu doutorado em Berlim, Alemanha, onde vive até hoje.

Na 32ª Bienal de São Paulo “Incerteza Viva”, a artista teve um trabalho comissionado que seria o primeiro da trilogia *Illusions. Narcissus and echo* e consistia numa instalação de vídeo em dois canais – quando Grada estava presente se tornava uma performance e uma instalação de vídeo em um canal. Com duração de 30’28”, foi também parte da exposição solo da artista na Pinacoteca de São Paulo de nome “Desobediências Poéticas”, em 2019.

À época da produção deste primeiro volume de *Illusions*, uma frase do psicanalista Frantz Fanon habitava a mente de Grada Kilomba junto com seus questionamentos da realidade fragmentada de sua vida cotidiana: “*All this whiteness that burns me*”, ou em tradução livre “Toda essa branquitude que me queima”. Como a angústia de estar cercada pela instituição que é a branquitude poderia transformar-se em obra de arte? Como seria possível tornar visível o sentimento de estar imerso numa sociedade desenhada para ser e espelhar a imagem da branquitude? Nessas reflexões Kilomba se depara com as figuras míticas de Narciso e Eco.

Os mitos gregos estão muito presentes na obra daquele que é considerado o pai da psicanálise, Sigmund Freud. A psicanálise a partir de Freud se apropria dos mitos gregos nas suas articulações para descrever fenômenos psicanalíticos e, por ter estudado psicanálise no Instituto de Estudos Freudianos de Lisboa, Grada Kilomba teve extensa exposição ao deslocamento da mitologia grega de um lugar cultural/literário para servir de sustentação em explicações de outras ocorrências.

Para a Psicanálise, desde Freud, a mitologia grega tem representado o grande repositório onde podemos buscar modelos que organizam descrições teóricas, sustentam imagisticamente hipóteses, permitem articulações com os fenômenos clínicos e asseguram constructos para a investigação metapsicológica (ÁVILA, 2002, p.31).

Os mitos, de maneira geral, são narrativas com elementos fantasiosos, sagrados e impossíveis. No entanto, aquilo que retratam tem origem na realidade.

Se de forma literal é impensável que alguém se apaixone por sua própria imagem a ponto de morrer por ela como fez Narciso, transpor essa obsessão para lugares psíquicos da vivência humana nos ajuda a compreender fenômenos de personalidade, por exemplo. A mitologia contribui no desvendar, assimilar, explicar e representar aquilo que não foi compreendido; uma decodificação da experiência humana. Ela nasce nesse lugar do não saber, do esforço de dominar o mundo através de sua representação. A mitologia ajuda a ordenar uma realidade que não faz sentido; explica a origem do mundo, a origem da humanidade, fenômenos naturais que são maiores que os humanos e fenômenos mentais que atormentam o cotidiano.

A obra pode ser dividida em dois momentos: no primeiro a artista reconta o mito grego de Narciso e Eco e no segundo se dedica em atualizar o narcisismo para reflexão sobre o colonialismo. Os atores são todos negros e não possuem fala alguma, tudo que ouvimos é a narração de Kilomba – que aqui atua como um Griot, contador de histórias do Oeste Africano – a nos conduzir. A encenação funciona como uma ilustração daquilo que é dito pela artista. Tem caráter interdisciplinar, sendo ao mesmo tempo cinema, teatro, contação de histórias, performance, dança e até mesmo texto acadêmico.

Narciso é uma figura bastante conhecida da mitologia grega. No mito que conta sua história, ele é tido como um caçador de beleza notória, irresistível. Seus traços eram perfeitos e ele colecionava admiradores por onde passava; não amava a ninguém. Na mesma medida que gostava dos elogios que recebia aos montes, também desprezava e distratava seus amantes. Entendia que ninguém era digno de sua beleza, ninguém estava à altura de Narciso.

Seu mau comportamento não passou despercebido pelos Deuses. Foi Nemesis, a deusa do julgamento, que lhe amaldiçoou a somente poder amar a quem jamais poderia amar-lhe de volta. É assim que Narciso apaixona-se por sua própria imagem. Fora atraído às águas de um lago aonde chegou sedento e com calor. Apaixonou-se pela perfeição que ali viu refletida e dali não conseguia sair.

Na floresta em que Narciso andava antes de apaixonar-se pela sua imagem refletida n'água, estava sendo seguido por Eco. Eco era uma ninfa que também fora amaldiçoada. Segundo a mitologia, Eco era tagarela e esse seu gosto por falar era um defeito. Ao tentar enganar a Deusa Hera para que esta não descobrisse seu marido Zeus cometendo adultério, Eco lhe envolveu numa conversa longuíssima

que aborreceu a deusa. A ninfa então fora condenada a somente repetir as últimas palavras ditas pelas outras pessoas, nunca mais podendo iniciar uma conversa. Eco vagou triste pela floresta até que viu Narciso e por ele se apaixonou perdidamente.

Eco observou Narciso sem poder alcançá-lo, sem poder lhe dirigir a palavra. Foi só quando Narciso falou com sua própria imagem refletida que Eco teve a oportunidade de repetir o final de tudo aquilo que ele dizia. Narciso pensava que era a imagem que com ele falava, e quando Eco correu para encontrá-lo, ele se enfureceu. Narciso preferia a morte a ficar com Eco. E assim ela partiu, humilhada. Morreu sozinha na floresta e tornou-se pedra. A sua voz ainda responde quando outros falam, repetindo as últimas palavras.

Narciso, por sua vez, definha à beira do lago. Sem conseguir entender o motivo da imagem tão perfeita que vê o deixar quando ele toca a água. Ele estava profundamente apaixonado por uma criatura que nunca poderia lhe retribuir este amor. Em intenso sofrimento e incapaz de abandonar sua própria imagem, Narciso se afoga no lago. Neste que foi seu último paradeiro, nascem flores amarelas que levam seu nome.

Grada Kilomba atualiza o mito de Narciso para reflexões contemporâneas apontando o narcisismo – a inabilidade de amar o outro e o que é do outro – como característica fundamental do patriarcado branco. A sociedade de tradição colonial em que vivemos foi construída sobre a ideia de que o branco é o que há de mais humano, é a norma, um modelo aspiracional. A sociedade capitalista é eficiente em produzir e reproduzir imagens positivas da branquitude e delegar ao outro aquilo que entende como negativo (KILOMBA, 2016). “Da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar as imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial” (hooks, 1992, p.28).

A sociedade patriarcal branca constrói uma realidade em que sua imagem é presente em todos os lugares e pouco condiz com a vida conhecida pelos corpos marginalizados. Não é difícil encontrar exemplos de tamanha discrepância. Segundo dados do IBGE, as mulheres negras compõem cerca de 27% da população total do país, no entanto, a imagem do Senado – casa importante do poder legislativo federal – é extremamente díspar. De acordo com o Observatório de Equidade do Legislativo, na legislatura corrente (56ª) não há nenhuma mulher negra dentre os 81 senadores que compõem a casa. Neste lugar, entendido como fundamental para o exercício pleno da democracia, as mulheres negras não

possuem representação imagética alguma. É uma imagem que não reflete o país em que vivemos. Em vez disso, o que esse dado representa é a ideia trazida por Grada Kilomba em sua reflexão sobre Narciso: a do branco como normalidade. No prefácio da edição brasileira de “Pele Negra, Máscaras Brancas” do psicanalista Frantz Fanon, Kilomba escreve:

E é com este princípio da ausência que espaços brancos são mantidos brancos, que por sua vez tornam a branquitude a norma nacional. A norma e a normalidade, que perigosamente indicam quem pode representar a verdadeira existência humana. Só uma política de cotas é que pode tornar o ausente existente (KILOMBA, 2020, p.6).

A artista então se apropria do conceito expositivo de cubo branco para refletir sobre a estrutura social construída pela branquitude. Esse modelo de exposição é extremamente importante para as artes no século XX, sendo tão marcante para a época quanto a própria produção artística. Concebido Museum of Modern Art (MoMA) - Nova Iorque -, quando este estava sob direção de Alfred Barr, esse modelo encontrou espaço nas galerias e museus não só nos Estados Unidos como no mundo (OLIVEIRA, 2016).

O cubo branco consiste na exibição das obras de arte de forma que elas sejam autônomas e não suscetíveis a fatores estrangeiros a elas. O espaço é meticulosamente arquitetado para possuir o menor número de elementos possível. As paredes são pintadas de branco, a luz é artificial, as janelas – em geral – são vedadas, o chão é de madeira polida ou de carpete fino. O mundo exterior é proibido de entrar no espaço expositivo (OLIVEIRA, 2016 e O'DOHERTY, 2002).

A galeria ideal subtrai da obra de arte todos os indícios que interfiram no fato de que ela é “arte”. A obra é isolada de tudo o que possa prejudicar sua apreciação de si mesma. Isso dá ao recinto uma presença característica de outros espaços onde as convenções são preservadas pela repetição de um sistema fechado de valores. Um pouco da santidade da igreja, da formalidade do tribunal, da mística do laboratório de experimentos, junta-se a um projeto chique para produzir uma câmara de estética única. Dentro dessa câmara, os campos de força da percepção são tão fortes que, ao deixá-la, a arte pode mergulhar na secularidade (O'DOHERTY, 2002, p.3).

Outro aspecto importante consiste em apresentar as obras de forma que fiquem distantes umas das outras, isoladas e, portanto, não interfiram umas nas outras.

Tal isolamento se expande para o ambiente da sala que busca isolar o visitante do que acontece no mundo exterior. Também fornece poucas informações contextuais, indicando, assim, a relação entre

visitante e obra como de apreciação estética e que se dá pelo exercício visual, sem interferências fora da linguagem. A prioridade da relação visual e isolamento em relação ao contexto é, em realidade, uma montagem ilusória (OLIVEIRA, 2021, p.18).

Se em uma exposição o “isolamento em relação ao contexto” como indicou a pesquisadora é uma ilusão, o mesmo pode ser dito sobre a suposta neutralidade do sujeito branco no mundo moderno. Kilomba aponta na obra ironia do branco ser entendido como ausente:

Mas, branco, não é ausência de cor, mas a acumulação de todas as cores. É a acumulação de todas as cores possíveis. De facto, negro é a ausência de cor. Uma metáfora interessante, não é? A negritude é sempre vista, mas é ausente. A branquitude nunca se vê, mas está sempre presente. Presente em todo o lado (KILOMBA, 2016).

Tanto o branco da exposição como o sujeito branco não podem ser entendidos como ausentes de significado. Ambos transmitem uma visão de mundo, epistemologias, representações ideológicas (OLIVEIRA, 2021; KILOMBA, 2016).

Durante os anos de aprimoramento da forma naquele museu³, a instituição trabalhou intensamente em âmbito político e econômico a partir dos interesses dos governos norte-americanos, servindo como um braço cultural para a propagação do modo de vida americano. O que é necessário olhar no cubo branco é exatamente essa contradição de como se apresenta - um templo - e como opera fora das salas expositivas - a partir de seus interesses institucionais ampliados -, organizando ativamente seu elemento fantasmagórico.

Como resultado crítico, parece demonstrado que o cubo branco não é um estilo expositivo pinçado entre outros, ainda que alguns assim o considerem. Compreendê-lo como estilo pressupõe concebê-lo como neutro, objetivo, uma forma adaptável para qualquer ocasião, temática ou conceito (OLIVEIRA, 2021, p. 18).

De tão “puro” esse espaço branco mal admite a presença do corpo do próprio visitante da galeria. Ocupar aquele espaço parece uma intrusão, uma mácula: “O recinto suscita o pensamento de que, enquanto olhos e mentes são bem-vindos, corpos que ocupam o espaço não o são” (O'DOHERTY, 2002, p.4). O que Kilomba faz em *“Narcissus and Echo”* é trazer o corpo, a voz, e a cor ao cubo branco. Esse espaço deixa de ser um suporte supostamente neutro para a apresentação da arte e passa a ser um espaço de reflexão sobre si próprio. O cubo branco não é neutro, pois toda montagem pressupõe uma escolha, como apontou

³ Aqui a autora se refere ao MoMa.

Igor Simões em seu trabalho “Montagem fílmica e exposição: vozes negras no cubo branco da arte brasileira” de 2019.

Há na obra um desafio ao pressuposto sagrado do cenário branco. Esse lugar averso a intervenções é invadido por música, contação de histórias, tecidos, terra, escadas, cadeiras e tantos outros elementos que não fazem parte do seu *modus operandi* original. Envolver um aspecto tão importante da história da arte em sua obra é parte da abundância disciplinar da artista. Ela é capaz de fazer uma crítica incisiva à forma expositiva ao mesmo tempo que a utiliza para traçar um paralelo com a estrutura racial do Ocidente.

O Volume I de *Illusions* nos ajuda a romper com a ilusão de ótica que é o mundo “normal” construído pela branquitude. Conduz a uma série de questionamentos acerca da suposta neutralidade deste cubo branco em que o corpo marginalizado foi concebido como outridade. Se o corpo negro é outro é porque há aquele corpo que é “um”. Só existe o “outro” porque existe a norma de “um”. Uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem que ela difere daquelas/es que têm o poder de se definir como “normal” (KILOMBA, 2008, posição 1433⁴).

Mas a branquitude esconde sua centralidade na constituição dessa estrutura de poder, quer parecer ausente a todo custo. O cubo branco não é diferente: ao querer-se ausente, busca esconder que sua montagem é sim permeada por significados. O que Kilomba faz, ao invés de romper totalmente com essa modalidade expositiva, é propor uma forma diferente de ocupação do espaço. A artista insere a discussão sobre hegemonia da branquitude em um lugar físico de forma que a operação em busca da neutralidade do sujeito branco ganha uma representação visual de sua existência.

O indivíduo branco não é neutro diante do mundo da mesma forma que o cubo branco não é neutro diante da obra de arte. Ambos falam de um lugar específico, representam uma posição no mundo. “[...]todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros” (KILOMBA, 2008, posição 1934).

⁴ Número se refere à posição correspondente na edição para *Kindle (e-book)* do livro “Memórias da Plantação”.

Para Grunenberg, o sucesso da estratégia do cubo branco deve-se ao realce que dá às qualidades formais de um trabalho de arte por meio da neutralização de seu contexto e conteúdos originais, além da sistemática ação de *marketing* cultural, compreendida como educacional. É essa operação de apagamento que lhe dá, concomitantemente, seu caráter pretensamente objetivo e universal, apagando o papel ideológico presente na seleção e ordenação das obras (OLIVEIRA, 2016 p. 50).

Enquanto o sujeito branco se calcifica como modelo ideal, e normal, ao sujeito negro ocorre um processo de anormalização. As imagens absorvidas ao longo do desenvolvimento deste indivíduo criam uma imagem negativa sobre si mesmo e cultivam o auto ódio (KILOMBA, 2016, FANON, 1952). Nessa lógica de mundo que deriva diretamente da colonização, ao sujeito negro é atribuído tudo aquilo que a sociedade branca tornou tabu: “Nós tornamo-nos então a ameaça, o perigo, a violência, a sujidade, mas também o desejável, o excitante, o místico, o exótico. Nós tornamo-nos aquilo que não somos” (KILOMBA, 2016, p.17). Sobre a neurose de ser outro, Fanon cita o texto de Germaine Geux (1950) em “Pele negra, máscaras brancas” (p. 66):

Ser “o Outro” é uma expressão que encontrei reiteradamente na linguagem dos abandonados. Ser “o Outro” é sentir-se sempre em posição instável, é manter-se em alerta, pronto para ser repudiado e [...] fazendo inconscientemente tudo o que é preciso para que a catástrofe prevista ocorra.

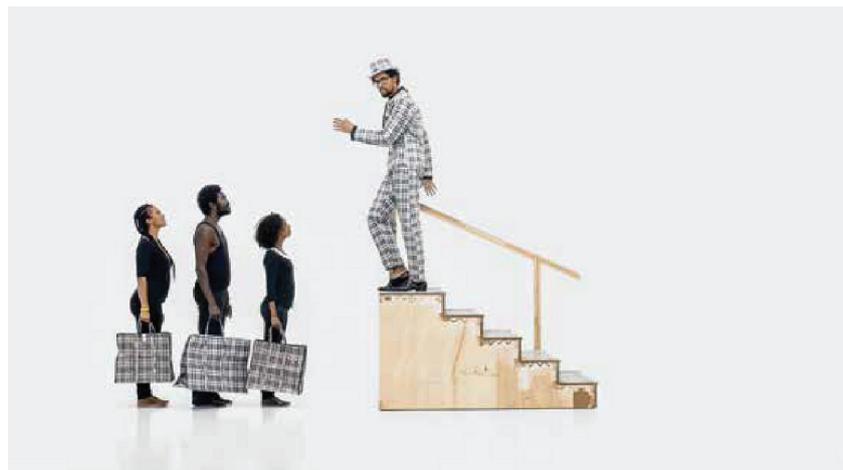
Ao escolher a figura de Narciso para falar sobre a paixão da branquitude por si mesma, Grada vai ao encontro da ideia desenvolvida pela pesquisadora brasileira Maria Aparecida Silva Bento em sua tese de doutorado. No começo dos anos 2000, Bento analisou relações de trabalho e como a branquitude se esforça na manutenção de seu próprio *status quo*. Ela conclui que existe um pacto narcísico entre os brancos e descreve situações em que conseguiu observar este fenômeno.

Tudo se passa como se houvesse um pacto entre brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas à manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade. O negro é inventado como um “outro” inferior, em contraposição ao branco que se tem e é tido como superior; e esse “outro” é visto como ameaçador (BENTO, 2002, p.7).

Nesta obra de Kilomba, o cubo branco em que ela escolheu contar sua história é uma representação imagética do funcionamento do mundo ocidental. Vivemos hoje, em decorrência dos processos coloniais e sua manutenção constante, neste cubo branco. Cercados constantemente de imagens de indivíduos brancos que se reproduzem infinitamente até formar uma realidade em que o branco é tão presente e normal que naturalizamos sua presença. Neste cenário branco, (e é importante repetir diversas vezes a palavra “branco/a”, no esforço de trazer os conceitos da branquitude para a centralidade que eles tanto disfarçam ter) os corpos marginalizados se destacam quando transitam. São alvo, são objeto de repulsa. Se num cubo branco expositivo o destaque da arte é importante para sua apreciação, no cubo branco da vida o destaque do corpo preto é importante para sua aniquilação. À mulher negra fica reservado o lugar de dupla negação: se por um lado o homem negro compartilha com Narciso a condição de gênero e por outro a mulher branca compartilha a questão de raça, a mulher negra não faz eco em nenhum desses sentidos. Homens brancos e mulheres negras são praticamente antônimos uns dos outros.

Retomemos, então, o evento em 2016 que tanto chamou a atenção de Grada Kilomba. Cerca de 47% das mulheres brancas votaram em Trump na eleição daquele ano, mas o que poderia ter as motivado a escolher um candidato que, sem nenhum pudor, mostra (no mínimo) descaso pelas mulheres - talvez completo desrespeito seria uma definição melhor. A elas, a artista associa a figura de Eco que é tão importante para a manutenção tanto do cubo branco, quanto de Narciso.

Eco é a expressão do privilégio de não saber, da ignorância. Ela repete aquilo que é dito sem de fato entender aquilo que está sendo dito. Eco valida o discurso de Narciso constantemente. Ela é a expressão de não compreender a ideia de estar vivendo em um sistema que é desfavorável a si e de trabalhar pela manutenção deste. “Eco é a personagem, que inocentemente, repete o que Narciso diz – alegando não ter que saber. Não ter que saber, é um privilégio que nem todos nós temos” (KILOMBA, 2016, p. 20).



Fonte: AUTOR, TÍTULO. In: AUTOR, *Desobediências poéticas*, ano, data, página

Esta imagem do Volume I retirado do catálogo da exposição solo “Desobediências Poéticas” é interessante para analisar os Ecos de Narciso. No topo da escada, vemos Narciso (Moses Leo) trajando um terno xadrez. No chão, observando o homem no topo da escada, uma fila de outras três pessoas (Grada Kilomba, Zé de Paiva e Martha Fessehatzion) carregando sacolas de uma estampa igualmente xadrez. Estas peças de figurino xadrez são o que quebram o preto base

182

que os atores usam ao longo da obra, destacando e diferenciando os elementos que dizem respeito à Narciso. Sobre aqueles que observam Narciso no topo da escada, é como se cada uma desses sujeitos levasse consigo um pouco de Narciso. Isso não significa que as pessoas marginalizadas são também responsáveis pela manutenção do patriarcado, mas que por estarmos todos inseridos neste cubo branco, estamos suscetíveis a absorver suas crenças. Sobre isso, Fanon exemplifica:

Nas Antilhas, o jovem negro, que na escola repete incessantemente “nossos pais, os gauleses”, identifica-se com o explorador, com o civilizador, com o branco que traz a verdade aos selvagens, uma verdade toda branca. Há identificação, ou seja, o jovem negro adota subjetivamente uma atitude de branco. (FANON, 1952, p.122)

Para além de identificar a existência deste complexo narcísico entre a branquitude, ao corpo marginalizado também fica o fardo de se despir do modo de pensar, agir e se comportar aprendidos no cubo branco.

O mundo moderno nutre a crença e o feitiço de que nele todos temos igualmente as mesmas chances de sucesso desde que espelhemos Narciso, o que não é verdade. O que Eco falha em compreender é que repetir Narciso não a

coloca a altura dele, da mesma forma como corpos marginalizados que fazem coro ao discurso que lhes oprime não descontroem seu lugar social. O feitiço da branquitude é poderoso e bastante perigoso, quebrá-lo não é um esforço único e individual, mas um exercício constante de descolonização do ser. Não é fácil se deparar com o choque que é saber que podemos até carregar um pouco de Narciso, mas nunca seremos o seu espelho.

A presença ativa do negro no espaço – no cubo branco – como bem apontou Igor Simões é uma provocação (SIMÕES, 2021, p.3). E “*Narcissus and Echo*” nos provoca a pensar não somente sobre o lugar da branquitude e da negritude de maneira cotidiana como também no campo artístico, na curadoria e na forma de conceber uma exposição. Apontar a presença branca é também elucidar sua responsabilidade no processo de questionamento da estrutura racial contemporânea, aqui especialmente na curadora:

A curadoria brasileira é um campo de forças e disputas que não pode ser desconsiderado ou encarado com neutralidade. É preciso tomar uma posição. Tomar uma posição significa ter em mente que as escolhas contribuem ou não para a manutenção de práticas de silenciamento, de novas gargalheiras, na eleição de alguns indivíduos privilegiados em relação a outros (SIMÕES, 2021, p.328).

Considerações Finais

Tomar uma posição. Uma frase curta e potente que funciona como uma boa síntese para a crítica de Kilomba ao cubo branco. A crítica feita em “*Narcissus and Echo*” é profunda e complexa no sentido que envolve não somente a reflexão sobre o modelo expositivo – que por si só já é extremamente intrincada – mas também sobre a organização racial que deriva do colonialismo. Ao fazer isso, a artista toma uma posição. Ela está comprometida com a construção de conhecimento que desafia a episteme da branquitude e propõe novas formas de conceber o mundo.

Tomar uma posição se opõe à neutralidade e, possivelmente, essa seja uma das questões mais importantes que essa obra traz: a neutralidade do cubo branco é tão ilusória quanto a da branquitude. Toda perspectiva pressupõe uma decisão e uma escolha, até mesmo neste artigo. As reflexões aqui partem do lugar de uma mulher negra no mundo. Entender, a partir da obra de Kilomba, como o patriarcado branco se articula de forma a produzir um mundo em que este é a norma e os demais são o “outro” é, ao mesmo tempo, uma chaga e um alívio.

Chaga porque reconhecer-se no lugar deste outro, de um sujeito racializado não é de forma alguma confortável e, como aponta bell hooks em “Olhares Negros: Raça e Representação” (1992, p. 30):

[...] para as pessoas negras, a dor de aprender que não podemos controlar nossas imagens, como nos vemos (se nossas visões não forem descolonizadas) ou como somos vistos, é tão intensa que isso nos estraçalha. Isso destrói e arrebenta as costuras de nossos esforços de construir o ser e de nos reconhecer. Com frequência, ficamos devastados pela raiva reprimida, nos sentimos exaustos, desesperançados e, às vezes, simplesmente de coração partido.

Alívio porque, como já antecipado por hooks, obras como esta contribuem no movimento de descolonizar os nossos olhares. Ao colocar a organização da branquitude evidente com a analogia ao cubo branco expositivo, Kilomba mune o sujeito negro de vocabulário para articular a dor da queimadura que é estar inserido neste mundo branco.

Sem uma forma de nomear a nossa dor, nós também não temos palavras para articular nosso prazer. De fato, uma tarefa fundamental dos pensadores negros críticos tem sido a luta para romper com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser que bloqueiam nossa capacidade de nos vermos em outra perspectiva, nos imaginarmos, nos descrevermos e nos inventarmos de modos que sejam libertadores. Sem isso, como poderemos desafiar e convidar os aliados não negros e os amigos a ousar olhar para nós de jeitos diferentes, a ousar quebrar sua perspectiva colonizadora? (hooks, 1992, p.28).

É urgente articular essa dor, encarar Narciso e rejeitar sua sede de que lhe sejamos espelho. Esse esforço de produção de imagens e conhecimentos que descolonizam olhar é parte do que sustenta uma existência mais positiva para o povo preto neste cubo branco. É um respiro, um consolo, um impulso. Arrisco dizer que é até mesmo uma esperança de mudança.

Referências

AGÊNCIA Senado. **Branços dominam representação política, aponta grupo de trabalho**. Senado notícias, 26 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/26/brancos-dominam-representacao-politica-aponta-grupo-de-trabalho>. Acesso em: 30 de maio de 2022

ÁVILA, Lazslo Antonio. O que existia antes dos mitos? Psicanálise e mitologia grega revisitadas. In: COSTA, Paulo José da (org.). **Psicanálise e Mitologia Grega: Ensaios**. 1. ed. [S. l.]: Appris, 2017. cap. 2, p. 28-39. ISBN 978-8547306847. E-book (227 p.).

BALL, Molly. **Donald Trump Didn't Really Win 52% of White Women in 2016**. Time, 18 de outubro de 2018. Disponível em: <https://time.com/5422644/trump-white-women-2016>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514. Acesso em: 30-05-2022

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2020. 296 p. ISBN 978-65-86497-18-2. Ebook (296 p.).

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: Raça e representação**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. 286 p. ISBN 978-85-93115-21-9. E-book (286 p.).

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 213 p. ISBN 978-65-5691-000-0. Ebook (3150 posições).

O'DOHERTY, Brian. **No interior do cubo branco: a ideologia de espaço na arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

OLIVEIRA, Mirtes Marins de. Anotações para pesquisa: histórias das exposições e a disseminação do cubo branco como modelo neutro, a partir do Museum of Modern Art, de Nova York. In: OLIVEIRA, Mirtes Marins de; CYPRIANO, Fábio. **Histórias das exposições. Casos exemplares**. 1. ed. São Paulo: Educ, 2016. p. 39-51. ISBN 978-85-283-0530-2.

OLIVEIRA, Mirtes Marins de. **Os segredos das exposições: Notas para um estudo sobre o fetiche**. In: ZAGO, Renata (org.). **HISTÓRIA(S) DE EXPOSIÇÕES: PERSPECTIVAS E TRAJETÓRIAS**. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. p. 17-24. ISBN 978-65-89512-28-8.

PRASAD, Ritu. **How Trump talks about women - and does it matter?**. BBC News, 29 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-50563106>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

SIMÕES, Igor Moraes. Todo cubo branco tem um quê de Casa Grande: racialização, montagem e histórias da arte brasileira. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**. Porto Alegre, volume 3, número 1, p. 314-329, maio de 2021.

SIMÕES, Igor Moraes. **Montagem Fílmica e Exposição: Vozes Negras no Cubo Branco da Arte Brasileira**. Orientador: Prof^{ta} Dr^a Blanca Luz Brites. 2019. 298 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197434>. Acesso em: 25 de maio 2022.

VOLZ, Jochen *et al.* **Grada Kilomba: desobediências poéticas**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019. 161 p. ISBN 978-85-8256-110-2.

Planejamento educacional no Brasil: os planos de educação como forma de organizar a educação nacional

Luciene Amaral da Silva¹
ORCID: 0000-0002-5582-2787

Inalda Maria dos Santos²
ORCID: 0000-0002-5520-2668

Resumo: O artigo objetivou analisar a história do planejamento educacional no Brasil, a partir da política pública materializada no Plano Nacional de Educação como forma de organização da educação no país. Buscamos perceber se na trajetória de elaboração dos planos, o conceito de planejamento estava atrelado ao conceito de participação como elemento essencial para que o planejamento contemple as necessidades da população em vulnerabilidade social. O artigo concluiu que, apesar de todos os planos de educação que foram elaborados para organizar a educação brasileira e que em sua maioria não teve participação direta da sociedade, muito foi avançado em direção a organizar a educação, mas a presença soberana dos interesses do legislador causa grande distância entre a elaboração e a execução da política educacional.

187

Palavras-chave: Educação brasileira. planejamento educacional. Plano Nacional de Educação. política pública de educação.

¹ Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/CEDU/UFAL). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/CEDU/UFAL). É membro do Grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE) UFAL/CNPq. Sócia da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4798842790799032>.

² Possui Pós-Doutorado em Educação (2018), Doutorado em Educação (2008), Mestrado em Educação (2001) e Graduação em Pedagogia (1997) ambos realizados na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professora associada do Centro de Educação no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3709372442003235>.

Abstract: The article aimed to analyze the history of educational planning in Brazil, from the public policy materialized in the National Education Plan as a way of organizing education in the country. We sought to understand whether, in the process of preparing the plans, the concept of planning was linked to the concept of participation as an essential element for planning to address the needs of the population in social vulnerability. The article concluded that, despite all the education plans that were designed to organize Brazilian education and that most of them did not have direct participation of society, much has been advanced towards organizing education, but the sovereign presence of the interests of the legislator causes great distance between the elaboration and the execution of the educational policy.

188

Keywords: Brazilian education. educational planning. National Education Plan. public education policy.

Resumen: El artículo tuvo como objetivo analizar la historia de la planificación educativa en Brasil, a partir de la política pública materializada en el Plan Nacional de Educación como forma de organización de la educación en el país. Se buscó comprender si, en el curso de la elaboración de los planes, el concepto de planificación se vinculó al concepto de participación como elemento esencial de la planificación para atender las necesidades de la población en vulnerabilidad social. El artículo concluyó que, a pesar de todos los planes educativos que fueron diseñados para organizar la educación brasileña y que la mayoría de ellos no contó con la participación directa de la sociedad, mucho se ha avanzado en la organización de la educación, pero la presencia soberana de los intereses del legislador causa gran distancia entre la elaboración y la ejecución de la política educativa.

189

Palabras clave: Educación brasileña. planificación educativa. Plan Nacional de Educación. política de educación pública.

Introdução

O planejamento, como ato inerente à humanidade, deve acompanhar todo o percurso da existência humana. Ao planejar, o sujeito tem a oportunidade de participar da sua própria vida, desde a forma como vai viver e o que vai fazer para realização dos seus desejos e necessidades. Para isso, é preciso planejar como será a garantia da existência material e como irá desenvolver e executar as ações do seu planejamento. O sujeito começa desde cedo sua relação com o ato de planejar a partir das vivências experienciadas em seu cotidiano. O ato de planejar é uma prévia ideação. Ninguém pode inverter essa combinação, porque o agir depende, antes de tudo, de um pensamento prévio para sua execução (VASCONCELLOS, 2002).

Um sujeito que planeja, entende o significado de participar da elaboração e discussões de ações essenciais à organização da vida social. O ato de planejar configura um ato político, de tomada de decisão intencional a partir da elaboração ou programação de ações que, condensadas em um plano ou projeto, requer do sujeito uma postura objetiva e subjetiva da realidade na qual se encontra inserido. O artigo partiu da análise do planejamento educacional como uma política essencial à existência da vida em sociedade e, especificamente, se reportou ao planejamento educacional a partir dos planos de educação elaborados no decorrer da história do planejamento no Brasil, buscando refletir sobre a distância que existe entre quem planeja e quem executa.

O planejamento educacional no contexto das políticas públicas

A ideia de planos no Brasil não nasceu atrelada à ideia de participação da sociedade na elaboração desses planos. Desde a Constituição Federal de 1934, em seu artigo 150, ao determinar como competência da União a elaboração do Plano Nacional de Educação, designou, no artigo 152 que seria de responsabilidade do Conselho Nacional de Educação a sua elaboração (BRASIL, 1934).

Analisar a história do planejamento educacional no Brasil é falar também da luta pela participação, pela liberdade do ato de planejar, de fazer. Salerno (2007, p. 103) faz um alerta para essa questão ao dizer que “ao tratarmos de planejamento para uma sociedade que se requer democrática, mas que apresenta marcas históricas de dominação, só podemos partir do princípio de planejamento para a liberdade”. Nessa perspectiva, o autor defende o planejamento como ato de

liberdade. Liberdade aqui entendida como a liberdade para algo, uma liberdade “[...] qualitativa, que só existe em relação a compromissos qualitativamente definidos” (SALERNO, 2007, p. 106).

No contexto das políticas públicas, o termo política é utilizado como “[...] uma construção político-social, produto da ação humana interessada” (GOMES, 2011, p. 22) que faz com o espaço do planejamento se torne uma arena de conflitos de interesses. As políticas públicas, resultados de debates que buscam cobrar do Estado sua responsabilidade na garantia dos direitos sociais, são tratadas por diversos autores (AZEVEDO, 1997; GHANEM, 2004; GOMES, 2011; SANTOS, 2011) como espaço de aprendizagem da democracia, espaço que pode ser utilizado pela sociedade através da participação como um espaço de modificação da realidade social.

Azevedo (1997, p. 59) define o conceito de política educacional como “[...] programa de ações construídas também para atender objetivos e decisões políticas que se realiza por meio do Estado e se materializa nos espaços educacionais”. A autora sinaliza para o fato das políticas públicas voltadas para a educação que se materializam por meio de legislação, programas e projetos destinados a modernizar e garantir assim a hegemonia como soberania da vontade do Estado, serem apresentadas como espaço de disputas e por isso que o planejamento se torna o caminho em que a política pública encontra o espaço de concretização das ideias e de propagação desses projetos. A autora esclarece a relação que existe entre plano e planejamento e afirma que o plano traz de forma sistemática os anseios de uma sociedade de forma estruturada que consolida o planejamento. Na direção de Azevedo, Salerno (2007, p. 16) define de forma mais restrita as expressões plano e planejamento, mas deixa claro que não há dissociação entre ambos, apenas distinção conceitual.

Nessa perspectiva, Bruel (2012) estabelece três níveis de planejamento que, segundo ele, estão presentes na ação educativa: o planejamento educacional, escolar e de ensino. O artigo se reportará ao planejamento educacional como política pública, sob a ação dos entes federados que está destinado à organização da educação de forma ampla e integrada. É válido atentar para o fato de que apenas o planejamento não é suficiente para a garantia da representação da sociedade, também presente nos discursos governamentais, como ferramenta de justificação das políticas educacionais que buscam resolver o problema da educação no Brasil,

mas que, muitas vezes, cumpre apenas o papel burocrático para o qual foi pensado, acirrando ainda mais a desigualdade social.

O planejamento sempre foi marcado como campo de embates e conflitos a partir da existência de disputas de projetos diferentes, cujos objetivos e interesses divergiam a partir de visões diferentes de organização da política educacional materializadas nos planos de educação (DOURADO, 2011). Na maioria das vezes, essa legitimação é consentida de forma indireta pela sociedade que apresenta as mínimas condições de atuar de forma crítica por diversos fatores, desde o desconhecimento da temática em debate, a falta de cultura de planejamento, falta de formação, até a ausência de experiência democrática. Muitas vezes, comparecem por meio de convocação para fazer parte de audiências públicas ou outros espaços institucionalizados de decisões, apenas como figurante de forma tímida a somar número, mas sua limitação acaba impedindo de atuar de forma a modificar a realidade social.

Calazans (2003, p. 15) sinaliza para o fato do planejador acabar estando a serviço do Estado, reforçando os interesses particulares e articulando com a sociedade para que a permissão seja dada de forma consensual e legítima. Para o autor, o Estado tem mais força de interferência no planejamento educacional, primeiro pelo fato de ser detentor dos meios de produção de efetivação da política educacional e segundo por ser o elaborador e executor de tais políticas.

Na análise do planejamento educacional no Brasil, é necessário questionar o papel do Estado, no decorrer da construção histórica do planejamento, e sua relação a partir dos interesses políticos e econômicos com o capital. Para fortalecer seus interesses, o Estado diminui seu papel executor e passa a desempenhar o papel de regulador que, sob a orientação dos financiadores da educação no Brasil, passa a assumir o processo de avaliação e controle da aplicação dos financiamentos do capital estrangeiro, com o intuito de garantir a sobrevivência do Sistema Nacional de Educação e a política monetária do capital estrangeiro.

Ao partir da interferência do capital estrangeiro na elaboração da política educacional do Brasil e na luta pela organização do sistema educacional, Saviani, que desde 1970 discute a não existência de um Sistema Nacional de Educação (SNE), mostra que existe uma relação estreita entre o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema Nacional de Educação, ou aquilo que chamam de sistema. Segundo o autor, o plano tornou-se a tentativa de organizar a educação em um

sistema, articulando os vários elementos necessários à execução das políticas educacionais brasileiras. O sistema precisa da existência do plano para se materializar na tentativa de provar seu caráter organizador da educação.

Saviani (2010) mostra também que a relação entre o sistema de educação em nível nacional e um plano nacional que abranja essa organização precisa da intencionalidade para se manter dinâmico e existente. Segundo o autor, “podemos dizer que a formulação de um Plano Nacional de Educação se põe como uma exigência para que o Sistema Nacional de Educação mantenha permanentemente suas características próprias” (SAVIANI, 2010, p. 388). Nessa perspectiva, é necessário que as ações sejam intencionalmente voltadas para a sobrevivência do sistema e o plano torne-se aliado na busca de manter vivo o Sistema Nacional de Educação.

Gracindo (2010) diferencia SNE e PNE a partir da conceituação legal do direito à educação. Segundo a autora, o Sistema Nacional de Educação é o espaço em que o direito à educação mantido na Constituição Federal de 1988, como também na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, deve ser garantido. O Sistema Nacional surge como forma de gestão da educação a partir da articulação com os entes federados na garantia desse direito.

Apesar de sua importância, a presença de autoritarismo por parte do Estado no trato da educação impossibilita a efetivação do SNE (BORDIGNON, 2009). Além da questão do autoritarismo, os obstáculos filosófico-ideológicos são os maiores entraves à efetivação de um Sistema Nacional de Educação (SAVIANI, 2009). Outro fato importante que contribui para a não existência de um Sistema Nacional é a desigualdade da sociedade capitalista (CURY, 2009). Mesmo sendo uma demanda histórica da sociedade, o SNE não consegue ser concretizado pelo fato da impossibilidade de existir um Sistema Nacional de Educação sem a autonomia dos entes federados (GRACINDO, 2010).

O motivo para tanta dificuldade na implantação do Sistema Nacional de Educação parte de o fato do SNE ser um espaço de “busca de organização pedagógica quanto uma via de jogo de poder” (CURY, 2009, p. 19), que se torna mais polêmico quanto à questão de ser nacional porque não garante aos entes federados a autonomia necessária para atuar como sistema. A contradição da existência de um sistema único em um país marcado pelas diferenças e desigualdades também questiona a viabilidade da soberania de um Sistema Nacional de Educação.

Um caminho para a possível criação do SNE seria a existência da trilogia Sistema Nacional de Educação, Conselhos de Educação e Plano Nacional de Educação para organizar a educação brasileira (BORDIGNON, 2009). De acordo com o autor, o Plano Nacional de Educação se torna um orientador da política educacional a partir de sua estrutura em metas e estratégias, como está definido no PNE com vigência até 2024, mas que desde 1934 assumia o papel de diretriz para a educação. O autor aponta para o fato da Constituição Federal de 1988 ampliar os Sistemas de Ensino para os municípios, cabendo à LDB, aprovada em 1996, definir as diretrizes e competência de cada sistema. Contudo, o que ficou evidente foi a indefinição concreta sobre o regime de colaboração, uma questão crucial na execução da política pública.

Por isso, faz-se necessário abordar o aspecto do planejamento como ato político e como o mesmo pode ser estrategicamente utilizado como instrumento de luta social ou de legitimação de interesses particulares de grupos econômicos e politicamente desenvolvidos, moldando o caráter dual do planejamento.

Do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova ao Plano Nacional de Educação

194

O planejamento educacional precisou de um longo período de lutas e reivindicações para a concretização de um plano que contemplasse a educação nacional em todos os níveis e modalidades, a organização de um Sistema Nacional de Educação. O cenário político em que a ideia de plano educacional fosse necessária, parte do fato da educação ter sido vista como um problema social, a partir da década de 1930, principalmente no tocante aos altos índices de analfabetismo no país.

A taxa de analfabetismo ultrapassava a metade da população brasileira, sendo estendida até 1950. Quando o IBGE amplia seu conceito de analfabetismo para o sujeito que não tem as quatro primeiras séries de escolarização, os dados aumentam de forma considerável no impacto de uma realidade econômica e tecnológica.

De acordo com dados do IBGE, em 2018 foi registrada uma taxa de 6,8% de analfabetos na faixa etária de 15 anos de idade, chegando a 6,6% em 2019. Apesar de atualmente ter havido uma diminuição na taxa de analfabetismo, os avanços estão longe das metas, pois a desigualdade educacional ainda está atrelada à questão de gênero (mulheres mais escolarizadas que homens), cor e classe econômica (norte e nordeste com maiores taxas) de forma exacerbada.

Os dados da época de 1930 apontavam para uma educação como grave problema social. Isso implica tanto na qualidade de vida da população, quanto no desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Desde essa época a educação começou a ser pensada, não de forma particular, mas integrada à saúde, quando em 1930 é criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde, tendo Francisco Campos à frente da pasta. Esse conselho sobreviveu pouco tempo unificado, pois em 1931 com a reforma Francisco Campos, criou-se o Conselho Nacional de Educação (CNE), buscando organizar a educação a partir de um conjunto de metas condensadas no que se denominou de Plano Nacional de Educação.

As propostas do governo não atendiam aos anseios da sociedade, porque estavam estruturadas de forma a beneficiar a educação da elite e, mais uma vez na história da educação no Brasil, a classe trabalhadora era desprovida de educação de qualidade. A partir de discussões e embates, um grupo de educadores, em 1932, com a proposta de materializar a visão peculiar e pioneira da educação, lança um manifesto que busca uma ideia unificada de educação, fugindo da ideia fragmentada que muitas vezes é apresentada por meio de planos (DOURADO, 2011).

Por conseguinte, para fugir da ideia de plano fragmentado, a educação saiu de um arcabouço geral como figurava nos planos de desenvolvimento e passou a ser vista como um problema social a partir da visão do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O manifesto buscava despertar na sociedade o desejo, a atitude e o entusiasmo em busca de uma educação igualitária e que contemplasse todas as classes sociais como um todo, na contramão de um modelo de educação que, desde os Jesuítas, estava destinada apenas para a instrução da classe dominante.

O estudo organizado por Bordignon (2011) aponta que, a partir do Manifesto em 1932, o planejamento passou do status de modelo meramente técnico, para um modelo baseado na dimensão política ao incorporar em sua essência a racionalidade científica tanto almejada pelos pioneiros da educação pensada como problema social. O autor afirma que o Manifesto foi considerado como “[...] o marco inicial da preocupação com um projeto nacional de educação com visão sistêmica, de totalidade” (BORDIGNON, 2011, p.3).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova apresentou para o Brasil, na época, uma realidade educacional que o país não queria ver, mas foi obrigado a ter que olhar de outra forma, mesmo não aceitando de imediato essa nova visão

da sociedade. Saviani (2012, p. 2) aponta para o fato das mazelas denunciadas pelo Manifesto em 1932, serem “quase todas cabíveis ainda hoje”.

Durante o Estado Novo, o ministro Gustavo Capanema optou por fazer reformas parciais em detrimento da elaboração de um Plano Nacional de Educação. Em 1942, a reforma Capanema, cujo objetivo foi estruturar o ensino industrial a partir da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), dentre outras mudanças implantadas a partir de oito decretos, não contribuíram para que as propostas da sociedade fossem ouvidas e representadas no plano. No governo de Gaspar Dutra (1946-1951), a preocupação com a educação distanciou-se da formação humana e prevaleceu a formação técnica, voltada para atender às exigências do mercado de trabalho que pedia a existência de técnicos para executar serviços a baixo custo.

No entanto, não foi identificado, nesse período, nenhum esforço para efetivação das metas do primeiro PNE. Apenas no governo de João Goulart (1946 – 1964) houve uma discussão ampliada por conta da aprovação da Lei n. 4.024 de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação que, segundo Saviani (2014), retomou a ideia de um Plano Nacional de Educação.

Em 1962, o CNE fora substituído pelo Conselho Federal de Educação (CEF) tendo como líder o conselheiro Anísio Teixeira como redator do novo Plano Nacional de Educação. O CNE tratou de apresentar a responsabilidade de todos os entes federados na elaboração e execução do Plano Nacional de Educação, e também mostrou a necessidade de garantia de recursos para que o plano pudesse ser desenvolvido. Visto que aquele plano encontrava-se apenas no papel e nesse formato não tinha força de lei, parecia mais um conjunto de regras sobre a educação do que a organização da educação como um todo.

O primeiro Plano Nacional de Educação, aprovado sob vigência da Lei n. 4.024/1961, deixou muitas lacunas, inclusive sobre a quem competia elaborá-lo (LOUREIRO, 2016), como também sobre a inserção das escolas particulares e católicas na distribuição dos recursos públicos (SAVIANI, 2014). Fonseca (2013) afirma que a ausência de um planejamento unificado que pregasse a existência de um ensino laico e gratuito não era visível ainda, a descontinuidade política dos governos cada vez mais fragilizava a solidez do ideário do plano expresso no Manifesto dos Pioneiros, dando espaço à análise do caráter dual do planejamento educacional.

O caráter dual do planejamento educacional: controle ou instrumento de modificação social?

A definição de caráter dual do planejamento educacional, abordada neste artigo, ancora-se no conceito de Calazans (2003, p. 12), que define como sendo “[...] a intervenção do Estado [...] de repasse de medidas que agravam a perversa situação de violência na qual os excluídos são as maiores vítimas”. Bem como pode se tornar um instrumento de intervenção da sociedade civil na mudança de realidades opressoras.

A utilização do planejamento como instrumento de controle ficou evidente no período de 1964 a 1988 a partir da Ditadura Militar. Nesse período, “[...] a centralidade do Estado na condução da organização política e econômica da sociedade brasileira foi reconhecida pelo governo militar que a elevou ao extremo” (FERREIRA, 2013, p. 59). A concepção de planejamento que vigorou, com base no ideário de uma nação desenvolvimentista, foi o da lógica tecnocrática que via no planejamento educacional, e também no planejamento econômico, os motores de desenvolvimento do país e os instrumentos centrais de materialização das propostas do governo.

Nessa época, os planos de educação ficaram vinculados aos planos de desenvolvimento com a denominação de “[...] Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSEC)” (SAVIANI, 2014, p. 78). A existência do Plano Nacional de Desenvolvimento, na década de 1970, no decorrer da organização política dos governos conferiu à educação um status de interesse coletivo dos financiadores internacionais. A educação passou a ser vista como moeda valiosa, por dispor da maioria da população sob sua influência, passou a atender às necessidades do mercado ao estreitar as relações entre o planejamento educacional e a economia, dando ênfase ao ensino profissional como meio de atender às regras exigidas pelo mercado.

Com a eleição de Tancredo Neves, a década de 1980 - caracterizada por uma forte crise por conta do término do período da ditadura militar, trouxe ao cenário econômico a figura imperativa do Fundo Monetário Internacional (FMI), que buscou reestruturar o modelo de administração do país e, conseqüentemente, a forma como a educação estava organizada. Uma década marcada por lutas pela redemocratização trouxe ao cenário nacional a instituição do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Oriundo do Fórum Nacional pela

Constituinte, criado em 1986, culminou na aprovação da Constituição Federal de 1988, relegando ao Congresso Nacional o papel de elaborador do Plano Nacional de Educação (LOUREIRO, 2016).

A Constituição Federal de 1988 deu abertura à sociedade na retomada da participação no planejamento das políticas públicas educacionais. Nessa direção Bordignon (2011, p. 17) diz que “[...] o novo conceito de participação, a partir da Constituição de 1988 passou a representar a pluralidade das vozes articuladas por meio das entidades da sociedade civil organizada”. Na verdade, a proposta de participação foi efetivada desde as discussões da lei de Diretrizes e Bases da Educação construída a partir das propostas das entidades de estudantes, entidades de professores, das associações, com o objetivo de discussão da nova lei entregue ao Deputado constituinte Octávio Elísio (PMDB).

A questão principal dessa luta por uma educação de qualidade foi a destinação dos recursos públicos de forma exclusiva à educação. No entanto, a proposta aprovada que vigora atualmente, trouxe alterações em seu texto de forma a não contemplar os recursos destinados de forma exclusiva e sim prioritária dando espaço para outras maneiras de destinar os recursos. Outro evento que trouxe a proposta que reforçou a aprovação da LDB de 1996 foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida de 5 a 3 de março em 1990, na cidade de Jomtien, na Tailândia.

Seu objetivo foi traçar metas educacionais para garantir o desenvolvimento econômico dos países envolvidos, ou seja, a educação passa do status de direito social para uma mercadoria negociável, em que a lógica do mercado supera a lógica do direito. Nessa direção, “[...] atributos do direito à educação passam a ser pensados a partir de uma visão mercantilista de organização social” (COUTINHO, 1994).

Quando a Declaração Mundial de Educação para Todos afirmou em seus artigos a necessidade de expansão do enfoque, estabeleceu a abrangência de toda a política neoliberal de garantia do desenvolvimento econômico dos países, com a finalidade de que nenhum aspecto da educação fosse deixado de fora, para que todo o potencial humano fosse de fato explorado a ponto de garantir a aprendizagem e a expansão econômica (UNESCO, 1998).

A escola como meio de difusão da cultura controlada, ou seja, espaço em que o Estado regula e controla por meio de conteúdo, metodologias e difusão de ideias, tendo a garantia do controle social. Em apenas 10 artigos, a Declaração

Mundial apresenta aos países que aderiram à conferência um modelo de educação que deve seguir para a construção do modelo de sociedade que a classe política e econômica neoliberal quer formar.

A partir da elaboração dos Planos de Desenvolvimento, como o Plano Brasil Novo, no governo Collor (1990-1992) – modelo de plano plurianual de governo – o planejamento educacional tinha que atender às propostas da Declaração Mundial de Educação para Todos. Também o Plano Diretor da Reforma do Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), concedendo à iniciativa privada a concessão de serviços públicos em que os interesses políticos e econômicos de grupos estrangeiros se fortaleceram na utilização do planejamento como ferramenta de legitimação das políticas governamentais.

Para Frigotto e Ciavatta (2003, p. 107), é “[...] o governo FHC que, pela primeira vez em nossa história republicana, transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do Estado”. Para garantir o desenvolvimento do país, a educação foi o campo que mais sofreu com as reformas. A redução de custos da educação pública e o aumento de vagas no setor privado tornaram-se manifestações evidentes da política neoliberal, o beneficiamento do privado em detrimento do público.

O cenário favoreceu as discussões da sociedade sobre que tipo de projeto educacional queria para o Brasil, discussões essas que alavancaram o que seria concretizado no Plano Nacional de Educação de 2001. A primeira iniciativa de elaboração do Plano Nacional de Educação, depois da reabertura política, ocorreu em 1993, denominado de Plano Decenal de Educação para Todos, que sofreu grande influência do que preconizava a Declaração Mundial de Educação para Todos, cujo objetivo era direcionar as reformas educacionais (SAVIANI, 2014). O foco no Ensino Fundamental, nessa primeira proposta do Plano Decenal, deixou as demais modalidades e etapas da educação de fora, revelando a fragilidade e o descomprometimento de quem estava na elaboração do plano que não buscou pensar a educação como um todo.

O planejamento educacional deixa de ser a representação organizada da vontade da sociedade e passa a ser usado como instrumento de legitimação dos interesses dos grupos hegemônicos, que buscavam atender o que fora recomendado em Jomtien (1990) ao ampliar o ensino fundamental e implantar avaliações em larga escala com o propósito de aferir o quanto de investimento empregado na educação brasileira estava, efetivamente, dando resultados.

Ao final do prazo deste plano decenal, sua avaliação apontou que grande parte das metas não foram desenvolvidas pelos governos federal, estaduais, distritais e municipais. A criação simbólica do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) apenas descentralizou, para os entes federados, responsabilidades, e não recursos. Isso fez com que fosse impossibilitado a efetivação das metas que dependiam de garantia de recursos para sua execução.

Os planos de educação, no decorrer de sua construção histórica, revelam que desde 1930 sempre serviram de embate entre forças antagônicas que durante os governos e a partir da inserção maciça do capital estrangeiro no financiamento da educação, tornaram-se arena de conflitos e debates. No entanto, o planejamento educacional também pode e deve ser utilizado como instrumento de prática social de transformação da realidade a partir da concepção de uma educação como prática da liberdade (FREIRE, 1967).

Quando Freire (1967, p. 43) analisa a sociedade e a postura do ser humano como agente transformador, afirma que é por conta da sua interação com o mundo que o homem tem condições de modificar sua realidade. O autor sinaliza para a necessidade de preparar esse homem para que possa se ajudar, não depender do assistencialismo do Governo, visto que essa relação de dependência leva o sujeito a uma acomodação da situação vigente e a não conseguir participar para modificar as situações problemas pela qual passa em sua existência.

Com base em uma educação que garanta condições ao sujeito de percepção da realidade, Vasconcelos (2002) aponta o planejamento como espaço de luta e de participação do sujeito. Segundo o autor, o planejamento deve contemplar a análise da realidade, a projeção da finalidade e as formas de mediação. Calazans (2003, p.15) traz a reflexão sobre a necessidade de preparação do sujeito para que tenha condições de participar do planejamento, para que essa ação se torne um ato político e não apenas um ato de legitimação das ações do Estado.

O que foi percebido, a partir da análise, é que na trajetória dos planos de educação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova trouxe uma proposta de plano integral, com ensino laico e de qualidade, afirmando ser necessária a utilização de métodos científicos no trato da educação e de seus problemas e que os anseios da sociedade estavam materializados no plano. No entanto, no transcorrer dos anos, esse modelo de plano não foi aceito pelo governo que apresentou modelos

que atendessem às propostas e interesses do próprio Estado.

O segundo Plano Nacional de Educação, ancorado no capítulo 214 da Constituição Federal de 1988, foi elaborado em 1996, por força da aprovação da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. O PNE foi sancionado sob a Lei n. 10.172 em 9 de janeiro de 2001 e trouxe como contribuição para a educação o levantamento da realidade educacional brasileira a partir do diagnóstico que serviu de bases para a elaboração das metas, trazendo a obrigatoriedade de Estados e Municípios, bem como o Distrito Federal de elaborarem seus respectivos planos de educação.

O terceiro Plano Nacional de Educação, plano em vigência, teve seu projeto de Lei n. 13.005 enviado pelo governo ao Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2010, mas só foi sancionado em 25 de junho de 2014. Contou com um conjunto de vinte metas e suas respectivas estratégias que tentaram organizar a educação nacional. Efetivamente, no Brasil, a cultura de elaboração de planos de educação continuou durante muito tempo a cargo de setores específicos do governo que, ao longo do tempo, não tiveram a sociedade como atuante e efetiva na sua elaboração.

O planejamento educacional no Brasil, de acordo com Bruel (2012, p. 45) ficou definido como um “[...] campo de atuação do poder público, ou seja, de opção em relação aos horizontes que se pretende alcançar e as estratégias para a sua concretização”. Dessa forma, a autora questiona a impossibilidade da neutralidade no planejamento, já que se tornou um processo de decisões políticas, que implica na expressão do jogo de interesses presente no processo de elaboração, execução e avaliação do planejamento educacional, também revestido de aspectos burocráticos, dificultando ainda mais sua utilização como ferramenta de luta social.

Atualmente, com mais frequência, a sociedade é chamada a participar. No entanto, cabe a reflexão sobre que tipo de participação a sociedade está desenvolvendo a partir dos grupos e organizações convocados pelos governos para fazer parte da elaboração dos Planos de Educação. Com base no discurso de planejamento participativo, a sociedade foi convocada a participar da elaboração do PNE 2001-2010 e do PNE 2014-2024. A sociedade precisa conhecer os rumos da política educacional no país para os próximos dez anos e lutar para intervir nessa realidade.

Considerações Finais

É evidente que quem planeja nem sempre, ou quase sempre, irá executar quando se trata de planejamento educacional no Brasil. A intenção do planejador expressa o projeto político de quem detém o poder. Quando surge a ideia de planejamento educacional, é possível ver no decorrer da sua história que a participação não surge como condição primeira para a sua elaboração. Então, se a sociedade, desde o início, não era convocada para discutir o planejamento educacional no Brasil, como exigir que essa mesma sociedade participe hoje de forma a intervir na realidade social?

O planejamento educacional tornou-se uma arena de disputas antagônicas de poder em que sempre prevalece a força da manutenção da máquina do Estado, por isso que a sociedade, representada na classe trabalhadora, luta por educação de qualidade e esse modelo de educação cada vez mais se distancia das necessidades dessa classe, porque não faz parte do interesse da classe hegemônica que a classe trabalhadora tenha educação de qualidade e por isso quem financia a educação é sempre quem dita as regras.

O Plano Nacional de Educação, como tentativa de organizar a educação brasileira, surge como orientador da política educacional no Brasil, assumindo o papel de diretriz do modelo educacional posto desde o período histórico do surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Básica até os dias atuais.

O artigo buscou mostrar, a partir da análise da trajetória de elaboração do Plano Nacional de Educação que não cabe mais, na sociedade do século XXI, a existência de um planejamento sem a participação da sociedade. O planejamento participativo deve contemplar a realidade social com suas peculiaridades regionais, para que não se torne um documento generalizado no qual a vontade da sociedade não esteja nele representada. O Plano só terá coerência para quem ele é destinado se a classe trabalhadora tiver sua participação na elaboração e acompanhamento de suas metas. Arelaro (2007) atenta para o fato de a participação da sociedade ser aclamada no cenário nacional com o objetivo de que a mesma sociedade se engaje no acompanhamento e monitoramento das metas e estratégias traçadas para a educação em um período de dez anos.

Para que o planejamento não seja utilizado pelo governo como instrumento de controle “[...] o grande remédio é a participação” (GANDIN, 2000, p. 108).

Um planejamento que garanta espaço para práticas dialógicas, em que o sujeito tenha condições e suporte de participação e faça com que seus problemas e necessidades sejam representados também nos documentos de materialização das políticas públicas educacionais. Nesse caminho, os planos de educação sempre foram espaços de conflitos em que estão representados os interesses das minorias em detrimento das necessidades das majorias. Mas, o que pode ser visto é que a luta da sociedade representada pelas classes trabalhadoras pode fazer governos recuarem no momento da elaboração de políticas públicas educacionais que firam o direito à educação. Por isso, não existe outro caminho para avançar senão pela participação da sociedade e, para isso, devemos instrumentalizar a sociedade para que ela possa participar consciente da sua força e do seu poder de transformação. Foi isso que esse artigo propôs, ou seja, contribuir para a preparação da sociedade, a partir do conhecimento sobre como acontece a elaboração do planejamento educacional no Brasil.

Referências

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Formulação e Implementação das Políticas Públicas em Educação e as Parcerias Público-Privadas: impasse democrático ou mistificação política. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p.899-919, out. 2007.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *A educação como política pública*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.

BORDIGNON, Genuíno. *Sistema Nacional Articulado de Educação: o papel dos Conselhos de Educação*. Brasília: CNE, 2009.

BORDIGNON, Genuíno (et al). *O planejamento educacional no Brasil*. Brasília. Fórum Nacional de Educação. 2011. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf. Acesso em: jun. 2018.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)*. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1934.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. *Políticas e legislação da educação básica no Brasil*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Planejamento da educação no Brasil – Novas estratégias em busca de novas concepções. In: KUENZER, Acácia Z; CALAZANS, Maria Julieta Costa; GARCIA, Valter. *Planejamento e educação no Brasil*. São Paulo. 6ª ed., Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania, Democracia e Educação. In: **Escola: espaço de construção da cidadania**, nº 24. São Paulo: FDE, 1994.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Os desafios da Construção de um SNE**. Brasília: CONAE, 2009. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/jamil_cury.pdf> Acesso em: 13 set. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectiva**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Democracia e tecnocracia no planejamento educacional brasileiro: tensões permanentes na educação do século 21. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília (org.). **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

FONSECA, Marília. Planejamento educacional no Brasil: um campo de disputas entre as políticas de governo e as demandas da sociedade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi. FONSECA, Marília(org.). **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica de mercado**. Educação & Sociedade, v. 24, nº 82. Campinas-SP: abril de 2003. p. 93-130.

204

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GHANEM, Elie. **Educação escolar e democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Alfredo Macedo. Políticas públicas, discurso e educação. In: GOMES, Alfredo Macedo (org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, São Paulo: Mercado das letras, 2011.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O sistema nacional de educação e a escola pública para todos**. Retratos da Escola, Brasília, v.4, n.6, p. 53-64, jan./jun. 2010. Disponível em: retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/68/60. Acesso em: 13 set. 2018.

LOUREIRO, Waldêres Nunes. Os planos de educação: estadual e municipal. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; AGUIAR, Marcia Angela da S. (orgs.). **Planos de educação e ações articuladas**. Camaragibe, PE: CCS gráfica e editora, 2016.

SALERNO, Soraia Chafic El Kfour. **Administração escolar e educacional: planejamento, políticas e gestão**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

SANTOS, AnaLúcia Félix dos. Gestão democrática da escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas. In: GOMES, Alfredo Macedo (org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, São Paulo: Mercado das letras, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema nacional de educação articulado ao Plano Nacional de Educação**. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n.44, p. 380-393, maio/agosto de 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema de Educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação**. Brasília: MEC/CONAE, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conae/images/stories/pdf/conae_dermevalsaviani.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 29 st. 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

